

# **Anais do IV Encontro de Pesquisa em História da UFMG**

**Simpósios Temáticos 16 a 20**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG  
Belo Horizonte  
2015**

## Expediente

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

### **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

### **Departamento de História**

Chefe: Ana Carolina Vimieiro Gomes

### **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

### **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### **Conselho Editorial**

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

### **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Leandro Duarte Rust (UFMT)  
Márcia Sueli Amantino (Universo)  
Marco Morel (UERJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Renato Pinto Venâncio (UFMG)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

#### **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidad Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

#### **Revisão**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Igor Barbosa Cardoso  
Márcio Mota Pereira  
Maria Visconti Sales  
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Diagramação**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Capa**

Valdeci da Silva Cunha

**Site/Banco de Dados**

Cássio Bruno de Araújo

Valdeci da Silva Cunha

## **ST 16: Família livre, família escrava: múltiplas perspectivas e múltiplos olhares**

**Mateus Rezende de Andrade**

Doutorando (UFMG)/ mateus.rezende@gmail.com

**Fabício Vinhas Manini Angelo**

Doutorando (UFMG)/ fabriciovinhas@gmail.com

## Sumário

### **ST 16: Família livre, família escrava: múltiplas perspectivas e múltiplos olhares**

Movimentos de expropriação territorial: história, etnografia e circulação de famílias de ex-escravos no sertão norte mineiro

Pedro Henrique Mourthé

**1059**

Os casamentos endogâmicos na Família Ferreira da Fonseca

Gabriel Afonso Vieira Chagas

**1069**

O cotidiano da família escrava no Brasil do século XIX, através da poesia “tragédia no lar” de Castro Alves

Rodrigo Ferreira da Silva

**1078**

Vidas femininas na reconstituição das relações familiares e sociais em Minas Gerais, século XVIII-XIX

Lucilene Macedo da Costa

**1089**

### **ST 17: O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)**

Notas sobre cachimbos de barro no Brasil (séc. XVIII e XIX)

Marcony Lopes Alves

**1101**

A Fisicatura-Mor nas Minas oitocentistas: políticas, funcionários e atuações

Lucas Samuel Quadros

**1112**

Representações de doença e cura: uma análise histórica da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*

Nathália Tomagnini Carvalho

**1120**

Entre a "pátria" e o Império: dinâmica política regional do Maranhão e sua importância para a construção da nação (1825-1831)

Raissa Gabrielle Vieira Cirino

**1127**

À busca de liberdade: fugas de escravos em São Paulo, Zona da Mata e Centro de Minas Gerais (1871-1888)

Adriano Soares Rodrigues

**1136**

Versos no Sete d'Abril: Liberalismo ao Regresso (1833-1836)

Caio César Cardoso

**1147**

A crítica ao sistema escravista e a orientação econômica no Brasil Império nas narrativas sobre a degradação da paisagem

Rute Guimarães Torres

**1158**

Os tratados de 1810 nos debates da imprensa periódica da emigração em Londres

Wéllington Rodrigues e Silva

**1169**

## **ST 18: Relações de Poder: Conflitos e Negociações em uma perspectiva histórica no século XX**

Uma breve introdução sobre as Brigadas Internacionais e a Guerra Civil Espanhola

Guilherme Alonso Alves

**1177**

As propostas de Glauber Rocha para o cinema novo

Ítalo Nelli Borges

**1185**

A política de esportes varguista (1930-1945) e a interação entre os poderes públicos municipal/estadual e os clubes de futebol de Belo Horizonte/MG: permanências e rupturas (?)

Marcus Vinícius Costa Lage

**1191**

Vargas e o jornal Correio da Manhã na campanha eleitoral de 1950

Renan Vinicius Magalhães

**1199**

As abordagens da ditadura militar (1964- 1985) no âmbito do regional e do local – uma breve abordagem

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

**1208**

**ST 19: Ditadura e Transição Política no Brasil: sociedade, política e cultura no regime militar brasileiro (1964-1985)**

“Sou um menino de mentalidade mediana”: MPB, ufanismo e negritude (1960-1970)

Alexandre Reis

**1215**

Memórias Resgatadas, Infâncias Violadas

Anna Flávia Arruda Lanna Barreto

**1225**

Oficina Músicas de Protesto: Enfoque sobre o cantor Zé Ramalho

Beatriz Küller Negri

**1235**

A grande imprensa e a ditadura militar brasileira: a legitimação do governo militar nas páginas do jornal *O Globo*

Camila Barbosa Monção

**1243**

Onde estão os comunistas? Um estudo sobre a vigilância ao PCB através das correspondências do DOPS em Minas Gerais (1945-1964)

Camila Gonçalves Silva Figueiredo

**1253**

As relações entre história e memória no contexto da Ditadura Militar brasileira

Gisele Gonçalves Dias Pinto; Marcos Vinícios Corrêa

**1262**

Comentando o golpe militar: os editoriais do Estado de Minas em 1964

Guilherme Alonso Alves

**1272**

Abertura Política e Música Popular Brasileira: um estudo sobre três canções do *Clube da Esquina*

Hudson Leonardo Lima Públio

**1282**

Dramaturgia brasileira nos anos 1970: reorganização e resistência

Mariana Rosell

**1292**

Estado de exceção e necessidade poética: o “Jornal da Poesia” no *JB* de 1973

Moniquele Silva de Araújo

**1300**

Movimentos de bairros e luta pelo direito à cidade durante o Regime Militar em Belo Horizonte

Philippe Urvoy

**1307**

Ação Democrática Mato-Grossense: prelúdios do golpe civil-militar de 1964 em Campo Grande (MT)

Thaís Fleck Olegário

**1316**

O *Suplemento Literário* do jornal *Minas Gerais* e a ditadura militar

Valdeci da Silva Cunha

**1338**

## **ST 20: Cultura Intelectual Brasileira**

Cultura pontagrossense nos Cine-Teatros

Beatriz Küller Negri

**1331**

“Le théâtre brésilien”: (auto)representações do teatro brasileiro

Henrique Brener Vertchenko

**1327**

# Movimentos de expropriação territorial: história, etnografia e circulação de famílias de ex-escravos no sertão norte mineiro

**Pedro Henrique Mourthé**

Mestrando em Antropologia Social  
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
pedrohmourthe@yahoo.com.br

**RESUMO:** Neste trabalho, proponho refletir sobre a "história fundiária" da comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos a partir dos temas recorrentes nas narrativas e no acionamento de eventos e marcos da memória deste coletivo. A partir de uma descrição etnográfica, procuro destacar os movimentos de expropriação territorial vivenciados pelos seus moradores e também suas conexões com outras comunidades no Sertão dos Gerais.

**PALAVRAS-CHAVES:** Famílias, Movimentações, Território.

## Introdução

Vítimas de um violento processo de expropriação territorial desde meados de 1930, os quilombolas de Brejo dos Crioulos seguem na *luta* pelo seu território. Reconhecida como “remanescente de quilombo” em 2004 pela Fundação Cultural Palmares (FCP), a comunidade localiza-se no Sertão dos Gerais, na divisa de três municípios – São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia. Neste trabalho, proponho abordar a "história fundiária" desta comunidade a partir dos temas recorrentes nas narrativas e no acionamento de eventos e marcos da memória deste coletivo. A partir de uma descrição etnográfica, procuro destacar os movimentos de expropriação territorial vivenciados pelos seus moradores e também suas conexões com outras comunidades do "Território Negro da Jahyba"<sup>1</sup>. Como fio condutor deste texto, descrevo o trânsito das famílias de ex-escravos pela *mata da Jaíba*. Em suas movimentações, essas "redes de irmandade"<sup>2</sup>, como observou Costa<sup>3</sup>, procuravam áreas nas quais pudessem manter contato com

<sup>1</sup> COSTA, João Batista de Almeida. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos. Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Cultural, Brasília, 1999.

<sup>2</sup> PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos A. *Fiéis Descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses*. 477 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Brasília, 2010.

<sup>3</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*.

COSTA, João Batista de A. Brejo dos Crioulos e Sociedade Negra da Jaíba. Novas Categorias Sociais e a Visibilização do Invisível na Sociedade Brasileira. *Pós – Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*: Ano V, pp. 99-122, 2001.

a sociedade escravocrata sem o risco de serem apanhados e entregues novamente a escravidão, o que possibilitou que essas famílias se fixassem principalmente, mas não exclusivamente, no interior da mata existente no vale do rio que, posteriormente, passou a ser denominado de Verde Grande. Com a fixação nas terras inicia-se a ocupação da área. O período é designado pelos meus interlocutores como *tempo da fartura*. Além de discorrer sobre este período, em conexão com o tema das famílias, procuro refletir sobre os períodos posteriores que se desdobram na chegada dos fazendeiros e na fragmentação do território quilombola através da grilagem e invasão das terras por estes. As categorias nativas que são acionadas para lembrar este período são o *tempo da divisão* e o *tempo dos fazendeiros*.

### O território negro da Jahyba

(Aqui era um quilombo. Veio preto da Bahia, de Espinosa, dessas cidades antigas, baianas, da Vila do Urubu, de Grão Mogol. Vieram. Ninguém sabe. Fugiam de casa e iam para aqueles quilombos de pretos, esses lugares onde tinha epidemia e que ninguém queria morar. Nesses desertos. Eles chegavam e ocupavam. Assim é que eles chegaram aqui, como chegaram nos lugares por aí afora, no meio da *mata da Jaíba*. Meu pai veio do Gurutuba por volta de 1890, mas já estava aqui um bocado de crioulos. Ele veio porque já tinha um *irmão* vindo anteriormente. Meu pai era livre, não era um escravo. O meu pai. Escravo era a minha avó, mãe dele, Severina Batista de Oliveira. Escrava lá no Gurutuba. Da Bahia vieram uns crioulos que habitaram aqui. Porque tinha uma tradição aí, desse povo da Bahia, de Espinosa, de Monte Alto, Monte Azul, de Malhada, pro centro da Bahia, desses filhos da Bahia. Já tinha alguns aqui. Um tal de Paulo Antunes, que matou o senhor...e embrenhou na mata, fugiu e veio parar aqui. Tinha uns do Jacaré Grande, um lugar que tinha um festa muito antiga para Santos Reis, que fica perto do Gurutuba.)<sup>4</sup>

(Meus bisavôs, num tempo de muita fome, eles *vieram fugindo* para cá. Vieram do Gurutuba. Aí eles se *esparramaram* pela beira do ribeirão, ficou um aqui, outro acolá. Eles produziram as famílias deles por aqui. Meu pai mesmo, ele ficou ali, mais para cima do ribeirão. Foi ali que ele produziu a família dele.)<sup>5</sup>

(Quando os primeiros, inclusive meus tataravós que eram o Manuel Modesto, que criou aquele Furado ali por Modesto [Furado Modesto] ele veio primeiro corrido e moitou. Primeiro no lugar que trata de Gurutuba<sup>6</sup>. Mas esse Gurutuba, lá criaram Gurutuba o nome por isso, porque lá não dava outra coisa que o feijão que nós tratamos de feijão catador. Mas hoje lá ta uma fortuna. Eles ficaram lá com a família e depois ele decidiu arrumar lugar que dá para

---

COSTA, João Batista de A. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste". *Argumentos*, v. 7, p. 193-244, 2012.

<sup>4</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*, p. 19-20. (grifos do autor, depoimento de Clemente Batista, Cabaceiros)

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*, p. 42. (grifos do autor, depoimento de João Guerre)

<sup>6</sup> Gurutuba é o nome de outro quilombo do Norte de Minas, localizado no município de Janaúba, ver Costa Filho (2008).

plantar milho, fava, feijão, essas coisas. Aí eles pegaram e chegaram primeiro nessa *brenha de mato* que eu falo, nessa escuridão tudo, sem moradia, que era esse Furado Modesto. Inclusive a onça, a casa deles era casa de enchimento que a gente fala, de pau. A onça comeu metade da perna dele, aí com um espaço de tempo, quando ele faleceu, ficaram os filhos.)<sup>7</sup>

Os depoimentos dos moradores trazem elementos importantes relacionados à história local. O trânsito das famílias pela da *mata da Jaíba*, seja fugindo da escravidão ou da fome que assolava o Gurutuba, evidencia as conexões entre várias comunidades que, segundo Costa<sup>8</sup>, mantinham relações de parentesco, compadrio, alianças matrimoniais, comerciais e políticas. Brejo dos Crioulos é uma das várias comunidades negras rurais que compõem o chamado “campo negro da Jahyba”. Segundo este autor, a região localiza-se em uma área que se estende por mil e seiscentos quilômetros desde o Vale do Rio Verde Grande até as proximidades de Bom Jesus da Lapa (BA), integrando o sertão nortemineiro e o sertão sudoeste baiano

O autor também sugere que a historiografia paulista e baiana nos possibilita compreender a “história raiz” do Norte de Minas. Estas historiografias informam a presença de pequenos grupos de africanos e seus descendentes que, fugidos da escravidão, deram origem a quilombos. Além dos indígenas, essa seria outra característica societária existente no interior da bacia do médio São Francisco. As populações negras se localizaram, principalmente, mas não exclusivamente, no interior da mata existente no vale do rio que, posteriormente, passou a ser denominado de Verde Grande. A teorização proposta por este autor encontra ressonâncias nas formulações nativas. A ênfase na circulação das famílias e grupos de ex-escravos é um tema sempre presente nas conversas e histórias contadas pelos moradores de Brejo dos Crioulos e das comunidades vizinhas, importante para a compreensão da “história fundiária” da região<sup>9</sup>. O processo de ocupação das terras sempre é mencionado a partir de associações e conexões com essas temáticas.

---

<sup>7</sup> Depoimento Pessoal, Seu Adelino, Orion, 2014. (grifos meus)

<sup>8</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*.

<sup>9</sup> Digo isso pelo fato de ter participado, quando era estudante de Ciências Sociais, do projeto de pesquisa e extensão “Negros do Norte de Minas: Relações Inter-Comunitárias e Processos Sociais em Comunidades Quilombolas”, financiado pela FAPEMIG, durante os anos de 2010 e 2011, sob orientação do prof. João Batista de Almeida Costa e vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais e Sertão, do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes. Na época, desenvolvi um trabalho de campo com duração de um mês na comunidade rural de Jacaré, também localizada no município de São João da Ponte, a cerca de 20km de Brejo dos Crioulos. Várias similaridades foram encontradas em relação aos dados etnográficos coletados por mim e pelos outros pesquisadores envolvidos no projeto, que desenvolveram estudos em diferentes comunidades da região. O mesmo ocorreu com outros estudantes que participaram como bolsistas de iniciação científica das etapas anteriores do projeto, realizado dentre os anos de 2006 até 2011.

Neste sentido, sugiro que as movimentações destes coletivos negros por meio da *mata da jaíba* aproximem-se daquilo que Plínio dos Santos<sup>10</sup> chamou de "redes de irmandade". Em sua pesquisa junto a comunidades negras rurais do Mato Grosso do Sul, este autor propõe pensar as relações de cooperação entre famílias, seus laços de parentesco e compadrio, por meio da articulação da categoria nativa "irmandade". De modo semelhante ao meu contexto etnográfico, o termo referia aos coletivos negros que "compartilhavam uma realidade comum, o cativo", que consistia no "ponto de ancoragem da rede social, que possibilitava vincular simbolicamente os ex-cativos e suas famílias a outras".<sup>11</sup>

Em suas movimentações pela *mata da jaíba* essas "redes de irmandade", como observou Costa<sup>12</sup>, procuravam áreas nas quais pudessem manter contato com a sociedade escravocrata, sem o risco de serem apanhados e entregues novamente a escravidão. De forma semelhante, Plínio dos Santos (2010) argumenta que o processo de ocupação de terras por grupos de ex-escravos, motivado pelo "projeto camponês", fez com que estes priorizassem,

(terras comunais, locais de mata (área imbricadas entre a planície e o planalto ou nas furnas) para suas lavouras e pequenas criações. Essas terras, geralmente inexploradas, eram espaços potenciais para que os ex-escravos camponeses pudessem ocupá-las de maneira autônoma)<sup>13</sup>

Do ponto de vista geográfico, a *mata da Jaíba* é caracterizada pela sua densa floresta e pela abundância de lagos<sup>14</sup>. A existência de "dolinas", formadas a partir do desabamento de dutos de cavernas calcárias no subsolo, conhecida popularmente pelos moradores do quilombo como *furados*, é uma das características dos solos eutróficos, áreas que segundo Matos, "são receptoras de água e sedimentos, cercadas pelo amplo domínio do *carrasco*. No período chuvoso, tem-se o

---

<sup>10</sup> PLÍNIO DOS SANTOS. *Fiéis Descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses*.

<sup>11</sup> PLÍNIO DOS SANTOS. *Fiéis Descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses*, p. 357.

<sup>12</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*.

COSTA. Brejo dos Crioulos e Sociedade Negra da Jaíba.

COSTA. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste.

<sup>13</sup> PLÍNIO DOS SANTOS. *Fiéis Descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses*, p. 336.

<sup>14</sup> Segundo Costa Filho (Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 293 f, Tese [Doutorado em Antropologia] – Universidade de Brasília, Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília, 2005), o termo *Jahyba* é de origem tupi – *y, ahy, ba*: "águas más, águas ruins ou *ya, ahy, ba* : fruta ruim, aquela que é ruim; ou ainda *y, aiba*: água ruim ou brenhas do mato.

acúmulo e estagnação de água, propiciando a gleização, formando assim, o ambiente reconhecido localmente como *brejo de furado*<sup>15</sup>,<sup>16</sup> Paisagem que segundo Costa, propiciou que

(muitos negros que se aquilombavam passaram a se fixar e constituir pequenos agrupamentos de ex-escravos fugidos, além de desenvolverem o cultivo agrícola que deu origem à *agricultura de furado*, conforme discutido por Costa Filho (2004) em estudo desenvolvido sobre a comunidade quilombola d' os Gurutubanos.)<sup>17</sup>

Devido ao acúmulo de água, os *furados* acabaram sendo um ambiente ideal para a proliferação de mosquitos transmissores de doenças tropicais como a conhecida *maleita* ou *seção*<sup>18</sup>. Como os negros eram resistentes à malária, o que não ocorria com os índios e os brancos, essa área foi sendo aos poucos ocupada pela população negra que se instalou nas margens do rio. O tema da relação entre esta doença e a ocupação da região está sempre presente nas narrativas e nas histórias contadas pelos moradores mais antigos da comunidade. Com a ocupação e fixação da população negra nas margens do rio Arapuim, ocorre a transformação da *terra solta* em seu patrimônio. Os moradores relatam que não existiam cercas, a delimitação da área que seria ocupada era feita respeitando a frente e os fundos das terras de cada família (SANTOS, 2004).<sup>19</sup> As atividades nas *roças* – guiadas pelos períodos das águas e o rebaixamento delas – eram o plantio de arroz, milho, feijão, cana, mandioca e algodão. Havia a criação extensiva de animais – gado, porcos e galinhas – da pesca em lagoas e ribeirões, da caça nas matas e a produção de rapadura, cachaça, farinha de milho, mandioca e tecidos. O período é lembrado pelos quilombolas como um *tempo de fartura*, um tempo de liberdade. No entanto, a época dá lugar ao *tempo da divisão* e se desdobra na chegada dos fazendeiros. É nesse período que ocorre a fragmentação do território quilombola através da grilagem e invasão das terras pelos fazendeiros.

### **O tempo da divisão e a chegada dos fazendeiros**

(Segundo o relato dos quilombolas, entre 1927 e 1930 os agrimensores Augusto de Andrade e Juca Miro (ou Juca Milo) iniciaram – supostamente a mando do

---

<sup>15</sup> Vale mencionar que o nome de duas localidades do quilombo – Furado Modesto e Furado Seco – estão relacionados a esta característica pedológica. *Carrasco* é o nome dado pelos quilombolas a uma das cinco unidades da paisagem. Além desta existem: *cultura vermelha*, a *vazante*, o *brejo* e o *furado*. “Cada ambiente identificado pelos quilombolas abrange determinadas classes de solo e de acordo com as condições de cada local, estas podem ocorrer em pequenas franjas ou se reproduzirem em grandes extensões ao longo do território” (Plano de Etnodesenvolvimento, 2012, p.79). Para um aprofundamento nestas questões, ver Matos (2008).

<sup>16</sup> MATOS, L. V. Conhecimentos na análise de ambientes: a pedologia e o saber local em comunidade quilombola do Norte de Minas Gerais. Viçosa, MG, 2008, p. 8.

<sup>17</sup> COSTA. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste, p. 6.

<sup>18</sup> Ambos são termos nativos para se referirem à Malária.

<sup>19</sup> SANTOS, E. RTID/LA. Relatório técnico de identificação/laudo antropológico da comunidade remanescente do quilombo de Brejo dos Crioulos. Fundação Cultural Palmares. Rio de Janeiro, 2004.

Estado – a (demarcação das fazendas Morro Preto (no lado de São João da Ponte) e Arapuá (em Varzelândia, nesta época ainda distrito de São João da Ponte), respectivamente. Estas fazendas eram antigas sesmarias que não foram registradas segundo a Lei de Terras de 1850 e por isto tornam-se terras devolutas. No entanto, a divisão não se restringiu às fazendas Arapuá e Morro Preto, mas atingiu toda a sociedade negra da Jaíba; por isto nas comunidades remanescentes dos quilombolas vizinhas à Brejo dos Crioulos estas também são categorias importantes para marcar o início da perda da autonomia destas comunidades).<sup>20</sup>

Foi no *tempo da divisão* que os documentos começam a ter importância para alguns dos moradores de Brejo dos Crioulos. Ainda que apresentada para os quilombolas como uma ordem partida do Estado (SANTOS, 2004), tanto a forma de pagamento prestado ao serviço de demarcação – cabeças de gado, sacas de arroz e milho, etc – quanto o fato de que apenas alguns quilombolas puderam *acompanhar* o processo, demonstram que os agrimensores demarcavam apenas as terras daqueles que podiam pagar<sup>21</sup>. Durante a *divisão*, ocorre um circuito de trocas entre os moradores, os agrimensores e os fazendeiros. Ao registrarem as glebas das fazendas onde atuavam como *terras de ausentes*, os agrimensores adjudicavam em seus nomes e depois vendiam para os fazendeiros. Se através da ocupação pacífica das *terras soltas da mata da Jaíba* pela população negra estas são transformadas em seu patrimônio, a *divisão* propicia outro movimento, a venda das terras para os fazendeiros resulta na transformação da *terra solta*, terra livre, em terra de negócio. Aqueles sistemas que antes eram caracterizados pela ocupação das terras como “sistemas de posse comunal”<sup>22</sup>, agora se tornaram fonte de especulação nas mãos de fazendeiros e empresários rurais não só do Norte de Minas Gerais, mas de outras cidades e estados.

(Nos anos quarenta, capitaneados por Simão da Costa Campos, Padre Joaquim Gangana, Geovani Fagundes, Romão Ferreira e outros, numa aliança entre as principais famílias do povoado da Ponte, do povoado de Santo Antonio da Boa Vista, de Condado do Norte, de Campo Redondo e Ibiracatu, conseguem sua emancipação política. São João da Ponte torna-se sede do município que se separou de Contendas, atual Brasília de Minas.)<sup>23</sup>

<sup>20</sup> SANTOS. Relatório técnico de identificação/laudo antropológico da comunidade remanescente do quilombo de Brejo dos Crioulos.

<sup>21</sup> (O verbo *acompanhar* é uma categoria importante para a compreensão do que foi a *divisão* para os moradores de Brejo dos Crioulos. Diferentemente dos verbos comprar ou apossar, que os moradores utilizam para se remeter ao processo pelo qual a terra foi adquirida por negociação de compra e venda ou pelo usucapião, “acompanhar a divisão toma o sentido de acato a uma decisão sobre a qual os quilombolas não foram consultados, só restando acordar, concordar, acompanhar.) (SANTOS, 2004, p.81).

<sup>22</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índios: uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna; HÉBETE, Jean. (Orgs.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, pp.163-196, 1989.

<sup>23</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*, p. 36.

Com a institucionalização do município de São João da Ponte, os membros da família Campos vão ocupando os principais cargos inerentes ao novo município como: prefeitura, delegacia de polícia, oficial de justiça, dentre outros: “O terror político era costumeiro, pessoas eram encontradas mortas nas estradas, nos quintais das casas, nas ruas, nas vendas, em qualquer lugar do município”.<sup>24</sup> Protegida por um bando de jagunços, a família Campos estabeleceu alianças com membros das elites locais e de outros municípios, principalmente com profissionais liberais de Montes Claros, cidade que emergia como pólo da região.<sup>25</sup>

(Jagunços com livros do cartório local sob o domínio da mesma família com transmissão de direitos sobre a terra já transcrita e com ameaças violentas, requeriam que pais de famílias e viúvas colocassem a impressão digital nos referidos livros, realizando a transferência das terras de famílias negras para membros da elite regional apoiados pelo grupo mandonista local.)<sup>26</sup>

Outro movimento relacionado à expropriação territorial se deu com a construção dos trilhos da ferrovia que interligava o Sul ao Nordeste pelo interior de Minas Gerais e da Bahia, que de acordo com Costa<sup>27</sup>, estavam paralisados desde 1926 em Montes Claros e começam a avançar pelo vale do rio Verde Grande. No período de 1940 e 1948, é reiniciada a construção da ferrovia. Como consequência, este autor informa que a *mata da Jaíba* começa a ser derrubada para o fornecimento de dormentes para implantação dos trilhos para o funcionamento das maris-fumaças, e para o comércio de madeira de lei que abastecia principalmente Montes Claros e Belo Horizonte.

No início dos anos cinquenta, durante o governo do presidente Dutra, há o processo de *desinsetização da mata da Jaíba*, o que propicia a penetração da população branca no interior da floresta de caatinga arbórea. E nos anos sessenta, com a anexação da região à área de atuação institucional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), são realizados investimentos para a modernização da atividade agropecuária regional<sup>28</sup>. Com financiamentos e

<sup>24</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*, p. 57.

<sup>25</sup> COSTA. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste, p. 3.

<sup>27</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*.

<sup>28</sup> Luz (*Voos da espera e da esperança: O Bairro Sagrada Família e as estratégias de permanência no Sertão Norte Mineiro*. 94 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2015.) destaca que a SUDENE foi idealizada por Celso Furtado e instituída no ano de 1959 no governo de Juscelino Kubitschek. Sua finalidade era atrair investimentos do setor privado para as regiões atingidas pela seca. O Norte de Minas se tornou uma região de dupla investida, por fazer parte da Região Mineira do Nordeste canalizando investimentos da SUDENE, e pelas suas áreas

apoio técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais (EMATER-MG), ou de empresas particulares que surgiam, ou até mesmo de empréstimos bancários realizados no Banco do Brasil ou Banco do Nordeste, os fazendeiros melhoravam a estrutura das suas fazendas, modernizando-as. O governo federal financia a transformação das fazendas em empresas rurais. Há também a distribuição de remédios para a população branca que vivia nos arredores.

Apesar do crescimento momentâneo da economia e da melhoria da infraestrutura de algumas cidades, os investimentos infringiram conseqüências drásticas à população negra. A privatização das terras e o direcionamento da produção exclusivamente para a pecuária extensiva modernizada, ambos associados à exploração indiscriminada dos recursos naturais, deixaram os quilombolas sem alternativas para o cultivo. O processo de expansão das relações capitalistas de produção era apoiado por ações governamentais que propiciaram a mercantilização da terra. Os beneficiados pelos investimentos da SUDENE realizaram processos de expropriação territorial e apoderam-se do gado das populações que ali viviam e o criavam solto. É nesse contexto de mudanças que se inauguram os conflitos entre a população regional em processos de *afazendamento* e as comunidades negras rurais.

(Aí quando chega essa expansão de agronegócio o governo começou a investir nos fazendeiros a respeito da criação de bois de corte e outros tipos de exploração. Começou os fazendeiros demandarem essas terras aqui. Fazendeiros de São João da Ponte mesmo, pessoas que compravam arroz aqui, já queria tomar o Brejo, não queria comprar mais. Queriam o Brejo para plantar e eles mesmo colherem. Aí houve esse interesse dos fazendeiros de fora também, que já demandem essa terra aqui. Aí quando chega em 1930 no *tempo da divisão* e depois no *tempo dos fazendeiros*, quando eles começaram a vir para a região, começou a perda do território. E o pessoal ficou vivendo em pequenas faixas terras, sendo *encurralado* dentro do seu próprio território. Aí foi gerando um inchaço dentro dessas pequenas faixas de terra que chegou um ponto que não tinha como nem plantar mais nada.)<sup>29</sup>

Neste período, vários conflitos agrários ocorreram no sertão do Norte de Minas<sup>30</sup>. No entanto, um deles, famoso por ser um dos mais violentos da região, aconteceu em Cachoeirinha, localizada no município de Verdelândia a cerca de 30km de Brejo dos Crioulos. Seus efeitos são

---

de cerrado "promissoras". Para um aprofundamento dos efeitos deste processo, ver Luz (2015) e Ribeiro (*História dos Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.).

<sup>29</sup> Depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014.

<sup>30</sup> Ver, Carneiro e Cioccarri (Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. v. 1. 360p.)

narrados pelos quilombolas até os dias atuais. Segue o relato de João Batista sobre o conflito, importante para compreender como este acontecimento refletiu-se na comunidade:

(Nos anos 1960, um médico (amigo de Darcy Ribeiro) e um Capitão da polícia militar adquiriram glebas de terra na região de Cachoeirinha. No tempo da divisão, os agrimensores definiram diversas glebas como “terra de ausente” e posteriormente adjudicaram em seus nomes. Quando venderam para outras pessoas. Estes adquirentes chegavam à localidade (em Brejo houve disto, o caso de Nozinho Figueiredo) e passavam a exigir a retirada das pessoas da terra comprada. Sempre utilizando de muita violência. Em Brejo, algumas famílias saíram da terra e migraram, ficando alguns parentes na terra de santo, formando, em torno da igrejinha, o povoado de Araruba. Em Cachoeirinha, o pessoal resistiu e o Capitão, utilizando de sua influência, acusou o grupo de estar assessorado pelo partido comunista e obteve do comando da PMEMG o apoio para expulsão dos “subversivos” da área. Foi um processo mais sangrento que nas outras comunidades. E, a partir daí, muitos preferiram sair da terra a sofrer o que as pessoas sofreram em Cachoeirinha. Pois foi um processo violento demais.)<sup>31</sup>

As ameaças de expropriação da terra e as notícias de episódios semelhantes ao descrito acima em outras regiões do Vale do Rio Verde Grande, bem como a proliferação de narrativas em torno da violência, circulavam rapidamente e chegaram até Brejo dos Crioulos. As agressões físicas e as expulsões violentas transformaram-se em situações sofridas pelos quilombolas cotidianamente. Um destes casos, mencionado pelos moradores mais antigos do quilombo, foi vivenciado pela moradora Dona Elizarda. Segue o relato de SANTOS (2004):

(Um dos seus irmãos – Levino Pinheiro de Abreu – morreu envenenado após tomar um suposto remédio oferecido por jagunços dos fazendeiros. Diversas de suas cabeças de gado foram apanhadas mortas e dois cachorros de estimação morreram baleados por jagunços que atiravam na direção da porta de sua casa. Seu marido foi ameaçado de morte e no dia em que seria assassinado na própria casa, conseguiu se salvar, escondendo-se debaixo da cama, enquanto sua esposa dizia ao jagunço que ele estava viajando. Na noite deste dia, o marido de Dona Elizarda fugiu enquanto ela e sua família foram para São João da Ponte acionar a polícia, que nada fez. Ao retornarem ainda puderam ver sua casa em chamas, ateadas pelos jagunços para que ela não mais retornasse (esta a última a ser construída por Dona Elizarda, que na medida em que os fazendeiros destruíam suas casas e levantavam uma cerca, ela refazia outra adiante). Depois de ter a casa incendiada, Dona Elizarda morou em São João da Ponte, mas voltou para Araruba a tempo de ver Zé Afonso – um dos fazendeiros que a expulsou de suas terras – ser assassinado diante da Igrejinha de Bom Jesus da Lapa e Santo Reis – que ele pretendia transformar num malhador de gado.)<sup>32</sup>

<sup>31</sup> SANTOS. Relatório técnico de identificação/laudo antropológico da comunidade remanescente do quilombo de Brejo dos Crioulos. (depoimento de João Batista).

<sup>32</sup> SANTOS. Relatório técnico de identificação/laudo antropológico da comunidade remanescente do quilombo de Brejo dos Crioulos, p. 88.

Outros casos parecidos com o depoimento acima foram contados pelos moradores durante o meu trabalho de campo. Como efeito dos conflitos decorrentes nas várias comunidades da *mata da Jaíba* e em Brejo dos Crioulos, foram construídas imagens negativas sobre os quilombolas que passaram a ser considerados como “bandidos” e “violentos” pelos moradores dos municípios circundantes do seu território e de outras comunidades. Durante a realização do seu trabalho de campo, Costa<sup>33</sup> informa que os membros da comunidade narravam que qualquer roubo ou ação ilegal que ocorresse na cidade de São João da Ponte ou nas comunidades rurais das proximidades de Brejo dos Crioulos e que não se visse o autor do fato, imediatamente se afirmava “isso é coisa dos pretos de Araruba”.

(Em decorrência da vinculação das ações criminosas perpetrada por qualquer munícipe aos membros da comunidade e pela imagem construída de que eram “bandidos” a polícia percorria os grupos locais que formam a coletividade quilombola, principalmente, o povoado de Araruba à procura dos autores das ações criminais.)<sup>34</sup>

Inicia-se, o processo de criminalização, vivenciado até os dias atuais pelos quilombolas de Brejo dos Crioulos, onde a violência é parte constitutiva. Como resultado da expropriação territorial, os quilombolas passaram a viver *encurralados* pelas fazendas, com acesso restrito ao território e aos recursos naturais. Muitos moradores lembram deste período relacionando-o aos tempos em que *plantavam de meia*. Uma forma de plantio associada aos fazendeiros. Na alternativa encontrada, os moradores plantavam suas *roças* nos *terrenos* dos fazendeiros e após a colheita, tinham que dividir o que conseguiram com estes. Aqueles foram tempos difíceis, muitos moradores lembram do *tempo onde começaram a perder sua liberdade*.

Conforme dados da CPT, dos 17.302,61 hectares correspondente ao território quilombola de Brejo dos Crioulos, 13.920 hectares, o equivalente a 77% do total da área, estavam concentrados nas mãos de nove fazendeiros. A partir do ano de 1999 os quilombolas começam a realizar suas mobilizações na *luta pela retomada do seu território*, dando início *enfrentamentos* dentro e fora de Brejo dos Crioulos com vistas ao processo de titulação.

---

<sup>33</sup> COSTA. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste.

<sup>34</sup> COSTA. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste, p. 4.

# Os casamentos endogâmicos na Família Ferreira da Fonseca

Gabriel Afonso Vieira Chagas

Licenciado em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com](mailto:gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho dedica-se a acompanhar e analisar as escolhas matrimoniais realizadas por uma família específica, de sobrenome Ferreira da Fonseca, realizados nas Minas entre 1750 e 1890. A família em questão se estabelece através do casal João Ferreira da Fonseca e Maria da Conceição antes de 1730, mas se expande e ganha notoriedade na Região da Capela de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos D'água, Freguesia de Prados, já em meados de 1750 e ali acumula considerável fortuna que é transmitida pelas gerações tendo-se como estratégia principal, os casamentos endogâmicos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Endogamia, Ferreira da Fonseca, Comarca do Rio das Mortes, História Familiar.

O estudo sobre a família tem sido privilegiado por vários autores e vertentes, e cada obra já publicada possibilita novos conhecimentos e perspectivas de análise comparada. A pesquisa aqui apresentada visa contribuir com os estudos sobre o que Miriam Lott denomina de rico mosaico cultural que se formou na Capitania das Minas<sup>35</sup>.

Historiadores reconhecidos têm aberto novas reflexões sobre a vida privada, principalmente a brasileira, e através disso desvendado o funcionamento de inúmeras estruturas que fogem do âmbito da microhistória. Uma dessas obras que podem ser citadas aqui é *Homens de*

---

<sup>35</sup> Essa ideia de mosaico cultural a ser desvendado pelas inúmeras pesquisas parciais se encontra em LOTT, Miriam Moura. *Na Forma do Ritual Romano*. Casamento e Família. Vila Rica (1804-1839). Onde a autora afirma *Consideramos que quanto mais estudos parciais tivermos melhor será para compormos esse rico mosaico que é a Capitania de Minas Gerais*. Pg.18

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

*Negócio: a interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*<sup>36</sup> de Júnia Ferreira Furtado, na qual a historiadora estuda os comerciantes nas Minas do século XVIII tendo por fio condutor a vida particular de Francisco Pinheiro, importante comerciante português. Através de suas relações, o livro discute a sociedade e o comércio no princípio da povoação das Minas.

Antes, porém, de se adentrar no tema proposto a este artigo, qual seja discutir o alto índice de endogamia encontrado para os casamentos realizados pela família Ferreira da Fonseca, é necessário que se defina com qual significado do termo endogamia irei trabalhar. O conceito de endogamia pode ser bastante amplo se considerarmos sua definição como propõe o dicionário Priberam da língua portuguesa

en·do·ga·mi·a (endo- + -gamia) substantivo feminino

1. [Antropologia] Enlace matrimonial entre pessoas que pertencem ao mesmo grupo familiar, social, étnico, religioso.<sup>37</sup>

Desta forma poderíamos considerar como endógamos, casamentos realizados entre pessoas de uma mesma classe social, estendendo então essa tipologia de união à maior parte dos matrimônios realizados na colônia. Outro exemplo de utilização do termo é o trabalho de Márcio de Souza Soares<sup>38</sup>, que trabalha com a região de Campos dos Goitacazes na Capitania Rio de Janeiro, onde o autor utiliza o conceito de endogamia para trabalhar com os escravos que constituíam uniões com cônjuges oriundos da mesma região no continente africano.

Neste artigo, porém, o termo endogamia será utilizado apenas para os casamentos realizados por membros de uma mesma família, ou seja, personagens que tenham ascendentes diretos em comum. Outro fator preponderante para se considerar antes de adentrarmos a esse trabalho é o período temporal que este abarca: um século e meio 1750-1890, onde é fundamental frisar que os dilemas e formatações do matrimônio nas Minas de meados do Século XVIII são bastante díspares em relação à mesma região na segunda metade do Século XIX.

Para este trabalho, a escolha da família Ferreira da Fonseca se justifica pelo alto índice de dispensas de consanguinidade encontradas nos acentos de matrimônio dos membros desta e o

---

<sup>36</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 1ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

<sup>37</sup> "Endogamia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/Endogamia> [consultado em 17-03-2015].

<sup>38</sup> SOARES, Márcio de Souza. Presença africana e arranjos matrimoniais entre os escravos em Campos dos Goitacazes (1790-1831). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 75-90, jan./jun. 2010. Editora UFPR.

excessivo número de dispensas tendo como comparação a própria região em que se encontravam. Para a quarta geração da família, cerca de 1840 a 1870, 69,04% dos matrimônios eram consanguíneos, ao passo de que para a vila mais próxima, Lagoa Dourada, temos 43,86% no período 1856 a 1881. Todos esses dados serão melhores trabalhados a seu momento neste texto onde também serão apresentados as referências que conduziram a esses números.

### **A família Ferreira da Fonseca**

O ramo familiar trabalhado chega às Minas antes de 1730, através de João Ferreira da Fonseca, natural da Freguesia de Santa Bárbara das Nove Ribeiras na Ilha Terceira dos Açores. João fixa residência na Itaverava das Minas se une em matrimônio em data anterior a 1732 com uma prima de terceiro grau, Maria da Conceição. Ambos tinham em comum o bisavô, Bento Gonçalves Falieiro e eram de origem açoriana. Acredita-se que o sogro de João, Antônio Coelho Valadão tenha vindo junto a este para as Minas, entretanto não conseguimos encontrar embasamento para tal afirmação. Sobre a união de João e Maria da Conceição, encontramos o registro de banhos<sup>39</sup> do casal no Processo *De Genere* de seu neto Padre Francisco Barbosa da Cunha

[Fl.131]

<sup>1</sup>Certidão de banhos referente ao casamento

<sup>2</sup>dos Avós Maternos do habilitando

<sup>3</sup>Aos que a presente certidão de ba-

<sup>4</sup>nhos em forma virem faço saber que nas Paróquias das

<sup>5</sup>Igrejas de Santa Bárbara do lugar das

<sup>6</sup>nove Ribeiras desta Ilha terceira e de Nos

<sup>7</sup>as Senhora da Pena do lugar de Fontinhas

<sup>8</sup>desta mesma Ilha e Bispado de Angra

<sup>9</sup>foi denunciado em três dias festivos

<sup>10</sup>em como estava casado debaixo

<sup>11</sup>de fiança o Capitão João Ferreira Fon

<sup>12</sup>ceca filho legítimo que diz ser de João Fer

<sup>13</sup>reira Bellerique e Catharina Dias da

<sup>14</sup>Fonseca, e ele contraente natural

<sup>15</sup>e batizado na sobredita Igreja de San

<sup>16</sup>ta Barbara deste dito Bispado com Ma

<sup>17</sup>ria da Conceição filha legítima que diz

<sup>18</sup>ser de Antonio Coelho Valadão e Marga

<sup>19</sup>rida de São João já defunta natural

<sup>20</sup>e batizada na sobredita Igreja de Nos

---

<sup>39</sup> Trata-se dos proclamas de casamento preconizados pelo Concílio de Trento (1545-1564) que deveriam de ser realizados em três dias de preceito nas freguesias de origem dos nubentes.

<sup>21</sup>as Senhora da Pena do lugar da Fon  
<sup>22</sup>tinhas e ambos eles contraentes mora  
<sup>23</sup>dores na Itaverava das Minas<sup>40</sup>

O casal teve quatro filhos: Úrsula da Conceição que se casou com Antônio Lopes Cançado e foi residir no Arraial do Onça, hoje Pitangui; Felícia da Assunção do Senhor que contraiu núpcias com Bento Gonçalves Pacheco e permaneceu residindo na Freguesia de Santo Antônio da Itaverava; Ana Josepha do Sacramento e João Ferreira da Fonseca que foram residir no entorno da Capelinha de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos D'Água na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados.

Ana Josepha do Sacramento se une em matrimônio em 05 de Maio de 1760 com José da Cunha Barbosa e terão apenas dois filhos, Manoel, nascido em 22 de Janeiro de 1765 mas que não chega a idade adulta e o referido Padre Francisco Barbosa da Cunha cujo Processo *De Genere* citamos acima.

Entretanto, o que mais nos interessa nessa pesquisa é o que acontece com a descendência de João Ferreira da Fonseca que se casou em 01 de Outubro de 1759 com Anna Jacinta da Conceição. O casal edifica a Fazenda dos Olhos d'Água e até a quarta geração de seus descendentes, esta permanecerá entre os membros da família com uma extensão considerável. João e Ana tiveram 10 filhos que se unirão em matrimônio com apenas três famílias.

Felícia Jacinta da Conceição, Francisco Ferreira da Fonseca e Maria Magdalena de Jesus, os três mais velhos nesta exata ordem, se casaram com os irmãos Manoel da Costa Ribeiro, Ana Bernardes e José Joaquim da Costa, filhos de Pedro da Costa e Bernarda Josepha da Estrela, casal oriundo da Ilha de Santa Maria no Arquipélago dos Açores. Os dois próximos filhos mantendo-se a ordem de nascimento, Felisberto Ferreira da Fonseca e João Ferreira da Fonseca se mudam para a região da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Curral Novo, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, onde contraem matrimônio com as irmãs Joana Maria da Conceição e Josepha Maria da Assumpção da família Ferreira Armond que viria a se tornar uma

---

<sup>40</sup> AEAM – Referência: R:0516 / A:03 / P:0516. *De Genere* de Francisco Barbosa da Cunha. Data: 1796.

das mais influentes famílias da Comarca do Paraibuna segundo a tese de Doutorado de Antônio Henrique Duarte Lacerda<sup>41</sup>.

O sétimo filho Eduardo Ferreira da Fonseca se casou com Antônia Rita de Jesus Xavier da família Ferreira de Souza. Já Damaso Ferreira da Fonseca, o sexto filho, nascido em 18 de Janeiro de 1773, herdeiro da Fazenda dos Olhos d'Água, se une em Matrimônio em 1822 com uma sobrinha, vinte e três anos mais nova, Josepha Joaquina da Conceição filha de Felícia Jacinta sua irmã mais velha.

Os três filhos que permaneceram solteiros foram: Bernardina da Conceição companheira da mãe até o falecimento de Ana Jacinta em 1837 e residente na Fazenda dos Olhos D'Água até sua própria morte em 1865, uma menina de nome Maria da qual não temos mais informações e o Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca figura das mais importantes para a organização da família.

Com o falecimento de Damaso em 1833 quando seu primogênito contava com apenas 8 anos de idade, a fazenda dos Olhos D'Água passaria então para as mãos de sua esposa e sobrinha Josepha, e o Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca se tornaria o tutor dos órfãos.

A geração dos netos e dos bisnetos de João Ferreira da Fonseca e Ana Jacinta da Conceição é que nos chama a atenção nesta pesquisa. São ao todo 55 netos, dos quais 42 contraíram matrimônio. Destes 29 dentro da família e 13 com não-parentes. Isso significa que 69,04% dos membros da quarta geração da família que se casaram o fizeram de forma endogâmica. Aprofundando mais neste número percebemos que desses 29, 18 se casaram com primos de 1º grau, 5 com tios ou sobrinhas, 4 com primos irmão – aqueles que possuem os quatro avós em comum – e apenas 2 com primos de 2º grau. É importante frisar que esses matrimônios ocorreram em sua totalidade mais de trinta anos após a Bula *Magnan Profecta Cura* do Papa Pio VI em que autoriza-se a dispensa matrimonial entre parentes no Brasil, porém mantém a proibição para primos de 1º grau, primos-irmãos e tio-sobrinha.

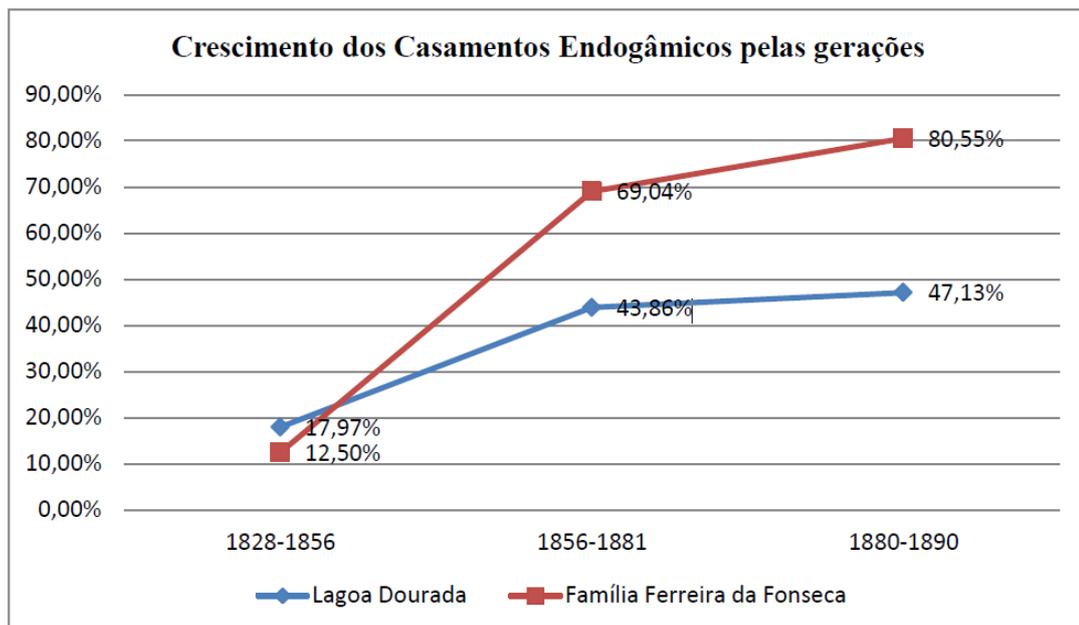
A quinta geração desta família apresenta dados ainda mais impressionantes de endogamia que a quarta. Nela possuímos o índice de 80,55% dos membros que se casaram, o realizando com parentes próximos em uma época em que a vila mais próxima, Lagoa Dourada Contava com o índice de 47,13% de endogamia. Importante apontar que aqui se considera apenas aqueles

---

<sup>41</sup> LACERDA, A. H. D. Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751/1850). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. Tese (Doutorado).

membros que permaneceram na região da Fazenda dos Olhos D'Água, devido a questões de viabilidade da pesquisa. Nessa geração foram contabilizados 48 membros, dos quais 42 contraíram matrimônio e destes só 7 com cônjuges de fora da família.

O gráfico abaixo apresenta as transformações na quantidade de casamentos endogâmicos tanto para a família Ferreira da Fonseca como para a Freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada, realizando uma comparação entre eles.



**Gráfico 1** - Crescimento dos Casamentos Endogâmicos pelas gerações.

### O que motivou esse alto índice de endogamia?

A resposta encontrada até o momento é a manutenção da Fazenda dos Olhos D'Água com uma estrutura semelhante à construída por João Ferreira da Fonseca em meados do Século XVIII. Podemos considerar que o intento foi logrado com êxito, pois pela descrição das posses da Fazenda em 1833 quando do Inventário de Damaso Ferreira da Fonseca e pelo registro feito pelo Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca devido à lei de Terras de 1850, percebemos que a Fazenda possuía a mesma extensão e mesmas posses.

Pela lei de Terras de 1850<sup>42</sup> que pretendia organizar a posse das propriedades rurais no Brasil Imperial cada proprietário deveria inscrever suas propriedades rurais em um livro de registro de Terras Paroquiais. Analisando o Livro referente à Brumado pode-se perceber a inscrição de 291 terras, das quais nenhuma se aproxima da extensão territorial apresentada pelo Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca – cerca de mil alqueires de terras de culturas – para a Fazenda dos Olhos D’Água.

Ilustrando a afirmativa de que a manutenção da terra se deu por casamentos entre primos que eram coerdeiros da fazenda, cito o caso das irmãs Rita Ilydia de Cassia e Maria Romana da Conceição que foram herdeiras pelo testamento do tio Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca em 1857, do pai Damaso Ferreira da Fonseca falecido em 1833, da mãe Josepha Joaquina da Conceição falecida em 1864, esta filha de Felícia irmã de Damaso. Se não bastasse por aí, as irmãs se casaram com seus primos-irmãos, Manoel Ferreira da Fonseca e João Ferreira da Fonseca, filhos de Felisberto Ferreira da Fonseca, irmão de Damaso e Felícia e também herdeiros de partes da fazenda.

Os dois casais citados acima assistem se formarem dois Matrimônios entre filhos seus: Ilydio Ferreira da Fonseca, nascido em 1847, segundo filho de João e Rita contrai núpcias em 15 de junho de 1869 com Maria Lya da Assumpção, nascida em 1851, e quarta filha de Manoel e Maria Romana. Dessa união nasceram 10 filhos. Por sua vez Marcolina Elidia de Cássia, oitava irmã de Ilydio, se une em Matrimônio com Camillo Ferreira da Fonseca, sétimo irmão de Maria Lya e têm com ele 4 filhos.

### **A Fazenda dos Olhos D’Água como herança**

Já ilustrado no tópico anterior, a manutenção da Fazenda dos Olhos D’Água foi um grande motivador das escolhas da família Ferreira da Fonseca em se valer dos casamentos endogâmicos. Após o falecimento de João Ferreira da Fonseca em 1790, a Fazenda foi dividida entre os herdeiros, ficando a maior parte, para a viúva Anna Jacintha e a Cede para o filho Damaso.

Em menos de setenta anos os arranjos matrimoniais empreendidos pelo clã familiar lhe proporcionaram reconstituir a fazenda com a mesma dimensão de outrora. Os filhos do Casal Ilydio Ferreira da Fonseca e Maria Lya da Assumpção iriam, praticamente sozinhos, se tornarem

---

<sup>42</sup> APM – Livro de Registro de Terras Paroquial. – Códice 028 – Registro 2446 – Brumado de Suassuhy (Nossa Senhora das Grotas do Queluz)

os proprietários de toda extensão de terras. Terras essas que sempre permaneceram unidas como percebemos pela descrição que faz o Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca no Livro de Registros de Terras de 1850 da Freguesia do Brumado do Suassuí<sup>43</sup>, onde declara possuir as terras em comunhão com alguns herdeiros do pai. Entretanto, a extensão descrita no dito registro se refere à Fazenda como um todo, cerca de mil alqueires.

Considerando tudo que foi exposto, não há como negar que por mais que encontremos mais justificativas para esse modelo de união matrimonial empreendido pela família Ferreira da Fonseca a permanência da posse e da extensão da Fazenda dos Olhos D'Água era uma justificativa completamente coerente e que norteou as escolhas desse grupo familiar.



Figura 1 - A Fazenda dos Olhos D'Água como herança.

### Conclusão

É importante apontar, que ao se tratar de um período temporal considerável como o proposto para essa pesquisa corre-se o risco de incorrer em erros. O primeiro grande risco é não percebermos que a visão de matrimônio e endogamia para aqueles membros da família do Século XVIII são completamente diferentes daquela do Século XIX. Isso por vários motivos, a *Bula Magnam Profectam Cura* de 1790, a Independência do Brasil e com isso o início de uma organização

<sup>43</sup> APM – Livro de Registro de Terras Paroquial. – Códice 028 – Registro 2446 – Brumado de Suassuhy (Nossa Senhora das Grotas do Queluz).

política em dois partidos Conservadores e Liberais, as leis que regiam a sociedade, e a própria transição da economia da Capitania das Minas para o que viria a movimentar a Província de Minas Gerais.

Porém, em ambos os séculos, por motivos diferentes, a posse da terra sempre foi e será algo fundamental para a vida agrária. Os arranjos para a manutenção da Fazenda dos Olhos D'Água com sua considerável extensão começam efetivamente a se intensificar no século XIX, quando a região de São João Del Rei passa a ter a incumbência de abastecer em grande parte a Capital Imperial com produtos da terra.

O comércio da Fazenda dos Olhos D'Água que produzia milho e principalmente cana, com a Cidade de São João Del Rei tornou a terra algo muito precioso e que deveria ser preservado pelas gerações vindouras.

# O cotidiano da família escrava no Brasil do século XIX, através da poesia “tragédia no lar” de Castro Alves

Rodrigo Ferreira da Silva

Mestrando em História

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

rodrigoigo5@hotmail.com

**RESUMO:** A Historiografia brasileira está repleta de discussões a cerca da escravidão e principalmente quando nos referimos aos clássicos da historiografia, temos uma visão paternalista de família e escravidão no Brasil do século XIX. Diante das várias análises a que se propõe a história em estudar a escravidão, neste presente estudo tem por finalidade perceber analisar as leituras feitas pelo poeta Castro Alves sobre o cotidiano da família escravizada no Brasil Imperial do século XIX, tomando por base a poesia "Tragédia no Lar" escrita em junho de 1865. Metodologicamente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática da relação entre a história e a literatura concernente as suas relações de sentidos e possibilidades quanto ao uso das poesias literárias como fontes documentais para a História, bem como, a influência que o poeta teve no Romantismo da terceira geração, tida como a geração condoreira e as reais leituras e intencionalidades do poeta para com a causa da família escravizada em sua poesia escrita para a classe dominante e letrada do país. Cada vez mais, a literatura vem recebendo um forte acolhimento entre os historiadores e as suas releituras através das artes vem possibilitando novos olhares e novas perspectivas a cerca da escravidão por exemplo. Diante deste contexto, destacar a literatura de cunho social a que se propôs Castro Alves é também dar visibilidades aqueles que através dos folhetins jornalísticos do século XIX, puderam provocar ao debate uma sociedade escravagista e tradicional que era a brasileira no Oitocentos. Neste cenário, não pode-se limitar os olhares ou deixar a cargo dos livros tradicionais suas visões e percepções sobre o processo de escravidão vivenciado no Brasil, mas também, não pode-se assumir como verdade as escritas em que os poetas e romancistas fizeram, mas sim, fazer uma análise de suas contribuições e de certas apropriações a cerca da temática, notando assim, a história em suas redações.

**PALAVRAS-CHAVES:** Cotidiano, Escravidão, Literatura, Castro Alves.

## O Contexto político-econômico-social da escravidão negra no Brasil no século XIX

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, e só o fez devido às pressões impostas pela Inglaterra ao governo, variando de acordo ao tratado que visava o combate ao tráfico de africanos. Essas pressões foram iniciadas em 1817 e se estenderam até 1840<sup>44</sup>. Porém, não foram suficientemente efetivas para frear o tráfico ilegal de cativos para o Brasil. O fim de fato só aconteceu com o combate direto de embarcações britânicas aos chamados navios negreiros nos portos e enseadas brasileiras. Mesmo após o fim do tráfico em 1851, a escravidão continuaria ainda por mais 40 anos, apesar dos movimentos anti-escravistas, ou seja, do movimento abolicionista a partir dos anos de 1870.

A justificativa para a permanência do tráfico no país por tanto tempo pode ser esboçada através da leitura da estrutura econômica agrária imposta desde o século XIV, que usava a mão-de-obra escrava em suas plantações de cana-de-açúcar, permanecendo esta estrutura ainda no século XVII, além de ser utilizada nas zonas mineradoras do séc. XVIII. No século XIX, a grande concentração de escravos acontecia nas fazendas de cafés, cabendo destaque para a região agro exportadora do vale do Paraíba segundo Emilia Viotti da Costa, e acrescenta que devido ao solo fértil que impulsionou a atividade proliferando para a província de São Paulo durante a segunda metade do século. Devido a impossibilidade do tráfico intercontinental, pelo menos na época oficial, um recurso bastante utilizado pelos aristocratas fora o comércio provincial, principalmente com as fazendas escravocratas do norte, que se encontravam em decadência.

O II império brasileiro fora envolvido por uma série de desgastes político-sociais, principalmente a partir de 1850 e como exemplo pode-se citar: a questão militar, questão servil, questão religiosa, que contribuíram decisivamente para o declínio Imperial <sup>45</sup> e há ainda a formação de uma classe de cafeicultores paulistas, estruturada politicamente em torno de um partido: O Republicano Paulista (PRP), esta classe também era economicamente forte e almejava espaço na corte imperial, ostentação que não gozava.

A guerra do Paraguai fora também um fator de declínio para a monarquia no Brasil, uma vez que as finanças imperiais estavam comprometidas, colaborada pelos altos gastos que a corte condicionava aos cofres públicos brasileiros. Diante deste cenário e ao conjunto de fatores citados, além de manifestação nos jornais e folhetins da época, veio se desgastando cada vez mais o “prestígio” da Corte brasileira.

Aliado a estes fatores do declínio da monarquia, havia um anseio pela república. Apesar dos republicanos, terem abafado a voz dos monarquistas, eles teciam pesadas críticas a visão republicana. Para os monarquistas a república representaria um levante militar fruto da indisciplina das classes armadas. Defendiam o Império expondo que trouxera tranquilidade, conservação, progresso, integridade e união.

---

<sup>44</sup> BROOHSWAW, David. **Raça e Cor na Literatura Brasileira**. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

<sup>45</sup> LOPEZ, L. R. **História do Brasil Imperial**. 7ª ed. Porto Alegre: mercado Aberto, 1999.

Esta visão que preconizava os monarquistas do Império mais parecia “um país das maravilhas”<sup>46</sup> que de fato, o Brasil do século XIX. Os monarquistas pregavam a emancipação da escravidão e não a abolição total como queriam os republicanos. A paz interna estava abalada por várias revoltas ou levantes como a revolta dos Nucker e do Quebra-Quilos, além da própria Guerra do Paraguai entre outras que perderam e mostraram a insatisfação que tinham com a condição a que estava submetido durante o II Império.

Ainda, na versão dos republicanos, a monarquia era considerada como uma anomalia da América, e enunciada já nos manifestos republicanos de 1870, sendo críticos ferrenhos do poder Moderador que segundo os republicanos subjugava os demais poderes; criticavam também a vitaliciedade do Senado, fraudes eleitorais, a centralização excessiva do governo monárquico e estes problemas só seriam resolvidos com a proclamação da República. Os republicanos lutavam pela abolição da escravidão e sem indenização dos proprietários de escravos, divergindo dos monarquistas que pregavam uma emancipação escravista, caso não, a abolição seria feita através de indenização aos fazendeiros e pessoas proprietários de escravos no Brasil. Diante deste cenário Castro Alves com suas poesias procurava sensibilizar alguns aristocratas para com a condição do negro na sociedade brasileira, procurando destacar a humanidade dos negros e escravos.

Daí percebermos a convergência das campanhas abolicionistas com o movimento republicano, que junto culminaria na luta pela liberdade dos cativos e da liberdade política. Afinal, a monarquia era detentora da escravidão e para abolir a escravidão era necessário a execração da monarquia. Apesar de Castro Alves nunca apresentar-se oficialmente como um republicano ele almejava, e isto está muito presente na sua obra, uma sociedade livre da escravidão, tanto que escreve poesias em vários estados como Pernambuco, Bahia e São Paulo.

Se no campo político acontecia todas essas discussões e quanto a economia? Certamente se encontrava em condições extremamente precárias, porque além de não gozar de um amplo apoio político, as arrecadações fiscais estavam sendo inferiores aos gastos da corte. A falta de uma política de incentivo à industrialização e mesmo a capacitação dos principais portos brasileiros contribuíram muito na perda das exportações dos produtos primários, elevando a importação e reduzindo a exportação. Isto enfraquecera o governo, tanto que o Império não podia pagar as indenizações aos fazendeiros para a libertação dos escravos, como anteceder a proposta dos monarquistas no Parlamento, libertação esta tão questionada pelo poeta em seus discursos nas academias de Direito do Recife e de São Paulo.

Naquele momento de acirradas discussões, que anunciavam o fim do império de escravidão, a corte político-econômica, que estava em declínio, ainda encontrava-se dividida. Por outro lado, os fazendeiros paulistas, fluminenses e mineiros encontravam-se economicamente forte e com uma classe de

---

<sup>46</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

grande representação no cenário imperial, já que o café estava em alta no período e era num dos principais produtos exportados e São Paulo seu maior expoente.

A Guerra do Paraguai, serviu para desviar o interesse do público em relação a escravidão, para com a causa patriótica que era a guerra, estando “acima de oposições e controvérsias”. Mas, também fora a guerra quem trouxera outros questionamentos com os militares e os “escravos-militares” que representavam o país na disputa. O governo ficou temeroso em armar os cativos para combater os paraguaios, pois com a posse da arma poderiam organizar levantes e, assim, lutar por sua liberdade. A presença dos escravos deixava os militares numa posição incômoda, uma vez que outrora, caçavam os cativos e durante a guerra lutavam, viveram e morreram juntos. No lado Paraguaio não havia escravidão, pois já fora abolida e com o contato com essa experiência de homens negros libertos, os militares, poderiam até perguntar-se: “porque nossos negros homens estão escravos?”

As modernas bibliografias apontam que o Imperador possuía pretensões de acordo com o planejamento proposto pelos emancipacionistas e desejava fazer referências no trono sobre a questão escravocrata. Mas Itaboraí, que no período era chefe de gabinete da monarquia, não achou prudente ao Imperador algum pronunciamento, até para não animar os ânimos públicos sobre a questão. Acrescenta que fora D. Pedro II quem incitou o projeto emancipacionista de S. Vicente, o próprio Nabuco<sup>47</sup> reconhece esta intenção e expõe que é notório a ação do Imperador na questão da suspensão do tráfico de escravos, notadamente de 1845 a 1850 e de 1856 até 1871, para com a emancipação dos filhos nascidos de mães escravizadas. Diante deste contexto é que foram aprovadas as leis de Eusébio de Queiroz (1850) e a de Rio Branco (1871) que é a Lei do Ventre Livre. Eram essas demoras na ação política do Império que a sociedade civil organizada não aceitava, a própria literatura reflete este inconformismo ao denunciar as condições de miserabilidade que os negros estavam nas senzalas.

Poetas, como Castro Alves, clamavam medidas eficazes dessas leis, tanto que escreveu “Navio negro” em 1868, ou seja, 18 anos após o fim do tráfico de escravos. Então, neste caso do tráfico, percebemos como eram ineficientes algumas autoridades que mesmo com a proibição ainda traficavam seres humanos, como “narra” o poeta dos escravos.

O projeto da Lei do Ventre livre chegou à Câmara em 12 de maio de 1871 e encontrou forte oposição principalmente de José de Alencar, Ferreira Viana e Paulinho, e divergindo dos deputados citados anteriormente, estavam Saião Lobato, João Alfredo, etc. Já no Senado, os liberais se encontravam

---

<sup>47</sup> VIANNA, Francisco José de Oliveira. **O ocaso do Império**. 4ªed. Recife: Ed. Massangana, 1990.

representados por Joaquim Nabuco, Paranaguá, Otávio que defenderam o projeto, já que não havia integrantes do partido liberal na Câmara.<sup>48</sup>

Este era um momento de conturbação social devido às questões abolicionistas; há relatórios dos chefes policiais da província fluminense que grupos encapuzados agiram como um verdadeiro KU-KLUX-KLAN tupiniquim, com ações de torturas a negros acusados de crimes, além de fazendeiros solicitarem ao governo a formação de uma milícia organizada pelos próprios, afim de defender sua integridade territorial, que encontrava-se ameaçadas, pois as invasões eram libertárias dos cativos ali aprisionados e os instrumentos torturantes aos escravos eram expostos ao público em plena praça, o autor ainda informa que instalara-se o pânico nas zonas escravizadoras.

Apesar de alguns lugares estarem numa situação periclitante como podemos observar anteriormente, mas há um início do poder executivo, principalmente no que tange o Gabinete de Itaboraí, para com a questão servil<sup>49</sup>. É a Câmara quem tomou a iniciativa de formar uma Comissão para dar seu parecer sobre a escravidão no Império. Salientou que para obter a aprovação da lei do Ventre Livre, teve que pedir apoio as classes dominantes para aprovar, pois a trabalho escravo não era essencial. Durante a aprovação do projeto, dos 42 (quarenta e dois) deputados da região Centro Sul, 30 (trinta) se opuseram a proposta. No Senado um terço dos Centro-Sulinos votaram contra a projeto. Efetivamente, o autor salienta que “todos os senhores mantiveram o escravo até a idade de 21 anos, ficando sua libertação transposta para 1892”<sup>50</sup>.

No entanto esta discussão não era nova, pelo menos no senado Imperial, pois foram apresentadas propostas anteriores para a libertação dos nascidos, tanto que em 17 de maio de 1865 foram apresentados três projetos de lei referente a esta temática.

### **A leitura da escravidão através da poesia “Tragédia no Lar”**

Neste contexto, a literatura pode ser tomada como fonte de produção de significados de uma época e neste caso, a literatura pode ser tomada como um relato, como um desenho do quadro “Abolição/ Escravidão” que de certa forma, projeta o futuro, e estas literaturas tem sido definidas por diferentes historiadores da literatura, como romântica ou realista.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil Império**. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>49</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **Abolição**. São Paulo: Ática, 1988.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_ *Abolição*, p. 36.

<sup>51</sup> JORGE, Elaine Cristina da Silva (et al). *História, Literatura e Pintura: O Cotidiano dos Escravos*. In: LINS, Juarez Nogueira. *Literatura, Leitura e Ensino*. Guarabira: UEPB, 2006.

Nas discussões acerca da escravidão, uma das formas muito usufruída pelos anti-escravistas, certamente fora a literatura, principalmente a publicada em folhetins.

Apesar de Castro Alves não ter vivido no auge do abolicionismo, suas poesias nos remetem ao pensamento abolicionista, devido sua luta travada contra a aristocracia escravista brasileira. Certamente, Castro Alves fora um dos precursores deste movimento. Na sua concepção de liberdade, pregava a abolição da escravidão.

Suas poesias percorreram o Brasil. Desta forma é que foi atribuído o título de Poeta dos Escravos. Diante desse contexto, dentre suas poesias analisaremos duas: 'Tragédia no lar' (julho de 1865), enfocando o cotidiano dos escravos, para compreendermos e mesmo, percebemos aos olhos de Alves e da História a representação deste cotidiano, versando diálogos, diluindo fronteiras. O texto trás à tona também uma nova discussão do que vem a ser tragédia do cotidiano negro(a).

A literatura brasileira teve uma forte participação no movimento, uma vez que a produção histórica do século XIX, não priorizava o cotidiano dos negros nas senzalas e no tráfico, dedicando-se mais a "narrar" em linhas gerais estas situações, diferindo das poesias de Castro Alves que trazia consigo esses olhares. Porém, apenas no século XX é que foram levados em consideração pelos autores, onde foi possível relacionar o que Castro Alves escreveu com as pesquisas realizadas na atualidade, algo constatado pelo poeta já no séc. XIX.

#### **Comércio, lutas e cotidiano nas senzalas brasileiras através da poesia 'Tragédia no lar'**

Na poesia: "Tragédia no lar", o autor enfoca o cotidiano dos escravos, numa senzala sobre uma família. Relata a situação periclitante em que estão condicionados e observa a relação da mãe para com o filho e seu senhor. Faz um convite aos "cidadãos" (homens e mulheres) para que entrem na senzala, de forma enfática e eloquente:

Leitor, se não tens desprezo  
de vir descer às senzalas,  
Trocar tapetes e solas  
Por um alouce cruel  
Vem comigo, mas... cuidado...  
Que o teu rustido bordado

Não fique no chão manchado,  
No chão do imundo bordel..  
(...)  
Não venham esses que negam  
A esmola do leproso, ao pobre.  
A luva branca do nobre  
Oh! senhores, não mancheis...  
os pés lá pisam em lama,  
Porém as fronteiras são puras  
Mas vós nas faces impuras  
Tendes lodo, e pres nos pés.”<sup>52</sup>

Percebe-se nesta poesia que o autor tece críticas também a sociedade por compactuar com essa anomalia social e que os “cidadãos” percebam o absurdo na utilização da mão-de-obra cativa, não se importando com as condições insalubres onde, geralmente, estavam todos os cativos, que era a senzala, sem comodidade e com muitos seres humanos vivendo no mesmo ambiente. Notamos também como o autor descreve as vestimentas dos nobres, seus símbolos aristocratas: o vestido longo e as luvas brancas.

Na senzala acontece atrocidades e é isto que Castro Alves quer mostrar à sociedade, tocando no seio maternal, escreve uma transação comercial de uma criança afim de instigar debates sobre a utilização da mão-de-obra infantil. Em “Tragédia no lar” poesia escrita em 1865, o poeta dramaticamente, descreve este ato:

- Escrava, dá-me teu filho!

Senhores, ide-lo ver:

É forte, de uma raça bem provada

Havemos tudo fazer

Assim dizia o fazendeiro, rindo,

E agitava o chicote...

---

<sup>52</sup> ALVES, Castro. **Os Escravos**. Coleção clássicos da literatura: obra completa. Rio de Janeiro, 2004, p 38-39. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

[...]

- Dá-me teu filho! repetiu bremente

O Senhor, de sobr'olho carregado.

- Impossível!...

- Que dizeis, miserável?!

- Perdão, senhor! perdão! meu filho dorme...

Inda há pouco o embalei, pobre inocente

Que nem sequer presente

Que ides...

- Sim, que o vou vender!

- Vender?!... Vender meu filho?!

Senhor, por piedade, não...

Vós sois bom... antes do peito

Me arranqueis o coração!

Por piedade, matai-me! Oh! é impossível

Que me roubem da vida o único bem!

Apenas sabe ri... é tão pequeno!

Inda não sabe me chamar?... Também

Senhor, vós tendes filhos ... quem não tem?

[...]

Deixai meu filho... arrancai-me

Antes a alma e o coração

- Cala-te miserável! Meus senhores,

O escravo podeis ver...

E a mãe em pranto aos pés dos mercadores

Atirou-se a gemer<sup>53</sup>.

Mesmo com a extinção do tráfico do continente africano a partir de 1850, ocorria o tráfico interprovincial, principalmente da região Norte. Os cafeicultores dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro importaram muitos cativos do nordeste, para suprir suas necessidades nos Estados, já que não era permitido o tráfico internacional. O preço dos cativos estava em alta no mercado até pela escassez. De repente, até esta poesia certamente “influenciou parlamentares” a aprovarem a lei do ventre livre após a morte do poeta, em sua homenagem<sup>54</sup>.

O negro vivia no Brasil como se fosse animal, não possuía direito, podia ser trocado, castigado, vendido, mutilado e morto, até por ser tido como uma propriedade privada igual a qualquer outro animal como porco ou cavalo.

A presença do chicote na segunda estrofe, aponta para esta condição atribuída a escrava, tanto que “agitava o chicote”; juntamente para mostrar a cativa, que caso não obedecesse, seria certamente chicoteada. A condição de objeto material e amparado na constituição nacional, dava plenos poderes aos senhores escravocratas realizarem tais atitudes, perversas aos olhos humanos e é neste contexto social, que Castro Alves enfoca na sua poesia esta ação condenatória. Mesmo que seja pela luz do Romantismo.

No entanto, nem sempre a venda era feita de forma aceitável pelos membros da comunidade negra, instalados nas senzalas; tanto que na própria poesia em questão, ocorre uma espécie de tentativa de um levante para combater o senhor e o comerciante que deseja efetuar a compra, onde Castro Alves torna-se voz de alguns cativos no seu enredo:

- Nem mais um passo, cobardes!  
Nem mais um passo! ladrões!  
Se os outros roubam as bolsas, vós roubais os corações!...  
Entram três negros possantes,  
Brilham punhais traiçoeiros...  
Rolam por terra os primeiros

<sup>53</sup> ALVES, *Os Escravos*, p 40-41.

<sup>54</sup> MOURA, Clovis. **História do Negro Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo, 1992.

Da morte nas contorções.<sup>55</sup>

Apesar do autor ser “sutil”, ao esboçar um descontentamento dos negros, não consegue e a comercialização é efetuada. Pelas estrofes percebemos que houve uma luta, mas que infelizmente, os objetivos a que destinaram os cativos não se concretizaram ou menos o autor não o quis concretizar. Talvez esteja ludibriado pela possibilidade de persuadir o público, com sua poesia voltada para a construção de uma imagem de escravo fraco perante seus donos de cor branca, pois assim com esta e todas as demais poesias, Alves irá apresentar desta forma o elemento negro da sociedade brasileira.

No entanto, nem sempre os levantes feitos contra os donos dos escravos foram “controlados”. Os africanos e descendentes lutaram como puderam. Pertinente a esse pensamento, há três formas de caracterizar as resistências dos escravos brasileiros: revolta organizada, caracterizada pela tomada do poder; insurreição armada e a fuga para o mato que resultava em quilombos. Referindo-se a fuga como forma de resistência<sup>56</sup>, destaca-se quando os cativos eram recapturados eram ferrados com a letra F, num local visível para indicar que era fujão, além de outros suplícios.

Diante deste cenário, mesmo tendo um cativo com a resistência a escravidão terá a perseguição dos senhores, e o pior, amparados na lei até por que quando ocorria um levante contra seu “dono”, o escravo poderia vir a ser punido com chicote. Como no caso, aconteceu nesta poesia. Porém, muito antes de serem efetivamente cadáveres, são torturados, e quanto a seus corpos, para onde vão? Nas regiões litorâneas, muitos cativos foram sepultados em covas rasas na beira da maré<sup>57</sup>, e que não era difícil encontrar os cachorros desenterrando e comendo braços e mãos, o mesmo com os urubus. O autor ainda enfoca que fora cortado em pedaços um corpo de um cativo por ter assassinado um dos religiosos da Ordem do Carmo.

Percebe-se então, que nem sempre os escravos aceitavam pacificamente as atitudes dos senhores de engenho, barões do café, das minas, entre outros, mesmo sabendo das consequências

<sup>55</sup> ALVES, *Os Escravos*, p. 43.

<sup>56</sup> LUNA, Luiz. **O Negro na Luta Contra a Escravidão**. 2ª ed.rev. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília, INL, 1976.

<sup>57</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 2ªed. Rio de Janeiro/ Brasília: José Olímpio editora/ INL-MEC, 1980.

caso não surtiram o efeito esperado. A decapitação do corpo como enfocou Gilberto Freyre anteriormente, é a demonstração do medo que a “sociedade” possuía para com outras atitudes parecidas ou iguais ao que aconteceu com o Religioso da Ordem do Carmo. Esta ação de decapitação era justamente para amedrontar os cativos servindo de exemplo para os demais. Mas, nem esse tipo de amedrontação destemia alguns cativos<sup>58</sup>, pois há o caso dos fazendeiros José Martins Portela (Rio Bonito- RJ) e Miguel Teixeira de Mendonça (Barra Mansa – RJ) que foi morto por seus escravos e sofreram tentativas de assassinato, respectivamente.

Mesmo que muitas famílias não puderam ser família no Brasil, os laços permanecem assim como a cultura nas relações pessoais e sociais entre a Casa Grande e a Senzala, pois com a imposição da cultura branca europeizada o modelo de “família” teve que se adequar ao sistema escravista que via nos negros uma fonte comercial e de trabalho e não como seres humanos.

Castro Alves em sua poesia, ao seu modo, em *Tragédia no Lar*, quis de certo expor estas mazelas sociais e que entre a escravidão negra no país, há seres humanos perdidos num país do Atlântico que foram seres sequestrados de seus lares, agora reconstróem os valores familiares como podem, dentro das senzalas, dentro do que foi dado como digno aos objetos comerciais que são os negros no Brasil neste período imperial.

---

<sup>58</sup> ARINOS, Afonso de Melo Franco “Agitação do escravo no Rio de Janeiro” IN: CARNEIRO, Edson. (Org) *Antologia do negro brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1950.

# Vidas femininas na reconstituição das relações familiares e sociais em Minas Gerais, século XVIII-XIX

**Lucilene Macedo da Costa**

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

lu\_macedocosta@yahoo.com.br

**RESUMO:** Através dos métodos da Demografia Histórica, da História da Família e tomando gênero como uma categoria de análise, o principal objetivo desse trabalho é o estudo das relações sociais em Minas Gerais, mais precisamente na região de Guarapiranga, em fins do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Os Inventários post-mortem, Testamentos, Listas Nominativas, Registros de Batismo e Processos Matrimoniais constituem-se na base primária dessa pesquisa. As análises quantitativas nos permitem uma reconstituição de um contexto social, enquanto as análises qualitativas nos proporcionam o estudo dos laços familiares, conjugais e de gênero, fazendo com que os dados estatísticos ganhem novo sentido através das relações constituídas pelos sujeitos históricos. Tomando a família como estrutura básica para a vivência social no período analisado, nos propomos a demonstrar como a atuação dos sujeitos históricos demarca os diversos tipos de organização familiar.

**PALAVRAS-CHAVES:** História da família; Trajetória de mulheres; Rede social.

## Introdução

O presente artigo se propõe a apresentar parte dos resultados obtidos em uma pesquisa de Mestrado, orientada pela Professora Doutora Andréa Lisly Gonçalves, na *Universidade Federal de Ouro Preto*.

Nosso objeto de pesquisa é constituído pela análise da trajetória de duas mulheres que viveram na freguesia de Guarapiranga entre os séculos XVIII e XIX. O recorte temporal engloba os anos de 1773 a 1865, que demarcam nascimento e morte das personagens. O principal objetivo de nosso trabalho está em analisar as relações de gênero e sociais estabelecidas por elas.

Para a reconstituição da história de vida das duas mulheres, foi necessária a reunião de informações, coletadas em diversos tipos de fontes históricas, analisadas e cruzadas a fim de dar sentido às vivências dos indivíduos que compuseram a rede de relações dessas personagens. Portanto, os métodos da Demografia Histórica foram essenciais no momento de construção de base de dados e cruzamento das informações para identificação de cada indivíduo. No Brasil, a diversificação de fontes e a utilização de manuscritos na pesquisa histórica tiveram o seu avanço

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

juntamente ao desenvolvimento da Demografia Histórica, que tem o seu início na década de 1960 e seu desenvolvimento efetivo a partir de 1980, quando Maria Luiza Marcílio utiliza a técnica de reconstituição de famílias de Louis Henry.

Para acompanhar a trajetória dessas mulheres também foi essencial um entendimento dos “laços fortes”, para depois entendermos como elas se posicionaram no meio social e como construíram os “laços fracos”<sup>59</sup>. Nesse artigo, nos deteremos aos “laços fortes” das personagens, portanto, a História da Família será uma grande aliada na compreensão das histórias de vida.

Os estudos sobre a família foram retomados na década de 1970. As abordagens sobre essa temática ultrapassaram os limites de consanguinidade, abarcando todos os modelos de família em seus aspectos cotidianos, públicos e privados<sup>60</sup>. O desenvolvimento da demografia histórica influenciou historiadores brasileiros na definição de novas variáveis para suas análises: taxas de mortalidade, natalidade/fecundidade, migração e nupcialidade<sup>61</sup>.

A seguir apresentamos brevemente o contexto social da freguesia de Guarapiranga, espaço habitado por nossas personagens e pelos indivíduos das redes sociais das quais faziam parte. Ao apresentarmos o cruzamento de dados que nos informam sobre a trajetória de cada uma dessas mulheres perceberemos que possuíam trajetórias distintas, mas que em ambas as histórias o acompanhamento dos laços de parentesco e matrimoniais foram imprescindíveis para a visualização dos indivíduos na rede de relações.

### **Freguesia de Guarapiranga**

---

<sup>59</sup>Utilizamos aqui os conceitos de Mark Granovetter que criou a tese da função das relações sociais. De acordo com as teorias desse autor “indivíduos que compartilham ‘Laços Fortes’ comumente participam de um mesmo círculo social, ao passo que os indivíduos com os quais temos relações de ‘Laços Fracos’ são importantes porque nos conectam com vários outros grupos, rompendo a configuração de ‘ilhas isoladas’ dos *clusters* e assumindo a configuração de rede social. Nesse sentido, as relações baseadas em ‘Laços Fortes’ levam a uma topologia da rede, isto é, definem a configuração dos nós da rede de conexões entre os indivíduos no ciberespaço, no qual as relações de ‘Laços Fracos’ funcionam como *bridges* desses *clusters*. Quanto menos relações de ‘Laços Fracos’, menos *bridges* e menos inovação.” In: KAUFMAN, Dora. A força dos “Laços Fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. *Galaxia*. São Paulo, n. 23, p. 207-218, jun. 2012.

<sup>60</sup>FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 432 p.

<sup>61</sup>BOTELHO, Tarcísio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambú, *Anais...*, Caxambú, ABEP, 20-24 de Setembro de 2004.

A freguesia de Guarapiranga localizava-se entre a região Mineradora Central e a Zona da Mata<sup>62</sup>, ao sul da cidade de Mariana e oeste da antiga Vila de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), banhada pelo rio Piranga, fazia parte do Termo da Cidade de Mariana. “Teve grande importância econômica, figurando entre os principais núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara de Mariana. Esta proeminência lhe conferiu a elevação à condição de freguesia e vigaria com título colativo, conforme consta em carta régia de 1724”<sup>63</sup>.

Entre 1750 e 1808, a freguesia tinha os seguintes arraiais e povoados subordinados à sua jurisdição: Guarapiranga (atual cidade de Piranga), Barra do Bacalhau (Guaraciaba), São Caetano do Xopotó (Cipotânea), Pirapetinga, Pinheiro, Manja Léguas, Calambau (Presidente Bernardes), Brás Pires (ou Senhora do Rosário) e Tapera (Porto Firme)<sup>64</sup>. Ao lado de Furquim, Guarapiranga correspondia à maior freguesia do Termo de Mariana em extensão territorial<sup>65</sup>.

Os limites da freguesia foram definidos principalmente em relação à mineração, mas algumas porções do território apresentavam o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, visto que “estas áreas respondiam pelo abastecimento do centro da região e representavam a transição para as regiões vizinhas, onde o cultivo e a criação eram atividades centrais”<sup>66</sup>.

Através de análise de inventários no período de 1749 a 1820, Patrício Carneiro e Ralfo Matos destacam o cultivo de milho e feijão, a criação de porcos e bois para consumo doméstico, animais para carregamento de cargas. “Os gêneros cultivados, conjugados à pecuária suína, apontam para uma estreita ligação entre atividade agrícola roceira e produção voltada, principalmente, para o autoconsumo.”<sup>67</sup> Os autores também identificaram duas atividades

---

<sup>62</sup>PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 161-191, jan./jun, 2010.

<sup>63</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (1760-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014, p. 34.

<sup>64</sup> CHAVES, Cláudia Maria da Graça, PIRES, Maria do Carmo, MAGALHÃES, Sônia Maria (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

<sup>65</sup> LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. *Vigilância, Distinção e Honra: Inquisição e Dinâmica dos Poderes Locais no Sertão das Minas Setecentistas*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

<sup>66</sup> CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Secretaria da ABPHE, 2003. p. 25.

<sup>67</sup> CARNEIRO, Patrício A.S., MATOS, Ralfo E. S. A formação do espaço agrário no Leste da Capitania de Minas Gerais: vales dos rios Piranga e Paraibuna (1694-1835). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, XIII, 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 2008. p. 7.

econômicas de caráter mercantil: a produção do fumo no vale do rio Xopotó; engenhos de açúcar, aguardente e rapaduras, com destaque para o distrito de Santo Antônio do Calambau.

Com o declínio da extração aurífera, a economia mineira passou por um processo de rearticulação, iniciando-se a "acomodação evolutiva"<sup>68</sup>, no qual o setor agrícola teve maior destaque – o conhecido processo de “ruralização” da economia<sup>69</sup>. Assim, a freguesia de Guarapiranga é representativa para o entendimento desse processo, pois “caracterizou-se como um lugar de transição de uma sociedade urbanizada para uma região rural socialmente estável”<sup>70</sup>.

Nesse período de reorganização da economia mineira, a agricultura assume uma posição de destaque na economia de Guarapiranga, atraindo um forte contingente populacional e ocasionando um surto demográfico. Além das unidades agrárias, havia a coexistência de atividades agropastoris, de extração mineral, proto-industriais (sendo mais comum a tecelagem). A região mantinha atividades complexas e diversificadas, apontando para a existência de uma economia mercantil com função de abastecimento de regiões limítrofes<sup>71</sup>.

No processo de formação e desenvolvimento da sociedade piranguense a família assumiu uma posição central, pois além de unidade básica majoritária da vida social, era a unidade primária da vida econômica. Desempenhava uma função vital na reprodução da economia local, a partir de sua própria dinâmica reprodutiva.<sup>72</sup>

A partir da Lista Nominativa de 1831-32<sup>73</sup>, foram contabilizados 7.442 indivíduos livres e libertos e 2.176 escravos para a freguesia. A porcentagem da população piranguense livre (67,87%) se aproximava do valor encontrado para Minas Gerais (66,06%). A maior parte desse

---

<sup>68</sup> LIBBY Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>69</sup> CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

<sup>70</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola*, p. 35.

<sup>71</sup> LEMOS, Gusthavo, LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. Distinguir & enraizar nas Minas Gerais: estratégias sociais da elite local da freguesia de Guarapiranga (1750-1850). In: COLÓQUIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 2º, 2008, Juiz de Fora. *Anais...*, Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

<sup>72</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola – Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014.

<sup>73</sup> Essa fonte foi digitalizada e disponibilizada pela equipe de pesquisadores do CEDEPLAR através do programa de População nas Listas Nominativas de Minas Gerais na década de 1830 – Poplin-Minas -1830 (Disponível em: <<https://ti.eng.ufmg.br/pop30/>>, acesso 05 ago 2015).

seguimento populacional compunha-se por pardos (50,38%), enquanto os crioulos e africanos correspondiam a 12,83% e 2,78%, respectivamente.<sup>74</sup>

Entre os cativos foi possível listar quatro categorias étnicas: crioulos (49,17%), africanos (37,57%), pardos (12,60%) e cabras (0,66%). Ao se comparar as proporções entre os sexos dos cativos, vê-se a grande maioria de africanos entre os homens e de crioulos entre as mulheres. Essas informações podem confirmar o envolvimento da região no tráfico interprovincial.

A partir das análises da Lista Nominativa de 1831-32, Mateus Andrade sugere uma microrregionalização da freguesia de Guarapiranga e através dessa perspectiva realiza a reconstituição da dinamicidade demográfica e econômica de cada parte da região:

a microrregião norte caracteriza-se pela grande presença de pessoas livres de cor, provavelmente egressos do cativo em uma região primária de colonização, que no século XIX estava estancada economicamente – reflexo do esgotamento das lavras auríferas e da não solidificação de uma indústria canavieira agroexportadora. Já a microrregião central é definida pelo expressivo número de escravos, provavelmente reflexo da vocação agrícola [...] A microrregião sul possui características demográficas semelhantes às das localidades setentrionais e centrais, contudo, é onde se encontra o maior percentual de indivíduos recenseados como brancos nas listas nominativas.<sup>75</sup>

A partir dessa perspectiva, é possível perceber os percentuais étnicos de cada microrregião e onde se concentrava o maior número de pessoas livres de cor. “Na microrregião norte, correspondiam a 82,73% da população livre, na central a 61,26% e na porção sul a 58,73%, configurando um quadro disperso da significância desta população entre as microrregiões”<sup>76</sup>.

Assim, podemos dizer que a freguesia de Guarapiranga era populosa e soube se adequar às mudanças ocorridas no decorrer dos séculos XVIII e XIX em sua estrutura econômica e demográfica.

### **A trajetória de Clara Maria Violante**

Nossa primeira personagem viveu no distrito de Manja Léguas, ao norte da Freguesia de Guarapiranga. Era composto por 66 domicílios, 360 habitantes, sendo 177 homens e 183 mulheres. Os escravos correspondiam a 63,88% da população masculina e 38,63% da feminina. A composição étnica da população se dava pela maior porcentagem de pardos entre os livres e de crioulos entre os escravos, o que indica uma forte tendência à mobilidade social entre os cativos.

<sup>74</sup>ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola*.

<sup>75</sup>ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola*, p. 56.

<sup>76</sup>\_\_\_\_\_. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola*, p. 60.

Clara Maria Violante nasceu no ano de 1773, era filha legítima de Caetano José Machado e Clara Dias Cunha.<sup>77</sup> Por parte materna Clara possuía ascendência africana, enquanto pela parte paterna a herança do sangue era portuguesa.

A mãe e a avó de Clara teceram relações com homens que ocupavam outro patamar da escala social, pelo menos, no quesito cor. Teresa Dias (avó) teve uma relação ilegítima com seu senhor, Antonio Dias Cunha, da qual nascera Clara Dias Cunha (mãe), que foi batizada como liberta a mando de seu pai<sup>78</sup>, o que a possibilitou tecer relações sociais em um mundo livre e casar-se com um homem de origem portuguesa, Caetano José Machado.

Ao analisar o Inventário de Caetano José Machado, que morre precocemente no ano de 1798, percebemos que ele deixou a cada um de seus cinco filhos uma quantia de 113\$579 (cento e treze mil quinhentos e setenta e nove réis). Em um grupo de 6 filhos, Clara e seu irmão eram os únicos solteiros. Por isso, Caetano teve a preocupação de deixar em Testamento a quantia referente ao dote de Clara, a escrava Rita de oito anos, no valor de 70\$000 (setenta mil réis).<sup>79</sup>

Em 1815, foram feitas as proclamas do enlace matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante. O noivo estava em sua segunda núpcia e através do Processo Matrimonial de seu primeiro casamento localizamos a cópia de seu Registro de Batismo datado de 1756<sup>80</sup>. Antonio foi registrado como filho de pais incógnitos, exposto em casa de alguém, o que demonstra uma diferença de, pelo menos, 17 anos entre Clara e seu pretendente.

O casal teve que solicitar dispensa matrimonial, pois além de serem acusados de manter, por muitos anos, uma relação ilegítima, Antonio também foi acusado de cópula com a irmã da contraente. Após depoimentos dos nubentes e das testemunhas, a licença matrimonial foi concedida ao casal e em fevereiro do ano seguinte foi habilitado para receber o sacramento, ele com, pelo menos, 59 anos e ela com 42 anos. Nesse caso, talvez o casamento foi o meio de legitimar os laços, a fim de defender o patrimônio construído e garantir a posse para o que ficasse viúvo primeiro, já que o casal não chegou a ter filhos.

---

<sup>77</sup>Cópia do Registro de Batismo de Clara Maria Violante. In: ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Processo Matrimonial Antonio de Souza Lobo e Clara Maria*, 33-8162, 081620.

<sup>78</sup>Cópia do Registro de Batismo de Clara Dias Cunha. In: AEAM. *Processo Matrimonial Caetano José Machado e Clara Dias da Cunha*. 02-151, 001501.

<sup>79</sup>Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. *Inventário de Caetano José Machado*. 1º Ofício, Códice 35, Auto: 821.

<sup>80</sup>AEAM. *Processo Matrimonial Antonio de Souza Lobo e Inácia Maria do Sacramento*. 01-124, reg. 001236.

Pouco tempo após esse casamento, Clara Dias Cunha morre no ano de 1818.<sup>81</sup> Sua herança de 538\$425 (quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco réis) foi dividida entre suas filhas e genros. Cada herdeira recebeu a quantia de 94\$270 (noventa quatro mil e duzentos e setenta réis). Somando a legítima paterna e materna, Clara Maria Violante já possuía uma quantia equivalente a 207\$849 (duzentos e sete mil oitocentos e quarenta e nove réis).

Nas duas Listas Nominativas (1831-32 e 1838-39) que tivemos acesso a informações do distrito de Manja Léguas, Clara Maria Violante aparece acompanhada de seu marido<sup>82</sup>. Além do casal o domicílio abrigava uma neta (Maria) e o marido (Felipe), um agregado e seis cativos. Ainda é possível saber os ofícios dos membros desse núcleo familiar: Antonio e Felipe foram classificados como lavradores, Clara como fiadeira e sua neta Maria como costureira.<sup>83</sup>

A Lista Nominativa de 1831-32 demonstra que no distrito de Manja Léguas a maioria dos domicílios estava sob chefia masculina (45), sendo quatro solteiros, 1 viúvo e 40 casados. Os outros 21 fogos estavam sob os comandados de mulheres, sendo 15 solteiras, cinco viúvas e uma casada, sem a presença do marido. Os ofícios mais exercidos pelos homens era o de lavrador (19), comerciante (11) e jornaleiro (8), enquanto as mulheres chefes exerciam com mais frequência atividades de fiação (8), lavradora (8) e tecelagem (3). Assim, podemos dizer que Clara e seus familiares ajudaram a compor os dados demográficos mais relevantes do distrito.

Em 1854, Clara deixou todas suas vontades registradas em Testamento. Nesse documento, ela confirma que fora casada com Antonio de Souza Lobo por contrato de arras<sup>84</sup> e que não tiveram filhos desse matrimônio. Assim, ela reconhece os seus filhos, João de Souza e Lúcio José Dias, como naturais e os institui por seus herdeiros. Na ocasião, os filhos já haviam falecido e ficou determinado que fossem representados por seus respectivos filhos legítimos e naturais.

No ano de 1856 foi feito o Inventário de Clara Maria Violante<sup>85</sup>, que nos informa um pouco mais de sua vida econômica, sendo possível, através do arrolamento de bens, contabilizar

---

<sup>81</sup>AHCSM. *Inventário de Clara Dias da Cunha*. 1º Ofício, Códice 74, Auto: 1562.

<sup>82</sup>Não tivemos acesso ao Inventário de Antonio de Souza Lobo e não sabemos o ano de seu falecimento, só que foi entre 1838 e 1854.

<sup>83</sup>Lista Nominativa de 1838-39. Disponível em: <<https://ti.eng.ufmg.br/pop30/>>, acesso em 30 jun. 2015.

<sup>84</sup>Esse tipo de contrato, estabelecido no momento do sacramento matrimonial, consistia na promessa que o marido fazia à mulher de lhe deixar certa quantia pra o seu sustento e tratamento caso ele morresse antes. Cf.: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino: anlico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

<sup>85</sup>ARQUIVO do Fórum de Piranga. *Inventário de Clara Maria Violante*. Códice A208, Auto 584.

o monte-mor acumulado por essa mulher. Entre escravos, bens de raiz, mobiliário, roupas e peças domiciliares, Clara conseguiu somar um monte-mor de 2:445\$800 (dois contos quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos réis).

### **A trajetória de Francisca Januário Carneiro**

Nossa segunda personagem vivia na porção central da freguesia, no distrito de Piranga. Composto por 373 domicílios, divididos em 15 quarteirões, somando um total de 2.001 habitantes. Entre os homens contava-se 1.031 indivíduos, sendo 637 (61,78%) livres e 394 (38,21%) escravos, enquanto entre as mulheres 970, sendo 738 (76,08%) livres e 232 (23,91%) cativas. A população compunha-se etnicamente pela maioria de pardos entre os livres, de africanos entre os homens cativos e crioulas entre as mulheres escravas.

Em 1781, nasceu nossa segunda personagem, que foi batizada como Francisca de Paula Magalhães (e permanece com esse nome até o seu segundo casamento), filha legítima do Licenciado Francisco de Magalhães Canavazes e de Tomazia Rosa dos Santos<sup>86</sup>.

Seu pai era um homem de origem portuguesa, nascido e batizado na Freguesia de Santa Maria de Furnas do Bispado do Porto, filho legítimo de Manoel Moreira Pinto e de Maria de Souza Magalhães. Francisco faleceu precocemente em 1791, deixando seus filhos menores de idade sob a responsabilidade de Tomazia Rosa dos Santos.<sup>87</sup>

Através do Inventário de Francisco percebemos que a família Canavazes era modesta, mas possuidora de alguns bens, sendo a botica a maior riqueza e fonte de recursos para a família. No entanto, ele acumulou muitas dívidas e boa parte de seu patrimônio foi usado para o pagamento de tais. Em contrapartida, também era um homem que possuía crédito, provavelmente de pessoas que adquiriam mercadorias fiadas em sua botica. Contudo, seus débitos não impediram o acúmulo de uma quantia de 2:206\$116 (dois contos, duzentos e seis mil e cento e dezesseis réis), sendo que após todas as divisões e retirada da terça e do meio dote, cada filho recebeu a quantia de 137\$839 réis (cento e trinta e sete mil e oitocentos e trinta e nove réis).

---

<sup>86</sup>Informações disponíveis na cópia do Registro de Batismo. In: AEAM. *Processo Matrimonial José Tomaz Ferreira e Francisca de Paula Magalhães*. 05-57, 05731.

<sup>87</sup>AHCSM. *Inventário de Francisco de Magalhães Canavazes*. 1º Ofício, Códice 74 Auto 1572.

Pouco tempo depois, em janeiro de 1798 inicia-se o Processo Matrimonial do primeiro casamento de Francisca de Paula Magalhães<sup>88</sup>. O noivo, José Tomaz Ferreira, nasceu e foi batizado na Catedral da Cidade do Porto.

Após os proclamas o casal foi impedido de casar-se, pois José foi acusado de ter cópula ilícita com tias da contraente. A fim de conseguir a dispensa para o casamento, ele declarou que havia inventado os envoltimentos para se gabar no meio da rapaziada. As tias da noiva também negaram qualquer tipo de relação com o pretendente da sobrinha. Após o recebimento da cópia do Registro de Batismo do noivo, o casal recebeu a dispensa e uniram-se em matrimônio.

Após o casamento, José tornou-se um Soldado do Exército, falecendo com poucos anos de casado, em 1810. Não tivemos acesso a esse Inventário, mas através das idades dos filhos de Francisca é possível perceber que ela ficou acompanhada de quatro filhos. No entanto, ao encontrarmos uma Escritura de Perfilhamento feita pelo Capitão Antonio Januário Carneiro em 1821<sup>89</sup>, descobrimos que o único filho legítimo que Francisca teve com o Soldado foi Luiz. Clementina, Teresa e Francisco foram declarados como filhos espúrios pelo Capitão. E após a morte do primeiro esposo houve ainda mais cinco filhos naturais dessa união ilegítima.

O referido Capitão também havia nascido em Piranga, um pouco antes de Francisca, em 1779. Era filho legítimo do Capitão-mor Antonio Januário Carneiro (homem natural da Freguesia de São João Batista da Vila do Conde, Arcebispado de Braga) e de Dona Tereza Maria de Jesus.

Somente em 1823, Antonio Januário Carneiro e Francisca<sup>90</sup> casaram-se por Dispensa de Honra e solicitaram um reconhecimento público do laço sacramentado. O adultério era uma das justificativas comuns para o alongamento de uma relação de concubinato e as características culturais arraigadas na sociedade do século XIX serviram de justificativa nos momentos dos pedidos de dispensa. Razões morais e religiosas tinham um grande peso na decisão de se casarem mesmo após tantos anos vivendo juntos, assim como, a preocupação com os interesses dos filhos e uma afirmação da condição ou ascensão social.<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup>AEAM. *Processo Matrimonial José Tomaz Ferreira e Francisca de Paula Magalhães*. 05-57, 05731.

<sup>89</sup>AHCSM, Escritura de Perfilhamento que faz o Capitão Mor Antonio Januario Carneiro aos seus filhos nela declarados. In: *Livro de Notas*, nº 111, p. 28v-29.

<sup>90</sup>AEAM. *Processo Matrimonial Antonio Januario Carneiro e Francisca Paula Magalhães*. 32-7795, 077950.

<sup>91</sup>SILVEIRA, Alessandra da Silva. Casando em Segredo: um estudo sobre os Casamentos de Consciência, Bispado do Rio de Janeiro, Século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambú, *Anais...*, Caxambú: ABEP, 20-24 de setembro de 2004.

Para garantir a transmissão de sua herança, em 1827, o Capitão Antonio Januário Carneiro realiza o Testamento<sup>92</sup>, no qual solicita mais uma vez o reconhecimento dos filhos espúrios e naturais, elege a esposa como tutora dos seus filhos menores e os filhos maiores (Francisco Januário Carneiro, Dona Clementina Candida e Dona Teresa Januário) como seus primeiros testamenteiros. Sabemos que Antonio Januário Carneiro morreu em algum momento do ano de 1828, mas não dispomos do seu inventário.

Nas duas Listas Nominativas analisadas (1831-32 e 1838-39) para o distrito de Piranga, Francisca Januário Carneiro aparece como chefe de seu domicílio. Uma mulher viúva acompanhada de seus filhos, escravos e agregados. Fora classificada como comerciante em 1832 e como mercadora em 1838, sendo que nesse segundo momento, um dos filhos lhe acompanhava com o ofício de negociante. Interessante ressaltar que entre os cativos dessa mulher também foram encontradas declarações das ocupações, sendo três classificados como tropeiros.

Ao analisar a chefia dos domicílios do distrito de Piranga, percebemos que os homens casados (146) e as mulheres solteiras (109) compunham a maioria dos chefes. Entre os viúvos, conta-se mais fogos femininos (54) que masculinos (16). As casadas comandavam um número mínimo (7) de lares e os solteiros eram responsáveis por 41 conjuntos familiares. As ocupações mais declaradas por esses chefes de domicílios eram de fiadeiras (90), tecedeiras (19) e lavradoras (13) para mulheres e lavradores (53), jornaleiros (51) e negociantes (23) para homens.

Observando esses dados fica visível que Francisca compunha o segundo maior grupo de chefes de domicílio femininos. Mas a sua ocupação e ofício estavam em desacordo com a maioria das mulheres chefes de domicílio deste distrito, ela fora classificada como negociante e comerciante, ocupação que a posiciona em universo considerado masculino. Analisando a posse de animais de transporte, o ofício de alguns escravos (tropeiros) e a sua ocupação, podemos até deduzir que essa mulher era uma das responsáveis por abastecer localidades limítrofes.

Em 1865, o Inventário de Francisca<sup>93</sup> além de nos permitir uma reconstrução da dinâmica familiar, também nos informa sobre o universo econômico desse núcleo familiar. Seus filhos eram em sua maioria casados. Quatro deles foram representados por seus descendentes, pois haviam falecido antes da mãe. Todos possuíam títulos que os distinguiam socialmente.

---

<sup>92</sup>AHCSM, Testamento de Antonio Januario Carneiro. In: *Livro de Registros de Testamentos*. n° 20, p. 167-160.

<sup>93</sup> AFP. Inventário de Francisca Januaria Carneiro. Códice A037, Auto 469.

Após a soma de todos os bens, Francisca alcança um vultoso monte-mor de 143:385\$211 (cento e quarenta e três contos, trezentos e oitenta e cinco mil e duzentos e onze réis). No entanto, o erro cometido pelo pai se repete, ela deixou muitas dívidas a serem pagas: 23:537\$377 (vinte três contos, quinhentos e trinta e sete mil e trezentos e setenta e sete réis). Além de seus débitos, também foram descontados os dos herdeiros, que somavam 32:184\$018 (trinta e dois contos, cento e oitenta e quatro mil e dezoito réis) e os que ela tinha em sociedade com o filho Camilo 27:651\$680 (vinte sete contos, seis centos e cinquenta e um mil e seiscentos e oitenta réis). Após todas as divisões necessárias, sobrou a cada um dos dez filhos de Francisca 7:715\$568 (sete contos, setecentos e quinze mil e quinhentos e sessenta e oito réis).

### **Considerações finais**

Contudo, é possível perceber que, ao propormos um estudo de trajetórias de vida, escolhemos também desvelar todo um contexto histórico onde esteve aquele indivíduo. Assim, ao reconstituir a trajetória de vida de Clara e Francisca não contamos apenas a história de duas mulheres, mas também a de uma época, de um local e de famílias que se interligam e formam várias redes sociais.

Sobretudo, a descrição da trajetória dessas mulheres apoiada na perspectiva de gênero nos revela a possibilidade de mulheres do século XVIII e XIX constituírem laços afetivos que lhes garantisse a possibilidade de uma ascensão na escala da estratificação social, tornando-se possuidoras de bens e chefes de domicílios.

Para além dos laços afetivos, podemos dizer que essas mulheres conseguiram construir modelos familiares que fugiam dos padrões de uma família tradicional ou patriarcal e ajudaram a compor os dados demográficos que diferenciaram a população feminina das localidades em que habitaram.

## **ST 17: O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)**

**Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa**

Mestrando (UFMG) /rodrigopaulinelli16@gmail.com

**Ana Tereza Landolfi Toledo**

Mestranda (UFMG)

**Marcella de Sá Brandão**

Mestranda (UFMG) /marcellasabrandao@gmail.com

**Lucas Samuel Quadros**

Mestrando (UFOP) /lucassquadros@yahoo.com.br

**Wélington Rodrigues e Silva**

Mestrando (UFOP)

**Adriano Soares Rodrigues**

Mestrando (UFOP)

## Notas sobre cachimbos de barro no Brasil (séc. XVIII e XIX).

**Marcony Lopes Alves**  
Graduando em Antropologia  
Universidade Federal de Minas Gerais  
marcony.alves@yahoo.com.br

**Resumo:** Este texto discute a partir e apesar da associação direta feita na Arqueologia brasileira entre cachimbos de barro e sua utilização por escravos, quando os artefatos são datados do século XVIII ou XIX. A fonte da argumentação são tanto os elementos materiais, cachimbos depositados em coleções de museus, e análises presentes na bibliografia, quanto à iconografia produzida por cronistas e viajantes do período em questão. À guisa de uma conclusão, são apresentadas algumas relações possíveis entre o uso de cachimbos e o interesse dos escravos por estes artefatos, ao mesmo tempo em que se crítica o reducionismo da ideia de “cachimbo de escravo”.

**Palavras chave:** Cachimbos de barro; Arqueologia histórica; Diáspora africana; Arte; Fumo.

Antes de tudo, é preciso dizer o que estou chamando de “cachimbo de barro”. Os cachimbos de barro são artefatos de produção colonial e pós-colonial<sup>94</sup>, feitos a partir de argilas vermelhas, geralmente de morfologia angular, e cuja haste é, em geral, destacável e de origem vegetal. Estes artefatos opõem-se aqueles de produção europeia, feitos a partir de argila branca (caulim) e inseridos numa rede global de comércio. Opto pela expressão “cachimbo de barro” por ela ser mais específica que “cachimbo cerâmico” e também por saber sobre seu uso corrente nas lojas de artigos de religiões afro-brasileiras – os únicos lugares onde ainda se encontra dessas peças. Muitas vezes, fala-se na Arqueologia brasileira que os cachimbos de barro, datados do período colonial e imperial, eram “cachimbos de escravo”, ou mesmo “cachimbos africanos”<sup>95</sup>. Este lugar comum mostra grande essencialismo na relação entre pessoas e coisas e, por isso, obscurece as possibilidades de entendimento sobre sua decoração e seus diferentes contextos de uso. Todavia, é possível tirar conclusões positivas a partir da apressada ligação entre cachimbos de barro e a população escrava negra do Brasil.

---

<sup>94</sup> Prefiro reservar a expressão cachimbo de barro para contextos de influência europeia. Assim, a expressão não abarca produções ameríndias – estas sim, datadas de milênios antes da invasão ibérica do continente americano.

<sup>95</sup> Tal associação pode, por exemplo, ser encontrada em: AGOSTINI, Camilla. *Cachimbos de escravos e a reconstrução de identidades africanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UNESA, 1997: Monografia (Graduação) Curso de Arqueologia, Rio de Janeiro: UNESA, 1997. GASPAR, Maria Dulce. “Arqueologia, cultura material e patrimônio. Sambaquis e cachimbos. In GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio. F (Org). *Cultura material e patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009.374p., 1 CD ROM. pp. 39-52. PAIVA, Zafenathy; FAGUNDES, Marcelo; BORGES, Joina. “Uma baforada sim sinhô’:cachimbos de escravos para se entender a dinâmica sociocultural da Diamantina oitocentista”. *Revista Tarairi*. Campina Grande, vol.IV, nº 1, p.165-186, 2015.



**Figura 1.** Exemplo de cachimbo de barro com piteira vegetal (Padrão “duas caras”) Museu Histórico de Sete Lagoas. Foto: Marta Lucena.

O presente trabalho não tem a pretensão de trazer qualquer resultado conclusivo sobre um tema tão abrangente como os cachimbos de barro e tão pouco estudado no Brasil tanto pela Arqueologia quanto por áreas afins. Não possuo dados para tal tarefa, nem datações seguras para os artefatos, mas pretendo fazer algumas sugestões para pesquisas futuras e sintetizar algumas ideias. A pesquisa basal para este texto foi realizada em 2013, no âmbito de um trabalho final da disciplina de Métodos e Técnicas em Arqueologia do curso de graduação em Antropologia da UFMG. Este versou sobre coleções de cachimbos depositadas em museus de Belo Horizonte e Sete Lagoas, MG. No mesmo ano, realizei uma expansão dos meus conhecimentos, com materiais escavados pela Scientia Consultoria<sup>96</sup> em sítios da primeira metade do século XIX<sup>97</sup>, no município de Conceição do Mato Dentro, MG. Em 2014 fiz uma visita ao Museu da Lapinha (Lagoa Santa, MG), onde pude observar e fotografar uma coleção através da vitrine. Não me limito, nesta apresentação, aos dados coletados nessas análises para Minas Gerais e me valho de fontes históricas, icnográficas e análises de outros pesquisadores da arqueologia sobre cachimbos para construir a argumentação que presume um escopo mais amplo.

---

<sup>96</sup> Realizei todas as minhas pesquisas como pesquisador independente. Não fui remunerado e não tive nenhuma vinculação direta com o empreendimento realizado em Conceição do Mato Dentro.

<sup>97</sup> O método de datação foi o cálculo do período médio de produção da faiança encontrada nos sítios. Não disponho dos dados que permitiram a datação, nem seus resultados finais. Ainda aguardo o repasse que a empresa me prometeu.

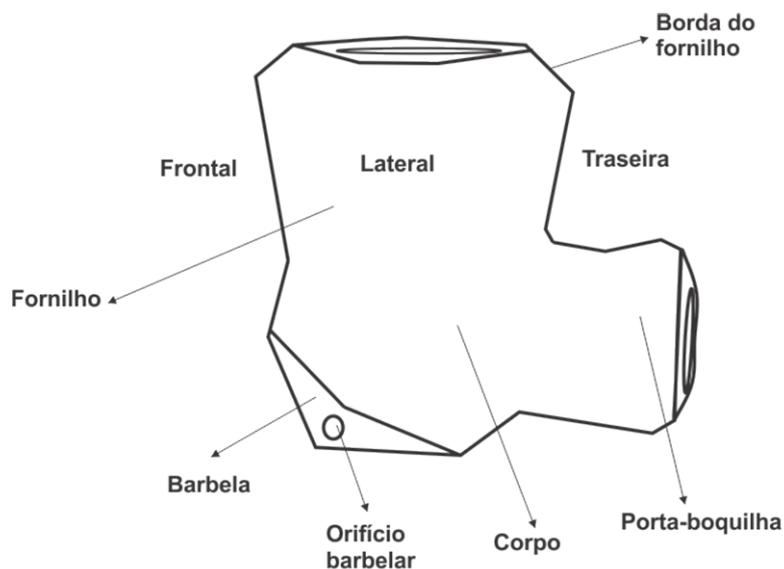
## Tecnologia e decoração

Os cachimbos são parte de uma complexa rede de comércio e intercâmbio cultural ligada à produção e ao consumo de tabaco, que se iniciou no século XVI e conectou Europa, América e África. Em uma sequência de trocas, idas e vindas, o tabaco e os cachimbos difundiram-se como parte da expansão do capitalismo. Em uma rede de comércio e influência transatlântica, os cachimbos foram levados da América, ainda nos primeiros anos de colonização, para o continente europeu. Paralelamente, o tabaco produzido nas colônias americanas e os cachimbos europeus foram usados como moeda de troca para a obtenção de escravos. Na África, como a Europa, o gosto pelo tabaco expandiu-se com uma velocidade impressionante. Além disso, no caso dos cativos, o interesse pelo tabaco foi incitado nos navios negreiros, onde eram distribuídos cachimbos e tabaco.<sup>98</sup>

Os cachimbos de barro, ao contrário dos de caulim, estiveram limitados a produção e comércio locais na África Subsaariana, Estudos Unidos e Brasil. As técnicas empregadas em sua manufatura foram a moldagem e a modelagem. A primeira consiste no emprego de uma forma de duas partes na produção das peças (da mesma forma que se faziam os de caulim), enquanto a outra se vale predominantemente das próprias mãos do artesão. No caso do Brasil, os cachimbos de barro encontrados em coleções e nas escavações arqueológicas são majoritariamente feitos a partir de moldes. Nas coleções analisadas de cachimbos de Minas Gerais a grande maioria dos artefatos inteiros e fragmentos tinham sido produzidos por moldagem (ver Tabela 1).

---

<sup>98</sup> HANDLER, Jerome. "The Middle Passage and the Material Culture of Captive Africans". *Slavery and Abolition*. Vol. 30, n. 1., p. 1–26, 2009.



**Figura 2.** Terminologia das partes do forninho.<sup>1</sup> Desenho: Marcony Lopes Alves.

O processo produtivo dos cachimbos de barro no Brasil não foi alvo de nenhum relato de cronista ou historiador até meados do século XX. O único relato conhecido é o que foi publicado nos anais da Anpuh por uma historiadora, que descreve a produção de cachimbos de barro moldados por uma indústria familiar criada pelo imigrante italiano Maximiliano Viviani, no ano de 1895, em Osasco, SP<sup>99</sup>. Esse texto, no entanto, descreve o processo produtivo de peças de um período posterior à maioria das peças depositadas em coleções museológicas ou encontradas em sítios arqueológicos<sup>100</sup>. Além disso, o dono da fábrica veio da Itália trazendo as ferramentas de trabalho e o conhecimento do processo produtivo. Os cachimbos de Osasco apresentam diferenças evidentes na decoração daqueles geralmente disponíveis para os arqueólogos. A descrição, mesmo com suas limitações, pode oferecer algumas pistas sobre as técnicas e procedimentos empregados na produção de cachimbos de barro. As ferramentas<sup>101</sup> utilizadas para o acabamento das peças na fábrica de Viviani podem ser muito semelhantes àquelas empregadas na produção das peças arqueológicas. A *lancheta*, instrumento metálico semelhante a uma pazinha, tinha seu cabo usado para realizar o orifício cilíndrico do porta-boquilha e para tirar a rebarba do

<sup>99</sup> WERNER, Helena. “O artesanato no município de Osasco em fins do século XIX”. *Anais do Simpósio de Professores Universitários de História*. Franca, p. 251-271 1966.

<sup>100</sup> Isso fica evidente por causa das diferenças morfológicas e decorativas das peças da fábrica de Viviani e as peças analisadas ou descritas na bibliografia arqueológica.

<sup>101</sup> Os nomes conhecidos para essas ferramentas eram apenas em italiano.

molde nas peças. Outra ferramenta metálica, a *espina*, com uma ponta cônica e cabo de madeira, era usada para fazer o orifício do forninho. A morfologia e estrias no interior dos forninhos analisados indicam o uso de peças como a *espina* para sua manufatura, sendo que o mesmo pode ser dito dos orifícios de porta-boquilha. No entanto, o emprego de chumbo, como ocorre em Osasco, para a produção dos moldes parece menos plausível, no caso de peças do século XVIII e início do XIX no Brasil. Talvez, tenham sido empregados moldes de argila, como na fase inicial da produção de moldes de chumbo. A análise dos cachimbos, principalmente os fragmentos da Coleção de Conceição do Mato Dentro, permitiu identificar “erros” no processo de produção, como duplo orifício do porta-boquilha ou emprego de segunda camada de argila para reformar o forninho, além da utilização de cachimbos com partes que não foram completamente moldadas. Outra informação de nível tecnológico foi a abertura do orifício do forninho antes do orifício do porta-boquilha.

<b>Coleção</b>	<b>Município</b>	<b>Peças inteiras</b>	<b>Fragmentos</b>	<b>Porcentagem de modelado</b>
Museu de Artes e Ofícios (MAO)*	Belo Horizonte	17	1	94,4%
Setor de Museologia (MHNJB- UFMG)	Belo Horizonte	1	2	100%
Setor de Arqueologia (MHNJB-UFMG)	Belo Horizonte	4	2	100%
Coleção “Raul Tassini” (MHNJB-UFMG)	Belo Horizonte	6	0	100%
Museu Histórico	Sete Lagoas	20	3	100%
Museu da Lapinha*	Lagoa Santa	26	0	76,9%
Scientia Consultoria	Conceição do Mato Dentro	12	147	95,0%

**Tabela 1.** Coleções analisadas, a integridade das peças e a porcentagem de peças feitas por modelagem. Os asteriscos em nomes das coleções indicam que as peças só puderam ser fotografadas e não foi possível manuseá-las. Os sítios escavados pela Scientia Consultoria com cachimbos analisados foram: Passa Sete III, Passa Sete VIII, Passa Sete XI, Jabuticabeiras I, Jabuticabeiras II e Dique 71.

A decoração dos cachimbos de barro recebeu mais atenção da Arqueologia – em especial daquela preocupada com a Diáspora Africana. O motivo disso é a possibilidade de encontrar ligações entre elementos de origem africana, como escarificações. Minha análise com as peças de Minas Gerais não apontou nenhum elemento decorativo que poderia ser relacionado necessariamente aos escravos. Tal tentativa de associação direta a partir da presunção essencialista dos cachimbos de barro como “cachimbos de escravo” dá poucos frutos também na bibliografia

arqueológica de Minas Gerais e outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul e Pará. Apenas no pelourinho de Salvador (BA) parece ter sido possível estabelecer uma relação entre decoração semelhante às escarificações de uma origem específica de escravos, com uma proporção superior a um décimo da coleção<sup>102</sup>.

Um dos problemas da pressuposta associação entre escravos e cachimbos é a dificuldade de aproximar uma decoração “barroca” a influências de mundos africanos. Como resultado disso, algumas sugestões interpretativas têm tomado certas decorações, que poderiam ser interpretadas de maneira mais econômica pela sua relação com a importância do Barroco no Brasil, e as resumido a influências africanas. Um exemplo disso é a tentativa pouco fundamentada de associar o motivo “estrela” ou “sol” presente em um cachimbo com uma figura de funeral de negro feita por Chamberlain<sup>103</sup>. A mesma autora tenta associar um motivo “fitomorfo” e uma escarificação do povo Dinka. Outros autores tentaram identificar um “rosário” em um padrão decorativo muito recorrente em Minas Gerais<sup>104</sup> – eu o denomino “duas caras”, sendo ele o mesmo do “tipo antropomorfo 2” de Agostini. Essas tentativas não foram muito bem sucedidas, bem como a empreitada de Agostini em sua monografia, porque tomavam como dada a relação entre escravos e cachimbos.

Caso o ponto de partida seja outro, como as próprias peças, acredito que seja possível explicar mais elementos de sua decoração. Assim, por exemplo, é preciso assumir que a maior parte das peças possui uma decoração com volutas e figuras antropomorfas semelhantes às encontradas na arquitetura barroca, como, Frederico Barata<sup>105</sup> apontou para Santarém (PA), Brancante<sup>106</sup> para o Sudeste do Brasil e Marcos Torres de Souza<sup>107</sup> para Goiás. Há uma grande diversidade de padrões com volutas, cornucópias, semiesferas e cordas nos cachimbos

---

<sup>102</sup> SOUZA, Marcos André Torres de & AGOSTINI, Camila. “Body Marks, Pots, and Pipes: Some Correlations between African Scarifications and Pottery Decoration in Eighteenth- and Nineteenth-Century Brazil”. *Historical Archaeology*, N. 46(3). pp. 102–123, 2012.

<sup>103</sup> AGOSTINI, Camilla. *Mundo Atlântico e Clandestinidade: Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, p. 110-111, 2011.

<sup>104</sup> PAIVA, Zafenathy; FAGUNDES, Marcelo; BORGES, Joana. “Uma baforada sim sinhô: cachimbos de escravos para se entender a dinâmica sociocultural da Diamantina oitocentista”. *Revista Tarairú*. Campina Grande, vol.IV, nº 1, p.165-186, 2015.

<sup>105</sup> BARATA, Frederico. *Arqueologia*. Coleção “As artes plásticas no Brasil”. Tecnoprint gráfica, Rio de Janeiro, 1952.

<sup>106</sup> BRANCANTE, E. F. O Brasil e a cerâmica antiga. São Paulo, ano MCMLXXXI. São Paulo: Cia. Lithográfica Ypiranga, 1981.

<sup>107</sup> SOUZA, Marcos André Torres de. *Ouro Fino. Arqueologia Histórica de um Arraial de Mineração do Século XVIII, em Goiás*. Goiânia: Dissertação (Mestrado) Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

modelados. As duas figuras antropomorfas presentes no padrão variado “duas caras”<sup>108</sup> (ver Figura 1) e suas volutas poderiam ser interpretadas como uma forma presente em retábulos barrocos ou mesmo como variantes (negações?) de anjos e seres “fantásticos”. Os cachimbos com esse padrão apresentam no forninho uma figura de rosto grande e, na maioria das vezes, um corpo em forma de pétala, sem pés, com seios e umbigo. Os braços da figura “feminina” costumam a se assemelhar asas de anjo. No porta-boquilha, há uma figura diferente, com um corpo em pétala também. As duas caras poderiam ser uma das “formas exóticas combinando o humano e o animal, meias-figuras, cujos membros inferiores e\ou superiores são retorcidos terminando em volutas, em cornucópia, em bulbo, em franjas ou em folhagens de acanto”<sup>109</sup> encontradas em partes de igrejas do Barroco português. Se pensarmos em formas que misturam o humano e o animal, podemos associar a presença de braços que se assemelham ou são asas. Em todo o caso, ainda não consegui identificar exatamente o que seriam as “duas caras” presentes nos cachimbos. Minhas colocações sobre este e outros padrões devem ser tomadas como sugestões, mas que parecem conseguir explicar mais elementos decorativos.



**Figura 3.** Cachimbo com forninho do tipo “cabeça de turco”. Sítio São Francisco (SP). Imagem obtida em: <<http://www.sitiosaofrancisco.org.br/>> Acesso em 29 de junho de 2015.

<sup>108</sup> Identifiquei em minhas análises mais de uma dezena de variantes deste padrão.

<sup>109</sup> CAMPOS, Adalgisa. *Introdução ao Barroco Mineiro*. Belo Horizonte: Crisálida, p. 40, 2006.

As marcas barrocas nos cachimbos não são o único elemento que aproxima a decoração dos cachimbos de elementos europeus. O uso dos mesmos padrões dos cachimbos de caulim mostra que a decoração dos cachimbos não pode ser assumidamente relacionada com os escravos. Um tipo de cachimbo de caulim muito comum é o “cabeça de turco”, que apresenta um rosto de homem usando um turbante. Esse mesmo cachimbo pode ser encontrado feito de barro no Brasil. Os cachimbos com esse padrão podem ter sido importados, como sugerem Sudbury e Hunt<sup>110</sup> para os Estados Unidos. O padrão “Jonas e a baleia” também ocorre tanto em cachimbos europeus de caulim quanto em cachimbos de barro encontrados no Brasil. Ainda não é possível dizer quais são as reais consequências desse compartilhamento de padrões, nem das influências barrocas. É possível que os cachimbos de barro moldados tenham sido importados prontos, como os de caulim, ou na forma de moldes. A inexistência de referências dessas peças na Europa pode indicar uma produção destinada a mercados periféricos, como os do Brasil e da África Subsaariana. Além disso, é preciso abandonar a enganosa pressuposição do “cachimbo de escravo”, bem como considerar as consequências do uso pelos escravos de cachimbos com padrões europeus, como coloca Torres de Souza<sup>111</sup>.

### **Iconografia e relatos de viajante**

Dizer que muitos cachimbos de barro, talvez a maioria deles, não apresenta elementos “característicos” de mundos africanos diaspóricos; não explica a existência do lugar comum “cachimbo de escravo”, apenas amplia a complexidade do estudo dos artefatos. A existência de um lugar comum, seja qual for sua capacidade de explicação, merece atenção e é preciso explicá-la. Foi nesse intuito que me dediquei a uma pequena revisão da iconografia produzida por viajantes no final do século XVIII e ao longo do século XIX. Além disso, busquei ler alguns relatos que poderiam ajudar nesse sentido. A revisão mostrou que a forte associação dos cachimbos com “os escravos” é importante para pensar os artefatos depositados em coleções museológicas ou coletados em escavações arqueológicas. Todavia, novas questões também devem ser tomadas em conta.

---

<sup>110</sup> SUNDBURY, Byron & HUNT Jr., William. “Politics of the Fur Trade: Clay Tobacco Pipes at Fort Union, North Dakota”. Captado em: <<http://www.nps.gov/archeology/sites/npsites/fortUnion.htm>> Acesso em 29 de junho de 2015.

<sup>111</sup> SOUZA, Marcos André Torres de. *Ouro Fino. Arqueologia Histórica de um Arraial de Mineração do Século XVIII, em Goiás*. Goiânia: Dissertação (Mestrado) Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

A revisão contou com a consulta a compilações de imagens produzidas por cronistas que estiveram no Brasil em *A travessia da Calunga Grande*<sup>112</sup>, Enciclopédia Itaú Cultural<sup>113</sup>, The Atlantic Slave Trade and Slave Life in the Americas: A Visual Record<sup>114</sup>, Biblioteca Nacional: Acervo digital<sup>115</sup>. A pesquisa também contou com uma visita à Pinacoteca do Estado de São Paulo. Além disso, revisitei a *Viagem Pitoresca ao Brasil* de Debret<sup>116</sup> e a *Viagem Pitoresca através do Brasil* de Rugendas<sup>117</sup>. Foram identificadas 25<sup>118</sup> imagens de escravas e escravos usando cachimbos em aquarelas, pinturas e uma fotografia, dois homens brancos fumando em cachimbos, além de duas imagens de mulheres “caipiras” fumando cachimbos de Almeida Júnior (“Nhá Chica” e; no fundo de “Apertando o estribilho”). A maioria dessas imagens é de cenas da capital fluminense, à época capital do Brasil. Esse recorte é muito específico, sendo amenizado apenas pelos relatos escritos dos viajantes (ver abaixo). A análise da iconografia mostrou uma predominância da figuração de mulheres pitando em cachimbos: treze escravas, além das duas mulheres livres do final do século XIX em Almeida Júnior. O contexto mais comum é o do ganho nas ruas do Rio de Janeiro, como em “Vendedoras ambulantes” de Carlos Julião ou em “Negros vendedores de carvão”. Em “Interior de uma casa do baixo povo”, uma figuração de uma cena de descanso, é possível ver um homem e uma mulher negros deitados em redes fumando em cachimbos e uma mulher negra de pé com um cachimbo na mão. Em “Tropeiros pobres de Minas” é possível ver o que parece ser um local de pouso e venda de artefatos. Há na cena uma gamela cheia de cachimbos de barro, que parecem estar à venda. Esta é a única cena em que os cachimbos não estão sendo usados.

A consulta ao livro com uma grande coleção de referência a artefatos, o *Equipamentos usos e costumes da casa brasileira: Objetos*<sup>119</sup>, mostrou que nos textos os cronistas, como Bates, Freyre, Castelnau, Saint-Hilaire e Martius e Spix notaram o consumo de tabaco em cachimbos destacado

<sup>112</sup> MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. *A travessia da Calunga Grande. Três séculos de imagens sobre o Negro no Brasil. (1637-1899)*, São Paulo, Edusp, 2000.

<sup>113</sup> ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Captado em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>> Acesso em 15 de abril de 2015.

<sup>114</sup> HANDLER, Jerome & TUIE Jr., Michael. The Atlantic Slave Trade and Slave Life in the Americas: A Visual Record. Captado em: <<http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery/index.php>> Acesso em 15 de abril de 2015.

<sup>115</sup> BIBLIOTECA NACIONAL Acervo Digital: <<http://bdigital.bn.br/acervodigital>> Acesso em 20 de abril de 2015.

<sup>116</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins & Edusp, 1972.

<sup>117</sup> RUGENDAS, Johann Mortz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução Sérgio Millet. 5. ed. São Paulo: Martins, 1954

<sup>118</sup> Desconsidereei uma imagem de Maria Graham, duas de Chamberlain e uma de Debret, que eram adaptações de figuras feitas por outros.

<sup>119</sup> GUERRA, José Wilton & SIMÕES, Renata da Silva (org.). *Equipamentos usos e costumes da casa brasileira: Objetos*. V. 4. Fichário Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. (ver verbete “Cachimbo”)

entre as mulheres, em diversas partes do Brasil. Debret não poderia ter sido mais enfático quanto a esta questão no Rio de Janeiro:

Todas as negras fumam cachimbo, mas os negros preferem os cigarros de fumo picado. Muitas vezes fabricam êsses cigarros com rapé enrolado em pequeno tubo de papel, distração que não prejudica em nada a de mascar durante o resto do dia.<sup>120</sup>

Outros elementos puderam ser apreendidos também: 14 dos cachimbos presentes na iconografia são de barro, enquanto 9 eram de caulim e não foi possível precisar no caso de 5 peças. Também foi possível observar a predominância de cachimbos com haste vegetal curta, ao mesmo tempo, em que aprecem em menor proporção as hastes longas - de um metro, como relata Freyre em *Tocantins*. O príncipe Maximiliano chega a mencionar uma espécie de samambaia usada como fonte de hastes para os cachimbos, a *Mertensia dichotoma*. Camilla Agostini identificou uma misteriosa importação de 300 canudos de pito da África por uma loja de secos e molhados do Rio de Janeiro<sup>121</sup>. É digno de nota também que o Arraial de Canudos recebeu esse nome devido a grande presença de uma planta chamada “canudo de pito”.

O príncipe Maximiliano, num relato detalhado de uma cena em Lagoa Feia e uma reflexão sobre o uso de cachimbo no Brasil, deixa claro que a utilização de cachimbos de barro estava tanto associada aos escravos quanto aos pobres:

A dona da cabana em que me alojei era uma mulher loquaz e jovial, de tez descorada, vestida muito ligeiramente e trazendo à boca um cachimbo, como a maioria das mulheres das classes baixas do Brasil. Os brasileiros fumam, de preferência, cigarros feitos de papel, colocando-os atrás da orelha. Essa maneira de fumar não foi levada ao Brasil pelos europeus, mas veio dos Tupinambás e de outras tribos do litoral. Costumavam estes enrolar certas folhas aromáticas numa folha maior, acendendo-as na ponta. Os cachimbos usados pelos pescadores, como em todo o Brasil, particularmente pelos negros e outras pessoas das classes mais humildes, constam de um pequeno recipiente de barro cozido escuro e de um tubo fino e liso, feito da haste de uma espécie de feto, que cresce a considerável altura, (“samambaia”), a *Mertensia dichotoma*. Entretanto, prefere-se geralmente, entre todas as classes do povo brasileiro, tomar rapé a fumar<sup>122</sup>.

<sup>120</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins & Edusp, p. 205, 1972.

<sup>121</sup> AGOSTINI, Camilla. “Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens”. *Topoi*, v. 10, n. 18, Rio de Janeiro, 2009

<sup>122</sup> WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. Tradutores Edgard Sússekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1ª Ed., p.94, 1942.

Na análise de um processo-crime aberto por um escravo contra outro no Vale do Paraíba imperial, Camilla Agostini<sup>123</sup> identificou a única informação sobre preço de cachimbo de barro no Brasil. A peça valia 10 tostões, preço muito baixo e acessível a escravos e homens livres pobres, o que explica seu uso disseminado. Também é preciso considerar que os cachimbos poderiam ser modelados em pequena escala para atender necessidades pessoais. Seria interessante obter mais dados sobre o preço dos cachimbos de barro e também dos cachimbos de caulim, para que se façam comparações.

### **Considerações Finais**

Este texto como uma reunião de “notas” buscou apresentar alguns problemas com a presunção direta da associação entre escravos e cachimbos de barro. A predominância de decorações de influências europeias nos cachimbos de barro que podem ter sido usados por mulheres escravas parece ser uma questão interessante para análise, havendo elementos empíricos para a discussão. As colocações desses cronistas, a iconografia e outras informações mostram ao mesmo tempo que a ideia de “cachimbo de escravo” não é nem uma invenção sem base empírica nem uma realidade dada e simples. Para a análise de material arqueológico coletado em escavações controladas essa questão pode ser vista a partir do contexto, embora eles não sejam sempre claros. Muito é preciso ser feito sobre o uso de cachimbos no Brasil dos setecentos e oitocentos. A imagem do “caipira” pintado por Almeida Júnior em São Paulo e presente na imagem do Jeca Tatu interpretado por Mazzaropi deve ser uma consequência dos processos dos dois séculos anteriores. As possibilidades de conexões devem ser traçadas.

### **Agradecimentos**

Agradeço ao professor Marcos Torres pelos comentários e contribuições a minha apresentação e o apoio que sempre me deu nessa pesquisa. Tenho também muito a agradecer ao Gustavo Jardel por revisar o texto final.

---

<sup>123</sup> AGOSTINI, Camilla. “Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens”. *Topoi*, v. 10, n. 18, Rio de Janeiro. 2009

## **A Fisicatura-Mor nas Minas oitocentistas: políticas, funcionários e atuações**

**Lucas Samuel Quadros**

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto/CAPES

lucassquadros@yahoo.com.br

**RESUMO:** O presente trabalho tem como proposição discutir as principais questões e reflexos da medicina em Minas Gerais durante o período que perdurou a atuação da Fisicatura-Mor no Brasil, a saber: entre os anos de 1810 e 1828. O período privilegiado se configura como essencial para a compreensão das empreitadas de legitimação da medicina aos moldes científicos do Iluminismo nas vastidões territoriais do Brasil do início dos oitocentos. Para tanto, toma-se as experiências individuais dos sujeitos envolvidos com as práticas e legislações medicinais na Capitania/Província de Minas Gerais como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal das Minas nos fins do período colonial e início do Império. Entende-se que a Fisicatura-Mor é a última instituição de regulação das práticas medicinais no Brasil ainda gestada no Império Português, o trabalho visa entender, concomitantemente, quais foram as influências da Ilustração Lusitana nas práticas de medicina nos domínios brasileiros, trazendo à luz da discussão não apenas os impactos profissionais, como também as questões que dizem respeito ao benefício da saúde dos povos das Minas. Portanto, o intuito é trazer à apreciação os principais fatores e encargos que permeavam o cotidiano desse seguimento profissional em Minas no século XIX, conjugando o esforço do governo das Minas em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração em seus domínios e explorando como realmente as práticas, leituras e legislações medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais das Minas no período a se tratar.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da medicina; História de Minas Gerais; Fisicatura-Mor.

O presente trabalho tem como proposição discutir as principais questões e reflexos da medicina em Minas Gerais durante o período que perdurou a atuação da Fisicatura-Mor no Brasil, a saber: entre os anos de 1810 e 1828. Para tanto, toma-se as experiências individuais dos sujeitos envolvidos com as práticas e legislações medicinais na Capitania/Província de Minas Gerais como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal das Minas nos fins do período colonial e início do Império.

Entendo-se que a Fisicatura-Mor é a última instituição de regulação das práticas medicinais no Brasil ainda gestada no Império Português, o trabalho visa entender, concomitantemente, quais foram as influências da Ilustração Lusitana nas práticas de medicina nos domínios brasileiros, trazendo à luz da discussão não apenas os impactos profissionais, como também as questões que dizem respeito ao benefício da saúde dos povos das Minas. Portanto, o intuito é trazer à apreciação os principais fatores e encargos que permeavam o cotidiano desse seguimento profissional em Minas no século XIX, conjugando o esforço do governo das Minas em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração em seus domínios e explorando como realmente as práticas e legislações medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais das Minas no período a se tratar.

Estima-se que na capitania/província de Minas Gerais, nos 20 anos em que durou desde a sua reinstauração em solo brasileiro, em 1808, a Fisicatura-Mor tivera 80 oficiais no seu corpo efetivo. E esses funcionários, todos formados em Coimbra, tinham como principais encargos os exames de ofício – de cirurgião, boticários, parteira, etc. –, bem como o controle das atuações e zelar para que não houvesse irregularidades nos preços, aferições e receitas dos remédios vendidos nas boticas. Para tanto, contavam também com o auxílio de médicos cirurgiões e boticários licenciados nos exames e nas visitas examinadoras das boticas.<sup>124</sup>

O Regimento da Fisicatura-Mor de 1810 foi o primeiro elaborado posteriormente às Reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772. Mantiveram-se as mesmas regulamentações do regimento de 1744, e expandiu-se a atenção no que diz respeito à rigidez dos exames de ofício, o maior detalhamento do procedimento a ser tomado quanto aos navios e portos e a eficiência das medidas de punição aos infratores. Contudo, o que se destaca no conteúdo do novo regimento, são as claras influências dos estatutos renovados de Coimbra, principalmente no que diz respeito à valorização da posse de livros e testes de conhecimento literário nos exames dos diversos tipos de terapeutas. Tais renovações remetem a processos políticos portugueses anteriores e com a própria evolução do aparato regulador português em solo americano.

O caráter multifacetado e o conhecimento literário da formação dos egressos de Coimbra pós 1772, bem como a sobredita política de cooptação das elites periféricas permitiria que houvesse capital humano suficiente e qualificado para que a rigidez das legislações medicinais se efetivasse. Se os regimentos da década de 1740 são pouco claros quanto às práticas e procedimentos ditos ideais e/ou inaceitáveis, bem como da aplicação das medidas punitivas, o Regimento de 1810, com claras influências dos Estatutos de 1772, se mostra deveras preocupado em detalhar as formas de realização dos exames e das medidas disciplinares – tanto aos praticantes quanto para os fiscalizadores.

Tão importante quanto governar e fiscalizar a saúde dos povos seriam os critérios e formalidades que envolveriam os processos. O aparato judiciário, em discurso e aplicação, seria a

---

<sup>124</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-Mor no Brasil do começo do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 1997, p.11-44.

grande aliada da Fisicatura-Mor no Brasil posteriormente o estabelecimento do Regimento de 1810, no qual a bilateralidade da norma figuraria como sua principal característica.

Se os procedimentos ideais e punitivos são melhores especificados, conseqüentemente, as medidas disciplinares às ações abusivas da fiscalização tornaram-se, pelo menos a intento, taxativas. Estabelecia-se que a comitivas visitadoras tinham de observar se os boticários e lojas de drogas tinham

o regimento para o preço dos medicamentos, se tem os pesos e balanças aferidas, se as balanças são iguais, se os medicamentos estão feitos com a perfeição e bondade que manda a Arte Farmacêutica, e se neles existe aquele vigor e eficácia para que possa produzir efeito para que foram compostos e são aplicados. Se os utensílios estão com asseio e limpeza que se requer, se os vasos em que estão os medicamentos tem os seus respectivos leitreiros a vista para não haver engano no tirar de algum; se as receitas que guardam estão somadas pelo Regimento<sup>125</sup>

O rol de visitantes poderia, inclusive, mandar fechar a botica e incinerar os medicamentos considerados inaplicáveis e ineficazes. Porsua vez, os boticários e droguistas também poderiam apelar ou negar os efeitos da visitação se julgassem “por suspeito algum examinador, o que será antes da visita e o juiz achar que é legítima a suspeição, mandará retirar o suspeito e chamar outro boticário aprovado, podendo o compelir até fazendo vir ao debaixo de prisão.”<sup>126</sup>

Confere-se também que o método avaliativo também se tornou mais judicioso, facilitando réplicas e tréplicas tanto dos fiscais quanto dos fiscalizados. Acabadas as visitas, os boticários recebiam uma declaração assinada pelo juiz comissário conceituando o estabelecimento como “B.L.R. Iniciais das palavras ‘boa’, ‘suficiente’ e ‘reprovada’”<sup>127</sup>. Outra via da declaração era endereçada diretamente ao Físico Mor do Reino e a validade da licença era exatamente dos três anos até a realização da próxima visita.

Mesmo com o salvo guardo de três anos concedido pelas avaliações periódicas, havia outros métodos de fiscalização no intervalo de uma visita e outra. Se houvesse inadimplência ou falta com os critérios de normatização, o transgressor era passivo de sofrer ação de devassa civil que era aberta regularmente todos os anos. Deveria se observar as denúncias e notificações de que

---

<sup>125</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e conseqüentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl4v.

<sup>126</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e conseqüentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl4v.

<sup>127</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e conseqüentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl5.

se alguma pessoa que não for médico ou não tiver licença para substituir a falta de médicos, aplica remédio as necessidade internas, necessitando, ou por qualquer outro modo; lentes que assim virão, exigem dos enfermos pagamentos das suas visitas e curas; [...]; Se algum boticário leva pelos medicamentos mais do conteúdo no seu regimento, ou faz rebate de alguma parte da sua legítima importância; Se algum boticário vende remédios ativos, suspeitosos, perigosos, ou venenosos sem receitas de pessoa autorizada: como vomitórios, purgantes, cantáridas, preparações mercuriais, ópio e suas composições e outros semelhantes; Se substituem uns remédios por outros sem autoridade de quem os receitou; Se aviam receitas de medicina passadas por pessoas ilegítimas; Se vendem remédios de segredo sem licença e taxa do Físico Mor do Reino; Se tem parceria com algum médico ou cirurgião; Se são prontos no aviamento das receitas a qualquer hora; Se costumam deixar parar a botica, deixando nelas aprendizes ou escravos que vendam remédios; Se intrometem a curar ainda que seja pelas receitas que vão a sua botica; Se algum médico, ou cirurgião que substituiu na falta de médico, receita em latim, ou com breves; Se obrigam a enviarem os enfermos suas receitas em boticas determinadas, Se receitam medicamentos e composições com nomes desconhecidos para serem entendidos somente por algum boticário; Se alguém venda ou faça remédios em sua casa sem título legítimo; Se os sangradores sangram em febres e outras enfermidades médicas sem ordem de pessoa legítima; E se as parteiras curam e aplicam medicamentos a moléstias de mulheres.<sup>128</sup>

Todos os tópicos elencados que deveriam ser observados eram previamente fixados em locais públicos das vilas pelos meirinhos das câmaras. Tudo isto feito na forma de edital que eram devidamente anexados às devassas e assim como no caso das visitas periódicas, todo conteúdo dos processos era remetido ao Físico Mor do Reino.<sup>129</sup> Se os segredos nos métodos de cura no período já eram altamente rechaçados<sup>130</sup>, a mesma regra deveria valer para os procedimentos de fiscalização da medicina, inclusive no que diz respeito aos critérios empregados para se apurar se um indivíduo era apto ou não para exercer de seu respectivo ofício.

Aos candidatos boticários, como exemplo, era estabelecido que se sorteasse e se fizesse seis composições da *Farmacopeia do Reino* que seriam indagadas e avaliadas pelos dois boticários examinadores – não podendo estes ter sido mestre de ofício do examinado. Se fossem bem feitas, era concedida a sobredita licença, e os compostos farmacêuticos do teste poderiam ser

---

<sup>128</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl7-7v.

<sup>129</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl7-7v.

<sup>130</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência os trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. 150 p.

normalmente comercializados e aplicados. E da mesma forma, se mal feitos, o comércio/uso era desautorizado e o prejuízo era do boticário avaliado – além é claro, da reprovação.<sup>131</sup>

O parecer do exame era dado em forma de voto fechado de cada um dos membros da comitiva. Para ser considerado aprovado era necessária unanimidade. Se houvesse minoria desfavorável das apreciações, o boticário era tido como reprovado tendo, contudo, a oportunidade de reexame seis meses depois. Em caso de maioria desaprovadora, o prazo para nova averiguação era de um ano e meio.<sup>132</sup>

Ainda no que diz respeito às boticas, o acentuado trânsito marítimo do início do século XIX ganha atenção do Regimento de 1810. Antes dos aportar ou partir, tantos os navios com “todas as boticas e drogas que chegassem de fora, assim como as boticas dos navios que estiverem para fazer viagem”<sup>133</sup> deveriam ser examinados com a mesma rigidez dos estabelecimentos de terra firme, sendo o despacho da Fisicatura-Mor, essencial para que as embarcações seguissem viagem.

Assim como os regimentos da década de 1740, as boticas, boticários e lojas que faziam comércio de drogas medicinais continuam contando com atenção maior do aparato legislador. Contudo, no Regimento de 1810 também se confere um melhor detalhamento dos procedimentos de exame e estabelecimento dos limites de atuação dos demais ofícios do sangue.

Através do realçado zelo que se tem com a questão das boticas e boticários pode se ter nota que na segunda metade do XVIII o comércio de drogas era considerável nas vilas e portos da América. Da mesma forma, não são mencionados nos regimentos que ocasionais escassezes de sujeitos dotados da habilidade farmacêutica, assim como a venda e acesso às substâncias são preocupações da Coroa para com os povos – o que ocorria diferentemente com os médicos, cirurgiões e outros oficiais de cura, em que a falta de indivíduos atuantes é apresentada nas próprias legislações como via de regra.

Nesse sentido, o Regimento de 1810 considera a sobredita carestia de oficiais que causavam prejuízo aos súditos com a necessidade de imposições padrões científicos acordantes aos interesses da Coroa. Entendia-se, ou pelo menos, presumia-se que

nas cidades e vilas populosas haverá número certo de cirurgião aprovado, que tratem daqueles enfermos de enfermidades internas, a quem os médicos, por poucos, não podem assistir, e serão aprovados pelo Físico Mor do Reino pelos

---

<sup>131</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl7v.

<sup>132</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl7v.

<sup>133</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl7v.

exames de oposição que fizeram segundo o seu merecimento. Estes exames serão feitos por 2 médicos e o juiz comissário presidente, e a cada um perguntará  $\frac{3}{4}$  de hora, e consultado o merecimento terá a distinção de aprovados símplice, dúplice, tríplice, com laudo ou aprovado de que repassarão certidões assinada pelo juiz comissário presidente e médicos examinadores, para com ela requererem o Físico Mor. [...] Estes exames ouvirão sobre o conhecimentos e curas das enfermidades agudas e crônicas, o prognóstico e medicamentos indicados assim como sobre o modo de fazer uma consulta a qualquer médico e de inquirir um enfermo atendendo-se sempre nas perguntas aos poucos conhecimentos que os cirurgiões podem ter. O mesmo exame farão os cirurgiões que forem curar em lugares onde não há médico algum.<sup>134</sup>

O controle e conhecimento numérico dos indivíduos que procuraram legalização obtido posteriormente aos regimentos da década de 1740 – assim como o período de atuação da Junta do Protomedicato – possivelmente foi preponderante para o aperfeiçoamento do aparato legislativo conferido no Regimento de 1810. Consequentemente, o intento legislador se modernizou no que diz respeito ao elemento estatístico. Se outrora, de acordo com o que aqui já foi discutido, tão somente se intentava saber quem, quantos e onde estavam atuando os curadores, de 1810 em diante interessava-se também nos pacientes.

De seis em seis meses os cirurgiões licenciados deveriam “remeter ao juiz comissário, uma relação fiel dos enfermos de que tem tratado, dos medicamentos que lhes aplicaram, o seu resultado, e ele enviarão a sua correção ou louvor, segundo o seu merecimento”<sup>135</sup>. Em caso de erros consecutivos prejudiciais “a vida dos povos, responderia a eles logo, e não admitiria mais exame sem passar um ano”<sup>136</sup>.

Passava-se claramente a se arrolar os requisitos básicos de regulamentação, as obrigações de um licenciado para com a sociedade e o órgão administrativo, e as consequências do descumprimento das resoluções e da infração da lei. Realça-se nesse sentido, que, à medida que os modelos ideais e os procedimentos de fiscalização eram melhores apresentados, e, que o capital humano qualificado para as examinações aumentava, consequentemente, a exemplaridade punitiva aos transgressores também se acentuava. Condenava-se que

os que curam sem título legítimo paguem 20\$000 pela primeira vez, o dobro pela segunda e assim pelas mais. Segundo; que os que vendem e fazem medicamento, sejam condenado em 8\$000 pela primeira vez, dobrando-se pelas reincidências. Terceiro; que pelas culpas averiguadas nas vizitas das boticas, sejam condenados os boticários em 4\$000 pela primeira vez, no dobro pela

---

<sup>134</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl8v.

<sup>135</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl9.

<sup>136</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl9.

segunda, e na terceira o juiz comissário lhe mande fechar a botica, que não poderá abrir sem mercê do Físico Mor do Reino. Quarto; que a pena de desobediência seja de 1\$000; a de injúria feita ao juiz comissário e seus oficiais, se arbitre segundo a qualidade dela; a de falsificar pesos e medidas seja 20\$000 pela primeira vez, e se dobre pelas mais vezes até a quarta, em que os réus deste delito serão constrangidos a fecharem as boticas ou lojas de drogas; pela falta de aferição paguem 4\$000, dobrando até a terceira vez e na quarta incorrerão na mesma pena de não poderem ter mais boticas ou lojas abertas. Quinto; que nestas mesmas penas sejam condenados os que reincidirem em ter medicamentos incapazes. Sexto; Que todas estas multas paguem além das custas.<sup>137</sup>

Nenhum outro funcionário reinol, por mais hierarquicamente proeminente fosse, tinha poderes para “embargar ou suspender ato ou diligência alguma dos juizes delegados do Físico-Mor do Reino”<sup>138</sup>. A instituição gozava de plena autonomia de atuação nas diversas localidades do Reino. Porém, em caso de alguma autoridade de outra instância administrativa desconfiasse de excessos de um ou outro delegado da Fisicatura, deveria dar diretamente “conta ao Físico-Mor do Reino ou nos farão saber pela Secretaria de Estado competente, sem, contudo, lhe embaraçar o exercício de que estão encarregados”<sup>139</sup>.

Por mais que se acentuasse a burocratização de todas as instâncias dos processos de regulamentação e fiscalização dos curadores e seus estabelecimentos, a fluidez do governo da medicina é percebida como o grande intento das reorientações legislativas. Mais do que isso, a diferenciação principal das mudanças do aparato regulador entre a década de 1740 até o Regimento 1810 é justamente a intenção de equilíbrio entre o que pode ser eficientemente administrável e o que deve ser satisfatoriamente benéfico à saúde do público.

A preconcebida carestia de determinados ofícios deveriam significar afrouxo em alguns pré-requisitos, como por exemplo, a formação e o modo de obtenção do conhecimento de alguns dos ofícios. Contudo, também não se deixava de ter arrocho com o que dizia respeito a questões caras a administração do Reino do Brasil, percebido na preocupação que se tinha com a correta observância do Regimento, assim como com o corpo efetivo que deveria conduzi-lo.

Destaca-se que no período que durou a Fisicatura-Mor – em concordância com todas as iniciativas realizadas desde 1772 que aqui foram citadas –, o mote era de tentar impor certos padrões e limites no exercício da medicina, porém sem concentrar as práticas curativas a

---

<sup>137</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl9v.

<sup>138</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl10.

<sup>139</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl10.

determinado seguimento social e profissional dominante.<sup>140</sup> Por mais que os médicos acadêmicos já estivessem em monopólio nos cargos de admissão e fiscalização dos exercícios de cura no Reino, não se conferem nas legislações estratégias claras de proibição de outros oficiais em benefício da classe médica formada.

Em concordância com o que aqui foi apresentado, entende-se que a renovação da praxe da medicina no Reino<sup>141</sup> estabelecida nos Estatutos de 1772 iniciaria um processo de reorientação da formação dos médicos em benefício da saúde pública, contudo tentando agregar os saberes populares a uma medicina dita oficializada. Não se desconsidera, que no extrapolar do texto lei, estratégias de beneficiamento do seguimento médico acadêmico tenham se dado – o que inclusive, é o objetivo central de análise e discussão deste estudo. Contudo, é necessário realçar que nas suas instâncias de elaboração e afixação, a lei se fazia clara e objetiva quanto à preocupação com a saúde dos povos.

Há de se considerar o fator do artifício retórico, e ao mesmo passo, que há de se levar em conta que a própria necessidade da dissimulação evidencia que o equilíbrio entre forças de poder era entendidamente necessário entre todas as partes. Governo, instituições, funcionários e população passavam a calcular e proceder a boa ordem supostamente a partir do que era benéfico ao público como um todo.<sup>142</sup>

A reorientação educacional de Coimbra pós 1772 foi capaz de embeber a mentalidade dos egressos de ideais estadistas, abandonando, assim, o modo providente de se pensar o exercício e o governo da medicina no Império Luso-Brasileira. A percepção de perfeição estática de modo de vida, de ação do Estado e de soberania monárquica é substituída pela indagação e tentativa de cálculo do que poderia acontecer “num futuro não exatamente não controlado nem controlável, não exatamente medido nem mensurável”<sup>143</sup>.

Concluindo, pretendeu-se demonstrar neste texto que a legislação de 1810 já vem impregnada com a noção de bem público, sendo muitos aspectos dessa consciência também explícitos nos Estatutos de 1772. Depois das reformulações pedagógicas de Coimbra, não apenas preparavam-se médicos dotados de modernas habilidades técnicas e científicas, mas, sobretudo, formavam-se indivíduos capazes de analisar, questionar e propor projetos políticos concernentes ao governar e exercer da cura.

---

<sup>140</sup> PIMENTA. *Artes de curar*, p.11-22.

<sup>141</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*(Livro III) – *Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*. Coimbra: Por ordem de Sua Majestade, 1772, p.16.

<sup>142</sup> SENELLART, Michel. *As Artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Editora 34, 2006. 302p.

<sup>143</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France*(1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.26.

# **Representações de doença e cura: uma análise histórica da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)***

**Nathália Tomagnini Carvalho**  
Mestranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
nathaliatomagnini@gmail.com

**RESUMO:** Pretende-se apresentar tema de projeto de mestrado iniciado no ano de 2015 no programa de pós-graduação em História da UFMG, na linha de Ciência e Cultura na História. Objetiva-se realizar uma análise histórica da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*, escrita pelo viajante naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius – que esteve no Brasil entre 1817 e 1820 – e publicada na cidade de Munique no ano de 1844. No livro, Martius descreve, a partir de pressupostos da ciência do século XIX, as características físicas dos povos indígenas brasileiros, as doenças que mais os acometiam e suas implicações e formas de tratamento. Além disso, dedica-se ao estudo dos principais remédios utilizados e das práticas e rituais curativos. Pretende-se, na dissertação, dar enfoque especial às representações de “doença” e “cura” construídas tanto pelos povos indígenas descritos pelo autor, como pela comunidade de cientistas e viajantes da qual fazia parte. Também espera-se conseguir compreender a construção histórica de um discurso científico a respeito de uma cultura diferente da europeia do século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da saúde, Práticas curativas, Viajantes naturalistas, Medicina indígena.

## **Introdução**

Neste artigo será apresentado tema de projeto de mestrado iniciado no ano de 2015. Objetiva-se, por tanto, expor a proposta de trabalho elaborada. A pesquisa encontra-se ainda em estágio inicial, por isso não será possível apresentar os resultados obtidos.

## **Representações de doença e cura: uma análise histórica da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)***

Ao longo do tempo as sociedades construíram diferentes representações para o conceito de “doença”. A forma como cada cultura entende e lida com o corpo doente está intimamente

relacionada às suas concepções de vida e morte, ou seja, ao modo como compreendem a existência humana no mundo. Para além de sua materialidade, a doença “sentida na pele” despertou nos homens várias maneiras de senti-la.

Atualmente, assistimos a uma predominância das ideias científicas a respeito da doença e dos métodos curativos. O saber médico-científico encontra-se amplamente difundido em nossa sociedade. No entanto, se a doença é tida como construção histórica, os saberes e práticas que foram criados com a finalidade de tratar o doente também são historicamente construídos.

A análise do caráter social e cultural da ciência foi um dos temas de reflexão de Ludwik Fleck. Em *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*, ele explica que “O processo de conhecimento representa a atividade humana que mais depende das condições sociais, e o conhecimento é o produto social por excelência”<sup>144</sup>.

Se hoje, religiões, rituais e crenças são tidos, no senso comum, como o oposto de tudo que faz parte do universo científico, o mesmo não ocorria no oitocentos. Segundo Betânia Figueiredo, “O espaço da fé, da crença, da simpatia não se contrapõe, na prática das pessoas do século XIX, ao espaço da razão e da chamada ciência médica”<sup>145</sup>.

A preponderância de determinado modelo científico seria então o resultado de um processo marcado por embates com outros saberes, ditos “populares”, e mesmo entre diferentes vertentes da própria ciência.

Em meu projeto de mestrado, proponho um estudo acerca do embate entre a medicina-científica europeia, que se afirmava no decorrer do século XIX, e um tipo específico de “saber popular” sobre a doença: a medicina indígena brasileira.

Pretendo fazê-lo por meio da análise histórica da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* escrita por Carl Friedrich Phillip von Martius. Com o título original de *Das Naturell, die Krankheiten, das Arzthum und die Heilmittel der Urbewohner Brasiliens München*, o livro foi publicado pela primeira vez no ano de 1844, na cidade de Munique.

Os escritos de Martius foram elaborados com base em sua viagem ao Brasil entre 1817 e 1820. Médico e botânico bávaro, o autor de *Natureza*, dedicou-se ao estudo das plantas brasileiras

---

<sup>144</sup> FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. 1. ed. Trad. Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. p. 85

<sup>145</sup> FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Brasília: CAPES, Belo Horizonte: Argymentvm, 2008. p. 31.

e das práticas curativas dos povos indígenas. Dentre suas obras mais famosas estão *Viagem pelo Brasil* (1838), escrita em conjunto com Johann Baptist von Spix e *Nova Genera et Species Plantarum Brasiliensium* (1823-1831).

Logo na introdução de *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* o autor alerta para o fato de que intenta fazer uma “ampla observação sem preconceitos” sobre os indígenas. Pretende, desta forma, opor-se às “visões preconceituosas” dos primeiros cronistas e historiadores da América<sup>146</sup>.

Pairava no espírito da época, e interessava ao descobridor de então, descrever muita coisa referente à constituição física dos habitantes do continente descoberto, como extravagante, maravilhosa e destoando dos tipos da organização humana, conhecidos naquele tempo. Acresce, também, que os primeiros historiadores da América, na maioria espanhóis e portugueses, escreveram dominados pelos preconceitos e opiniões reinantes em sua pátria e sem ter como base, conceitos isentos das influências antropológicas e sociais, da sua raça.<sup>147</sup>

A escrita de Martius revela que as motivações dos viajantes da época dos descobrimentos e dos séculos XVIII e XIX eram bem distintas. Segundo Aguiar e Costa, esperava-se destes últimos “muito mais do que um conjunto de impressões, mas escritos com base em algum “método científico”, algo necessário mediante os objetivos que moviam estas viagens de prospecção”<sup>148</sup>. A chegada da corte portuguesa ao Brasil foi um fator decisivo para a atuação dos naturalistas estrangeiros europeus em terras brasileiras. Somente a partir de então foram criados aqui “uma gráfica, uma biblioteca, uma escola de medicina, um laboratório de análises químicas, cujas funções incluíam engenharia civil e mineração”<sup>149</sup>. Além disso, também foram inaugurados o Jardim Botânico e o Museu de História Natural, considerados “a origem da moderna rede de ciências naturais do Brasil”<sup>150</sup>.

A vinda dos naturalistas austríacos e alemães ao país foi beneficiada pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre casas reais. Dom Pedro I casa-se com a arquiduquesa da Áustria,

---

<sup>146</sup> AGUIAR, José Otávio; COSTA, Raíssa Barbosa. Fisiologia e Naturezas humanas na obra de Von Martius: um estudo da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*, publicada em 1844. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13º, 2012, São Paulo. Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012. p. 5.

<sup>147</sup> MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*. 1. ed. Trad. Manuel Augusto Pirajá da Silva. São Paulo; Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 01.

<sup>148</sup> AGUIAR; COSTA. *Fisiologia e Naturezas humanas na obra de Von Martius*. p. 05.

<sup>149</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 4ª Reimpressão. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 140.

<sup>150</sup> \_\_\_\_\_ . *A ferro e fogo*, p. 140.

Maria Leopoldina, que chega ao Brasil “acompanhada por um séquito brilhante de cientistas naturais austríacos e alemães, que incluía Johann Emanuel Pohl, Karl Friedrich Phillip von Martius, e Johann Baptist von Spix. O estabelecimento da corte portuguesa tornava, por fim, acessível aos cientistas europeus o até então proibido Brasil”<sup>151</sup>.

A obra de Martius é um trabalho que se propõe ser “científico”. É produzido em um contexto no qual a comunidade dos cientistas ocidentais buscava conhecer e catalogar o mundo natural. Assim sendo, é imprescindível entender o livro *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* como uma construção mediada por determinado “coletivo de pensamento”<sup>152</sup>: o dos cientistas europeus da primeira metade do século XIX.

O livro apresenta uma grande variedade de temas. Dividido em capítulos didaticamente organizados, nos quais Martius descreve as características físicas dos povos indígenas brasileiros saudáveis e as doenças que mais os acometiam, bem como suas implicações e formas de tratamento. Também se dedica ao estudo dos principais remédios utilizados e das práticas e rituais curativos dos índios. É importante ressaltar que o discurso de Martius é composto por diversas comparações. Não é raro, por exemplo, encontrar confrontações entre o modo de vida e os aspectos físicos de índios e europeus ou índios e africanos.

Além disso, ele realiza certa hierarquização entre culturas, utilizando-se por vezes da ideia da civilização *versus* a barbárie.

Assim, este trecho final da nossa descrição caracteriza o alto grau de depravação e a grosseira barbaria, que apresenta a vida na raça vermelha, em todos os seus estados de desenvolvimento e progresso.<sup>153</sup>

Não é possível deixar de notar o estranhamento de Martius frente a um modo de compreender o mundo completamente diferente do seu. As concepções de doença e cura dos indígenas perpassavam pelo entendimento do mundo natural como um lugar composto por antagonismos, sendo que para cada força do bem existiria uma correspondente do mal. A doença era vista como a ação do sobrenatural e do maligno no corpo do doente. Segundo Flávio Edler:

Doenças comuns eram tratadas de um modo puramente naturalístico. Doenças raras e de maior gravidade eram percebidas como grave ameaça à coesão social. Por isso, requeriam maiores e mais espetaculares esforços, envolvendo a

<sup>151</sup> \_\_\_\_\_ . *A ferro e fogo*, p. 141.

<sup>152</sup> Conceito utilizado por Ludwik Fleck, definido como “a comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos”. FLECK. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. p. 82.

<sup>153</sup> MARTIUS. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*, p. 286.

manipulação de um domínio entendido como sobrenatural, voltado à identificação da entidade ou espírito maligno que penetrara no corpo e devia ser expulso. Um reino geralmente invisível de forças e poderes era concebido para explicar certas enfermidades e aflições. Essas práticas ancestrais de cura eram sempre sagradas e holísticas, reunindo tratamentos que envolviam os indivíduos afetados e o grupo tribal ou parental ao qual pertenciam.<sup>154</sup>

Ao descrever e refletir sobre a forma como os índios entendiam a doença e como agiam para tratá-la, Martius classifica a “arte médica indígena” como pura “magia ou feitiçaria”. No entanto, em um trecho surpreendente, referindo-se aos cientistas europeus, ele diz:

Nós também exercitamos a magia, somos feiticeros e necromantes no manejo de inúmeras forças naturais, que nos envolvem completamente. O físico que, de uma solução de sulfato de cobre, precipita nova placa de cobre sobre o modelo prateado, ou, delineia, rapidamente, um retrato daguerreotipo, ou, pelo vapor elevado à mais alta tensão, desenvolve força motriz prodigiosa, é mágico ao nosso modo de pensar acima exposto; isola e domina uma força natural desconhecida, num estreito círculo mágico de finalidades concretas.<sup>155</sup>

Nos trechos seguintes Martius explica que, apesar desta semelhança, a ciência moderna estaria em um “estado de adiantamento” muito superior quando comparada às artes de curar dos índios. Sendo para ele incompreensível o fato dos indígenas se encontrarem em um estágio evolutivo tão “inferior”.

Devemos confessar que o nosso tentame de seguir o fio do mais alto espírito científico, por entre fatos isolados, nebulosos, e as tradições que constituem a arte médica dos índios, não pôde surtir efeito. Encontramo-nos, aqui, na mesma situação em que nos achamos perante a História, a Linguística, a Mitologia e a Etnografia dessa raça vermelha, sempre numa esfera muito obscura; e enquanto, com profundo sentimento e pesar, fazemos perpassar diante de nós esse quadro de tão intensa corrupção e degeneração, surge e ressurge com o nosso pasmo, a pergunta: que extraordinária catástrofe deve ter sofrido esta raça? Em que pavorosos desvios e rodeios terá ela errado durante milênios, para chegar à atual situação, tão lamentável quanto enigmática?<sup>156</sup>

Por tudo acima exposto, concluo que, além de apresentar uma forma narrativa fascinante, o livro *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* guarda um discurso mais complexo do que uma rápida leitura nos faria supor. Martius dialoga com os conceitos de “ciência” e “cultura” que estavam sendo construídos no século XIX por uma ampla comunidade de

---

<sup>154</sup> EDELER, Flávio Coelho. A mata é a botica dos índios. In: *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006. p. 24 e 25.

<sup>155</sup> MARTIUS. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*, p. 201-202.

<sup>156</sup> \_\_\_\_\_. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*, p. 286.

cientistas. Conforme afirmam Aguiar e Costa, este livro encontra-se ainda pouco explorado pela historiografia, sendo que os trabalhos existentes “não se estendem às breves citações”<sup>157</sup>.

### **Conclusão**

Para finalizar, a obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios* é uma fonte muito rica e apresenta inúmeras possibilidades analíticas. No projeto de mestrado em desenvolvimento pretende-se fazer uma análise histórica deste documento a partir da perspectiva da História da Ciência e da História da Saúde.

---

<sup>157</sup> AGUIAR; COSTA. *Fisiologia e Naturezas humanas na obra de Von Martius*, p. 4.

# Entre a “pátria” e o Império: dinâmica política regional do Maranhão e sua importância para a construção da nação (1825-1831)

**Raissa Gabrielle Vieira Cirino**  
Doutoranda em História  
UFJF  
[raissa\\_gabrielle@yahoo.com.br](mailto:raissa_gabrielle@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O processo de construção do Estado imperial brasileiro tem sido bastante revisado, especialmente a partir do enfoque nas dinâmicas sociopolíticas das províncias, os novos espaços de poder estruturados por meio da adaptação e acomodação de novas e velhas instituições, dentre elas os Conselhos provinciais (de Presidência e Geral). Destarte, analisaremos de que forma esses órgãos contribuíram para acomodar o Maranhão no imenso mosaico imperial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dinâmica política regional; Conselhos provinciais; Maranhão; Brasil Império.

## Introdução

Impulsionados por estudos que vêm destacando a complexificação das dinâmicas sociopolíticas ocorridas nas províncias, que ocorreram desde a vinda da Corte portuguesa para o Brasil (1808), passando pela movimentação ocasionada pela Revolução do Porto (1820) e o processo de Independência, vários pesquisadores estão se debruçando sobre as singularidades dos processos de adaptação, acomodação e transformação das novas e velhas instâncias administrativas nas outrora “pátrias” locais<sup>158</sup>, que se firmariam ao longo do Império como novos espaços de poder e representatividade.

Nessa perspectiva, análises que tratam das instâncias judiciárias, políticas e sociais estão relativizando a antiga premissa de centralização e autoritarismo que teriam sido impostos pelo novo poder central desde o Primeiro Reinado ou pelas inovações burocráticas, destacando que as

---

<sup>158</sup> Marco Morel (2007) e Marco A. Pamplona (2009) trabalharam a trajetória polissêmica do vocábulo “pátria” no início do século XIX e como seus diversos sentidos correlacionavam-se com o contexto de transformações sociopolíticas pós-revolucionárias. O sentido mais comum era relacionado à área de nascimento ou de estabelecimento do indivíduo. Para mais informações, ver MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América. In: KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p. 14-40; PAMPLONA, Marco A. Nação. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 161-180.

mudanças ocorridas nesse período foram marcadas pelo convívio de tentativas de descentralização política e de práticas localistas aliadas a uma busca de concentração de poderes, demonstração evidente que a Corte recorreu constantemente a diferentes estratégias para consolidar e legitimar sua autoridade no extenso território imperial<sup>159</sup>. *Pari passu*, também é nítida a coexistência de reminiscências do Antigo Regime com práticas inspiradas no novo ideário liberal europeu, mais um subterfúgio que denota as manobras de negociação e conciliação da Corte para garantir o apoio das elites locais/regionais ao novo projeto estatal<sup>160</sup>.

Assim, estudos como os de Miriam Dolhnikoff<sup>161</sup>, Maria de Fátima Silva Gouvêa<sup>162</sup> e de Marisa Saenz Leme<sup>163</sup> articularam as conjecturas políticas provinciais às relações mantidas com a nova sede de governo, destacando a importância das tramas que marcaram a organização político-administrativa e seus atores, que articularam, de uma forma ou de outra, as bases para a consolidação do Império do Brasil. Nesse rol, várias instituições e instâncias foram destacados, como as Câmaras Municipais, antigos e poderosos potentados locais; a presidência de província, cargo executivo escolhido diretamente pelo Imperador; e os Conselhos Gerais, instituições que, mais tarde, originaram as assembleias provinciais. Todavia, uma chama a atenção por seu caráter executivo, deliberativo e consultivo: o Conselho de Presidência, também chamado Conselho de Governo e Conselho Administrativo. No Maranhão, o Conselho de Presidência foi chamado recorrentemente de Conselho Presidencial, provável referência ao seu principal chefe, o presidente de província. Mas vale destacar que esse termo também foi usado no projeto de Constituição elaborado pela Assembleia Constituinte<sup>164</sup>.

Os Conselhos de Presidência foram instituídos pela Carta de 20 de Outubro de 1823, durante a reunião da Assembleia Constituinte (1823), com o objetivo de atender a questões de

---

<sup>159</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Das racionalidades da História: o Império do Brasil em perspectiva. *Almanack Brasileiro*. Guarulhos, n.04, p.53-61, 2012, p. 60.

<sup>160</sup> \_\_\_\_\_. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

<sup>161</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

<sup>162</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>163</sup> LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 28, n. 55, jun. 2008, p. 197-215.

<sup>164</sup> \_\_\_\_\_. São Paulo no I Império: poderes locais e governo central In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 61.

“exame e juízo administrativo”<sup>165</sup>, destituindo, assim, as antigas Juntas de Governo criadas pelas Cortes lisboetas. Além disso, seria composto por seis conselheiros<sup>166</sup> escolhidos dentre os políticos do âmbito regional, premissa que, em tese, buscava assegurar algum conhecimento dos conselheiros acerca da situação da província e proporcionar adequado suporte consultivo ao presidente, chefe do Executivo provincial, na resolução de problemas e carências locais/provinciais.

Ademais, o Conselho tinha poder deliberativo sobre questões referentes: a) ao desenvolvimento econômico da província, com o incentivo da agricultura, comércio e indústria, bem como a conservação de uma boa infra-estrutura, com a conservação e abertura de estradas e pontes; b) à segurança, com a vigilância sobre prisões, casas de correção e de caridade; c) ao conhecimento sobre a província, com a organização de censos e estatísticas; d) à “educação da mocidade” e à catequização de indígenas; e) à fiscalização de possíveis abusos na arrecadação de impostos, das contas das Câmaras Municipais, das receitas do próprio Conselho e as da presidência; f) às reclamações contra funcionários públicos e ao trato de conflitos de jurisdição entre autoridades, com a possibilidade de suspensão de magistrados; g) à proposição de medidas para garantir bons tratos aos escravos e sua gradativa emancipação; e, h) à determinação de despesas extraordinárias, sendo que o presidente só poderia executar medidas sobre esse assunto com a prévia aprovação imperial<sup>167</sup>.

Por muito tempo, os Conselhos de Presidência foram confundidos com seus congêneres, os Conselhos Gerais, ou simplesmente ignorados pela historiografia. Os Conselhos Gerais foram órgãos instituídos pelo artigo 72 da Constituição de 1824 e tinham natureza representativa e propositiva, evidenciada pela eleição de seus vinte e um ou treze membros<sup>168</sup> que deveriam discutir e elaborar projetos de lei que interessassem à província. Porém, os Conselhos Gerais foram instalados apenas a partir de dezembro de 1829, após a criação do seu regimento oficial

---

<sup>165</sup> Essa expressão foi sugerida por Andrada Machado para enfatizar que o órgão tinha somente caráter executivo, e não legislativo. Conferir: FERNANDES, Renata Silva. *O Conselho da Presidência e o Conselho Geral de Província “na letra da lei” (1823-1828)*. 89 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de História Bacharelado, Juiz de Fora, 2012, p. 32-33.

<sup>166</sup> Os candidatos ao Conselho de Presidência deveriam ser maiores de trinta e cinco anos e residir na província há, no mínimo, cinco, exigências que buscavam asseverar o conhecimento dos conselheiros acerca do seu âmbito regional.

<sup>167</sup> BRASIL, Decreto de 20 de Outubro de 1823, art. 24, p. 12-13.

<sup>168</sup> A quantidade de membros dependia da população da província. Foram definidos alguns critérios para os candidatos: idade mínima de vinte e cinco anos, probidade e decente subsistência. Era vetada a eleição ao presidente de província, seu secretário e os comandantes das armas, condição que, de certa forma, limitava o poder das principais autoridades provinciais que eram nomeadas pelo poder central.

pela Assembleia Geral, a Lei de 27 de Agosto de 1828<sup>169</sup>. Ou seja, os Conselhos de Presidência passaram boa parte do Primeiro Reinado atuando de forma isolada no âmbito regional. No Maranhão, não foi diferente.

Desta feita, o peso das deliberações do Conselho Presidencial, a participação de figuras de destaque das províncias ao lado do “delegado imperial” e a sua atuação pioneira no espaço de poder regional vêm auxiliando a retirar do limbo essa instituição e seus atores. Por outro lado, com a instalação do Conselho Geral do Maranhão, houve uma adaptação e adequação de prioridades para evitar sobreposições de poderes. No entanto, é inegável que as duas instituições contribuíram sobremaneira para a fortificação do espaço de poder regional e sua representação frente o poder central. Assim, buscaremos mostrar através de uma análise qualitativa e indiciária das atas do Conselho Presidencial e dos ofícios do Conselho Geral, de que forma os trabalhos dessas duas instituições pautaram o processo de estabelecimento do Estado imperial na distante província maranhense.

### **No caminho das “luzes”**

A partir do processo reconhecido genericamente como modernização política<sup>170</sup>, o velho regime (Absolutismo) passou a ser associado ao passado, período de “trevas” marcado por atos despóticos e abusos de poder, situação na qual os súditos estavam à mercê das vontades do rei e de seus correligionários. Em contrapartida, propôs-se uma reordenação política firmada por um novo pacto social entre sociedade e rei. A Constituição escrita fundamentaria esse novo contrato, limitando o poder monárquico e garantindo as prerrogativas dos sujeitos, doravante cidadãos. O uso da razão propiciou as “luzes” para enxergar à frente da “escuridão” despótica. Assim, embasados na crença coeva de que a implementação e a reforma de um arranjo político-institucional para a máquina pública garantiriam a legitimidade necessária para manter a nova unidade “nacional”, as primeiras instituições executivas instaladas nas províncias (presidência de

---

<sup>169</sup> Para mais informações sobre o impasse na elaboração do regimento dos Conselhos Gerais, ver CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831)*. Dissertação (Mestrado em História). 169 p. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em História, São Luís, 2015.

<sup>170</sup> Segundo Gianfranco Pasquino (2008, p. 768) a modernização política iniciou-se com as transformações sociais e econômicas decorrentes das Revoluções Industrial e Francesa, ocorridas no final do século XVIII, e teve impactos em todos os âmbitos da sociedade, com o objetivo principal de superar as características feudais do Antigo Regime. Conferir PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In: BOBBIO, Norberto (org) *et all. Dicionário de política*. Vol. 1. Brasília: Editora Unb, 1998, p. 768-776.

província e seu Conselho) foram encarregadas de auxiliar diretamente na organização das bases do novo sistema administrativo. No Maranhão, tais incumbências foram pauta constante do Conselho Presidial, especialmente a partir de 1828, momento em que a iminência de um novo escrutínio modificou a escala de poder na província ao articular adaptações para a municipalidade com a instalação de novas instituições, tudo conforme os ditames do Poder Legislativo.

Conquanto editos mais antigos ainda estivessem em vigor, o período foi marcado pela execução de novas diretrizes eleitorais<sup>171</sup>, entre os quais se destaca o Decreto de 1º de Outubro de 1828, mais conhecido como Lei Orgânica dos Municípios, cujas determinações atualizaram as eleições municipais, que ainda continuavam seguindo as orientações das chamadas Ordenações do Reino, legislação que vigorava no Brasil desde o período colonial<sup>172</sup>.

O principal foco da Lei Orgânica foi a definição de um regimento específico para as edilidades, delimitando os temas que poderiam ser discutidos e sobre os quais fiscalizariam. Essa reorganização estava diretamente relacionada com as pretensões para a estruturação da nova burocracia, que deveria anular as práticas dos potentados locais relacionadas ao Antigo Regime, para fortalecer e centralizar o Estado. A partir desse momento, as Câmaras passaram a ser “corporações meramente administrativas”, e foram impedidas de exercer qualquer tipo de jurisdição contenciosa<sup>173</sup>. Além disso, eram obrigadas a enviar suas atas eleitorais e ter suas posturas e contas fiscalizadas pelos Conselhos Gerais. Enquanto estes não fossem instalados, os órgãos municipais estavam sob a jurisdição dos Conselhos de Presidência.

No Maranhão, o Conselho Presidial buscou garantir a execução dessa lei e a adaptação das Câmaras Municipais, retirando as dúvidas acerca da aplicação dos decretos e fiscalizando suas contas e posturas, exercendo, assim, forte pressão sobre as municipalidades. As rendas municipais, por exemplo, foram inspecionadas pormenorizadamente ao longo de 1829, tarefa que apontou a persistência da circulação de “cobre falso” nas instâncias administrativas, moeda falsificada que estava causando problemas na vida socioeconômica da província<sup>174</sup>, e possíveis casos de prevaricação dos funcionários municipais, com a desorganização e a falta de

---

<sup>171</sup> O principal edito foi a Lei de 26 de Março de 1824, mais conhecida como Instruções Eleitorais, que firmaram o processo eleitoral em dois graus (eleitores de paróquia e de província), sendo que não havia nenhum alistamento ou registro provisório dos eleitores no primeiro grau, apenas a publicização de um censo feito pelo pároco responsável dos “fogos” (núcleo familiar ou morada) da freguesia. Essa lacuna na lei permitia que a mesa eleitoral julgasse arbitrariamente a qualidade dos votantes, negando-lhes o direito de voto, caso desejasse, ver FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2ª Ed. rev. Brasília: TSE/SDI, 2005, p. 122.

<sup>172</sup> \_\_\_\_\_. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*, p. 114.

<sup>173</sup> BRASIL, Decreto de 1º de Outubro de 1828, art. 24.

<sup>174</sup> MARANHÃO. *Conselho Presidial*. Livro de Atas. Sessão de 6 de junho de 1829, fl. 78. Códice 1337. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

comprometimento da entrega da documentação exigida<sup>175</sup>. Havia também um outro interesse em gerir de perto as contas municipais: o presidente de província e seu Conselho ficavam cientes das rendas e despesas que eram usadas como base para o cálculo do faturamento provincial. Pela Carta de 1823, a oitava parte das sobras desse valor era destinada ao Conselho Presidencial, que o usava para, por exemplo, custear os estudos de alunos no exterior ou na Corte e patrocinar campanhas para “civilizar” indígenas.

Por sua vez, as posturas municipais foram supervisionadas por sua importância jurídica local: ao enquadrar e disciplinar as condutas cotidianas, garantindo “o bom regimento da terra” ao mesmo tempo em que normatizavam o poder das Câmaras sobre as comunidades<sup>176</sup>, tornaram-se a principal expressão da soberania das edilidades. Portanto, fiscalizá-las e delimitá-las apenas para assuntos relacionados a questões administrativas e policiais das vilas<sup>177</sup> contribuiu para enfraquecer de forma relevante a esfera de poder municipal. Em 27 de maio de 1829, por exemplo, a Câmara Municipal de Paço do Lumiar expôs ao Conselho uma postura para evitar os danos feitos pelo gado às plantações de mandioca. O Conselho desaprovou-a, pois considerou que as determinações feriam o direito de propriedade dos “lavradores”<sup>178</sup> ao tentar obrigá-los a cercar seus terrenos e impor-lhes pesadas multas. Além disso, o colegiado foi orientado a, posteriormente, informar qualquer alteração ou revogação em suas posturas<sup>179</sup>.

Destarte, observamos que a fiscalização das receitas financeiras e das posturas dos colegiados municipais pode ser considerada como principal mecanismo para manter esses órgãos sob a jurisdição da esfera regional. Por isso, a Lei Orgânica foi de extrema importância, pois, pelo viés estrutural, a normatização desses antigos potentados foi ponto nevrálgico para garantir a construção de um Estado nacional viável que estivesse em acordo com os ideais dos “novos tempos”<sup>180</sup>.

Todavia, também devemos frisar que apesar das edilidades terem passado por esse esvaziamento de poder, ainda mantiveram parte de sua influência nas localidades, pois continuaram a zelar sobre a harmonia e o sossego da população, com autonomia para deliberar sobre assuntos exclusivamente locais. Ademais, parte da antiga força das Câmaras Municipais se

<sup>175</sup> \_\_\_\_\_, *Conselho Presidencial*. Sessão de 30 de maio de 1829, fl. 77.

<sup>176</sup> PORTUGAL. Ordenações Filipinas, Livro I, título LXVI, parágrafo 28, p. 149.

<sup>177</sup> A Lei Orgânica determinou que as posturas deveriam tratar apenas da limpeza e iluminação de ruas e cemitérios; da construção de estradas e matadouros; da fiscalização da salubridade, de espetáculos públicos e de casas de caridade e da inspeção das escolas, da segurança e da saúde públicas.

<sup>178</sup> Termo da época que referenciava os proprietários rurais.

<sup>179</sup> MARANHÃO. *Conselho Presidencial*. Sessão de 27 de maio de 1829, fl. 76.

<sup>180</sup> DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*, p. 64.

fundiu ao Legislativo das províncias, espaço fortalecido com a criação e instalação dos Conselhos Gerais.

Por ter como premissa garantir o direito dos cidadãos em intervir nos negócios de sua província, relativos aos seus interesses; por possuir um número maior de conselheiros, que não tinham a obrigatoriedade de residir na província como os do Conselho da Presidência; por não exigir a presença e acompanhamento constantes do “delegado imperial”; e por ter sessões de “portas abertas”, os Conselhos Gerais tiveram certa notoriedade no âmbito de poder regional. No Maranhão, essas distinções foram muito importantes para a instituição alçar-se como novo *locus* de poder. Entretanto, antes disso também contou com o auxílio do Conselho Presidial que, a partir de suas deliberações e fiscalização sobre os novos editos eleitorais e o Regimento dos Conselhos Gerais, viabilizou sua devida instalação. Interessante destacar também as negociações feitas com o então com o Governador do Bispado, José Constantino Gomes de Castro, sobre a concessão de um espaço para as sessões do Conselho Geral. O local pretendido era a sala de conferências do religioso, a qual necessitava de alguns reparos. Dando provas de seu “patriotismo”, Gomes atendeu a solicitação do presidente e arcou com os gastos adicionais exigidos, destacando ainda que “a sua espontânea prestação não [era] taxativa de tempo”<sup>181</sup>, ou seja, o órgão poderia usar o espaço enquanto não encontrasse outro mais adequado.

Com a iminência da abertura do Conselho Geral, o Presidial passou a reorganizar seus deveres a fim de evitar uma justaposição de poderes dentro do âmbito administrativo da província. Desde o segundo semestre de 1829, as contas e posturas municipais, que até então estavam sendo fiscalizadas pelo presidente de província e seus conselheiros, passaram a ser encaminhadas ao Conselho Geral. Em contrapartida, este dependia das informações cedidas pelo Conselho Presidial acerca do estado dos “negócios públicos” e das providências mais urgentes para formular seus projetos de lei.

Após a instalação do Conselho Geral do Maranhão, este e o Conselho Presidial estiveram em constante diálogo, que envolvia, sobretudo, envios de documentos, pedidos de informações e esclarecimentos. Em janeiro de 1830, por exemplo, o Conselho Geral solicitou ao Conselho Presidial a cópia da ata de uma sessão de 1828, na qual o ex-presidente de província Manoel da

---

<sup>181</sup> MARANHÃO. *Conselho Presidial*. Sessão de 27 de junho de 1829, fl 82v; Sessão de 8 de julho de 1829, fl. 87.

Costa Pinto tratara dos impostos que mais prejudicavam a província e outra do ofício sobre o mesmo assunto encaminhado por ele ao Ministério<sup>182</sup>.

Assim como o Conselho Presidial, o Conselho Geral se constituiu como um espaço de intermediação entre as instâncias de poder por dialogar com a municipalidade e a Corte, o que confundia os limites de suas alçadas. Em meados de dezembro do mesmo ano, por exemplo, José Joaquim Rodrigues Lopes, secretário do Conselho Geral, reenviou à Secretaria da presidência os documentos das Câmaras de Icatu, Tutóia e Vinhais remetidos pelo então presidente de província Cândido José de Araújo Viana. Os ofícios dessas edilidades solicitavam auxílio para a edificação de igrejas, cadeias e uma casa de reunião para os vereadores. Segundo Lopes, o Conselho Geral considerou que o chefe do Executivo provincial era o responsável por deferir sobre esses assuntos<sup>183</sup>.

Outras vezes, as atuações dos dois órgãos regionais se complementavam, especialmente quando se tratava da área de ensino público. No início de maio de 1831, a Câmara de Icatu respondeu ao Conselho Presidial que o povoado da Manga era o melhor lugar para estabelecer a cadeira de Primeiras Letras, que fora criada pelo Conselho Geral. O presidente de província e seus conselheiros aprovaram a proposta do colegiado municipal<sup>184</sup>.

Conquanto tenha enfrentado dificuldades em cumprir seu período de reuniões regulares devido à constante falta do número mínimo de membros, o Conselho Geral enviou vários projetos de lei para a Assembleia Geral. De forma geral, observamos que as propostas visaram uma sistematização da vida socioeconômica da província a partir da organização de um regimento para a navegação no interior do Maranhão; a proposição do aumento dos braços escravos na lavoura, da organização do ato de sua penhora, da padronização do sistema de pesos e medidas e da criação de um Jardim Botânico e de igualdade de prerrogativas para os mestres de Latim e os de Primeiras Letras. A segurança pública foi uma das principais temáticas, envolvendo projetos como o de coibir a movimentação dos indivíduos considerados vadios pela província e ganhar o aval para estabelecer mais juizados (de fora, do crime, civil e de órfãos), além da criação de corpos de polícia rural<sup>185</sup> em todas as freguesias da província<sup>186</sup>.

---

<sup>182</sup> \_\_\_\_\_. *Conselho Geral*. Ofícios do secretário ao presidente da província (1830). Secretaria do Governo. Setor de Avulsos. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

<sup>183</sup> \_\_\_\_\_. *Conselho Geral*.

<sup>184</sup> MARANHÃO. *Conselho Predial*. Sessão de 6 de maio de 1831, fl. 115.

<sup>185</sup> O principal objetivo dessa força era capturar escravos fugidos e combater os quilombos, dois problemas endêmicos para o Maranhão, que se destacava no período por seu elevado percentual de escravos na composição da população. FARIA, Regina Helena Martins de. *Em nome da ordem: a constituição dos aparatos policiais no universo Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

Outro papel dessa instituição, fortalecido ao longo de seu mandato, foi o de representante do Maranhão frente ao poder central. Logo que soube da convocação extraordinária da Assembleia Geral, o Conselho Geral resolveu enviar uma representação para congratular o Imperador e informá-lo sobre o sossego da província, reafirmando a fidelidade de seus súditos e a tranquilidade pública por estarem nas mãos de um enérgico presidente de província, cujas ações garantiram a prosperidade com o exercício de todas as instituições liberais determinadas por lei<sup>187</sup>. Deste modo, observamos que, assim como o Conselho Geral de São Paulo, o Conselho Geral do Maranhão buscou despontar como uma força política que poderia interferir, de forma mais incisiva, nas decisões e impressões da alta burocracia nacional<sup>188</sup>.

### Considerações finais

Enfim, a relação estabelecida entre os Conselhos provinciais (Presidial e Geral) do Maranhão e seu grau de influência mútua são questões bastante complexas. Decerto, houve uma convergência de práticas no gerenciamento da máquina pública. O Conselho Presidial deu grande auxílio ao segundo por inserir a municipalidade nas novas normas vigentes, preparar sua instalação e repassar-lhe as informações necessárias para a elaboração dos projetos de lei. Por sua vez, o Conselho Geral ampliou o poder administrativo ao buscar sistematizar a vida socioeconômica provincial. Tais aspectos evidenciam que, apesar das indefinições legais e das dissidências sociopolíticas que marcaram o período, a atuação dessas instituições tinha um fim comum e muito relevante naquele momento de estabelecimento e delimitação dos contornos do Estado: ampliar a autonomia da esfera provincial frente ao poder central.

Além disso, essas instituições mantiveram uma via de comunicação com a Corte, objetivando assegurar a “ordem” e evitar a “anarquia”, constituindo-se, assim, como canais de representação para os cidadãos, prerrogativas das novas orientações do Estado Moderno. Tal aspecto foi essencial para asseverar a colaboração das elites políticas regionais, responsáveis pela direção das províncias a partir das capitais, no processo de estabelecimento do Império. Nesse

---

luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História). 255 f. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2007, p. 164-166.

<sup>186</sup> CIRINO, *Pelo bem da pátria e pelo Imperador*, p. 104-105.

<sup>187</sup> *O Farol Maranhense*, 28 dez. 1830.

<sup>188</sup> OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. Dissertação (Mestrado em História). 387 f. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, 2009, p. 214.

sentido, Xavier Pujol<sup>189</sup> defende que o fortalecimento do Estado Moderno muitas vezes não ocorreu somente devido a definição de progressos institucionais, por melhorias administrativas ou pela aplicação da força, mas também em resposta aos interesses dos dirigentes locais. No Brasil, observamos que as novas instituições instaladas nas províncias tiveram um papel nevrálgico nas relações entre a Corte e as localidades e, por conseguinte, no processo de construção do governo.

Destarte, a ação dos Conselhos de Presidência e Gerais evidenciou o gradativo reconhecimento da província como *locus* de poder pertencente à emergente estrutura estatal, com a principal responsabilidade de controlar e adequar a municipalidade às novas práticas e determinações, bem como de intermediar as negociações com o governo central. Não foi à toa que, depois da definição da Carta de 1823, da Constituição de 1824, do Regimento dos Conselhos Gerais (Lei de 27 de Agosto de 1828) e da Lei Orgânica dos Municípios (Lei de 1 de Outubro de 1828), o âmbito provincial pode ser cada vez mais sedimentado para atender às necessidades do nascente Estado e aos anseios das elites políticas regionais. Assim sendo, inferimos que, apesar dos esparsos relatos dos manuais históricos e historiográficos sobre o Primeiro Reinado, os trabalhos dos Conselhos Presidencial e Geral nos primeiros anos do Império sinalizam que houve um progressivo processo de valorização pelos coevos das instâncias político-administrativas provinciais e do âmbito de poder regional, processo que foi consolidado no Segundo Reinado (1840-1889).

---

<sup>189</sup> PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope*, n. 6, p. 119-144, 1991, p. 127.

# À busca de liberdade: fugas de escravos em São Paulo, Zona da Mata e Centro de Minas Gerais (1871-1888)

Adriano Soares Rodrigues<sup>190</sup>

Mestrando em História

PPGH-UFOP

[adrianosrodrigues@yahoo.com.br](mailto:adrianosrodrigues@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Neste trabalho apresentaremos algumas conclusões parciais da pesquisa que estamos desenvolvendo no âmbito do mestrado. O objetivo geral da nossa pesquisa é identificar e comparar os padrões de fugas e perfis sócio-demográficos dos escravos fugitivos em três localidades distintas: Oeste da província paulista, Zona da Mata e Centro da província de Minas Gerais, entre os anos de 1871 e 1888. Porém, nesta comunicação, deteremos nossa análise sobre um aspecto específico do padrão de fugas, as motivações. Alguns anúncios de fugas nos fornecem indícios que possibilitam a visualização sobre os possíveis fatores que levaram o escravo a buscar a fuga como meio de liberdade. A indicação de fatores, tais como, o uso da violência física, a ruptura de conquistas geradas pela venda dos escravos para outro senhor e região, as tentativas de retorno ao local de procedência, terra natal ou pela permanência de laços familiares, além da busca pela inserção no mercado de trabalho livre eram recorrentes nos anúncios. Estas séries de informações quantificadas nos dão uma dimensão de como os fugitivos organizaram suas vidas na tentativa de experienciar a liberdade clandestina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravidão; Fugas de escravos; Demografia;

## Fugas de escravos: apontamentos acerca das motivações ao abandono do cativeiro

Este artigo integra uma pesquisa maior, cujos objetivos principais são identificar e comparar os perfis sócio demográficos dos escravos fugitivos, bem como, identificar o padrão da fuga de escravos publicadas em jornais das cidades de São Paulo, Ouro Preto e Juiz de Fora, no período compreendido entre a Lei do Ventre Livre (1871) e a Abolição (1888). Compõem esse perfil as variáveis consideradas sócio demográficas apresentadas sobre os fugitivos nos anúncios de fugas, publicados em jornais<sup>191</sup> dessas cidades, tais como, idade, cor, naturalidade, sexo, procedência (localidades de origem ou de compra), qualificação de ofícios/especialidades,

---

<sup>190</sup>Bolsista PROPP-UFOP.

<sup>191</sup>Analizamos anúncios e artigos de seis periódicos, sendo que quatro eram publicados em Ouro Preto, região central da província de Minas Gerais (*Diário de Minas* 1873-1878, *A Província de Minas* 1878-1888, *A Actualidade* 1878-1881 e *Liberal Mineiro* 1882-1888), um em Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira (*O Pharol* 1876-1884) e um na cidade de São Paulo (*A Província de São Paulo* 1875-1888).

habilidades, valor oferecido pela captura, dentre outros. Já o padrão da fuga, é composto pelos estágios do ato de fugir, os quais foram separados em quatro momentos para facilitar as análises. São eles: primeiro estágio, a “motivação”, como veremos adiante pode estar relacionada ao retorno à procedência ou antigo senhor, à busca por laços familiares ou à possibilidade de ocupar um lugar no mercado de trabalho livre; segundo estágio, o “planejamento”, são os indícios apresentados que nos possibilitam perceber quais passos o escravo tomou antes de se tornar um foragido como, por exemplo, quais objetos levou na fuga; terceiro estágio, a “execução”, a fuga em si, onde identificamos se houve ou não ajuda na fuga (de livres ou de escravos), sua relação com a sociedade livre ou escrava, se foi uma empreitada individual ou coletiva, bem como, a direção tomada pelo cativo; e, por último, as “estratégias de permanências”, ou seja, as maneiras pelas quais os cativos procuravam se manter em fuga como, se passar por livre, infiltrar-se no mercado de trabalho, mudar de nome ou portar documento/carta de liberdade falsos.

Porém, neste artigo, nos deteremos a um aspecto do padrão de fuga: possíveis motivações e sua relação com outro aspecto, as estratégias de permanência. Esta série de informações quantificadas nos dará uma dimensão de como os fugitivos organizaram suas vidas na tentativa de experimentar a liberdade clandestina.

Na maioria dos casos das fugas anunciadas em periódicos, os autores informaram as condições físicas e características comportamentais dos fugitivos. Devido à escassez de informações mais precisas é difícil compreender as motivações que levaram um escravo ao abandono do cativo. No entanto, em alguns anúncios esse tipo de informação era publicada claramente. Como no caso de Adelino, que fugiu cinco vezes e “em todas ellas tem procurado o centro da provincia de Minas, para chegar à Bahia e dalli ao Ceará, donde é filho”<sup>192</sup>. Adelino estava na sua quinta tentativa de seguir em direção ao Ceará, sua terra natal. Em casos como este, onde foi indicado precisamente que o escravo tentara retornar ao seu local de origem, categorizamos a motivação como um “retorno ao local de procedência”.

Para Hebe M. M. de Castro,

Os escravos negociados no tráfico interno, ao propugnar a efetivação de práticas costumeiras vigentes em suas regiões de origem, questionavam o poder de reinterpretar, como concessão seletiva do arbítrio senhorial, o acesso a recursos que permitissem maior autonomia no cativo, como também,

---

<sup>192</sup> *A Actualidade*, Ouro Preto, 10 de Dez. 1881, n. 150, p. 4.

perspectivas, mesmo que remotas, de acesso à liberdade. Ao fazê-lo, punham em xeque as bases de reprodução da dominação escravista.<sup>193</sup>

Acreditamos que a ruptura de conquistas gerada pela venda dos escravos para outro senhor e região foram uma das motivações mais frequentes das fugas nas áreas estudadas. Como veremos abaixo, o número de evasões que tinham como objetivo o retorno ao local de procedência (antigos senhores ou terra natal) foi de 5,4% em São Paulo, 13% em Ouro Preto e 3,4% em Juiz de Fora. Pode parecer um percentual pequeno, no entanto, quando consideramos que a quantidade de anúncios que trazia essa categoria de informação era de 24,4%, 33,6% e 30% - em São Paulo, Ouro Preto e Juiz de Fora, respectivamente - esse índice se torna expressivo. E, nos alerta para uma diferença substancial, de mais de 100% dos índices de São Paulo de Juiz de Fora em comparação com Ouro Preto.

Essa questão se torna mais discrepante quando consideramos que, na cidade da Zona da Mata, a indicação de que o fugitivo havia sido comprado recentemente foi mais alta que nas outras localidades. Isto pode significar que por terem poucas informações sobre os escravos, uma vez que, o contato com os fugitivos em casos de compra recente era menor em relação aos outros, os anunciantes de Juiz de Fora não teriam informações suficientes para indicar uma motivação como o retorno do cativo ao seu local de procedência. Como no caso do escravo Theodoro, de 20 anos, que fugiu da Serraria, Termo de Juiz de Fora. O autor do anúncio indicou que ele “levou [ilegível] dous chapeos um de palha [outro que] trouxe do Norte, e outro [...] claro de aba grande. Este rapaz *chegou a pouco* do Norte e ainda não está a [costumado com os] *hábitos* daqui.”<sup>194</sup> As motivações apresentadas nos anúncios eram diversas. Até o momento, foram categorizadas quinze formas diferentes<sup>195</sup>. Como podemos perceber na tabela abaixo. Foram inseridos somente os casos em que elas eram citadas diretamente.

**Tabela 1:** Motivação da fuga.

MOTIVAÇÃO	SÃO PAULO		OURO PRETO		JUIZ DE FORA	
	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL
VOLTA AO LOCAL DE CAPTURA	6	4,1	1	0,7	4	2,7
RETORNO À PROCEDÊNCIA	8	5,4	18	13	5	3,4
COMPRA RECENTE	3	2,0	2	1,4	10	6,8
MERCADO DE TRABALHO LIVRE	13	8,8	11	7,9	4	2,7

<sup>193</sup>CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luíz Felipe. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade*. Vol. 2. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 356-357.

<sup>194</sup>O *Pharol*. Juiz de Fora, 10 de Fev. 1876, n. 12, p. 2. *Grifos nossos*.

<sup>195</sup>Somente em três casos, houve a indicação de duas ou mais motivações para o mesmo fugitivo. Por ser um número reduzido de casos, estas informações não foram desmembradas. E, também, por acreditarmos que as motivações “retorno ao local de captura” e “compra recente” poderiam perder sua correlação caso fossem tratadas isoladamente.

VEIO PRA SER VENDIDO	4	2,7	1	0,7	-	-
PROCURAR SENHOR	1	0,7	-	-	-	-
ASSENTAR PRAÇA	-	-	2	1,4	-	-
FAMÍLIA ESPÓLIO	-	-	-	-	1	,7
FAMÍLIA	-	-	6	4,3	2	1,4
ALICIAMENTO	-	-	5	3,5	-	-
ASSASSINATO	1	0,7	-	-	6	4,1
ALUGADO	-	-	-	-	7	4,7
ASS. FG. ESC*	-	-	-	-	1	,7
PECÚLIO	-	-	1	0,7	-	-
FG. TAREFA	-	-	-	-	1	,7
FG. ESCOLTA	-	-	-	-	2	1,4
R.L.C./C.R. **	-	-	-	-	1	,7
NÃO CONSTA	112	75,6	91	66,4	104	70,0
TOTAL	148	100,0	138	100,0	148	100,0

**Fontes:** *A Província de São Paulo*, 1875-1884; *Diário de Minas*, 1873-1878; *A Actualidade*, 1878-1881; *A Província de Minas*, 1882-1887; *O Pharol*, 1876-1888;

\*Assassinato e fugiu de escolta.

\*\*Retorno ao local de captura e compra recente.

De acordo com a tabela, os casos em que houve indicação direta de que o fugitivo pretendia vender sua força de trabalho (mercado de trabalho livre) foram ligeiramente próximos entre São Paulo e Ouro Preto, mas superiores em comparação com os dados de Juiz de Fora. Nesta categoria, entraram casos como do escravo Manoel, “dado à embraguez, bom pagem e optimo copeiro”, que já havia fugido outras vezes e fora preso trabalhando na construção da estrada de ferro de Rio Verde, onde usava o nome Antônio. No entanto, o que categoriza a motivação de Manoel como a busca pelo mercado de trabalho livre não é sua experiência passada, mas a indicação do autor ao publicar que “consta que [...] seguio para a linha ferrea de Pedro II *afim de trabalhar alli*, e levou a roupa em um mallote de viagem que furtou na via ferrea do Rio Verde [...]”<sup>196</sup> Portanto, houve uma menção direta ao fato de que Manoel fugiu do cativeiro para trabalhar como homem livre na construção da ferrovia.

Outro aspecto motivador das fugas era a reconstituição de laços familiares. Como no caso de Martinho, de 17 anos, em cujo anúncio o autor disse que “desconfia-se que se esteja entre Juiz de Fora e Rio Novo, na ‘Chacara’ nos imediações da casa de José Venancio, *onde tem pai*”.<sup>197</sup> Ou no de Joaquim, de 30 anos, sobre o qual o anunciante afirmou que “gosta de montar animal bravo é bom tocador de tropa, arreia e ferra; desconfio que está para as parte de S. Amaro onde *tem a sua mãe e irmãos*”<sup>198</sup>

<sup>196</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 01 de Fev. 1883, n. 137, p. 4. *Grifos nossos*.

<sup>197</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 04 de Dez. 1877, n. 77. p. 2. *Grifos nossos*.

<sup>198</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 22 de Mar. 1883, n. 144, p. 4. *Grifos nossos*.

Os índices ligados às questões de laços familiares representavam 4,3% dos casos publicados em Ouro Preto e 2,1% em Juiz de Fora<sup>199</sup>. No entanto, essa informação não foi citada em nenhum caso de São Paulo. Essa ausência pode estar relacionada à falta de informações dos autores paulistas sobre as motivações e direções dos fugitivos. Mas, apesar dos índices serem pequenos, eles nos possibilita fazer duas suposições: os senhores de São Paulo conheciam pouco seu plantel, ou, a reconstituição de laços familiares não foi motivação para os escravos dessa localidade abandonarem o cativeiro.

Durante um bom tempo, a historiografia sobre escravidão no Brasil olhou para os anúncios de fugas à procura das marcas de castigos, das cicatrizes e dos fugitivos que levavam presos ao corpo os objetos do açoite. Apesar de não termos encontrado muitos casos em que os escravos fugiram com objetos de castigos, um anúncio em particular, publicado em São Paulo, chama a atenção. Segue abaixo.

Fugiram na noite de 24 de Outubro de 1875, da fazenda Ventania, pertencente ao abaixo assignado, os tres escravos seguintes: 1.º João Manoel, pardo claro, cara tristonha e magra, cabellos soltos, idade 35 annos, pernas e braços grossos, signal de pancada na testa, e signal de castigo nas nadegas, bons dentes, é pedreiro; *fugiu com gancho no pescoço*. Altura regular. 2.º João Pernambuco, olhos muito vivos, cabeça chata, preto, altura mais que regular, gordo, levou *gancho no pescoço, e péga no pé*, idade 23 annos, pernas finas. 3.º Faustino, bem gordo, idade 30 annos, signal de castigos nas nadegas, fugiu com ferro no pescoço. Este tem um sacco de couro de carneiro. Todos deviam ter levado roupa grossa de algodão e alguma fina. Quem os capturar e entregar n'esta fazenda será gratificado com cem mil réis, por cada um. Amparo, 24 de Outubro, de 1875.

Francisco Buena de Miranda

P. S. Em São Paulo poderão entregar ao sr. Thomas Luiz Alvares, em Ytú ao sr. Francisco Cleestino de Miranda Russo, em Santos aos srs. Dias & Nuno Motta, e no Rio aos srs. Joaquim Bueno Miranda & Campanhia.

Estes escravos *foram presos* no Rio ha pouco tempo, e suppões-se que *tomassem o mesmo destino desta vez*.<sup>200</sup>

Nesse caso, nos pareceu mais adequado categorizar a motivação da fuga como uma maneira de reconstruir a experiência de liberdade, que eles vivenciaram numa fuga anterior, no lugar da fuga motivada exclusivamente pelos castigos. A fonte tem seus limites, mas, nos parece

---

<sup>199</sup>Houve um caso que apresentou dois elementos motivadores: a morte do senhor (no ato da fuga ele pertencia ao seu espólio) e a reconstituição de laços familiares, por isso, ele está separado dos demais fugitivos vinculados apenas à questão da família.

<sup>200</sup>*A Província de São Paulo*. São Paulo, 28 de Out. 1875, n. 235, p. 3. *Grifos nossos*.

ser mais adequado pensar nesse caso como “um retorno ao local de captura”, ou seja, vivenciar a liberdade em um local já conhecido por eles<sup>201</sup>.

Sabemos que estamos lidando com uma fonte produzida pela classe senhorial e que é muito complicado deduzir as ambições do fugitivo, a partir, de um texto escrito por aquele que quer captura-lo. No entanto, a fuga em si, era um ato de descontentamento com o cativo, com a ordem escravista. Acreditamos que tomamos os cuidados metodológicos necessários que nos permitem perceber que a possibilidade de se passar por um trabalhador livre (se direcionando para o mercado de trabalho), a tentativa de reconstituir laços familiares, reestabelecer experiências mais benéficas foram alguns dos motivadores dos escravos nas suas tentativas de vivenciar a liberdade, nas três localidades estudadas, mesmo que em níveis específicos a cada região. A partir do exposto, acreditamos que através da análise dos padrões de fugas, que iniciamos com questão das motivações, estamos tratando dos universos sociais da escravidão.

Em alguns anúncios, aparece também o local de destino da fuga, como no caso citado do fugitivo Adelino, que procurou na fuga um meio de voltar pro seu local de origem, o Ceará, e no caso dos escravos João Manoel, João Pernambuco e Faustino, citados acima, que fugiram em direção ao Rio de Janeiro.

Tais anúncios nos possibilitam ter uma noção da mobilidade física e dos destinos dos fugitivos. Com base neste tipo de informação, criamos a tabela a seguir, onde foram computados anúncios em que a informação de destino está claramente citada, como nos casos citados anteriormente. Segue tabela:

**Tabela 2: Destino da fuga.**

DESTINO DA FUGA	SÃO PAULO		OURO PRETO		JUIZ DE FORA	
	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL
PRÓPRIA PROVÍNCIA	21	14,2	36	26,1	21	14,2
PROVÍNCIAS LIMÍTROFES	5	3,4	20	14,5	8	5,4
PROVÍNCIAS LONGÍNQUAS	-	-	1	,7	-	-
NÃO CONSTA	122	82,4	81	58,7	119	80,4
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>

\* **Fontes:** *A Província de São Paulo*, 1875-1884; *Diário de Minas*, 1873-1878; *A Actualidade*, 1878-1881; *A Província de Minas*, 1882-1887; *O Pharol*, 1876-1888;

<sup>201</sup>A questão do castigo físico não foi inserida no banco de dados como um motivador da fuga porque ele não era expresso de uma maneira que pudéssemos categoriza-lo como tal. Mas, criamos uma categoria só para os casos em que o açoite era citado. Foram contabilizados 5 casos (3,4%) em São Paulo e 2 (1,4%) em Juiz de Fora de fugitivos que tinham objetos de castigo junto ao corpo. Além disso, existem casos em que eram mencionados sinais de castigos recentes ou cicatrizes antigas.

Como podemos perceber, os senhores de escravos de Ouro Preto tinham mais conhecimento sobre o destino dos fugitivos em comparação com os demais. No entanto, o índice em que esta informação aparece é baixo: 41,3% em Minas Gerais e 21,6% em São Paulo e 19,6% em Juiz de Fora.

Mesmo com este baixo nível de incidência, podemos perceber que nos casos em que o destino da fuga foi citado, a maioria dos casos foi de fugas que se destinaram para localidades internas à própria província em comparação com os casos em que o destino eram províncias limítrofes. Além disso, há ainda um caso em Ouro Preto de um fugitivo cujo destino foi uma província longínqua, ou seja, que não faz fronteira. Outros dois fatores que nos possibilitam ter uma noção da dimensão da mobilidade dos fugitivos são os casos de reincidência e os que possuem o local de captura do escravo reincidente. Vejamos as tabelas abaixo:

**Tabela 3:** Reincidências.

REINCIDÊNCIAS	SÃO PAULO		OURO PRETO		JUIZ DE FORA	
	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL
FUGIU UMA VEZ	3	2,0	5	3,6	10	6,8
FUGIU DUAS VEZES	3	2,0	-	-		
FUGIU MAIS DE TRÊS VEZES	-	-	4	2,9	1	,7
FOI PRESO E FUGIU DE NOVO	-	-	3	2,2	3	2,0
NÃO CONSTA	142	95,9	126	91,3	134	90,5
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>

\* **Fontes:** *A Província de São Paulo*, 1875-1884; *Diário de Minas*, 1873-1878; *A Actualidade*, 1878-1881; *A Província de Minas*, 1882-1887; *O Pharol*, 1876-1888;

Nestes casos, os anúncios informam quantas vezes o escravo havia fugido antes, alguns também citam o local de captura, como podemos ver abaixo:

**Tabela 4:** Local de captura.

LOCAL DE CAPTURA	SÃO PAULO		OURO PRETO		JUIZ DE FORA	
	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL
PRÓPRIA PROVÍNCIA	3	2,0	8	5,8	7	4,7
PROVÍNCIAS LIMÍTROFES	3	2,0	1	0,7	3	2,0
NÃO CONSTA	142	95,9	129	93,5	138	93,2
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>

\* **Fontes:** *A Província de São Paulo*, 1875-1884; *Diário de Minas*, 1873-1878; *A Actualidade*, 1878-1881; *A Província de Minas*, 1882-1887; *O Pharol*, 1876-1888;

Como podemos perceber na Tabela 3 e 4, comparando entre as duas províncias, o percentual em que as informações sobre a reincidência de fugitivos e sobre o local de captura são citadas é bem próximo.

Se nos basearmos apenas na Tabela 4, notaremos que reside uma diferença sobre o local específico de captura. No caso de São Paulo, a incidência de casos de captura na própria província e em províncias limítrofes é o mesmo, 3 casos em cada. Já em ambos os casos de Minas Gerais, as capturas ocorreram majoritariamente dentro da própria província. No entanto, se observarmos as informações contidas na Tabela 2, podemos dizer que a maior parte dos fugitivos se movimentava dentro da própria província.

O que podemos afirmar com estas três tabelas é que quando observados os casos em que há a informação sobre o destino, em ambas as localidades, a maioria dos fugitivos se movimentavam dentro dos limites da província. Nos casos em que foi citado que os fugitivos iriam ultrapassar os limites, o índice de mobilidade em Minas Gerais é superior ao de São Paulo. Porém, nos casos de reincidência que citam o local de captura, os fugitivos de São Paulo e Juiz de Fora tinham uma mobilidade externa um pouco maior que a dos de Ouro Preto.

Assim como no caso das motivações e das indicações das direções tomadas pelos fugitivos, em certos anúncios as estratégias adotadas por eles após a fuga, também eram descritas. Em alguns casos era explícito que os fugitivos tinham planos de trabalhar livremente, às vezes porque levavam suas ferramentas de trabalho e, em outras, porque os anunciantes indicavam que eles iriam trabalhar em algum lugar. Vendendo sua mão-de-obra, os fugitivos teriam mais chances de continuarem em fuga. O desenvolvimento econômico e urbano, nas três áreas analisadas, possibilitou que eles interagissem com este mercado e com a comunidade, assemelhando-se a um homem livre ou liberto. Trocar de nome e se passar por forro, em alguns casos, inclusive com porte de documentos supostamente falsos, foram outras maneiras a que recorreram para não serem descobertos.

A incorporação ao mercado de trabalho fica nítida em alguns casos anunciados, onde o anunciante supõe até em que tipo de “estabelecimento” o escravo provavelmente iria oferecer seu trabalho: “É provável que [o fugitivo] procure *sentar praça em alguma cidade* do interior, ou que se ajuste em *algum hotel*, por ser perfeito cozinheiro.”<sup>202</sup>

No caso deste escravo, chamado Vidal, o anunciante atenta para seu trajeto e histórico de fugas. Ele era natural do Rio de Janeiro. Quando morou nesta cidade, fugiu e tentou “sentar praça na marinha.” Depois de capturado, foi vendido ao anunciante, que era da cidade de

---

<sup>202</sup>A *Província de Minas*, Ouro Preto, 11 de Jun. 1882, n. 104, p. 4. *Grifos nossos*.

Pitanguy (oeste mineiro). Posteriormente, fugiu para Ouro Preto, onde fora preso e, mais uma vez, evadiu.

Não só neste caso, mas em tantos outros noticiados, fica claro que os fugitivos tinham mobilidade e usavam de “artimanhas” para não serem capturados. Como o controle social era rígido e era fácil identificar um fugitivo, os escravos usavam alguns recursos para não serem pegos. Por exemplo, em Pitanguy, Vidal dizia ser livre e que iria sentar praça.

Em outros casos, os anunciantes afirmam que os fugitivos se declaram forros, mudam de nome ou apresentam cartas e documentos falsos. Foi o que teria ocorrido com o escravo Candido, que fugira “da fazenda da Cachoeira Alta, da Freguezia de S. Caetano do Chapotó, termo da cidade de Piranga [Minas Gerais], há 8 anos, (...) [tem ofício de] pedreiro, consta que está pelos lados de Sidrão e Mainarte, e que tem carta ou documentos falsos”.<sup>203</sup> E, também do escravo Zacharias, evadido da cidade de Itabira do Mato Dentro, “toma tabaco, serviço de roça, trato acanhado (...) *muda de nome quando foge* e veste-se mal, e sempre apresenta passaporte falso.”<sup>204</sup> Ambas, são maneiras que os escravos encontraram para não serem identificados como fugitivos e, conseqüentemente, capturados.

No entanto, por mais que no final do século XIX já houvesse outros elementos na sociedade além dos livres e escravos, como os pretos livres, não seria muito difícil identificar um fugitivo. Um estranho perambulando pelas cidades ou estradas sem carta de alforria ou papel de assinado pelo senhor já poderia ser encaminhado para a delegacia de polícia como suspeito de prófugo.

Algumas estratégias recorrentes foram as de andar com carta de liberdade falsa e a de se acoitar-se com alguém. Ambas, podem ser utilizadas como exemplos das relações que escravos teriam com a sociedade livre. Uma vez que para obter um documento falso, como o de liberdade, ele teria que se relacionar com alguém livre. O mesmo ocorre no caso do acoitamento. Como nos casos dos escravos abaixo,

[...]Salvador, idade 40 annos mais ou menos, natural de Santo Antonio da Caixoeira, solteiro côr preta, altura regular, barbado, tem falta de dentes do lado de cima. Este escravo fugio de Jaguary, provincia de Minas em 17 de Setembro de 1871 e pertence ao abaixo assignado o *suppõe-se estar acoutado* nesta cidade [São Paulo].<sup>205</sup>

<sup>203</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 19 de Abr. 1883, n. 148, p. 4.

<sup>204</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 06 de Abr. 1883, n. 150, p. 4. *Grifos nossos*.

<sup>205</sup> *A Província de São Paulo*, São Paulo, 20 de Dez. 1986, n. 568, p. 4. *Grifos nossos*.

[...] o moleque Seraphin, idade 20 annos, [...]. Falla muito bem, é muito cigano; costuma trazer o chapéu ao lado. Desconfia-se ter acompanhado uns mascates italianos, como camarada. Entende de padaria e é de presumir que tenha procurado emprego de vendedor ou trabalhador de padarias. [...] <sup>206</sup>

[...] José, de nação, cor preta [...] entende alguma cousa do officio de carpinteiro, trabalha bem em obras de taquaras, expressa-se bem e parece ser crioulo, em consequência de ter vindo para o Brasil de tenra idade, este escravo pertenceo a Manoel Pereira de Barros, morador no município de Valença, província do Rio de Janeiro, e hoje pertence ao abaixo assignado; este escravo, tratando obter liberdade por meio de um pequeno pecúlio, e não apresentando a quantia pela qual foi arbitrado, desapareceu do poder do depositório, desconfia-se que se intitule liberto e que se ache na província do Rio ou Minas. [...] <sup>207</sup>

[...] Gratifica-se com a quantia supra á quem apprehender e levar ao abaixo assignado, em Tatuhy, o escravo Jorge, cujos signaes são: alto, magro, nariz grande, assignado com bexigas, boa dentadura, pouca barba, testa alta, pescoço fino e comprido; tem andar descaçado, e toca samphona com perfeição. Consta que anda com carta de liberdade.

Tatuhy, 22 de Fevereiro de 1876. Joaquim Antonio de Carvalho Araujo. <sup>208</sup>

Nos dois primeiros anúncios há a informação de que os senhores supõem que os fugitivos foram acoitados por pessoas livres. Neste caso, fica nítida a interação do escravo com a sociedade livre. Nos segundo e terceiro casos, os senhores demonstram que provavelmente os fugitivos procuraram no mercado de trabalho uma maneira de se manterem camuflados, ou seja, havia um mercado onde eles pudessem vender a sua força de trabalho.

Ainda sobre a relação dos escravos com a sociedade livre, o segundo anúncio toca num ponto interessante, que denominamos de “companhia na fuga”. Ela é importante para sabermos se o escravo teve ou não ajuda, se foi ajudado por escravos ou pessoas livres e se recebeu apoio durante ou após a fuga. No caso de Seraphin (do segundo anúncio), podemos dizer que ele teve apoio de pessoas livres durante a sua fuga e que depois foi procurar trabalho. Já no último caso, o fugitivo recorre ainda ao uso de carta de liberdade falsa, que provavelmente seria obtida com ajuda da sociedade livre.

No terceiro anúncio, o do escravo José, o senhor descreve que ao perceber que não conseguiria pagar pela própria liberdade, por via de pecúlio, ele foge e, então, seria provável que se autodesignasse forro. Ao sentir que o cativo se aproximava novamente, se autodenomina liberto, não só para escapar, mas para vivenciar a liberdade.

<sup>206</sup> *A Actualidade*. Ouro Preto, 13 de Mar. 1978, n. 12, p. 4. *Grifos nossos*.

<sup>207</sup> *A Actualidade*. Ouro Preto. 18 de Set. 1878, n. 87, p. 4. *Grifos nossos*.

<sup>208</sup> *A Província de São Paulo*. 07 de Mar. 1876, n. 337, p. 3. *Grifos nossos*.

Fazer-se acompanhar de um ou mais parceiros no processo de fuga sugere, além de certo planejamento e maior garantia de exequibilidade do ato em si, a adoção de uma estratégia. Se relacionar com a população livre, escrava ou “fugitiva”, durante ou após a fuga, indica uma maneira de diluir a presença.

Sobre a relação do fugitivo com a sociedade livre durante a fuga, a incidência de casos em Ouro Preto é de quatro casos, enquanto nas demais não houve registros. Porém, a relação dos fugitivos com a sociedade livre, após a fuga, é proporcionalmente igual entre o centro-mineiro e São Paulo, mas ausente na Zona da Mata. Com base nestes dados, podemos dizer que as fugas em conjunto foram mais frequentes nas zonas cafeeiras, que em Ouro Preto, e, que nesta última região houve uma maior proximidade dos escravos com elementos livres durante a fuga.

Destacamos ainda que o índice de escravos que fugiram especificamente para vender sua mão-de-obra foi ligeiramente superior em São Paulo, em relação a Ouro Preto, enquanto Juiz de Fora apresentou a menor quantidade. As motivações ligadas a volta ao local de procedência ou origem foram encontradas em maior número em Ouro Preto e São Paulo. E, apesar, de em Juiz de Fora termos encontrado uma relativa quantidade de casos onde a compra recente seria o motivador, a quantidade de fugas relacionada ao retorno a localidades de origem ou procedência foi pequena.

Apesar de termos identificado que a autodenominação da condição de livre era (em ambas as localidades) o recurso mais usual de estratégia para permanecer em fuga, devemos ressaltar o expressivo número de casos em que o mercado de trabalho foi, também, uma alternativa da liberdade. Portanto, podemos concluir que uma boa parcela dos fugitivos foi “absorvida” por ele, suprindo, mesmo que minimamente, a demanda por braços no período. Desta maneira, ela representou ao mesmo tempo a motivação do indivíduo ter abandonado o cativeiro, bem como, a maneira que ele encontrou de permanecer na condição de livre.

## Versos no Sete d’Abril: Liberalismo ao Regresso (1833-1836)

**Caio César Cardoso**

Mestrando

Universidade Federal de São João del-Rei

[hist.cardoso@hotmail.com](mailto:hist.cardoso@hotmail.com)

**RESUMO:** O Período Regencial (1831-1840) ficou marcado como a fase conturbada da História do País e de embates de projetos políticos. Naqueles embates teve importante papel a imprensa periódica. Neste trabalho mostramos o uso de versos na luta política, na mudança de perspectiva do periódico *Sete d’Abril*, de uma posição Liberal para a Regressista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil Império; Período regencial; Imprensa; Liberalismo; Regresso.

### Introdução

O período Regencial, iniciado após a Abdicação de Dom Pedro I, no dia 7 de abril, caracterizou-se como um período de incertezas de um país recém-independente, desde a identificação do Brasil como um corpo político autônomo, como uma nação e/ou pátria, a questões como: Qual Brasil seria formado pós-independência? Como seria o novo Estado? Como seria essa nova nação? Quais seriam seus cidadãos e seus representantes? Seria o Brasil uma República ou um Império, adotaria como modelo a Federação, a Confederação ou a República? Um período de grandes disputas, embates, num verdadeiro “laboratório da nação”.<sup>209</sup>

Tais embates passaram pelos mais variados campos: imprensa, Parlamento e as ruas e vilas<sup>210</sup>. Como observa Marcello Basile, “mais do que produto de um simples arranjo das elites, a sintomaticamente chamada Revolução de 7 de abril foi resultado não só das tramas urdidas da imprensa, no Parlamento, nas sociedades secretas e nos quartéis, mas também de forte participação popular”.<sup>211</sup> A efervescência nas ruas ocorreu na Corte e nas províncias, com uma série de motins e revoltas em todo o país. Destacaram-se, sobretudo, a Cabanagem (1835 a 1840),

<sup>209</sup>BASILE, Marcello. O laboratório da nação a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831 – 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>210</sup>Ver SLEMIAN, Andrea. Um Império entre Repúblicas? Independência e Construção de uma Legitimidade para a Monarquia Constitucional no Brasil (1822-1834). In: Oliveira, Cecília Helena de S. et al. (orgs.). *Soberania e Conflito: Configurações do Estado Nacional no Brasil do Séc. XIX*. São Paulo: Hucitec, 2010, capítulo 4, e BASILE, Marcello. O laboratório da nação a era regencial (1831 – 1840) In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831 – 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>211</sup>Ver BASILE, *O laboratório da nação*, 2009, p. 59. Para um quadro geral dos motins e revoltas, ver FAZOLI Filho, Arnaldo. *O Período Regencial*. São Paulo: Ática, 1990.

no Grão-Pará; a Balaiada (1838 – 1841), no Maranhão; a Sabinada (1837-1838), na Bahia; e a Guerra dos Farrapos (1835 – 1845), no Rio Grande do Sul, além de outras revoltas menores<sup>212</sup>.

Embora existam trabalhos, nos mais variados campos – biografias, linguagem política, rebeliões e festividades –, como aponta Basile, “ainda há muito o que pesquisar sobre o período regencial [...] há amplo espaço aberto para novos estudos”. Em especial em sua segunda metade dos anos de 1830, Aliás, o próprio texto de síntese de Marcello Basile, conquanto se proponha a abarcar até 1837, pouco trata do período do Regresso<sup>213</sup>.

### O periódico *Sete d’Abril* e sua linguagem

Aproveitando esse “amplo espaço”, para novos estudos, buscamos, no presente trabalho comparar a posição política do periódico *Sete d’Abril* da Corte do Rio de Janeiro e sua mudança política de Liberal para Conservador por meio de versos publicados por aquele periódico. O *Sete d’Abril* (1833-1939) foi um dos jornais de maior longevidade no período<sup>214</sup>. Segundo o historiador Marcello Basile, ele se caracterizou pela sua solidez, pelo número de exemplares e pela sua regularidade, denotando sua popularidade e influência política<sup>215</sup>. Sua persistência no campo dos embates políticos revela a contundência do *Sete d’Abril*. A isto se soma a sua trajetória mutante, em grande parte associada pela historiografia à de Bernardo Pereira de Vasconcelos<sup>216</sup>, configurando uma transição do Liberalismo ao Regresso Conservador.

Uma característica do *Sete d’Abril*, destacada pela historiografia, tange à linguagem do periódico, marcada pela agressividade, virulência, sagacidade e ironia. O Jornal foi por várias vezes ameaçado de fechamento e respondeu a vários processos, sendo, inclusive, vítima de apedrejamento. Um marco do seu tom polêmico foi o artigo “Senso Comum”, no número 174, de 26 de agosto de 1834, atribuído por outras folhas a Bernardo Pereira de Vasconcelos.

<sup>212</sup>BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O laboratório da nação*, 2009, p. 59.

<sup>213</sup>\_\_\_\_\_. *O laboratório da nação*, 2009, p. 59.

<sup>214</sup>*Sete d’Abril* surgiu na Corte do Rio de Janeiro em 1833 e se extinguiu em 1839. Era Impresso na tipografia Americana, de propriedade de Ignácio Pereira da Costa, na rua detrás do Hospício, número 160, inicialmente distribuído às terças-feiras e aos sábados, havia números extraordinários, geralmente, distribuídos às quintas-feiras, por inicialmente, 40\$ (réis). Contudo, a partir da edição 293 o *Sete d’Abril* muda de data e passa a ser distribuído nas quartas-feiras e sábados.

<sup>215</sup>BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: I.F.C.S. - U.F.R.J., 2004, pp. 36-37.

<sup>216</sup>A figura de Vasconcelos é importantíssima no Jornal. Serão atribuídos a Vasconcelos, sobretudo pela Aurora Fluminense, inúmeros artigos que teria autoria daquele, contudo, o *Sete d’Abril* sempre irá negar qualquer envolvimento com Vasconcelos.

Em sua fase Liberal, o *Sete d' Abril* procurou defender Dom Pedro II tendo em vista a liberdade da Nação. Para isso, era necessário o cumprimento da Constituição. Além disso, o *Sete* criticava Dom Pedro I, visto como tirano que não contribuía para a liberdade do país. Desse modo, comemorava-se a “Revolução de 7 de abril”. Outra característica desta fase fora a defesa da separação do Estado da Igreja como necessária para um Brasil independente, inclusive, de Roma. O *Sete d'Abрил* julgava essas “bandeiras” como patriotas. Patriotismo esse, que, como vimos não descartava uma luta armada contra os Restauradores, enfatizando, sobretudo, as críticas aos Restauradores por manterem o país sob o julgo de Portugal.

Em sua fase Regressista, o *Sete d'Abрил* continuava por defender a Pátria, porém, com um modelo conservador, tendo como suas bandeiras a continuação de um Governo Monárquico, mas, constitucional, pois, dessa forma, no entender do *Sete d' Abрил*, o país não voltaria aos tempos do despotismo de Dom Pedro I, mas, avançaria rumo à liberdade. Liberdade essa que fora pensada, em um primeiro momento, com o clamor pela Regência da princesa Januária. Outra característica desta fase foram as críticas a Evaristo Veiga, pois, este era visto como progressista. No entender do *Sete d' Abрил* o Progresso levaria à desordem, ao aumento de revoltas ou anarquia. Marco também de sua fase Regressista foram suas críticas às Reformas, que antes eram vistas com bons olhos, agora vistas como exageradas e desmedidas.

Aqui optamos pelo uso dos versos no Periódico *Sete d'Abрил*, sobretudo, em sua mudança no campo político de Liberal para Conservador. Lembramos que, aqueles versos eram usados, das mais diferentes formas, por exemplo: para difamar, cantar hinos de louvores, ser voz do público, para exortar os brasileiros, passando ainda por versos de zombaria, ironia, que traziam consigo fatos variados, lamentações, textos bíblicos, etc.

### **Aportes teóricos**

Esta abordagem remete, de certa forma, à micro-história, no que se refere à busca de novos atores sociais, de novos objetos, de novas fontes, na tentativa de enriquecer o real, levando em consideração os aspectos mais diversificados da experiência social. Nesse sentido, a escolha de um modelo narrativo “decorre da experimentação histórica tanto quanto os próprios procedimentos da pesquisa. Os dois aspectos não podem ser dissociados”. Nesta perspectiva, o

elemento literário convida o leitor para participar da construção do objeto de pesquisa e elaborar uma interpretação dos dados coletados<sup>217</sup>.

Outra contribuição é de E.P Thompson, pela necessidade fazer novas perguntas, buscar novos objetos e os atores sociais esquecidos, inclusive, os rituais atípicos, como valiosas portas para o conhecimento histórico, imersas na disciplina do processo e do contexto<sup>218</sup>. Além da contribuição da Nova História Política, considerando uma relativa autonomia do político, recusando uma definição restritiva, e buscando integrar todos os autores sociais e não se restringindo aos notáveis. Interessa-nos aqui, em especial, o diálogo da política com a cultura<sup>219</sup>.

Segundo Robert Darton<sup>220</sup>, um poema possui várias características, podendo ser usados para difamar, sediciosos, reflexivos, satíricos, exortativos, além disso, podem ser usados como memória, para (re)lembrar fatos até então esquecidos. Além disso, os poemas podem servir como forma de protestos, ou ainda para fazer piadas, zombar, funcionado, inclusive, como voz pública. Por todas essas múltiplas formas, a análise do poema se torna complexa, pois, segundo Darton “aos olhos de nossa época, alguns dos poemas parecem estranhos.”<sup>221</sup> Dito isso, em um primeiro momento, passaremos agora para análise e discussão sobre os versos no *Sete d’Abril*.

### **Poemas Liberais, um *Sete d’Abril* revolucionário.**

Como dissemos o Sete d’Abril migrou de uma posição Liberal para Regressista Conservador. Isso deu-se nos mais variados campos: religioso, político, etc. Assim, começamos a nossa discussão destacando a edição de número 18, de 28 de fevereiro de 1833. Naquela edição - *Extraordinária*. Dizia o Sete:

Defender Pedro Segundo,  
Conservar livre a Nação,  
Respeitar as leis do Império  
Deve ser nosso brasão  
Coragem bons BRASILEIROS.  
União, mais união  
Contra os vis Caramurus,  
Cada um seja um  
A Regência Permanente,

<sup>217</sup>REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, pp 11 e 36.

<sup>218</sup>THOMPSON. E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>219</sup>Ver RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996 e BERSTEIN, Serge. A Cultura política. In: RIOUX, Jean-Piere & SIRINELLI, Jean- François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

<sup>220</sup>DARTON, Robert. *Poesia e Política*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 61.

<sup>221</sup>\_\_\_\_\_. *Poesia e Política*, p. 61.

Marchando com a lei na mão  
Seja por nós sustentada  
Contra a fúria do Dragão  
Coragem bons brasileiros  
Para afoito defendermos  
A nossa CONSTITUIÇÃO,  
Basta sermos brasileiros,  
Termos as armas nas mãos.  
Coragem bons Brasileiros

Estes versos trazem as “bandeiras” do *Sete d' Abril* até então, a saber: a defesa de Dom Pedro II, a liberdade da Nação, do Império, ênfase ao respeito às leis e da Constituição e a oposição declarada aos Caramurus, alvos de constantes ataques do *Sete d' Abril* e talvez, aquilo que seja mais importante, ou seja, a preferência, por hora, de uma Regência Permanente. Criticava-se o governo de Dom Pedro I, por demonstrar que o poder do Rei não vinha de Deus, inclusive, no campo religioso, por pedir a separação da Igreja do Estado Brasileiro. Contudo, todas essas críticas levantadas pelo *Sete d' Abril* tinha como fim a Pátria Brasileira, ou melhor, o aperfeiçoamento da mesma. Desse modo, o *Sete* se posicionava contra o Despotismo, enfatizava a importância da união dos brasileiros e os chamava a lutar pela Pátria. Nesse sentido, destacamos a edição de número 55, de 6 de junho de 1833. Ali o *Sete d' Abril* deixava clara sua insatisfação com o passado Governo e “convocava os brasileiros”. Nota-se, porém, que os “vis escravos”, ou seja, os submissos ao despotismo, ficavam fora dos considerados brasileiros:

Nunca mais do Despotismo  
Ferros, algemas, grilhões,  
Pisarão, como algum dia,  
Brasileiros Corações.  
Se contra a Pátria assanharam  
[...]  
Vis escravos não têm forças,  
Não tem brio, nem ações,  
Bastantes para dobrarem  
[...]

Arcabuzes, e canhões,  
Antes querem morrer livres  
Brasileiros Corações  
Nunca mais do despotismo  
[...]  
Liberdade, Honra e Glória,  
São do Céu emanações  
Pela Pátria eis os que votam  
Brasileiros corações  
Nunca mais do Despotismo

Outro poema importante da fase liberal do *Sete d' Abril* fora o da edição de número 56, de 9 de julho de 1833. Naquela edição, na sessão “Variedades”, o *Sete d' Abril* trazia sua insatisfação com os restauradores. Insatisfação aquela que ficava clara no próprio título da poesia “Aviso aos restauradores por um soldado do dia SETE DE ABRIL”. Nesta edição, eram mais uma vez: a pátria, a religião, a liberdade e o clamor contra a Restauração, pois, o que o *Sete d' Abril* queria

era um Brasil livre. Uma luta armada, contra os “despostas”, não era descartada. Segue o poema do “Patriota e Liberal” Sete d’ Abril:

<p>Aviso aos restauradores por um Soldado Do dia SETE DE ABRIL Viva a Pátria, a Liberdade, E a Santa Religião O peito que é Brasileiro, Detesta a Restauração (grifo meu) Embora ímpios, tiranos, Tentem manchar nossa Glória De tão negra vil escória Não nos aterram seus planos Mas, se audazes, inda ufanos, Empregarem sua maldade; Do Brasil o filho (sic) hade O seu sangue derramando, Bradar ainda espirando Viva a Pátria e a Liberdade Unindo as armas aos peitos De valor exemplos dando Vamos firmes sustentando Nossos sagrados direitos Brasileiros, nossos Feitos, Não mais ofuscados são Tenhamos, pois, por brasão</p>	<p>Pra mais segura existência Liberdade, Independência, E a Santa Religião (grifo meu) É de honra, brio e dever Do liberal Patriota (grifo meu) Não querer do monstro a volta, Que escravos nos quis fazer: E se acaso acontecer Chamarem Dom Pedro Primeiro, Do Brasil Povo Guerreiro Contra ele há de se armar (grifo meu) Sem nunca ferros beijar O peito que é brasileiro Foi no áureo e egrégio Dia No Sete d’Abril ditoso Que o povo mais corajoso Pós por terra a tirania (grifo meu) Raivoso o monstro bramia Por nos ver sem opressão E quem com armas na mão Se livrou do cativo Detesta Pedro Primeiro Detesta a Restauração</p>
--	---

O *Sete d’Abril* demonstrava insatisfação contra uma possível restauração, no número 63, de 3 de agosto de 1833. Na sessão “Lá vai verso”, de título “O Brasil não retrograda”, o *Sete d’Abril* deixava claro que o Brasil não iria retroceder, pelo contrário, iria avançar para superar a “bastarda escravidão” de outros tempos. Embora houvesse insatisfação com uma possível volta de Dom Pedro I, o mesmo não se dava com Pedro II.

<p>O Brasil não retrograda Enquanto houver brasileiro Digno deste honrado nome, Neste solo abençoado Não vegeta cativo Esse despotismo arteiro, Que nações tanto degrada, Que liberdade sagrada Persegue constantemente; Não seduz Brasília gente; O Brasil não retrograda [...] O Brasil jurou contente Nas Aras do Autor do Mundo, Sempre amar Pedro Segundo</p>	<p>Filho deste Império ingente, Jurou ser Independente Há de ser nem por força armada, Por tiranos combinada, Nem ouro, nem sedução, Seus destinos mudarão, O Brasil não retrograda Prestar culto a Liberdade, Repulsar duros grilhões, Dar exemplos às Nações De a ferro a legalidade, Sustentar com dignidade Constituição Reformada, Marchar na Senda trilhada, No GRANDE SETE DE ABRIL,</p>
--	---

Eis o voto do Brasil

O Brasil não retrograda

Mais um poema que destaca a fase Liberal do Sete d’Abril fora publicado na edição de número 67, de 17 de agosto de 1833. Ali se mostrava favorável ao “inocente Pedro”, enfatizava a Constituição, os brasileiros e mais uma vez não escondia crítica aos Caramurus. Segue abaixo o “Hino Patriótico”:

Ferro e fogo seja dado  
Aos vis caramurus,  
Esse traidores que pisam  
Na terra de Santa Cruz.  
Oh! Brasileiros  
Do coração,  
Nunca quereis  
Restauração  
Esses vis restauradores,  
De nefanda inclinação,  
Serão sempre detestados  
Da Brasileira Nação  
Oh! Brasileiros  
Viva o inocente Pedro

Viva a Constituição  
Viva a Lei que nos protege  
Sucumba a restauração  
Oh! Brasileiros  
Longe de nós a canalha  
Que grita sem tom, nem som,  
Esses demônios que querem  
A Pedro de Bourbon  
Oh! Brasileiros  
Correi, correi, brasileiros,  
Correi com armas na mão,  
Correi depressa a bater,  
Essa vil restauração.  
Oh! Brasileiros

Noutra poesia, em 29 de novembro de 1833, na edição de número 95, na sessão “Lá vai verso”, mais algumas características liberais. Nota-se que a ênfase agora eram: a liberdade, o amor a Pátria e a Independência. Abaixo seguem os versos da referida edição:

Mote.  
Quem ama julgo servil  
Que não preza a liberdade,  
Vá seus pulsos afetar,  
Onde habita a crueldade  
Glosa  
É infame, baixo e vil,  
Caramuru, refalsado,  
É imoral, é malvado,  
Quem ama julgo servil,  
Não merece o Brasil,  
Desfrutar a amenidade,  
É resumo de maldade,

É traidor, falso à Nação,  
Indigno de compaixão,  
Que não preza a liberdade  
Quem nunca soube estimar  
Fruições que a leia afiança  
Corra; ao Duque de Bragança  
Vá seus pulsos ofertar,  
De seu senhor beijar  
A mão curvo, de humildade,  
Mostrando a baixa vontade,  
Que impera em seu coração  
Vá folgar na escravidão,  
Onde habita a crueldade.

O *Sete d’Abril* começava o ano de 1834 como Liberal e ainda comemorava a Revolução do dia 7 com hinos de louvores a data. O 7 de abril para folha significava o dia do triunfo da

liberdade contra o Despotismo. Era o que demonstrava o Hino “Ao dia 7 de abril”, este escrito por J.M.A. Dizia aquele:

Salve, dia brasileiro,  
Presente da Divindade  
Tu fostes nas nossas (sic) plagas  
O Astro da Liberdade  
Enramai de novo a frente  
Brasileira Mocidade;  
Já doirou nosso horizonte,  
O Dia da Liberdade  
Salve  
Liberais do mundo inteiro,  
Que prezais tal qualidade,  
Exultai, também vos tocam  
Os troféus da Liberdade

Salve  
Enraivado o Despotismo  
Em cruel ansiedade,  
Com furor bradava – ferros!  
Respondeu – Liberdade!  
Salve  
Percorreu do Brasil todo  
Este brado a extensidade  
Retumbou de Sul ao Norte  
O eco da Liberdade  
Salve  
[...]

Por fim, um dos temas principais durante 1834 que ganhava as páginas do *Sete d’Abril*, bem como os debates na Câmara dos deputados, eram as Reformas. O *Sete*, nesse sentido, migrava de posição. De início entusiasta das Reformas, tornou-se grande crítico daquelas. Para demonstrar seus posicionamentos, mais uma vez a folha fazia uso de verso. O tom das Reformas era dado, inclusive, através de “Hino”, conforme demonstra a edição número 174, de 26 de agosto de 1834. Mais uma vez, destacamos o fato do *Sete d’Abril* se dizer sempre em prol da Pátria, como se, a vontade do Periódico não fosse só sua, mas, de algo maior.

A prol das Reformas,  
Juremos marchar,  
A sorte da Pátria,  
Nos cumpre firmar,  
Reformistas do Brasil  
Reuni vossa (sic) cobarte

Finalmente o brado forte  
Das reformas vai soar  
Celebrai com doces hinos  
as vitórias da Nação  
[...]

### **A virada Regressista em versos. Um Sete d’Abril Conservador.**

A fase Regressista/Conservadora do *Sete d’Abril* se intensificou no Governo do Padre Feijó, pois, este no início era visto com bons olhos pela a folha, a partir do momento que assume a Regência passa a ser duramente criticado. Dessa forma, mais uma vez o *Sete d’Abril* demonstrava sua mutabilidade. O ano de 1835 se caracterizou como o ano da mudança de posição do *Sete d’Abril* de Liberal para Conservador Regressista, com o aumento das críticas feitas a Evaristo da Veiga, visto como Progressista. O “Lá vai verso”, da edição de número 289, de 27 de outubro de 1835, deixava clara a insatisfação com o Progresso e com Evaristo Veiga. O

*Sete d' Abril* em tom de deboche e sarcasmo deixava algumas linhas ao “incorrupível, tenaz, eloquente, Eminentemente Progressivo, De La Veiga”, dizia o Sete:

Governei a meu grado o Brasil todo,  
O Trono solapei, supus traições,  
Pedi sangue, fingi Revoluções,  
Honrados cidadãos cobre de lodo  
Quem ousou arrostar-me, com denodo  
Sofreu de mim cruéis perseguições  
Fiz Regentes, dispus das Eleições,

Sem freio, sem pudor, sem maneira e modo  
Vi curvar-se a meus pés altivos colos  
E não posso dobrar um Badameco  
Que arder me faz cem vezes os miolos  
Impôs-me o nome vil de vil tareco!!!  
E a trapaça, a calúnia, a intriga, aos dolos,  
Só respondeu (oh, furor) – passa, marreco

O *Sete d' Abril*, que, em um primeiro momento foi a favor da Regência do Padre Feijó, posteriormente, se mostrou insatisfeito com aquele Governo. O Governo do Padre sofria desgaste, tanto pelo trato com a religião do país, como pelas Revoltas ocorridas, sobretudo, no Pará e Rio Grande do Sul. A insatisfação também ocorria, pois, segundo o *Sete d' Abril*, o Padre era menos que medíocre na arte de governar. Porém, uma questão estava aberta, se Feijó não mais governasse o país, quem assumiria o posto? O *Sete d' Abril* mais uma vez manifestou sua posição em versos. A escolhida fora Dona Januária, ela seria aquela que iria libertar o país da escravidão dos “inimigos do Regresso”, os que escravizavam o Brasil eram os Liberais. Enfim, a Princesa seria a sucessora natural de Pedro I e teria a “missão” de comandar o Brasil como alguém escolhida dos Céus, como se vê no número 327, de 11 de março de 1836.

Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor  
Se ela a deu a um passarinho  
Por saber que a apreciava,  
Dos inimigos do Regresso,  
Liberta a Nação escrava  
Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor  
Foram eles que tolheram  
O que o Pai começou!  
Salve a filha pressurosa  
A Nação que o Pai fundou!  
Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor  
Lá nas Elisias Campinas  
Seus altos progenitores

Pedem ao Deus do Brasil  
Para ela os seus favores.  
Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor  
A Coroa e Espectro Augusto  
Assim não se há de quebrar  
Tendo o Brasil JANUÁRIA,  
A facção há de expirar  
Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor  
Deixai, queridas patricias,  
Hoje a domestica lida;  
Hinos entoai ao Dia  
Que ao triste Brasil traz vida  
Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor

Por fim, concluindo a fase Regressista do Sete d' Abril, nos remetemos aos versos de 2 de dezembro de 1836. Naquela edição, de número 406, o *Sete d' Abril* comemorava o aniversário de Dom Pedro II. Comemoração que era feita em forma de versos ao “Muito alto e poderoso Senhor Dom Pedro II, IMPERADOR CONSTITUCIONAL e defensor perpétuo do Brasil”. Abaixo se seguem os versos, em forma de “Hino”, do Monarquista Sete d' Abril:

O' Dia! És todo  
 Dos Monarquistas  
 De ti não gostam  
 Vis anarquistas.  
 Raiaste, ó Dois de Dezembro,  
 Salvador da Monarquia!  
 Beja o pó donde surgiras,  
 Fremente demagogia  
 O' Dia! És todo  
 Se convulsa treme a Pátria  
 De sangue quase se esvaída,  
 Cobra alento neste Dia  
 Que agora salva-lhe a vida  
 O' Dia! És todo  
 A dor dos gemidos, o pranto...  
 Os receios... tudo para  
 Ante o Astro luminoso  
 Que dia tão fausto aclara.  
 O' Dia! És todo  
 Mas quem obra tais prodígios  
 Quem tanto pode fazer?...  
 PEDRO SEGUNDO: o primeiro  
 Que entre nós vimos nascer  
 O' Dia! És todo  
 Há onze anos que ouvimos,  
 Entre as salvas de alegria,  
 Anunciar-se que o Céu  
 Um mimo ao Brasil fazia  
 O' Dia! És todo  
 O Herdeiro das Virtudes  
 Da Casa d'Austria e Bragança  
 É O NOSSO IMPERADOR  
 Penhor de nossa esperança  
 O' Dia! És todo  
 De seu espectro um leve aceno  
 Há de manter na UNIÃO  
 As províncias que tenderem  
 Do Centro a separação  
 O' Dia! És todo  
 Seu nome somente pode  
 Expelir do Sul ao Norte

As facções sanguisedentas  
 Que a Pátria intendem dar morte  
 O' Dia! És todo  
 Do Amazonas ao Prata  
 Prestarão obediência  
 Todas, ao Filho Herói  
 Que nos deu a Independência  
 O' Dia! És todo  
 Eis o dia, ó Brasileiros,  
 Por nós todos suspirado  
 Que há de salvar do naufrágio,  
 Alquebrada a (sic) Não do Estado  
 O' Dia! És todo  
 A Integridade do Império  
 A SANTA RELIGIÃO,  
 Serão os firmes esteios,  
 Da brasileira Nação,  
 O' Dia! És todo  
 As nossas vozes unindo,  
 Puro voto aos Céus ergamos  
 Pela vida do Monarca  
 De Quem nós tudo esperamos  
 O' Dia! És todo  
 Dos Monarquistas  
 De ti não gostam  
 Vis anarquistas.

Mais que a comemoração do décimo primeiro aniversário de Pedro II, traziam consigo o pedido de Monarquia Constitucional – sendo Pedro Segundo aquele que salvaria a Monarquia brasileira –, e o pedido pelo fim da anarquia, sobretudo, a vivida no Sul e no Norte do país, além disso, Pedro Segundo era visto como alguém escolhido dos céus para governar o país, para unir o país, enfim, era Pedro Segundo aquele que todos os brasileiros esperavam.

### **Conclusão**

Nosso trabalho buscou trabalhar com o uso dos versos no periódico *Sete d' Abril*, no período de 1833 – 1836. Justificamos a investigação a partir dos versos, pois, estes eram constantes na folha e traziam peculiaridades, sobretudo, na mudança da folha de Liberal para Regressista, nos termos acima explanados. Nesse sentido, julgamos que os versos sintetizaram aquela mudança, possuindo, de certo modo, um caráter pedagógico<sup>222</sup> para construção política no período regencial.

---

<sup>222</sup>CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia M. Bastos P. (orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

# A crítica ao sistema escravista e a orientação econômica no Brasil Império nas narrativas sobre a degradação da paisagem

Rute Guimarães Torres

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[rutetorres@gmail.com](mailto:rutetorres@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho privilegia as conexões históricas entre algumas representações da paisagem e as críticas tanto ao sistema escravista como as orientações econômicas do Brasil Império. O objetivo é trazer para o centro do debate as críticas à degradação do ambiente e à escravidão e as propostas de uso das riquezas nacionais de acordo com os princípios das técnicas consideradas mais modernas. Para tanto, serão tomadas as observações feitas pelos naturalistas estrangeiros, políticos e literatos brasileiros, os relatórios técnicos sobre a agricultura e mineração. Esta apresentação dialoga diretamente com os temas explorados por José Augusto Pádua em sua obra original *Um Sopro de Destruição*, cuja tese coloca em questão as preocupações com a natureza e a crítica à escravidão no contexto socioeconômico analisado. Durante o século XIX, colocou-se em pauta uma ideologia do progresso, com auxílio do pensamento cientificista e a visão de que um país civilizado e moderno deveria conhecer sua natureza, defender seu território e ter controle sobre seus recursos naturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem, Escravidão, Brasil Império.

Durante todo o século XIX, os viajantes naturalistas estrangeiros que percorreram o Brasil relataram seus estudos sobre a natureza e sobre as comunidades por onde passavam. Suas representações da paisagem estavam repletas de críticas à certas práticas de mineração e de agricultura por devastarem as matas e as encostas dos morros. Dentre os fatores apontados, que contribuíam para a visão de um ambiente degradado, estavam as técnicas de exploração dos recursos naturais, tidas como rudimentares, e o sistema de trabalho ainda vigente, a escravidão. Seus estudos e suas críticas à apropriação e uso dos solos foram feitos no momento em que diversos intelectuais e políticos brasileiros também construía seus discursos sobre as implicações do sistema escravista na economia nacional e traçavam propostas de reorganização do país<sup>223</sup>.

---

<sup>223</sup>PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Em 1822, o naturalista francês August de Saint-Hilaire empreendeu uma segunda viagem pelo caminho da Serra do Mar e da Mantiqueira e relatou a região de plantações por onde passou. Se, por um lado, descreveu que a grande extensão de montanhas e de “matos virgens” dificultava o caminho e o avanço da cultura, por outro representavam as grandes reservas naturais brasileiras que deveriam ser aproveitadas racionalmente. Para o conterrâneo de Saint-Hilaire que também percorreu a região fluminense, Charles Ribeyrolles, a região também deveria ser aproveitada para a agricultura, pois “toda a terra sem cultura é capital morto [...]” Ribeyrolles disse que “gostaria de ver os grandes pesquisadores” daquele tempo “entrarem na floresta e de ver nossos proletários ocupando os vales.”<sup>224</sup> Uma passagem do relato de viagem de J.B. von Spix e C.F.P. von Martius traduz uma certa luta entre a natureza e a civilização à luz do pensamento Ilustrado, ao dizer que “quando os habitantes deitarem abaixo as matas [...] e triunfarem da exuberante vegetação e dos bichos daninhos, então todos os elementos virão ao encontro da atividade humana e a recompensarão plenamente”.<sup>225</sup>

A concepção de paisagem brasileira construída pelos viajantes estrangeiros trazia tanto os imperativos dos estudos das ciências naturais como a reinvidicação oitocentista do mito do paraíso tropical, cuja natureza parecia oferecer espontaneamente suas riquezas em grandes extensões do território<sup>226</sup>. O imenso território percorrido foi visto como propício para desenvolvimento da cultura e da civilização, que dominariam as riquezas naturais e ocupariam as regiões. Assim, aliada a visão de paraíso, concretizava-se também a ideia de um país cuja “vocação econômica” poderia se expandir.

Todavia, uma outra paisagem também se construía no olhar dos viajantes a medida que percorriam o território. Paralela a visão de grandiosas riquezas a serem aproveitadas, as paisagens foram representadas com base na imprevidade e na falta de planejamento da a o humana ao explorarem o mundo natural, realçando o carater predatório na apropria o das terras. O agrônomo holandês C. F. van Delden La rne, que passou pela mesma região que Saint-Hilaire sessenta anos depois, mostrou-se impressionado com o ritmo acelerado da destrui o das matas e do enfraquecimento dos solos causados pelo plantio alinhado vertical nos morros, que facilitava a perda da cobertura vegetal com as chuvas. Descreveu uma paisagem desanimadora no relato de sua viagem considerada “triste”, por se tratar de uma país tropical. Narrou que por longas horas o

---

<sup>224</sup>RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*. Vol. 3. Paris: Lemerrier, 1861, p. 81-85.

<sup>225</sup>SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. 4. ed. Belo Horizonte[MG]: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981, p. 188.

<sup>226</sup>Pautados de um discurso cientificista e civilizador, esses estrangeiros tinham como motiva o principal o conhecimento da natureza associado ao desenvolvimento econômico. Eram avaliados os potenciais econ micos relacionados ao extrativismo mineral e vegetal,   agricultura,   disponibilidade de mão de obra e as suas qualifica es para o trabalho nos moldes modernos da técnica europeia.

trem avançava “pelos morros pelados, guarneçados por gigantescos vassourais cinzas, deploráveis relíquias de plantações de café outrora tão esplêndidas que, pode-se dizer, produziam ouro<sup>227</sup>. O mesmo Martius que desejava o controle da natureza pela cultura agrícola, fez uma das muitas críticas à paisagem resultante das “violentas queimadas” que “destruíram as matas virgens” para dar lugar ao plantio na sua obra *Flora Brasiliensis*<sup>228</sup>. Em comum, as narrativas descreviam como as riquezas naturais eram desperdiçadas e seus apontamentos seguiram por três principais eixos interligados de análise: a falta de conhecimento ou descaso no trabalho da terra; ausência de técnica e máquinas adequadas; e a escravidão.

O médico austríaco J. E. Pohl, ao visitar o Brasil entre 1817 e 1821, anotou que os proprietários de terras abandonavam todos os trabalhos nas mãos dos escravos e que a queima das florestas aniquilava as madeiras e a fertilidade dos solos para futuras plantações. Nas montanhas, ainda haviam verdadeiras riquezas que não foram tocadas por falta de habilidades e instrumentos essenciais para a mineração. Em seu relato, a região mineira conservava “os vestígios [...] da atividade dos homens que esburacam o solo” para a extração de metais, cujas “covas informes e montões de cascalhos desfiguram as serras [...]”. As lavras, antes ricas, estavam em ruínas, pois seus proprietários não tomaram “o cuidado de angariar mineiros práticos e experimentados para a empresa”, julgando atingir seus objetivos com escravos “tão preguiçosos quão inexperientes”. Considerou que seria necessário e urgente substituir o braço escravo por método de mineração adequado para enriquecer a produção e pelo trabalho livre, como feito na exploração do terreno aurífero de Córrego Soco por uma companhia inglesa<sup>229</sup>. Por sua vez, Spix e Martius, ao passarem pela região de Ouro Preto, destacaram a paisagem de abandono da exploração mineral, que deixou “muitos buracos cavados na montanha” nos ataques à talha “sem plano algum” ou no trabalho das minas “ora à ação da água, ora à perícia dos negros que, em vez de usarem a máquina [...] se servem de martelo”.<sup>230</sup> Para eles, a importância da ciência e da técnica para expansão da civilização era imperativa e a escravidão dos negros era apenas o resultado da própria degeneração da “raça etíope”.<sup>231</sup> Já Richard Burton, na sua viagem pelo Brasil na década de 1860, disse que a terra sofria “de duas pragas especiais”: o latifúndio e o sistema de lavoura

---

<sup>227</sup>LAËRNE, C.F. van Delden. *Brazil and Java. Report on Coffee-Culture in America, Asia and Africa*. Londres-Haia: Martinus Nijhoff, 1855, p. 282-283 Apud MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense*, [S.l.], n. 7, p. 138-152, maio 2008. p. 139.

<sup>228</sup>MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von; EICHLER, August Wilhelm; URBAN, Ignatius. *Flora brasiliensis: enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas suis aliorumque botanicorum studiis descriptas et methodo naturali digestas partim icone illustratas*. Monachii et Lipsiae [Munique e Leipzig]. R. Oldenbourg in comm., 1840-1906. 15 v. Disponível em : <http://florabrasiliensis.cria.org.br>. Acesso em: 05 maio 2015.

<sup>229</sup>POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951, p. 369 e 409.

<sup>230</sup>SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*.

<sup>231</sup>LISBOA, Karen M. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius. *Rev. Arquivo Nacional*, v. 22, n. 1, 2009, p. 190.

herdado dos “aborígenes ou da África Central” e perpetuado pelos métodos “desmazelados de cultura, inevitáveis em qualquer parte em que se empregue o trabalho escravo”.<sup>232</sup>

A constatação de que foi pelos braços escravos que as riquezas foram exploradas e também as matas derrubadas fez parte da percepção dos naturalistas sobre a paisagem resultante da atividade humana. No entanto, as opiniões se dividiram entre aqueles que atribuíram a degradação à figura do escravo e aqueles que atribuíram ao sistema da escravidão, que propiciava uma maior exploração dos recursos e afastava os proprietários das terras. Esta segunda posição foi a defendida pelo médico e capelão inglês Robert Walsh, alinhado ao pensamento antiescravagista, que defendeu o fim do tráfico de escravos e os maus tratos dos cativos<sup>233</sup>.

Os naturalistas também denunciavam os proprietários que, por terem mão-de-obra escrava disponível e grande extensão de terras ainda não cultivada a explorar, não viam a necessidade de proteger e recuperar o solo. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a imagem de uma fronteira sempre aberta e a facilidade em conseguir terras, associada as técnicas rudimentares e o braço escravo, contribuíram para o atraso econômico refletido no Império<sup>234</sup>. Para Caio Prado Jr., a estagnação e a decadência da produção agrícola e mineral estavam muito relacionadas ao fator ambiental, no qual “o acelerado esgotamento das reservas naturais foi feito por um sistema de exploração descuidado e extensivo”.<sup>235</sup> Desse modo, a destruição das matas e do solo era criticada por motivos utilitários e paisagísticos e a agricultura de queimada era descrita como a pior prática, por ser nômade e efêmera.

Ao longo do século XIX, desenvolveram-se então duas formas correlacionadas de criticar a situação econômica e o sistema de trabalho no Brasil relacionada à questão ambiental: a mentalidade imprevidente e descaso no trato da terra, com as técnicas rudimentares e falta de instrução; e a afirmação de que o sistema escravista era a causa da degradação da paisagem. Segundo José Augusto Pádua, o marco decisivo para uma crítica no Brasil ao uso das riquezas naturais foi o retorno dos estudantes na Europa no final do século XVIII, especialmente os ex-alunos de Vandelli na Universidade de Coimbra. Para o autor, Vandelli já associava, de forma

---

<sup>232</sup>BURTON, R. F. *Viagens aos planaltos do Brasil* - Tomo I: Do Rio de Janeiro a Morro Velho. Trad. [Américo Jacobina Lacombe](#). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1947, p. 92 e 426.

<sup>233</sup>A postura de Walsh foi duramente criticado por Burton, que o considerou um iludido pelas questões antiescravagistas que denunciavam o mau trato dos escravos. Para Burton, os escravos eram mais bem tratados que os trabalhadores na europa e nunca presenciou “um caso de crueldade exercida sobre escravos”, e a ausência de correção fazia falta no carater dos cativos. Em um episódio, conta que na comitiva estava um negro recentemente liberto, por ter sido fiel e bom aos seus senhores. Mas com a liberdade veio o “mal da sua raça” e se tornou indolente, preguiçoso, atrevido e briguento. Numa discussão, diz que foi preciso colocar o “escravo em seu lugar”. Cf. BURTON, R. *Viagens aos planaltos do Brasil* - Tomo III: O rio São Francisco. Trad. [Américo Jacobina Lacombe](#). 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983, p. 146.

<sup>234</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>235</sup>PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*, p. 163 Apud PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 76.

moderada e cuidadosa, os males da economia brasileira ao domínio do escravismo<sup>236</sup>. Outra importante influência naquele período foi o naturalista Friedrich W. H. Alexander von Humboldt e sua teoria sobre a natureza americana, que deveria ser valorizada pela sua exuberância e diversidade. Do ponto de vista econômico, as teorias liberais e fisiocráticas, antipáticas ao sistema escravista em detrimento do trabalho livre e à ociosidade dos proprietários de terras, também se fizeram presentes dentre os críticos à estrutura socioeconômica baseada na escravidão<sup>237</sup>.

José Bonifácio de Andrada e Silva foi um dos ex-alunos de Vandelli e correspondente de alguns naturalistas estudados por Pádua em *Um sopro de destruição*. José Bonifácio viveu a maior parte da sua vida na Europa e, quando retornou ao Brasil, entrou para o cenário político. Desde cedo, Bonifácio afirmava que “enquanto vigorasse a escravidão não seria possível estabelecer uma relação saudável entre o homem e a terra”. Em seu pensamento, a lavoura escravista era a fonte de sustentação da elite senhorial e máquina do Estado que praticava uma economia dotada de alto poder de inércia. O modelo ideal, para Bonifácio, passava por uma sociedade rural modernizada, com a introdução de máquinas, produtos químicos e profissionais instruídos<sup>238</sup>. Em suas palavras,

Se os senhores de terras não tivessem uma multidão demasiada de escravos, eles mesmos aproveitariam terras já abertas e livres de matos [...]. Nossas matas preciosas [...] não seriam destruídas pelo machado assassino do negro e pelas chamas devastadoras da ignorância. [...] se a agricultura se fizer com os braços livres dos pequenos proprietários, ou por jornaleiros, por necessidade e interesse serão aproveitadas estas terras [...] e deste modo se conservarão, como herança sagrada para a nossa prosperidade, as antigas matas virgens que pela sua vastidão e frondosidade caracterizam o nosso belo país.<sup>239</sup>

Entretanto, suas críticas à estrutura econômica e ao sistema escravista ainda associavam a causa da devastação ao escravo, conforme exposto por Pádua. Em um discurso na Câmara dos Deputados, Bonifácio atacou a técnica africana “da Angola” de cortar e queimar a madeira para plantar milho e feijão. Igualmente, o poeta e pintor Manoel de Araujo Porto-Alegre, em seus cantos *A destruição das florestas*, de 1845, creditou ao escravo a culpa pela destruição por lançar o machado e as chamas sobre as matas. Antônio Veloso de Oliveira, por sua vez, escreveu em suas *Memórias sobre a agricultura no Brasil* que a economia precisava de transformações e que não seria possível desfrutar os bens do progresso enquanto o trabalho agrário fosse feito “pela mão dos

---

<sup>236</sup>PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 84.

<sup>237</sup>Para Adam Smith, “o orgulho do homem faz com que ele ame dominar. Onde quer que a lei o permita, ele prefere utilizar os serviços dos escravos que os dos homens livres”. SMITH, A. *A riqueza das nações*, Tomo III, p. 2 Apud BURTON, R. *Viagem aos planaltos do Brasil*. Tomo II: Minas e os mineiros. Trad. [Américo J. Lacombe](#). 2ªed. São Paulo: Ed. Nac.; Brasília: INL, Fund. Pró-Memória, 1983, p. 42.

<sup>238</sup>PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 17, 19 e 32.

<sup>239</sup>SILVA, J. B. A. *Obra política de José Bonifácio*, p. 95 Apud PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 150.

escravos degradados”, de “ignorantes e não educáveis” para a nova agricultura, pois não tinham apego ou interesse algum pela terra que cultivavam<sup>240</sup>.

Para o historiador Rafael Marquese, foi a forma de organização do trabalho no Brasil que transformou a paisagem agrícola com a introdução da população escravizada, não o escravo em si. No Vale do Paraíba, onde a presença de cativos era maciça, os cafezais foram plantados em alinhamento e decotados na altura média de um escravo, para facilitar a colheita de todos os grãos e para que o senhor pudesse vigiar o trabalho. O preparo do terreno antes do plantio se dava com a derrubada da mata nativa e sua queima. A prática da coivada, aprendida com os indígenas e ampliada pelos colonos, foi a responsável pela resultante física da paisagem retratada<sup>241</sup>.

A partir da década de 1870, a *Revista Agrícola* passou a publicar relatórios de pesquisas e apresentava novos instrumentos e técnicas para desenvolver a agricultura sem os desgastes denunciados. Muitos de seus artigos foram escritos por abolicionistas moderados, que apresentavam a escravidão como herança do passado que deveria ser abandonada e a monocultura como uma escolha econômica a ser superada. Um artigo do diretor da Fazenda Normal, N. Moreira, resume a opinião geral das publicações naquele momento:

Dizia-se que o Brazil era por excellencia agrícola [...]; proclamava-se que o Brazil era o café, e o café era o ouro, e eis a correria da população rural para a cultura de um único gênero agrícola em detrimento da canna de assucar, do algodoeiro, do fumo, do anil, do milho, etc. [...] Finalmente, o operário agrícola era o escravo, entidade embrutecida, sem intuição, sem o excitamento do proprio interesse e cujo suor cresta a terra em vez de fertiliza-la.<sup>242</sup>

No relatório sobre a Primeira Exposição Agrícola e Industrial em Juíz de Fora, em 1869, Dyonísio Gonçalves acreditava que a rotina de desvastação vinha desde o período colonial com a imprevidência da metrópole, a inércia dos possuidores do solo e as condições viciadas de exploração. Em suas palavras, “sem methodo nem regularidade dos tesouros acumulados pela ação dos séculos”, os lavradores primitivos” do Brasil contrariavam as leis da natureza, “reduzindo-a à pastagem de mesquinha vegetação”, esterilizando os campos e desvirtuando o trabalho<sup>243</sup>. Já o mineralogista francês Henri Gorceix, questionou o próprio “esforço intelectual” dos agricultores e mineradores, dizendo que era natural o abandono também pelo escravo, pois “que interesse tinham esses infelizes em aperfeiçoar um trabalho que seus senhores conheciam

<sup>240</sup> \_\_\_\_\_. *Um sopro de destruição*, p. 121-122, 162-166.

<sup>241</sup>MARQUESE. *Díáspora africana, escravidão e a paisagem*.

<sup>242</sup>MOREIRA, N. J. Cultura do *Attacus aurota*. Parecer do diretor da Fazenda Normal. *Rev. Agríc.*, n. 1, 1887, p. 184.

<sup>243</sup>MARTINS, D. G. Relatório sobre a 1ª Exposição Agrícola e Industrial no Juíz de Fora em 1869 (Província de Minas Geraes). *Rev. Agríc.*, n. 9, 1871, p. 3.

talvez [...] tão mal como elles?”. Assim, “desaparecendo esta causa”, com o trabalho livre os resultados seriam diferentes<sup>244</sup>. Mas o medo de que a mineração e a agricultura ruíssem sem braços cativos foi constantemente referenciada.

A questão da emancipação [...] deve ser pensada economicamente.[...] Se tivéssemos a industria inglesa em nossas cidades, ou o genio das empresas norte-americanas, poderíamos tentar de uma só vez o que resolveram aquelas sociedades, porque resultaria do golpe apenas um desequilíbrio passageiro, mas entre nós a força viva vem das explorações rurais e a iniciativa é tímida, irresoluta e sem perseverança, quando não atua sobre ela a ação oficial.<sup>245</sup>

O principal objetivo das publicações feitas na revista era mostrar a diferença entre “a desvatajosa enxada manobrada pelo infeliz escravizado” e o “arado do operário inteligente”, nos termos utilizados por N. Moreira.<sup>246</sup> Os autores acreditavam que a substituição gradual do trabalho escravo acabaria com a cultura rotineira e introduziria a cultura racional, com cultivadores preparados para manejar máquinas, químicos, administrar as plantações, etc.<sup>247</sup> Algumas publicações já mostravam como era possível a reorganização do trabalho com a substituição para o braço livre e que bons resultados já vinham sendo obtidos, contrariando as profecias de decadência. Um exemplo foi a citação de algumas plantações de algodão que obtiveram bons resultados baseados no trabalho livre, como observado pelo geólogo suíço Louis Agassiz, em 1865<sup>248</sup>. Atestava-se também os avanços do emprego de braços livres em fazendas de café, seja no serviço interno como no corte e na roçagem da capoeira. Mas nas ditas “limpas”, no preparo do solo, feitas ainda à enxada, o trabalho era penoso e a fadiga não compensava para os livres, que viam a função como dos escravos<sup>249</sup>. Dessa forma, o emprego das máquinas auxiliariam nessa transição ao amenizar os desgastes do trabalhador, exigindo menor quantidade de mão-de-obra que manipularia o solo de forma adequada.

A questão da substituição da mão-de-obra gerou diversas opiniões. Para os viajantes franceses Charles Ribeyrols, Louis Couty e Adolphe Assier, “a população livre brasileira” era “incapaz de fornecer um trabalho regular ou de criar verdadeiras riquezas”, sendo a imigração a

---

<sup>244</sup>GORCEIX, H. O ferro e os mestres de forja na Província de Minas Geraes. *Rev. Bras.*, n. 5, 1880, p. 159-161.

<sup>245</sup>A SITUAÇÃO agrícola da província da Bahia (1870). *Rev. Agric.*, n. 8, 1871, p. 23.

<sup>246</sup>MOREIRA, N. J. *Mechanica agrícola. Influência maléfica da escravidão na economia rural.* *Rev. Agric.*, n. 1, 1886, p. 59; NETTO, Ladislao. *Investigação sobre a cultura e a molestia da canna de assucar.* *Rev. Agric.* n. 3, 1870, p. 4.

<sup>247</sup>ENSINO Agrícola. *Escolas práticas de agricultura.* *Rev. Agric.*, n. 1, 1885, p. 205.

<sup>248</sup>AGASSIZ, L. *A agricultura nacional. Julgada pelo Sr. Prof. L. Agassiz.* *Rev. Agric.*, n. 10, 1872, p. 38.

<sup>249</sup>Em vários artigos da *Revista*, o desinteresse de livres e proprietários de terras pelo trabalho do solo era entendido pela repugnância que a atividade causava, pois se associava ao mesmo trabalho feito por um escravo. Como exemplo, citamos o artigo: *INDUSTRIA Sacarina. Crise do assucar.* *Rev. Agric.*, n. 1, 1887, p. 132.

solução. Para outros, como Charles Expilly e Alfred Marc, a colonização do Brasil deveria ser realizada pelos próprios trabalhadores brasileiros, mesmo que também viessem imigrantes<sup>250</sup>.

Aliada à questão da imigração, entre em pauta também a necessidade de uma nova colonização do território brasileiro, tanto nas fronteiras que foram alargadas quanto nas terras infertilizadas pelos antigos proprietários, que iria ajudar a valorizar as riquezas naturais e assegurar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em 1850, o governo brasileiro já apoiava diversas iniciativas para atrair o imigrante europeu. Como descreveu Burton, iniciou-se “uma constante afluência ao país de homens práticos, trabalhadores e inteligentes, habituados ao emprego de maquinismos”. Mas também constatou que os benefícios com a imigração só iriam crescer a medida que decrescesse a escravidão, pois os dois sistemas não poderiam coexistir<sup>251</sup>. Alguns viajantes, ao se depararem com as condições de trabalho existentes, chegaram mesmo a desaconselhar a vinda de europeus. O geógrafo francês Elisée Reclus, por exemplo, publicou um artigo na França argumentando que o sistema de parceria estabelecido para os colonos imigrantes os condenariam às mesmas condições de um escravo e que as terras oferecidas pelo governo eram péssimas, pois as melhores estavam nas mãos dos grandes latifundiários.<sup>252</sup> A dificuldade para conseguir atrair os imigrantes estrangeiros foi debatida na imprensa e a própria *Revista Agrícola* expunha a questão, apontando a necessidade de “preparar o terreno” para receber o estrangeiro ao modificar a relação com o escravo. Num artigo, Pedro Gordilho disse que o Brasil poderia ter “tirado grande partido do braço escravo, se tivéssemos cogitado desta questão em tempo; o braço escravo seria o preparador do terreno para receber o homem livre”, através da emancipação, da educação e da integração na cultura agrícola<sup>253</sup>. Para ele, a redução do tamanho da propriedade, tirando as extensas porções das mãos de latifundiários imprevidentes, também era algo que contribuiria para o fim da escravidão e para a implantação da colônia familiar.

Para a reorganização da economia agrária, seria, ademais, preciso criar condições para que o proprietário de terras e o trabalhador soubessem administrar o solo e desenvolver a agricultura, bem como valorizar a sua atividade<sup>254</sup>. Formaria-se, assim, um grupo de agricultores instruídos

---

<sup>250</sup>SANTOS, C. A. Viajantes franceses e modelos de “Colonização para o Brasil” (1850-1990). *Rev. Mestr. Hist.*, Vassouras, v. 5, p. 41-54, 2003.

<sup>251</sup>BURTON. *Viagem aos planaltos do Brasil* – Tomo I, p. 28-30.

<sup>252</sup>SANTOS. *Viajantes franceses e modelos de “Colonização para o Brasil”*, p. 48.

<sup>253</sup>GORDILHO, P. Imigração e trabalho livre. Discurso pronunciado na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. *Rev. Agríc.*, n. 1, 1886, p. 38.

<sup>254</sup>A instrução técnica prepararia profissionais como lavradores, administradores e feitores, que seguiriam no princípio da ciência moderna. INAUGURAÇÃO da Escola Agrícola “União e Indústria” no Juiz de Fora (Província de Minas Geraes). *Rev. Agríc.*, n. 1, 1869, p. 49-51; ver também A REFORMA Agrícola. *Rev. Agríc.*, n. 1, 1869, p. 2.

nas Escolas Agrícolas, cuja ciência da Agronomia faria o elo entre a prática e a teoria<sup>255</sup>. Dessa maneira, seriam formados

exploradores do progresso, classe de reformadores, que plantariam a verdadeira agricultura, que produz sem destruir e eleva o algarismo das condições materiais do trabalho, levantando a dignidade do operário e consolidando sobre bases mais generosas o bem estar das famílias.<sup>256</sup>

A relação entre a vida socioeconômica e o escravismo como uma “questão nacional”<sup>257</sup>, como discutida pelos abolicionistas, foi retomada nos projetos reformistas de Joaquim Nabuco e de André Rebouças. Em ambos, ressoavam as várias críticas feitas à monocultura, aos latifúndios e ao trabalho servil, cujos eixos de análise irão resultar tanto na proposta de abolição dos escravos quanto na ideia de uma democracia do solo.

Desde cedo em sua carreira, Nabuco dava enfoque a obra da escravidão como um entrave ao surgimento de uma relação mais saudável com a natureza e combatia o domínio do latifúndio e da monocultura que esgotavam a terra<sup>258</sup>. Ao observar a lavoura do recôncavo baiano, mostrou como as grandes propriedades não cuidavam do meio natural nem das condições de produção, resultando numa “paisagem desoladora”.<sup>259</sup> Dizia não ter dúvidas de que “o trabalho livre é o mais econômico, mais inteligente, mais útil a terra, [...] mais própria para gerar indústrias, civilizar o país, e elevar o nível de todo o povo”.<sup>260</sup> Era preciso, para ele, que os proprietários voltassem os olhos para suas plantações e formassem, em parceria com o trabalhador livre, uma classe “mais rica, mais útil, mais poderosa e mais elevada”, implantado também os “maquinismos aperfeiçoados”.<sup>261</sup> Joaquim Nabuco também discursava que esse “operário livre” poderia ser tomado dentre o grande número de negros libertos que lotavam as cidades e estradas, inativos, tornando-os hábeis para os ofícios<sup>262</sup>.

---

<sup>255</sup>Em um relatório sobre a moléstia da cana de açúcar, Ladislau Netto falou da importância do preparo técnico e científico para lidar com o enfraquecimento vegetal e hipertrofia dos gomos, causados pela propagação de insetos. Sobre um empreendimento próximo a Belém, ele mostra que se obteve bons resultados com a contratação de um agrônomo, onde a máquina e o estreme foram seus auxiliares. NETTO. *Investigação sobre a cultura*, p. 4-7.

<sup>256</sup>A REFORMA Agrícola. *Rev. Agric.*, n. 1, 1869, p. 3.

<sup>257</sup>PADUA. *Um sopro de destruição*, p. 264.

<sup>258</sup>O seu conceito de escravidão abrangia a forma como o sistema se relacionava com o meio físico, a propriedade de terra, a indústria e o regime político. Cf. MELLO, E.C. O caráter orgânico da escravidão. *Folha de São Paulo*, 12 dez. 1999 Apud PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 273.

<sup>259</sup>PADUA. *Um sopro de destruição*, p. 274.

<sup>260</sup>Para tanto, usa a análise de Noah Webster sobre os efeitos da escravidão na moral e na indústria, ao afirmar que não havia “um proprietário de escravos na Europa e na América que não possa dobrar em poucos anos o valor do seu estabelecimento agrícola, alforriando os seus escravos e ajudando-os no manejo das suas culturas”. NABUCO, J. *O Abolicionismo*. Brasília: Edições do Senado Federa, 2003 [online], p. 185, nota 1.

<sup>261</sup>NABUCO. *O Abolicionismo*, p. 193; BRUSANTIN, B.; BARBOSA, V.; CAMPOS, E. André Rebouças, Joaquim Nabuco e a abolição: algumas correspondências. In: *Anais Eletrônicos do IV Colóquio de História “Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade”*. Recife, 16 a 19 de outubro de 2010, p. 56.

<sup>262</sup>NABUCO. *O Abolicionismo*, p. 59, nota 2.

De um outro ponto de vista, André Rebouças entendia que a desigualdade no campo era o grande problema nacional e a abolição uma medida necessária para a realização de uma democracia rural<sup>263</sup>. Engenheiro empreendedor e filho de uma liberta, Rebouças acreditava que, para que o país passasse para a modernidade e alcançasse o progresso técnico e institucional, era preciso acabar com a escravidão e o latifúndio que mantinham a inércia e apatia do “landorismo”.<sup>264</sup> Criticava também a predominância de certas culturas agrícolas e o descaso com as espécies brasileiras, que poderiam diversificar a economia e aumentar a produção nas fazendas. Como Nabuco, entendia que era preciso investir primeiro no próprio brasileiro “desocupado e mal aproveitado”, pois havia muitos “índios, mestiços e libertos a serem educados para o trabalho”. Defendeu a necessidade de facilitar a posse de terras pelo imigrante e pelo negro liberto, pois “sem terras tem a alternativa de ser artesão ou assalariado precário”.<sup>265</sup> Incentivou a criação de colônias agrícolas para dar-lhes instrução técnica<sup>266</sup>. Assim, o solo cansado se tornaria fértil nas mãos daqueles que regenerariam as terras e mudariam a paisagem com a tecnologia moderna, transformando a agricultura numa indústria “livre, fertilizadora e progressista”.<sup>267</sup> Em síntese, sua Democracia Rural propunha uma ampla reforma com a extinção dos latifúndios, da monocultura e da escravidão.

Se “o uso intensivo do trabalho escravo, a falta de pequenos proprietários estáveis e a disponibilidade aparentemente infinita de terras novas” foram os elementos que “conspiravam contra o uso prudente das extensas terras brasileiras”<sup>268</sup>, para aqueles intelectuais, naturalistas e abolicionistas, a devastação da paisagem e o desenvolvimento da economia se resolveriam com a extinção do escravismo, com a colonização e imigração. Nas esperanças de J. B. de Lacerda, o 13 de maio de 1888 tinha “conseguido expungir da face do nosso país a nódoa negra da escravidão, [...] que por longo tempo tolheu o desenvolvimento e a prosperidade do Brasil”, e a “substituição do trabalho servil pelo trabalho livre veio operar transformações radicais e completa”, exigindo um “melhor aproveitamento dos recursos naturais [...], muitos dos quais jaziam abandonados por

---

<sup>263</sup>Na sua passagem pelos Estados Unidos, Rebouças observou a relação dos pequenos proprietários com suas terras, principalmente através do *Homestead Act*, de 1862. BRUSANTIN; BARBOSA; CAMPOS. *André Rebouças, Joaquim Nabuco e a abolição*, p. 49-50.

<sup>264</sup>REBOUÇAS, A. *Agricultura nacional: estudos econômicos: propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883*. Ed. fac-similar. Recife, Fundaj, Ed. Massangana, 1988 Apud BRUSANTIN; BARBOSA; CAMPOS. *André Rebouças, Joaquim Nabuco e a abolição*, p. 54.

<sup>265</sup>A aquisição de terras se daria com incentivo do governo e no enfraquecimento do poder dos grandes fazendeiros, com impostos sobre a extensão da propriedade e de escravos. Foi responsável pela *Lei de Imposto sobre a Escravatura*, em 1867, procurando compelir os senhores a diminuir seus cativos. Já nas terras devolutas, propunha repensar a *Lei de Terras* e fazer loteamentos, colônias e transmissão de propriedades, como no modelo americano.

<sup>266</sup>REBOUÇAS. *A Agricultura nacional*, p. 118 e 269.

<sup>267</sup>JUCA, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p. 4-9 e 57-66.

<sup>268</sup>DRUMMOND, J. A. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p. 63.

influência restrictiva do monopólio de certas culturas, em que se empregavam quase exclusivamente todos os braços e todos os capitais”.<sup>269</sup> Mas para Rebouças, após a Abolição, suas preocupações aumentaram com a iminente Proclamação da República oligárquica e plutocrática, que ele repudiava<sup>270</sup>.

De fato, diversos historiadores que se debruçaram sobre as relações da sociedade brasileira com a natureza ao longo do século XX apontaram que o fim da escravidão não significou um marco decisivo na história da devastação das riquezas nacionais. Ao contrário, denunciam que foi graças à introdução de máquinas e do alto valor de mercado dos produtos e minerais brasileiros que aumentou-se a exploração dos recursos, levando a visão de uma paisagem com maior destruição.<sup>271</sup> Mesmo para pensadores políticos do final do século XIX, na República, o problema do uso e da conservação das riquezas ainda chamava atenção para a exploração imprevidente e extensiva. O trabalho do imigrante, para Alberto Torres, por exemplo, só fazia aumentar o escoamento do capital para o estrangeiro e impediam os investimentos efetivos na valorização das terras. Caberia, portanto, ao Estado conservar as riquezas nacionais ainda inexplorados e defender as que estavam em produção<sup>272</sup>. Durante todo o século XX, foi imperiosa a crítica de que uma nação para ser verdadeiramente civilizada e moderna deveria proteger seu território, valorizar seu trabalhador e conservar sua natureza da irracionalidade.

---

<sup>269</sup>LACERDA, J. B. Sobre a peste de Manqueira, em Minas Geraes. *Rev. Agric.*, n. 1, 1889, p. 33.

<sup>270</sup>BRUSANTIN; BARBOSA; CAMPOS. *André Rebouças, Joaquim Nabuco e a abolição*, p. 54.

<sup>271</sup>PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 117; DRUMMOND. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*.

<sup>272</sup>TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programma de organização nacional*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 31, 50 e 73.

# Os tratados de 1810 nos debates da imprensa periódica da emigração em Londres

Wélington Rodrigues e Silva

Graduado em História

Mestrando Universidade Federal de Ouro Preto

wrsdivmg@gmail.com

**RESUMO:** Com a vinda da família real portuguesa para o território brasileiro em 1808 e a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, as trocas comerciais envolvendo o império luso-brasileiro e as outras nações europeias se intensificam. É amplamente discutida pela historiografia sobre o tema a situação de serviência assumida pelo Estado português perante a Inglaterra, principalmente pela quase total dominação inglesa no comércio de produtos manufaturados. Este quadro se agrava com a assinatura, em 1810, dos “tratados de cooperação e amizade”. O conteúdo dos tratados de cooperação e amizade favoreciam, claramente, a nação inglesa frente às outras nações, tendo como um dos maiores pontos de discussão entre luso-brasileiros da época, a cobrança de alíquotas alfandegárias maiores para navios portugueses (16%) que para navios ingleses (15%). O objetivo desta comunicação é apresentar um recorte dessa discussão sobre os resultados dos tratados de 1810. Pretendemos compreender, a partir dos periódicos da chamada imprensa periódica da emigração em Londres, como os resultados dos tratados foram discutidos pelos periodistas àquele momento. Mais especificamente focaremos nossas análises nos primeiros anos que seguem da publicação dos tratados de 1810 nos periódicos *O Correio Braziliense*, que teve como editor Hipólito da Costa; *O Investigador Português em Inglaterra*, editores Bernardo José de Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco da Cunha e *O Português* redigido por João Bernardo da Rocha Loureiro. Sobremaneira cada um dos redatores publicaram em seus periódicos críticas aos tratados de 1810 ligadas, basicamente, aos interesses que cada um deles defendiam neste debate. Por estarem publicando de Londres este periodistas compartilhavam de um clima privilegiado para compreendermos as distintas culturas políticas que se contrastam nesta discussão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Império luso-brasileiro, Imprensa periódica de emigração, Tratados de 1810.

Trabalhamos em nossa pesquisa com parte da documentação presente no Fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Neste conjunto documental, que abrange os anos de 1806 a 1811, percebemos um debate evoluindo, de um lado os membros da legação portuguesa em Londres, e de outro Hipólito José da Costa, fundador e editor do periódico *O Correio Braziliense*, editado em Londres de 1808 a 1823. A partir da elaboração do número 6 do *Correio Braziliense*, em 1810, o descontentamento dos embaixadores portugueses assumem tom pessoal, chegando a acusarem Hipólito da Costa de

estar ilegalmente estabelecido em Londres e pedindo ao Marquês de Wellesley a intervenção junto a coroa britânica para expulsão do editor do *Correio Braziliense* de Londres.

Em um ofício datado em 1811, D. Domingos António de Souza Coutinho trata da necessidade da criação de um jornal português à disposição do Rei de Portugal. Também, em 1811, é lançado em Londres *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, editado por Bernardo José Abrantes Castro e Vicente Pedro Nolasco Pereira da Cunha. Sabemos que existiram exemplares do *Investigador Portuguez* que eram remetidos ilegalmente para o Brasil e aqui ele circulava dentro de um espaço público, que se consolidava a partir do início do século XIX. Buscamos, então, nessa comunicação apresentar brevemente um recorte dessa discussão sobre os resultados dos tratados de 1810. Pretendemos compreender, a partir dos periódicos da chamada imprensa periódica da emigração em Londres, como os resultados dos tratados foram discutidos pelos periodistas àquele momento. Mais especificamente focaremos nossas análises nos primeiros anos que seguem da publicação dos tratados de 1810 nos periódicos o *Correio Braziliense*, que teve como editor Hipólito da Costa; *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, dos editores Bernardo José de Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco da Cunha. Sobremaneira cada um dos redatores publicaram em seus periódicos críticas aos tratados de 1810 ligadas, basicamente, aos interesses que cada um deles defendiam neste debate. Por estarem publicando de Londres este periodistas compartilhavam de um clima privilegiado para compreendermos as distintas culturas políticas que se contrastam nesta discussão.

Esta comunicação terá, portanto, duas partes que são complementares. Na primeira, faremos uma apresentação da pesquisa e de como chegamos no recorte que trazemos para o diálogo neste Simpósio Temático. Na segunda parte traremos o debate de fato envolvendo os periódicos *Correio Braziliense* e *Investigador Portuguez* e permeado de forças política que estavam presentes em Londres naquele período.

Os estudos sobre o Império luso-brasileiro possuem uma dinâmica própria, constituindo um campo de grande importância para a historiografia deste momento de conexão entre Portugal e Brasil. Muito se tem investigado sobre vários temas que dizem respeito à historiografia brasileira (as peculiaridades da administração régia, formação do Estado nacional e nação, rupturas e continuidades com referência ao Antigo Regime, entre outros) resultando disso um grande avanço nas investigações da historiografia sobre o período, comportando sofisticadas teses<sup>273</sup>. Entretanto, os estudos sobre a atuação dos grupos políticos, nos domínios da administração e política internacional luso-brasileira, ainda é um campo incipiente.

---

<sup>273</sup> Podemos ressaltar aqui, dentre uma grande produção bibliográfica, algumas obras que ilustram de forma sistemática as configurações do Império luso-brasileiro. Para uma visão do momento de transição dos séculos XVIII para o XIX: ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993; para uma compreensão da continuidade do Império como proposta

Pensando, principalmente, através da ideia de vulnerabilidade Valentim Alexandre aponta quatro pontos cruciais para compreendermos a concepção tomada por estes grupos políticos para composição do Império Luso-brasileiro. A análise do espaço de convergência entre os interesses dos corpos mercantis de Lisboa e do Porto e as perspectivas políticas de uma importante facção das cortes constituintes é compreendido na dinâmica que estava presente no ascendente desligamento entre Portugal e Brasil um caráter essencialmente político<sup>274</sup>. Desta forma, o conceito de vulnerabilidade é utilizado para a descrição daquela conjuntura complexa e mutante vivenciada em Portugal.

O conceito de vulnerabilidade é desenvolvido de maneira mais sólida por Valentin Alexandre em *Os Sentidos do Império*. Para o autor quatro pontos são os vetores estratégicos de Portugal neste período, principalmente a partir do XVII. São eles: 1) defesa da metrópole Portugal perante a vontade expansionista da Espanha – Particularmente perigosa quando em aliança com a França, principalmente depois do tratado de Utrecht em 1713. 2) proteção dos tráficos coloniais – que eram parte essencial do comércio externo português. 3) fixação dos limites territoriais favoráveis ao Brasil – principalmente impedindo a entrada da França pela Guiana e preservando os domínios territoriais do sul no rio da prata e 4) preservação dos pontos da costa africana de onde provinha toda a mão de obra escrava, e que pode ser compreendido como o motor de todo o sistema. Desta maneira, por maior o empenho de cada parte deste vasto império seria inconcebível a satisfação de todas as necessidades da defesa do território por uma pequena potência – podemos arriscar até descredita, como Portugal sem o recurso a apoios externos: e a Grã Bretanha oferecia estes apoios a Portugal. Três pontos básicos desta ligação amarram a análise de Valentim Alexandre.

Uma primeira condição básica para a sobrevivência da aliança estava na permanência do interesse britânico pela conservação do sistema imperial português. Este interesse na primeira metade do XVIII é claro uma vez que o império luso-brasileiro constitui um mercado importante para a produção da Grã-Bretanha e para a indústria dos derivados da lã. Estas vantagens atenuam-se com a decaída drástica na extração do ouro, que era a contrapartida principal das exportações britânicas. Outro ponto, os tecidos em algodão, produto chave da primeira fase da revolução industrial inglesa, não detinham os privilégios que eram dados as lãs (lanifícios) no tratado de Methuen.

Um segundo ponto diz respeito ao cumprimento desta aliança para a parte portuguesa e da parte portuguesa a aliança cumpriria seu papel desde que proporcionasse a defesa eficaz do sistema imperial e da metrópole. Existia, porém, na análise de Valentim Alexandre, um limite no que poderia ser o preço a pagar por essa defesa (por esses acordos). Para Alexandre este limite varia por influência das alterações econômicas e sociais da sociedade portuguesa, estreitando-se

---

política de Reforma: LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Portugal e Brasil: Bastidores da República 1798-1822, Rio de Janeiro, Sete Letras, 1994; e para a compreensão dos processos políticos que envolviam o Império luso-brasileiro e seus atores políticos os trabalhos de NEVES, Guilherme Pereira das. “Del imperio Lusobrasileño al Imperio del Brasil” (1789-1822). In: GUERRA, François-Xavier e ANINNO, Antonio (Orgs.). *Inventando la nación: Iberoamérica siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003., SHULTZ, Kirsten. *Versalles tropical: Império, monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 e SILVA, Ana Rosa Cloet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>274</sup> Ver: PEDREIRA, Jorge Miguel. “Economia e política na explicação da Independência do Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

para finais do XVIII. Neste período já é notado uma burguesia mercantil e industrial com peso junto ao aparelho de Estado. Esta nova camada da população estaria empenhada em resguardar das pressões inglesas a parte que detinha do mercado brasileiro.

Em terceiro lugar o funcionamento desta aliança entre Portugal e Grã Bretanha estaria a mercê das condições políticas de ordem mais geral, ligadas a relação de forças na Europa. E aqui têm-se um dos pontos mais singulares das propostas de Alexandre, para ele a hegemonia inglesa, afirmada sobretudo em termo de poder naval, poderia fazer perigar a aliança, na medida em que desvalorizaria as posições portuguesa no contexto da estratégia global da Grã Bretanha, não sendo de excluir, num caso extremo, a possibilidade de uma ação inglesa visando o desmantelamento do império luso-brasileiro.

Desta forma, a complexidade do período é evidenciada de maneira sistemática e referencia um novo conjunto de fatores que apresentam este momento vivido como fragmentado, desprovido de sistemas definitivos de normas, aberto a mudanças e transformações. Para além de uma conjuntura favorável, mantinha-se, no entanto, a vulnerabilidade estrutural do império português; as perturbações do sistema internacional nos vinte anos, entre 1790 a 1810, irão amplamente demonstrá-lo.

Para o Brasil mais especificamente, a chegada da família real possibilita o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro ampliando, e muito, o universo populacional. Entre outras mudanças dava-se início a materialização das condições indispensáveis para a circulação de ideias de maneira mais ampla. O surgimento de um público leitor e a gênese de uma esfera pública ativa, também faz parte deste contexto. Todavia, apenas razões de natureza material não explicam o “atraso brasileiro” no campo da imprensa em relação às outras colônias da América Espanhola. Há de se acrescentar uma expectativa que ultrapasse as condições materiais, a compreensão da força política de uma ideia expressa na forma de escrita.

A compreensão desta condição para o desenvolvimento da imprensa se mostra favorável nos quadros do estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, criando formas de pensamento em público ampliado, favorecendo a circulação de periódicos, mesmo que neste início de maneira restrita. Apenas após o término da censura, em 1821, são criadas condições para a proliferação de jornais, inclusive nas províncias mais distantes do Rio de Janeiro. A teia das notícias é construída, sobretudo, pela rede de informações verbais, que podem ter origem nas letras impressas, as quais são retransmitidas oralmente a outros ou diretamente pela conversa oriunda dos ambientes privados. Ao mesmo tempo, as letras impressas passam a se nutrir do jogo das práticas orais<sup>275</sup>.

Sobre esta imprensa que se desenvolve no Rio de Janeiro destaca-se o periódico a *Gazeta do Rio de Janeiro*. De fato a *Gazeta* foi o jornal oficial da corte portuguesa e era impressa aos cuidados da Imprensa Régia, a ela competia o monopólio da impressão de qualquer obra tipográfica em território brasileiro. Todavia, não impedia a inclusão de informações de interesse amplo ao público na *Gazeta*. O periódico estava diretamente vinculado a uma repartição pública real, ainda que a empresa, propriamente dita, se constituísse de sócios que dela usufruíam os eventuais lucros, na medida em que o jornal tinha certa garantia de assinaturas que o financiasse, criava-se assim um compromisso com o público leitor.

---

<sup>275</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Brasil 1800 – 1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

A administração da Imprensa Régia competia a uma Junta Diretora que deveria, segundo as instruções do príncipe “examinar os papéis e livros que se mandassem publica e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”. A afirmação presente no primeiro número da *Gazeta* denuncia que o governo não confiava tanto no grupo de editores. Ou também, pode ser compreendida como uma tentativa de parecer livre e isenta em suas informações. Seja como for, sabe-se que, na verdade, o próprio Dom João VI lia os originais, em português, francês ou inglês, e depois a junta administrativa ainda relia todo o material, antes que o mesmo fosse enviado ao prelo. Essa junta era formada por José Bernardes de Castro, Mariano da Fonseca e José da Silva Lisboa. Ainda assim, o fato de ser impresso sob as normas da Coroa portuguesa não fazia da *Gazeta* fonte menos importante para a compreensão do período.

Desta forma a imprensa que serve a administração colonial, deixa como vestígios do século XIX muito das formas de circulação das ideias no interior do Reino de Portugal, bem como entre este e o que se passava no resto do mundo.

Segundo Neves a criação da imprensa régia contribuiu para produção e circulação de livros e torna mais intenso o controle da censura da Coroa. Como exemplo o jornal *O Português*, periódico publicado a partir de Londres e que é conhecido pela historiografia por exportar ideias liberais tanto na política, como na economia, além de um defensor da liberdade de imprensa. *O Português* é “proibido de ser recebido, vendido ou retido pelos vassallos de D. João VI neste Reino e domínios ultramarinos”, em razão de seus discursos “sediciosos e incendiários”, com o principal objetivo de “perturbar a harmonia estabelecida em todas as ordens do Estado e introduzir a anarquia”<sup>276</sup>.

A imprensa produzida no exílio apesar da censura tem grande recepção dentro da sociedade na América portuguesa. As publicações impressas em Londres, onde estavam livres da censura, eram transportadas clandestinamente até o Brasil e aqui circulavam no submundo das Letras. Publicações como *O Investigador Portuguez*, *O português*, e o mais conhecido deles *O Correio Braziliense* traziam informações vindas da Europa e também críticas à administração portuguesa. *O Correio Braziliense* foi amplamente referenciado nos estudos como um periódico que compunha um paradigma diferente do da *Gazeta do Rio de Janeiro*, criando, na bibliografia sobre o tema, um verdadeiro mito sobre a formação da imprensa brasileira. Hipólito da Costa, o seu idealizador e editor, é elevado à condição de verdadeiro jornalista. Aquele que, de maneira destemida, publica críticas ao sistema colonial, sendo responsável por um “jornalismo desassombrado e persistente”<sup>277</sup>.

No início de suas publicações, todavia, Hipólito da Costa chegou a ser apresentado como um “letrado do rei” por Manoel Luis da Veiga em um caso específico. O fato em questão é a apreensão de navios portugueses por ingleses no contexto da invasão francesa a Portugal. Este é um dos casos que merecem destaque por ser a primeira de grandes polêmicas que são debatidas a luz do público a partir de Londres. Nela estão envolvidos, além de Manoel Luis da Veiga e Hipólito da Costa, o governo português por meio do cônsul geral João Carlos Lucena e do ministro d. Domingos de Souza Coutinho. A apreensão destes navios traria grandes perdas para o

---

<sup>276</sup> NEVES, Lúcia M. Bastos P. *A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, Lisboa, v. 4, n.8, p. 41-65, 1999.

<sup>277</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal: história e técnica*. História da Imprensa Brasileira. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

Império português e é isto que Manoel Luis da Veiga diz ser seu intuito ao apresentar sua versão do fato.

Veiga escreve sobre o fato em uma posição privilegiada, direto de Londres. Ele estava naquela cidade desde 1808, experienciando à distância todas as mudanças pelas quais passava o Império luso-brasileiro desde a partida da Família Real para a América. Em Londres ele cuidava de seus negócios e ali ele escreveu dois pequenos livros sobre a situação do governo português e dos problemas envolvendo os negociantes, eram eles o *Análise dos Fatos Praticados em Inglaterra, relativamente à Propriedades Portuguesas de Negociantes Residentes em Portugal e no Brasil* e o *Reflexões Políticas sobre o Estabelecimento de Comerciantes Ingleses no Brasil*. Segundo Slemian e Chaves<sup>278</sup> o primeiro tinha um tom provocativo e contundente, o que era reconhecido pelo próprio Veiga, que fora movido “pelo desejo da verdade”, ainda que isso lhe custasse o risco de fazer inimizades. Embora nem a *Análise* nem as *Reflexões* alcançassem a repercussão esperada por Veiga, Hipólito da Costa tratou de seus textos no *Correio Braziliense*.

A *Análise* é iniciada por um prefácio, no qual Manoel Luis da Veiga aponta sobre o que se tratará naquela obra. Diz Veiga que ela “não foi ordenada com outro fim senão de informar os meus compatriotas e colegas comerciantes do Brasil sobre o estado de seus negócios com a Inglaterra”. Sobre o risco de tocar em assuntos difíceis por ter que apontar erros na administração portuguesa em Londres, Veiga trata nas seguintes palavras “posso falar no nome d Ilmo. e Exmo. Sr. d. Domingos sem o escandalizar”. Por d. Domingos ser um homem de letras, Veiga acredita que ele não se ofenderia em ouvir as verdades que ele apresentaria em seus escritos. Aliás, Veiga acreditava que ele estaria enganado pelos interesses individuais e egoísmo dos comerciantes e ministros que cercavam d. Domingos.

Aos ministros Veiga não dispensaria tanto polimento no trato. A eles Veiga não importaria de acusar, principalmente pela “indiscrição de seu decreto”, não poupando também os comerciantes a quem se referia naquele texto. Ainda assim atenuava seu posicionamento lembrando-se da liberdade de imprensa que vigorava na Inglaterra, “um país onde se respeitam os direitos do homem, onde todos são sujeitos à análise dos seus fatos e crítica dos seus costumes (à exceção da sagrada pessoa D’el-Rei), onde finalmente todos sobem ao tribunal da censura pública”. Por fim o questionamento sobre as amizades que poderiam ser perdidas nesta empreitada, “perdem-se amigos, que amigos? Do seu interesse, destes não importa que se percam”.

A composição do texto de Veiga segue ao prefácio enumerando alguns argumentos em forma de tópicos, nos quais ele apresenta o fato ocorrido, os envolvidos e o grau de relação entre cada um dos citados com o aprisionamento dos navios portugueses nos portos Ingleses. No segundo desses tópicos ele trata de uma Comissão Geral composta de “respeitáveis comerciantes” como em tom irônico se dirige a eles, para solucionar a entrega de todas as propriedades portuguesas e darem aos seus donos ou quem fossem assumi-las por direito de guerra. Esta comissão deveria se pautar no decreto britânico de 06 de janeiro de 1808. Toda essa apresentação da *Análise* de Veiga é necessária pois neste ponto é que as acusações de Veiga de que Hipólito da Costa estaria aliado ao governo português, neste momento, são mais explícitas.

---

<sup>278</sup> VEIGA, Manoel Luís da, SLEMIAN, Andrea, CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Obras de Manoel Luis da Veiga*. 2012.



## **ST 18: Relações de Poder: Conflitos e Negociações em uma perspectiva histórica no século XX**

**Ary Albuquerque Cavalcanti Junior**

Mestrando (UNEB) / [ajunior.ufrb@hotmail.com](mailto:ajunior.ufrb@hotmail.com)

**Gabriel José Brandão de Souza**

Mestrando (UNEB) / [brandao.gabriel@live.com](mailto:brandao.gabriel@live.com)

**Rosana de Jesus Andrade**

Mestrando (UNEB) / [rosana\\_ufrb@yahoo.com.br](mailto:rosana_ufrb@yahoo.com.br)

# Uma breve introdução sobre as Brigadas Internacionais e a Guerra Civil Espanhola

**Guilherme Alonso Alves**

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

[Guilhermealonso77@gmail.com](mailto:Guilhermealonso77@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho é fruto de uma pesquisa incipiente, isto é, o trabalho proposto é pensando apenas a partir de uma pequena revisão bibliográfica sobre o tema. Sendo assim, é apenas uma introdução para uma temática complexa e muito rica em conteúdo. As Brigadas foram uma organização militar coordenada principalmente pelo Partido Comunista Francês em solidariedade à República Espanhola. Cidadãos de 53 nações se envolveram no conflito espanhol através das Brigadas Internacionais, para essas pessoas o conflito não era algo nacional, mas a oposição entre fascismo e os regimes parlamentares. Tal visão é muito plausível devido à participação de tropas dos Exércitos da Alemanha e Itália nos agrupamentos franquistas. De certa maneira, o conflito espanhol e toda sua complexidade internacional eram uma caixa de ressonância para o cenário político europeu, naquela guerra civil estavam colocados os elementos que posteriormente iriam implodir a Segunda Guerra Mundial.

**PALAVRA CHAVE:** Guerra Civil Espanhola; Partido Comunista; Internacionalismo.

Jovens de 53 nações se envolveram no conflito espanhol através das Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola. Para essas pessoas o conflito não era algo essencialmente nacional, mas a oposição entre fascismo e os regimes parlamentares. De saída, é necessário ter em mente que as Brigadas apenas institucionalizaram uma situação anterior de solidariedade internacional que já acontecia pelo menos desde 18 de junho de 1936<sup>279</sup>.

Antes de iniciar a discussão centrada na questão das brigadas se faz necessário um olhar para situação pré-guerra civil. Após vários anos de ditadura de Primo de Rivera, o autocrata renuncia ao seu cargo levando em seguida o Rei Afonso XIII a também tomar o mesmo caminho. Com a vacância de poder é então declarada a II República Espanhola e em 1931 são conclamadas eleições da Corte. Com a vitória de uma maioria parlamentar de esquerda, sucedeu um processo de avanços sociais para o proletariado urbano, reforma agrária para o trabalhador do campo e maior autonomia para os estados catalão e basco<sup>280</sup>. Contudo, ainda vivendo as consequências da crise de 1929, esses processos sociais encontraram muitos obstáculos e problemas em sua manutenção. Nesse cenário de crise econômica e política o emergir de uma

---

<sup>279</sup> DÍAZ-BALART, Mirta Núñez. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel*. Barcelona. Flor del Vento, 2006 p.13

<sup>280</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo. Revista de sociologia e política. Brasília, Ministério das Relações Exteriores n.12, p. 35-66, jun.1999 p. 40.

série de greves, atentados e atitudes repressivas do Estado levou o governo a um processo de desmoralização. Entre novembro e dezembro de 1933 foram dissolvidas as Cortes e ocorreram reconvocação as eleições. À direita, reagrupada na *Confederação Espanhola de Direitas Autônomas*, conseguiu vencer as eleições. O novo governo iria progressivamente anular os direitos populares advindos da última gestão. Devido o fortalecimento das direitas espanholas somado ao processo de deterioração de direitos, a *UGT – União Geral dos Trabalhadores* - em 1934, liderada por Largo Caballero, iniciou uma greve geral que iria desembocar em levantes armados em Madrid, Astúrias e Barcelona. Em Barcelona, por falta de apoio da *CNT- Confederação Nacional do Trabalho* -, o levante foi logo desmontado, em Madrid a falta de armas levou a derrota dos socialistas ante ao exército, apenas nas Astúrias foi possível resistir às investidas das tropas mouras e da legião estrangeira comandada pelo General Francisco Franco. Esta resistência só foi possível devido à união entre o *PCE – comunista* -, *UGT – socialista* – e a *CNT – anarquista*. Com o resultado do fracassado levante a direita dominou a cena política entre 1934 e 1936. A mudança de postura do movimento comunista internacional, advinda do VII Congresso da III *Internacional Comunista*, – *Komitern* – é muito importante para o desenrolar da política espanhola. Abandonaram-se as diretrizes criadas no VI Congresso – “classe contra classe”, diretriz onde os comunistas se isolavam dos socialistas e sociais-democratas – e devido ao fortalecimento fascista, passaram a adotar a teoria da Frente Popular – união entre comunistas, socialistas e sociais-democratas – contra o fascismo.

Em 1936, novamente são dissolvidas as Cortes pelo presidente moderado Alcalá-Zamora e nas novas eleições são convocadas, chegando ao poder na Espanha, o governo de coalisão da Frente Popular – *PSOE - Partido Socialista Operário Espanhol* -, *PCE*, republicanos de esquerda, *União republicana*, *Partido Sindicalista*, *Federação das Juventudes Socialista Unificadas* e o *POUM.- Partido Obreiro de Unificação Marxista*. Manuel Azaña foi então empossado como o novo presidente da república<sup>281</sup>, iniciando mais uma vez as experiências de um governo de esquerda. Na vizinha França, uma coligação de mesmo nome e orientação também venceria as eleições. A coalisão de comunistas, socialistas e radicais-socialista levou à presidência francesa o socialista Leon Blum. Porém, do outro lado da fronteira a situação iria se agravar, na primeira quinzena do mês de Julho foram assassinados o policial Tenente Castillo, e o líder monarquista Calvo Sotelo. Pouco após os atentando, em 17 de julho ocorreu o levante no Marrocos e no dia seguinte, levantes

---

<sup>281</sup> ALMEIDA. *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo* p. 41

direitistas começaram em Madrid se espalharam por toda Espanha. Isso foi o início de uma querela que irá dividir o país até os dias de hoje<sup>282</sup>.

Com a ocorrência do levante militar no Marrocos e algumas regiões da Espanha, o então presidente solicitou a venda de armas aos camaradas franceses conforme um acordo firmado em dezembro de 1935. Blum se sentia pessoalmente disposto a ajudar, todavia, sofreu pesadas críticas da direita francesa e dos radicais socialistas que o acusavam de colocar em risco a paz europeia e de levar a França novamente à guerra. O governo Inglês se posicionou contra o pedido espanhol e expôs essa posição aos franceses por meio do Ministro de Relações Exteriores, Anthony Eden. A Inglaterra tinha a concepção que a dominação de Rhin e Abisinia havia satisfeito as vontades expansionistas de Hitler e Mussolini. Por pressão da direita e do centro, o *Conselho de Ministros* franceses declarou em 25 de julho que não iria intervir no conflito espanhol e que o governo Francês também não venderia armas a república. Como modo de assegurar certo equilíbrio no conflito a França propõe de saída um acordo de “Não Intervenção” entre várias nações. Em seis de agosto o acordo é firmado entre Inglaterra, França, Portugal, Alemanha, Itália e URSS. Todavia, os ítalo-germânicos viriam a descumprir abertamente o tratado ajudando na passagem de tropas do Marrocos pelo estreito de Gibraltar. Com o novo tratado, o governo republicano viu-se isolado das outras democracias e deu seu homônimo francês. Apenas o México deu aberto apoio em armas e mantimentos<sup>283</sup> e posteriormente, a URSS também iria romper o acordo devido a negligência dos governos Alemão e Italiano no cumprimento desse. A república espanhola denunciou várias vezes ante foros internacionais os descumprimentos do tratado por parte de Hitler e Mussolini, todavia, as democracias temerosas em abalar a paz do pós-guerra ignoravam as denúncias.

A URSS ajudou a Espanha enviando conselheiros militares para a reorganização do exército, vendendo armas e aviões. É necessário recordar que as relações diplomáticas convencionais entre URSS e Espanha haviam sido firmadas apenas durante a guerra, portanto se tratava de um aparato débil de relação. Hoje em dia não há dúvidas que a criação das Brigadas Internacionais foi obra do *Komitern*, dominado diretamente por Moscou, e que os partidos comunistas nacionais foram os principais promotores do recrutamento, sendo assim, a maioria

---

<sup>282</sup> \_\_\_\_\_, *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo* p.42

<sup>283</sup> DÍAZ-BALART, *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p. 180 e 181.

dos voluntários eram comunistas.<sup>284</sup> Pela proximidade geográfica a França se converteu no principal ponto de coordenação e recrutamento e combatentes, tendo o *PCF* a sua frente.<sup>285</sup>

Para a oficialização das tropas em território espanhol uma comissão de dirigentes da *Internacional Comunista* se encontrou com o governo Espanhol para por as Brigadas em marcha oficialmente. Dentre eles se devem destacar alguns nomes: o francês André Marty, o polaco Stefan Wisniewski e o italiano Luigi Longo. Essa comissão seria o Comitê Militar que gerenciaria os primeiros passos das brigadas em território espanhol. Diego Martínez - presidente da Comissão de reorganização do Exército da República - foi o encarregado de estabelecer contatos com as autoridades militares e municipais espanholas com o intuito de cobrir as necessidades de abastecimento das Brigadas. A aprovação oficial das Brigadas Internacionais ocorreu em 22 de outubro de 1936. Albacete, uma pequena capital de província, pode ser identificada como a principal base da BI's, lá se encontrava uma espécie de Estado Maior que tinha o stalinista André Marty em seu comando.<sup>286</sup> A intervenção das Brigadas tirou a República Espanhola da solidão que as outras democracias a deixaram com o Tratado de Não Intervenção.

. A primeira aparição das Brigadas Internacionais se dá na defesa de Madrid atacada pelo General Mola durante o início de novembro com quatro colunas de tropas marroquinas comandadas por veteranos africanistas do exército realista. O exército republicano, comandado pelo General Kleber – Húngaro - formou dez brigadas de defesa para a cidade, a XI seria justamente a primeira Brigada Internacional, composta por alemães, inglês – batalhão Edgar André -, franco-belgas – batalhão Comuna de Paris – e por último, poloneses do batalhão Dombrowskii. A XII Brigada seria formada em treze de novembro contendo os batalhões André Marty – França -, Thaelmann – Alemanha- e Garibaldi – Itália.<sup>287</sup>

Para além de uma tropa militar as Brigadas também eram um grupo político e a bandeira da reforma agrária era de especial importância. As posturas em relação à reforma agrária mudaram no decorrer da guerra, desde uma exaltação a coletivização da terra até a defesa da pequena propriedade. Tanto o *PCE*, quando o *PSOE* e os partidos republicanos defendiam a coletivização da terra respeitando o pequeno e médio proprietário que trabalhava diretamente em suas terras.<sup>288</sup> A partir daí se iniciou um combate contra aqueles que defendiam o modelo de coletivização total das terras e meios de produção – anarquistas e trotskistas. Havia um embate

---

<sup>284</sup> \_\_\_\_\_ . *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.96

<sup>285</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.97.

<sup>286</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.80 e 81.

<sup>287</sup> ALMEIDA. *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo* p. 46.

<sup>288</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.164.

entre os defensores de uma revolução social e os que defendiam a democracia liberal e as reformas de esquerda. Curiosamente o *PCE* defendia em seu programa a coletivização total, todavia, com a adoção modelo de transição da Frente Popular passaram a defender também a pequena e média propriedade camponesa<sup>289</sup>. Nesse meio também se encontrava a discussão entre a estrutura de milícias frente à organização centralizada do Exército Popular regular.

Os embates entre stalinistas e trotskistas-anarquistas ocasionou um enfrentamento armado na retaguarda da luta – Barcelona. O conflito se iniciou quando forças policiais tentaram reaver o prédio da telefonia de Barcelona, desde 1936 controlado pela autogestão anarquista da *FAI- Federação Anarquista Ibérica*. As posições do *POUM* e dos anarquistas eram claramente contra a política frente-populista e os principais pontos de discordância eram: a estrutura hierárquica e centralizada do Exército Popular, a manutenção dos comitês de fábrica e a continuidade da coletivização mais ou menos forçada das terras. A partir dos conflitos em Barcelona os militantes do *POUM* começaram a ser classificados pela imprensa brigadista como agentes do fascismo. Luigi Longo, um dos idealizadores das BI's, recomendou a dissolução do *POUM* e a prisão de seus dirigentes<sup>290</sup>.

É de grande importância mencionar esses posicionamentos políticos para entender o principal ponto para os brigadistas: a unidade trabalhista em torno da luta legalista e governista, o que os colocavam em oposição direta aos trotskistas, ao *POUM* e anarquistas. A campanha pela unidade foi um marco central na política brigadista, esses mesmos a entendiam como uma Frente Popular mundial. O primeiro de maio passou a ser um dia especial na demonstração dessa união antifascista, para além de sua tradicional conotação trabalhista. Houve uma campanha de unidade governamental lançada pelo *PCE* junto com setores do *PSOE*. Todavia, setores mais conservadores do *PSOE*, que consideravam a propaganda da unidade como uma artimanha do *PCE* para dominar o jogo político, tomaram postura de desconfiança com os colegas comunistas gerando a instabilidade do governo. Aliado da teoria frente populista e da unidade obreira, o presidente Largo Caballero foi levado a abdicar de seu cargo devido a divergências dentro de seu partido, – *PSOE* – deixando a presidência em 1937. Com a vacância de poder o socialista conservador – também do *PSOE* - Juan Negrín é empossado presidente. Muitos consideravam Caballero com débil no enfrentamento aos espões e sabotadores simpatizantes de Franco. Dentre

---

<sup>289</sup> \_\_\_\_\_ . *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.165.

<sup>290</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p. 170 e 171.

esses inimigos internos o PCE incluía o POUM– partido comunista de orientação anti-stalinista – e em especialmente o seu levante de maio de 1937<sup>291</sup> em Barcelona, mencionado anteriormente.

Os esforços do Governo Espanhol junto a *Internacional Socialista, Federação Sindical Internacional* e as democracias ocidentais para que rompessem o acordo e ajudassem abertamente na guerra não renderam resultados. Porém, representantes das duas Internacionais se encontrariam entre 21 e 23 de junho de 1937. Os representantes da *Internacional Comunista* foram: Marcel Cachin, Bonte, Franz Dahlem, Checa e Luigi Longo (Gallo). Por parte da *IS*, foram seu presidente e seu secretário: Louis de Brouckére, Friedrich Adler<sup>292</sup>. Os socialistas estavam finalmente dispostos a fazer uma frente única de ação, todavia, por pressão do *Partido Trabalhista Inglês* os dois renunciaram a seus cargos e o acordo não foi selado, tendo os socialistas se limitado a expressar solidariedade de maneira formal à república.

A situação em 1938 era muito grave, as BI's usadas como tropas de choque pelo Exército Popular já contavam com muitas baixas depois de dois anos de guerra e pela impossibilidade de renovar seus quadros devido ao bloqueio de Não Intervenção na fronteira francesa. Além disso, os rebeldes já haviam tomado uma grande parte do território e os alemães já havia demonstrado sua superioridade técnica em Guernica e os italianos em Málaga, embora tivessem perdido em Guadalajara. A presença dos voluntários era um fator determinante na guerra, o presidente então tomou a decisão de desmobilizar o contingente da BI. A decisão do governo Negrín era difícil, mas de destreza no campo político. Era um modo de demonstrar o caráter nacional do conflito espanhol, retirar a ideia de luta internacional do comunismo e angariar a ajuda das democracias ocidentais.<sup>293</sup> As BI's se retiraram oficialmente do conflito espanhol em 21 de setembro 1938. Em Genebra o presidente Juan Negrín anuncia perante a *Sociedade das Nações* a retirada das forças internacionais do conflito. Essa era sua última jogada política frente ao Acordo de Não Intervenção. Todavia, a retirada das tropas internacionais – supervisionado por uma equipe da *Sociedade das Nações* – não mudou o status quo de isolamento da república. O governo de Negrín intentava com ação um último apelo às consciências democráticas para fazer possível uma guinada em favor da república<sup>294</sup>. Em 15 de novembro de 1938 os Brigadistas fizeram uma marcha de despedida em Barcelona onde foram saudados por Negrín, pela histórica dirigente do PCE “La Passonária” e aclamados pela população<sup>295</sup>.

---

<sup>291</sup> \_\_\_\_\_. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.167.

<sup>292</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p. 204.

<sup>293</sup> \_\_\_\_\_. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p. 114.

<sup>294</sup> \_\_\_\_\_. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p. 113.

<sup>295</sup> ALMEIDA. *Brasileiros na Guerra Civil Española: Combatentes na luta contra o fascismo* p. 58 e 59.

Uma *Comissão Internacional para a Retirada dos Voluntários – CIRV* – foi criada pela *Sociedade das Nações*. A comissão contabilizou 7.102 soldados em exercício nas BPs, 1.946 portugueses e latinos americanos integrados no exército regular e 3160 feridos, resultando em um total de 12.208 estrangeiros em luta. Além disso, a *CIRV* averiguou que nunca houve mais de 25.000 combatentes estrangeiros nas Brigadas Internacionais. Ao final de tudo, contando com Levante e Catalunha, havia 12.673 estrangeiros em luta no momento de sua retirada. Todavia, mesmo depois de retirada oficialmente das tropas internacionais muito permaneciam na região da Catalunha a espera da evacuação<sup>296</sup>. A desmobilização das tropas internacionais ainda enfrentou alguns problemas de saída, pois muito combatentes não tinham como voltar a seus países, como por exemplo: italianos, alemães e checos. Em dezembro o governo mexicano permitiu a ida de 6.600 voluntários de diversas nacionalidades para o território mexicano. Os mexicanos alugaram mais de quatro vapores para fazer a condução, tendo saída na cidade de Bordéus. O governo republicano concedeu os vistos de saída para os combatentes que iniciaram sua lenta caminhada até o território francês, todavia, em seis de janeiro de 1939 não foi permitida a entrada dos Brigadistas na França.<sup>297</sup>. Em paralelo a desmobilização das Brigadas, Franco dá início a sua campanha na Catalunha, auxiliado por mais de oito divisões de blindados – em sua maioria italiana - conquistando a região em dois meses.<sup>298</sup>

Andre Marty, antigo Comandante Geral das Brigadas, convocou os voluntários disponíveis a luta para reorganizar a XV Brigada a fim de fazer missões de retardamentos no avanço fascista. Brigadistas brasileiros se apresentam como voluntários. Gay da Cunha foi então nomeado chefe do Estado-Maior da Brigada e nomeia Assis Brasil, Nelson Alves e David Capistrano como comandantes de pelotão. Na brigada se encontravam ainda outros diversos brasileiros. Em 09 de fevereiro de 1939 os brigadistas finalmente conseguem passar a fronteira da França.<sup>299</sup>

Assim se encerra o capítulo das Brigadas Internacionais no conflito espanhol. Podemos concluir que é salutar para o estudo da guerra civil uma perspectiva conectada, isto é, um ponto de vista multinacional que dê conta de compreender os fatores internacionais que estavam em disputa no território espanhol e como que a política de diversas nações e organizações estava envolvida nesse conflito. Assim sendo, concluímos que sem o auxílio soviético e das Brigadas Internacionais o governo espanhol não teria como ter resistido mais de três anos de guerra civil,

---

<sup>296</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.116 e 117.

<sup>297</sup> ALMEIDA. *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo*. p.59

<sup>298</sup> \_\_\_\_\_ . *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo*. p.59

<sup>299</sup> \_\_\_\_\_ . *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo*. p.60.

todavia a ajuda enviada por esses setores não podia ser comparada ao auxílio nazifascista recebido por Franco. Sendo assim, o Tratado de Não Intervenção e as posições de não beligerância do governo Francês e Inglês conseguiu adiar por quatro anos o confronto entre as democracias e o fascismo que veio a estourar na Segunda Guerra mundial, porém esse adiamento se deu ao custo da devastação da república espanhola e da conivência com o avanço do governo despótico de Francisco Franco.

# As propostas de Glauber Rocha para o cinema novo

**Ítalo Nelli Borges**

Mestrando em História Regional e Local

Universidade do Estado da Bahia

italo.nborges@gmail.com

**RESUMO:** O Cenário cinematográfico nacional e internacional foi marcado pela obra de Glauber Rocha. Seus filmes foram feitos entre 1960 e 1980. Filmar, conhecer e percorrer diversos ambientes é uma característica presente nos filmes e na vida de Glauber. Nos filmes, temos os sertões representados em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro* (1969). O litoral candomblecista fica por conta de *Barravento* (1961). *Terra em Transe* (1967) contrasta província e capital de um país alegórico ao Brasil. É preciso também levar em consideração suas produções internacionais durante a década de 70. Em suma, sua obra fílmica nos proporciona um grande repertório de espaços históricos a serem, pela interpretação fílmica, desmistificados, postos em perspectivas. Esses filmes podem ser considerados integrantes de uma corrente cinematográfica chamada Cinema Novo, movimento que durou até o final dos anos 60. No final da década de 1950 vários cineastas estavam interessados em propor um novo cinema para o Brasil. Esse cinema seria desatrelado a estúdios e estaria comprometido com temáticas políticas e sociais utilizando influências de filmagens europeias. Glauber Rocha é reconhecido como o maior expoente desse movimento, para ele o Cinema Novo teria que ser revolucionário propondo mudanças sociais profundos. Esse trabalho pretende analisar em que medida o Cinema Novo foi percebido por Glauber em seus discursos verbais e fílmicos. O Cinema Novo, em grande medida, rompeu paradigmas de produções fílmicas no Brasil com obras que propunham uma nova consciência histórica para o povo brasileiro. Assim, compreender as noções de Glauber Rocha, ainda que ele tenha sido apenas um cineasta da corrente, se faz de considerável importância para o entendimento de boa parte do cinema brasileiro da década de 1960, uma vez que entre os cineastas cinemanovistas, ele foi o que mais atingiu diferentes públicos.

**PALAVRAS CHAVES:** Cinema; Cinema Novo; Glauber Rocha.

O valor que o Cinema Novo trás para a história fica evidente se analisarmos o contexto histórico da época em que as suas obras foram produzidas e se pensarmos que essas obras foram feitas sob uma realidade de repressão e censura exercida não só ao cinema, mas a representações artísticas, uma arte subversiva que consegue driblar elementos normalizadores de um Estado ditatorial certamente estará na memória histórica do país e de seu povo, ainda mais se somarmos isso tudo ao talento de nossos cineastas. Para além do contexto do momento de vigência do movimento, os filmes cinemanovistas sempre abordaram figuras e temas históricos, posso citar como exemplo a figura do cangaceiro e a questão da reforma agrária. Aliaram-se uma estética cinematográfica revolucionária a serviço da crítica aos problemas sociais brasileiros históricos como a fome, o coronelismo e a miséria no sertão.

Durante todo o século XX, o cinema passou por diversas fases, diversos modos de pôr a imagem em movimento na grande tela. São exemplos; o cinema expressionista alemão, a *Nouvelle Vague* francesa, o Neorrealismo italiano, entre outros. No Brasil, em meados da década de 50 surgiam alguns cineastas com uma nova proposta de fazer cinema, que é mais interessado no abandono do povo pelo Estado, na desigualdade social, tudo isso sem usar grandes orçamentos e firulas estéticas dos estúdios que produziam filmes no Brasil.

Laikui Lins, em sua dissertação de mestrado, fala mais acerca contexto histórico que o Brasil passava neste período:

O contexto sócio – político e cultural que dá passagem ao desenvolvimento do Cinema Novo é o cenário dos anos de 1950. Nesse momento, o Brasil parece vivenciar uma frenética corrida em busca da superação do estado de subdesenvolvimento em que se encontra o país em pleno século XX, herança deixada pelo colonialismo europeu. Desenvolvimento, progresso e modernização tornam-se, então, as palavras de ordem nos mais diversos contextos da sociedade brasileira.<sup>300</sup>

O discurso desenvolvimentista dessa época é encontrado nas falas e nas práticas políticas de Juscelino Kubitschek, presidente da República entre 1956 e 1960. O então presidente propunha um plano de metas com o famoso *slogan cinquenta anos em cinco* que visava o rápido desenvolvimento econômico e industrial brasileiro, desse modo, o Brasil torna-se um mercado aberto, sobretudo para o capital estrangeiro, embora este aspecto tenha causado inquietações. Uma parte do governo era a favor da industrialização nacional através de recursos do Estado e do setor privado, porém, mesmo o setor privado deveria ser especificamente nacional. Em contrapartida, havia a parcela a favor dos recursos estrangeiros financiando a indústria no Brasil. A construção de Brasília era também uma das metas do plano, a ideia era transferir a capital federal para uma região mais ao interior do país, ao mesmo tempo essa medida diminuiria a concentração político – econômica do sudeste e traria mais investimentos ao centro – oeste do país e dessa forma diversificando a economia brasileira.

A expansão industrial no Brasil nesse período indubitavelmente causou fortes transformações na sociedade. Com o aumento de indústrias, conseqüentemente houve aumento da classe operária e da burguesia, proporcionando o crescimento da classe média, que vinha ocupando mais representatividade no cenário social brasileiro.

Estes acontecimentos são frutos do processo de modernização implantado por JK. Com o fortalecimento destes grupos sociais, as práticas de cotidiano da sociedade foram mudando. De

---

<sup>300</sup> LINS, Laikui Cardoso. *A Recepção de Terra em Transe: ontem e hoje*. Dissertação (Mestrado em Literatura) Programa de Pós Graduação em Literatura e Diversidade Cultural. Universidade Estadual de Feira de Santana. 2009, p. 53.

acordo com Lins a classe média produziu demandas inexistentes até o momento, entre elas, demandas no plano cultural. Uma vez que o Brasil estava se *modernizando*, o país precisava evidenciar os mesmos atrativos dos países desenvolvidos. Podemos admitir que tanto o cinema, quanto a produção cinematográfica faz parte das demandas do plano cultural que a autora afirma.<sup>301</sup>

A produção mais emblemática deste período foi *Rio, 40 Graus*, de 1955 e dirigido por Nelson Pereira dos Santos que posteriormente viria a ser um nome importante no Cinema Novo. O filme em questão, de acordo com Leite (2005), trata com alta dose de criticidade a sociedade carioca mostrando a cidade do Rio de Janeiro sob a ótica de meninos negros que vendiam amendoins nos famosos pontos turísticos da cidade, a crítica está justamente no tratamento de descaso e desprezo exercido pela burguesia aos pobres e no contraste social dos cartões postais e favelas da cidade.

A abordagem corajosa e crítica de Nelson Pereira dos Santos causou alguns problemas para o lançamento do filme como aponta o historiador Sidney Leite:

O impacto do filme – produzido no contexto da enorme comoção nacional provocada pelo suicídio de Getúlio Vargas – foi tão grande que a polícia e o Serviço de Censura tentaram vetar sua exibição. As justificativas para tal tentativa foram desde a frágil e inverossímil alegação de que os termômetros oficiais da cidade do Rio de Janeiro, mesmo no verão, não atingiam 40 graus até a truculenta afirmação de que o filme havia sido feitos por comunistas com o objetivo de denegrir a capital federal.<sup>302</sup>

É importantíssimo que se fale desta ao falarmos de Cinema Novo. Como aponta Leite, “Rio, 40 Graus foi uma das principais fontes de inspiração para o movimento cinemanovista que eclodiu no final da década de 1950”.<sup>303</sup> Os filmes independentes produzidos durante esta década abriram caminho para que no início da década de 1960 o Cinema Novo se consolidasse enquanto movimento reconhecido internacionalmente e lembrado até os dias atuais como momento ímpar na história do cinema brasileiro.

Glauber Rocha foi um dos principais, senão o principal, cineasta da geração do Cinema Novo. Baiano natural de Vitória da conquista mudou-se pra Salvador onde passou o final da infância e adolescência. Foi na capital baiana onde começou a ter os primeiros contatos com crítica e produção cinematográfica. A carreira de Glauber Rocha foi marcada por obras importantes como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), *Terra em Transe* (1967) e *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro* (1969). Todas elas vencedoras de prêmios internacionais causando

---

<sup>301</sup> LINS. *Recepção de Terra em Transe: ontem e hoje*, p. 54.

<sup>302</sup> LEITE, Sidney Ferreira. *Cinema brasileiro: das origens a retomada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 95.

<sup>303</sup> LEITE. *Cinema brasileiro: das origens a retomada*, p. 56.

impacto na crítica europeia e brasileira. Durante a década de 1970 passou longos períodos fora do Brasil onde também produziu novas obras a exemplo de *O Leão de Sete Cabeças* e *Cabeças Cortadas*, ambas de 1970. Além de cineasta, Glauber também foi escritor, apresentador de TV. Dotado de uma personalidade forte, acumulou polêmicas, amizades e inimizades durante a vida. Faleceu em 1981, aos 41 anos, em decorrência de problemas respiratórios.

O Cinema Novo foi um movimento cinematográfico que teve diversos integrantes, existiram vários cineastas com propostas fílmicas diferentes, mas que atendia aos anseios do movimento ao buscar uma nova forma de fazer cinema no Brasil e de propor uma arte que tinha a intenção de transformar a sociedade. Ainda que existisse essa coletividade e o Cinema Novo só existiu por causa dela, o integrante mais conhecido e, de certa forma o mais atuante foi Glauber Rocha. Carlos Diegues, cineasta e amigo de Glauber afirma esse ponto de vista; “O Cinema Novo era quando Glauber chegava ao Rio, pois Glauber tinha a capacidade de nos agitar, nos entusiasmar, nos estimular.”<sup>304</sup>. Ao pensar o Cinema Novo, consequentemente Glauber também estava pensando o cinema nacional.

A proposta que Glauber Rocha para o Cinema Novo era essencialmente conflitante com outras propostas em vários aspectos. Até a década de 1960 a indústria do cinema no Brasil era recente, assim como o processo de industrialização de outros setores. Aqui tínhamos basicamente dois estúdios de cinema; Atlântica e Vera Cruz, os dois, cada um a sua maneira, usava o cinema *hollywoodiano* como maior referência, seja na produção ou em âmbitos de linguagem e narrativa fílmica. A Atlântica, com menos recursos que a Vera Cruz, se preocupava com comédias que na opinião dos cinemanovista eram um deboche ao povo brasileiro, o cinema carnavalesco era desprovida de crítica social real. A Vera Cruz veio com muito mais garbo e dinheiro trouxe avanços técnicos na produção, porém, do ponto de vista artístico e político, uma experiência insuficiente para os integrantes do Cinema Novo, haja vista que os mesmos consideravam que apenas a influência de *Hollywood* não seria suficiente para garantir um cinema esteticamente eficaz, assim como no espectro político, a Vera Cruz nada mais fazia do que a disseminação de uma cultura imperialista. No limite, a percepção dos cinemanovista, que também é a de Glauber Rocha, era que o cinema praticado no Brasil naquele momento não pretendia ou mesmo sugeria denunciar as injustiças sociais nem propor uma consciência crítica no público acerca da realidade social do país.

---

<sup>304</sup> PIERRE, Sylvie. *Glauber Rocha: textos e entrevistas com Glauber Rocha*. Tradução Eleonora Bottmann. Campinas. Papyrus. 1996 (Coleção Campo Imagético), p.216.

Temos então o desenho geral do cinema de conflito que Glauber Rocha defende através de sua percepção sobre o Cinema Novo. A materialização dessa ideia é um texto de 1965 do cineasta com o título de *Estética da Fome* apresentado em um evento italiano sobre cinema. Muitos estudiosos consideram o texto como uma espécie de manifesto do Cinema Novo, em algumas páginas Glauber conseguiu expressar as visões daquele movimento. No referido texto, Glauber expõe veementemente o combate do Cinema Novo com o cinema industrial brasileiro.

No texto, Glauber contrapõe a estética cinemanovista com a estética do *cinema digestivo* brasileiro. Os filmes do Cinema Novo tinham um jeito mais incisivo de representar os problemas sociais brasileiros, seja pela própria precariedade das condições de produção, que serviram para metaforizar a realidade brasileira. A câmera tremendo, o áudio ruim, uma edição rústica era a linguagem do terceiro mundo no cinema e esses elementos estavam a serviço da representação de um povo miserável, que passava fome, que podia morrer de fome e que até matava para comer. Para Glauber Rocha, esse cinema incomodava a pequena burguesia brasileira que gostava de ver “os filmes de gente rica, em casas bonitas, andando em automóveis de luxo; filmes alegres, cômicos, rápidos, sem mensagens, de objetivos puramente industriais”<sup>305</sup>. Para o autor, esses filmes são a oposição do Cinema Novo. Assim, podemos entender que Glauber Rocha enxerga os filmes dos maiores estúdios brasileiros como reacionários ao passo que o Cinema Novo é vanguardista e revolucionário. Sua proposta para o cinema nacional é um cinema que, de algum modo, transforme a sociedade sob a ótica da esquerda, o que se diferencia disso, não se qualifica como arte engajada e transformadora. Luiz Nazario<sup>306</sup> contrapõe essa visão glauberiana do cinema nacional que não é o Cinema Novo. Segundo o autor, o cinema brasileiro tinha condições de se consolidar, mas foi suprimido pelo Cinema Novo por questões ideológicas já que a postura dos cinemanovista com relação ao cinema industrial com forte influencia norte-americana era muito dura.

Um cinema que nasce e vive pelo combate, que precisa lutar contra seus inimigos, que precisa assim transformar a sociedade e conscientizar seu povo. Essa em suma é a proposta de cinema nacional de Glauber Rocha principalmente no início de sua carreira. A estética da fome foi uma grande sacada do movimento que produziu filmes interessantíssimos quando nos dispomos a analisar a história do cinema brasileiro. O Cinema Novo agitou o Brasil, sobretudo na *elite* intelectual brasileira, seja ela conservadora ou transformadora.

---

<sup>305</sup> ROCHA, Glauber. *Revolução do cinema novo*. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2004, p. 65.

<sup>306</sup> NAZARIO, Luiz. *O Cinema Errante*. São Paulo. Perspectiva. 2013, 245p.

No entanto, o movimento não conseguiu atingir o povo, não houve uma identificação imediata entre os dois como planejavam os cinemanovistas, os filmes iam de encontro a uma lógica de distribuição e exibição que não os favorecia, uma linguagem hermética feita a partir de outras referências surpreende negativamente um público que não é cinéfilo, tudo isso produziu um afastamento entre o grande público e as obras do Cinema Novo, que ficavam mais expostas entre críticos e intelectuais. Esse afastamento inclusive foi propositor de autocrítica dos cineastas no fim dos anos 60 o que posteriormente diversificou as maneiras de produzir arte. A proposta de cinema nacional de Glauber Rocha deu certo em vários aspectos, mas no mais importante, conquistar as massas e modificar uma realidade contraditória, isso não foi possível de se fazer. Entretanto, poucos lugares no mundo puderam ter o privilégio de ter movimentos de vanguarda cinematográfica com filmografias riquíssimas de pontos de vistas estéticos e temáticos, isso o Cinema Novo deu ao Brasil.

# A política de esportes varguista (1930-1945) e a interação entre os poderes públicos municipal/estadual e os clubes de futebol de Belo Horizonte/MG: permanências e rupturas (?)

Marcus Vinícius Costa Lage

Doutorando em História e Culturas Políticas

Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: mvclage@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo se propõe a pensar/problematizar, de maneira incipiente, as relações de poder na estruturação do futebol de espetáculo de Belo Horizonte/MG entre 1910 e 1950, objeto de estudo de tese de doutoramento do autor. O exercício é realizado através de uma análise dos processos patrimoniais do poder público municipal referentes aos Estádios dos clubes de futebol da cidade. Tais fontes documentais são ainda cotejadas pela discussão contextual sobre as políticas de esporte no país, destacando o pioneirismo do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), como também pelas interações estatais municipais e estaduais com os clubes belo-horizontinos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governo Vargas (1930-1945); Política de esportes; Clubes de futebol belo-horizontinos.

As análises sobre as interações entre futebol e política comumente apresentam o primeiro governo Vargas (1930-1945) como inaugurador de uma política oficial para os esportes no Brasil, entendida como sinônimo de educação física, cívica e eugênica.<sup>307</sup> Assim, o intervencionismo varguista sobre os esportes preocupou-se em educar os corpos pelo país, preparando-os para o trabalho e para servir a nação. Nacionalismo que também deveria ser fomentado por meio da censura, difusão e propaganda político-cultural sobre os satisfatórios desempenhos de atletas

---

<sup>307</sup> Cf. MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 27-87. Cf. BUENO, Luciano. *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. 314 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 105-132.

brasileiros em competições internacionais, com destaque para as representações nacionais de futebol, modalidade esportiva de maior popularidade em vários centros urbanos do país desde as primeiras décadas do século XX. Entretanto, a efetiva instrumentalização política dos esportes no Brasil começou a se delinear somente a partir do recrudescimento do autoritarismo com a instauração do Estado Novo (1937-1945) e, ao mesmo tempo, através da produção de um “consenso” no setor esportivo privado em relação à “oficialização dos esportes” pelo governo<sup>308</sup>, cujos principais marcos foram a participação brasileira na III Copa do Mundo de futebol da Federação Internacional de Futebol *Association* (Fifa), realizada na França em 1938, e a promulgação do Decreto-lei nº 3.199 de 1941, que criou o Conselho Nacional de Desportos (CND).

Como nos assevera Meily Assbú Linhales, esse longo percurso de efetiva instrumentalização política e “oficialização dos esportes” no país durante o governo Vargas evidencia que, independente das características autoritárias com que se revestiu o Estado nesse período, a presença estatal no esporte não deve ser considerada como

[...] monolítica, unidirecional ou coerente. Ao se ocupar do esporte, o Estado incorpora, em sua atuação, as tensões e contradições que permeiam a instituição esportiva, além de se apresentar como um espaço no qual o esporte estabelece diferentes padrões de relacionamento com outras instâncias de poder, também organizadas no interior da esfera pública.<sup>309</sup>

Se no plano nacional a intervenção varguista nos esportes se concretizou após negociações e embates frente a interesses políticos e esportivos diversos, como tentarei demonstrar a seguir, as interações entre poder público municipal e estadual, e os clubes de futebol belo-horizontinos durante os anos de 1910 e 1950 são uma evidência empírica ainda mais contundente das considerações de Linhales sobre a relação entre Estado, esporte e política. Por um lado, estudos que recuperam a trajetória de institucionalização política dos esportes em Minas Gerais<sup>310</sup> demonstram que as políticas públicas adotadas no Estado durante o governo Vargas foram conduzidas pelos princípios pedagógicos físicos, cívicos e eugênicos impostos pelo regime. Por outro lado, tomando como fonte de pesquisa os processos patrimoniais públicos da

<sup>308</sup> Cf. SOUZA, Denaldo Alchorne. *O Brasil entra em ação! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 27-79.

<sup>309</sup> LINHALES, Meily Assbú. Jogos da política, jogos do esporte. In.: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas/SP: Autores Associados, 2001, p. 40.

<sup>310</sup> Cf. RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira; COSTA, Luciana C. Lages Rodrigues; PERES, Fabiano Antônio Sena; OLIVEIRA, Rita Márcia de; VIANA, Juliana de Alencar; SILVEIRA, Amanda Carolina Costa; SILVA, Márcio Aparecido de Freitas; LOPES, Tarcila Bretas; XAVIER, Jean Lopes; LANA, Vivyan Louise; SAAD, Jane. Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946). In.: RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). *Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006*. Contagem/MG: MJR Editora Gráfica, 2014, p. 29-46.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte referentes aos Estádios dos clubes de futebol da cidade durante os anos de 1930 e 1940, percebe-se a permanência de práticas políticas de concessão de privilégios em relação a algumas agremiações esportivas da cidade iniciada ainda nos anos de 1910, reforçando a já existente hierarquização dos clubes de futebol em relação a oferta do espetáculo futebolístico na capital mineira.

### **Os processos patrimoniais da Prefeitura de Belo Horizonte e os clubes de futebol privilegiados**

O poder público e as agremiações esportivas de Minas Gerais, notadamente os clubes praticantes de futebol em Belo Horizonte, interagiram desde, ao menos, os anos de 1910<sup>311</sup>, quando a nova capital do Estado tinha pouco mais de uma década de existência. Por meio de uma política imobiliária, a Administração Municipal “concedeu” terrenos e/ou reconheceu/legitimou a ocupação de lotes vagos por campos de jogos na restritiva e excludente Zona Urbana da nova capital, com destaque para aqueles clubes com maior capilaridade social, dada a diversidade social e étnica de seus participantes – *i.e. Yale Athletic Club, 1911; Sport Club Luzitano e Societá Sportiva Palestra Itália, 1922* – e daqueles com influência política e social, em função da origem social e econômica elitista de seus participantes – *i.e. Club Atletico Mineiro, 1916 e America Futebol Clube, 1920*. Ao mesmo tempo, através de incentivos materiais, pecuniários e simbólicos, os poderes públicos municipal e estadual promoveram espetáculos esportivos na cidade, como, por exemplo: a) por meio da oferta de “Taças”, contribuindo com a estruturação regular de competições de futebol – *i.e. “Taça Bueno Brandão”*<sup>312</sup>, de 1914, considerada oficialmente a primeira competição de futebol da cidade aliás, dando origem à primeira agência controladora do esporte local, qual seja, a Liga Mineira de *Sports Athleticos*, em 1915; e b) subsidiando a construção de espaços físicos para a prática e assistência de futebol – *i.e. Prado Mineiro, 1905-6; e, sobretudo, os Stadium do America FC, de 1923 e 1929, e do C Atletico Mineiro, de 1929*.

O primeiro *Stadium* do *America FC*, inaugurado em 1923, teve 15% de seu orçamento subsidiado pelo Congresso Mineiro. Além disso, no evento inaugural, coube a Raul Soares, presidente do Estado e sócio do clube, a responsabilidade de dar o “pontapé inicial” do amistoso entre o “dono da casa” e o *América FC* do Rio de Janeiro. Em 1928 a Prefeitura requisitou o

---

<sup>311</sup> Para informações sobre o futebol belo-horizontino entre os anos de 1910 e 1930, consultar os artigos publicados em SILVA, Silvio Ricardo da; DEBORTOLI, José Alfredo de O.; SILVA, Tiago Felipe da. (Org.). *Histórias do futebol e do torcer em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 65-163.

<sup>312</sup> A “Taça Bueno Brandão” (1914) homenageou o presidente do Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão que, junto com o então Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Olinto Meireles, foram os patrocinadores do evento. Aliás, ambos os políticos eram sócios do *America FC*, um dos três participantes do evento junto com *Yale AC* e *C Atletico Mineiro*.

terreno do *Stadium americano* para a construção do atual Mercado Central, indenizando o clube, no ano seguinte (1929), com imóvel em área desmembrada do Parque Municipal, dotado de “[...] muros, archibancadas, para sócios e geraes, Campos de Foot Ball, de Tenis e de Basquet Ball, barracão para tomador de conta do campo [...]”<sup>313</sup>.

Ainda em 1929, o *C Atlético Mineiro* edificou sua praça de esportes também por meio de uma parceria com o Governo Estadual, à época presidido por Antônio Carlos, político aliás que deu nome ao *Stadium atleticano*. Assim, durante os anos de 1910 e 1920, a atuação estatal em relação aos clubes de futebol contribuiu para instituir, como também reforçou uma rivalidade hegemônica e emuladora de distinção social em Belo Horizonte entre *America FC* e *C Atlético Mineiro*, o que explica, dentre outros fatores, o monopólio desses clubes na disputa das catorze primeiras competições de futebol realizadas na cidade entre 1914 e 1927, com destaque para os dez campeonatos vencidos consecutivamente pelos *americanos* entre 1916 e 1925.

A rivalidade clubista, aliás, pode ser apontada como um dos principais fatores responsáveis pela ressignificação social dos praticantes e espectadores do futebol na capital mineira, ensejando sua popularização e espetacularização. Processo que se caracterizou, no final dos anos de 1920 e princípios de 1930, dentre outros aspectos, pela emergência de uma nova força futebolística na cidade, qual seja, a *SS Palestra Itália*, que paulatinamente, passou a rivalizar com o *C Atlético Mineiro* de forma mais contundente que o *America FC*<sup>314</sup>, tornando-se, a partir de então, uma agremiação esportiva também privilegiada pelas ações estatais.

Nesse mesmo contexto, a ascensão de Vargas ao poder a partir de outubro de 1930 iniciou a sistematização de uma política de esportes a nível nacional. O marco inaugural da política de esportes varguista em Minas Gerais<sup>315</sup> coincide com a instauração do Estado Novo em 1937, regime político que afastou a oposição do poder, interveio nos governos estaduais e municipais e extinguiu os partidos políticos e o Parlamento.

---

<sup>313</sup> FERRAZ, Francisco Casimiro Martins. Registro de Imóvel n. 16.533. – Data 18 janeiro 1928. [Cópia de 12 nov. 1959]. Belo Horizonte: 1º Ofício Registro de Imóveis, 1959, f. 1. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Terreno onde se encontra o America F.C.* Belo Horizonte: Divisão de Patrimônio, Pasta n. 48 – Doc n. 1, s/d.

<sup>314</sup> Segundo Marcelino Rodrigues da Silva, por mais que a *SS Palestra Itália* tenha rivalizado as conquistas futebolísticas regionais com o *C Atlético Mineiro* a partir de 1930, a sua consolidação como segunda força esportiva na cidade só ocorreu nos anos de 1960, quando, então, a agremiação já havia sido rebatizada de *Cruzeiro Sport Club* por ocasião da política de nacionalização dos esportes de Vargas nos anos de 1940. (Cf. SILVA, Marcelino Rodrigues da. Picadinho de raposa com sopa de galo. In.: *Quem desloca tem preferência: ensaios sobre futebol, jornalismo e literatura*. Belo Horizonte: Relicário, 2014, p. 101-125.

<sup>315</sup> Como assinalado anteriormente, as informações sobre a política de esportes varguista em Minas Gerais foram retiradas de RODRIGUES; ISAYAMA; COSTA; PERES; OLIVEIRA; VIANA; SILVEIRA; SILVA; LOPES; XAVIER; LANA; SAAD. *Maapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946)*, p. 29-46.

Assim, a promulgação do Decreto-lei estadual nº 150 de 1938 definiu as bases legais de difusão da “cultura física” no Estado por meio da construção e manutenção de Praças de Esportes em diversas cidades mineiras, dotadas predominantemente de um ginásio poliesportivo e uma piscina. A base orçamentária para a concretização dessa política foi estabelecida no ano seguinte (1939), por meio da criação da Loteria Mineira, cujos recursos também seriam destinados à construção da Universidade de Minas Gerais.

Com o Decreto-lei estadual nº 922 de 1943, que criou a Diretoria Geral das Praças de Esportes de Minas Gerais, definiu-se que essas Praças de Esportes deveriam ofertar “Cursos Populares” de educação física para alunos de grupos escolares do Estado e formar, por meio de parceria com a Polícia Militar, “[...] monitores para o ensino e treinamento de exercícios físicos e esportes em geral [...] capazes de inculcar nos jovens os valores cívicos e morais, inerentes à organização social que se pretendia legitimar.”<sup>316</sup> O “polo irradiador” e “espelho” dessa política seria o *Minas Tênis Clube*, “Construído pela Prefeitura de Belo Horizonte [entre 1935-1937], arrendado a um grupo da elite política e econômica da cidade [...]”<sup>317</sup> e que, a partir de 1938 foi transformado em entidade de utilidade pública sob a denominação de Praça de Esportes Minas Gerais. Seu presidente, nomeado pelo próprio governo do Estado, também tinha a função de dirigir, juntamente com dois outros membros, a Diretoria Geral das Praças de Esportes.

Essa instrumentalização política dos esportes em Minas Gerais, verificada, por exemplo, com a construção e “estatização” do *Minas Tênis Clube*, também se arvorou sobre os principais clubes praticantes de futebol de Belo Horizonte, à época, *America FC*, *C Atlético Mineiro* e *SS Palestra Itália* que, a partir de 1939 passaram a receber cotas da Loteria Mineira para difundir a “cultura física” estado-novista<sup>318</sup>. Entretanto, as fontes por ora encontradas não são suficientes para dizer se o repasse desses recursos alterou a organização desses clubes, obrigando-os a ofertar os “Cursos Populares” e a promover a formação de professores a partir dos princípios pedagógicos (físicos, cívicos e morais) e militaristas impostos pelo regime varguista. Por outro lado, os processos patrimoniais da Prefeitura de Belo Horizonte evidenciam a ampliação dos privilégios políticos concedidos aos clubes de futebol supracitados.

---

<sup>316</sup> \_\_\_\_\_, *Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946)*, p. 38.

<sup>317</sup> \_\_\_\_\_, *Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946)*, p. 35.

<sup>318</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. A Prefeitura... [documento manuscrito]. [Original de] 13 setembro 1943; [Anotações e subscrições em] 22 fevereiro 1954; 4 maio 1954. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Arrendamento dos quarteirões 16, da 8ª e 13 da 9ª seções urbanas, respectivamente aos Clubs: Cruzeiro S.C. (Ex-Palestra) e Club Atlético Mineiro. Demonstração dos alugueis devidos e providencias tomadas sobre o assunto*. Belo Horizonte: Diretoria de Patrimonio, Pasta n. 48 – Doc n. 1, [data de entrada] 27 ago. 1943.

Exemplo nesse sentido pode ser encontrado nos documentos constantes do processo *Arrendamento dos quarteirões 16, da 8ª e 13 da 9ª seções urbanas* [...] <sup>319</sup>, registro da contratação, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, das dívidas do *C Atlético Mineiro* e da *SS Palestra Itália* em 1936, quando então o poder público local adquiriu, por meio de apólices municipais, os Estádios e demais instalações esportivas desses clubes, arrendando-as, em seguida, a custos anuais e por um prazo de 30 anos, a esses mesmos clubes. Mesmo diante dessa manobra patrimonial do poder público municipal e do financiamento do Governo do Estado por meio da Loteria Mineira, o *C Atlético Mineiro* e a *SS Palestra Itália* encontravam-se inadimplentes em 1943 com a Prefeitura de Belo Horizonte em relação a seus arrendamentos sob a justificativa de seus presidentes que alegavam “[...] precariedade da situação financeira de seus gremios.” <sup>320</sup>. Na ocasião, o *C Atlético Mineiro* havia pago apenas os dois primeiros anos, enquanto a *SS Palestra Itália* não havia pago sequer a primeira parcela prevista em contrato.

A solução encontrada para o impasse foi a retenção das cotas da Loteria Mineira desses clubes em 1943 e seu consequente repasse à Municipalidade <sup>321</sup>, evidenciando, portanto, o uso, mesmo que eventual, do recurso estatal destinado à difusão da “cultura física” para manter as finanças do *C Atlético Mineiro* e do *Cruzeiro Sport Club/SS Palestra Itália*. A ausência de documentação sobre o pagamento dos arrendamentos das praças de esportes *atleticana* e *cruzeirense/palestrina* não nos permite dizer se, após o confisco da Loteria Mineira em 1943, esses clubes mantiveram-se adimplentes com a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo em vista a vigência do contrato até o ano de 1965.

Em 1949, já com a redemocratização do sistema político brasileiro, a situação financeira do *C Atlético Mineiro* voltou a ser objeto de intervenção estatal, pois o clube havia vendido o *Stadium Antonio Carlos* a pessoas físicas e a Bancos da cidade sem, contudo, desocupá-lo <sup>322</sup>. Em Lei municipal nº 156, de 1950 <sup>323</sup>, a Prefeitura “isentou o clube dos ônus de urbanização” em projetos de desmembramento e loteamento urbano, permitindo que o mesmo adquirisse grande

---

<sup>319</sup> \_\_\_\_\_ . *Arrendamento dos quarteirões 16, da 8ª e 13 da 9ª seções urbanas, respectivamente aos Clubs*.

<sup>320</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. A situação foi regularizada? 27-8-43. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Arrendamento dos quarteirões 16, da 8ª e 13 da 9ª seções urbanas, respectivamente aos Clubs*: Cruzeiro S.C. (Ex-Palestra) e Club Atlético Mineiro. Demonstração dos aluguéis devidos e providências tomadas sobre o assunto. Belo Horizonte: Diretoria de Patrimônio, Pasta n. 48 – Doc n. 1, [data de entrada] 27 ago. 1943, f. 1.

<sup>321</sup> \_\_\_\_\_ . *A situação foi regularizada?* f. 1.

<sup>322</sup> PAULA JUNIOR, José Francisco de Paula. *Clube Atlético Mineiro*. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Clube Atlético Mineiro*: juntada de processo. Belo Horizonte: Divisão de Patrimônio, Pasta n. 49 – Doc n. O, Processo n. 1534/53, 31 dez. 1952, f. 1-4.

<sup>323</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Lei 156, de 17 de julho de 1950. Isenta o Clube Atlético Mineiro do ônus de urbanização. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Clube Atlético Mineiro* – “Quinta Elza” – Relatório de 14/12/1954 ou processado contendo o pedido de aprovação da planta e parcelamento de terreno feito pelo Club Atlético Mineiro. Belo Horizonte: Divisão de Patrimônio, Pasta n. 49 – Doc n. J, 17 jul. 1950, f. 1.

área na região da Pampulha, denominada “Quinta Elza”, hipotecando os lotes aos seus credores. O extravio do processo em 1954 deixa ainda algumas lacunas a serem desvendadas em relação à prática política de concessão de privilégios aos principais clubes da cidade.

Curiosamente, as ações de emissão de apólices ou a isenção dos ônus de urbanização para assegurar as finanças do *C Atlético Mineiro* e do *Cruzeiro SC/SS Palestra Itália* não se estenderam ao outrora deca campeão da cidade, o *America FC*, o que não significa que o referido clube deixou de receber privilégios dos poderes públicos municipal e estadual. Segundo documentos do *Terreno onde se encontra o America F.C.*, o *Stadium americano* de 1929, doado ao clube em 1928, foi readquirido pela Prefeitura Municipal em 1939, sendo colocado à disposição do Estado de Minas Gerais para construção da Universidade de Minas Gerais. Como esse empreendimento nunca foi executado, o governo estadual adquiriu o imóvel junto à Prefeitura em 1946, doando-o, em seguida, novamente ao *America F.C.* conforme Decreto-lei estadual nº 1.627 de 1946<sup>324</sup>. Cabe ressaltar que a referida agremiação esportiva continuou utilizando sua praça de esportes mesmo entre os anos de 1939 e 1946, quando ela foi adquirida pela Prefeitura e colocada à disposição do Estado.

### **Considerações finais e questionamentos iniciais**

As fontes patrimoniais da Prefeitura de Belo Horizonte aqui discutidas tratam-se de uma primeira apreciação que faço sobre as relações de poder na estruturação do futebol de espetáculo de Belo Horizonte/MG entre 1910 e 1950, objeto de estudo de meu doutoramento. Assim, as considerações que ora passo a apresentar foram pensadas mais no sentido de indicar possíveis frentes de investigação do que, propriamente, como conclusões sobre as práticas políticas municipal e estadual em relação aos clubes de futebol da capital mineira.

Nesse sentido, me pergunto: às vésperas da instauração do Estado Novo, mais precisamente a partir dos anos de 1935-1936, o repasse de recursos e a amortização das dívidas do *C Atlético Mineiro* e do *Cruzeiro SC/SS Palestra Itália* por parte dos poderes públicos municipal e estadual impactaram na organização desses clubes que tiveram de implementar ações que endossavam os princípios políticos varguistas para os esportes? Ou, por outro lado, esses auxílios pecuniários estatais foram investidos por esses clubes, predominantemente, na modalidade esportiva do futebol, contribuindo, a um só tempo, para consolidar o espetáculo futebolístico e para tornar tais agremiações esportivas hegemônicas nas competições futebolísticas da cidade?

---

<sup>324</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Histórico. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Terreno onde se encontra o America F.C.*. Belo Horizonte: Divisão de Patrimônio, Pasta n. 48 – Doc n. 1, s/d.

Além disso, me questiono sobre a origem das dívidas e da “precariedade financeira” do *C Atlético Mineiro* e do *Cruzeiro SC/SS Palestra Itália*: tal situação relacionava-se à perspectiva desses clubes, iniciada ainda no final dos anos de 1920, no sentido de montar equipes mais competitivas e, conseqüentemente, mais diversificadas socialmente, ofertando melhores espetáculos esportivos à sociedade, ensejando os caminhos do profissionalismo do futebol na cidade? Essa reorientação permitiu a ressignificação social desses dois clubes que, paulatinamente, passaram a representar dois modelos identitários populares distintos que se concretizaram apenas nos anos de 1960, pautados na identidade nacional populista, de elogio à mestiçagem, para o caso *atleticano*, e calcado na perspectiva capitalista do trabalho, da perseverança, astúcia e sucesso, para o caso *cruzeirense/palestrino*?<sup>325</sup> Ou ainda, seria justamente a conformação dessa identidade popular que justificou o financiamento estatal desses clubes que assumiam a dominância do setor esportivo, em detrimento do declínio *americano*, que continuou a ser beneficiado com doações imobiliárias?

De todo modo, as interações entre Estado e clubes de futebol, sobretudo os auxílios da Prefeitura de Belo Horizonte durante os anos de 1920 e, especialmente, 1930 e 1940, a *America FC*, *C Atlético Mineiro* e *Cruzeiro SC/SS Palestra Itália*, evidenciam a importância social obtida pelo futebol na cidade e, mais precisamente, o poder de mobilização e reivindicação política dessas agremiações esportivas no cenário esportivo local. Foi também através dessas intervenções circunstanciais e fortuitas, é verdade, que a Municipalidade e o governo estadual reforçaram o monopólio desses clubes na organização do futebol de espetáculo na cidade. Além disso, essa atuação estatal localista constitui-se em um indicativo do interesse do poder público em se atrelar simbolicamente a esses clubes e ao próprio futebol de espetáculo dado seu potencial de representação social.

---

<sup>325</sup> Questões discutidas nos artigos de SILVA, Marcelino Rodrigues da. Jogando em casa. In.: *Quem desloca tem a preferência*. ensaios sobre futebol, jornalismo e literature. Belo Horizonte: Relicário, 2014, p. 98-169.

# Vargas e o jornal Correio da Manhã na campanha eleitoral de 1950

**Renan Vinicius Magalhães**

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto

renan4321@gmail.com

**RESUMO:** Com a chegada das eleições presidenciais no Brasil, marcadas para 3 de outubro de 1950, várias alianças partidárias já haviam sido estabelecidas e nesse momento vários nomes foram aventados para o pleito. No período de “pré-campanha eleitoral”, o nome de Getúlio Vargas foi cotado para a candidatura e o jornal carioca “Correio da Manhã” noticiou essa provável candidatura, tendo por finalidade a oposição ao “ex-ditador”, modo como o jornal se referia à Vargas. Nesse sentido, analisamos o modo como o jornal construiu sua oposição à Vargas na campanha eleitoral de 1950, destacando seus meios e recursos para isso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Getúlio Vargas; Correio da Manhã; eleição

Em abril de 1950 Vargas se manifestou, pela primeira vez, que aceitaria sair como candidato à presidência: “Em abril, Getúlio, lançado como candidato à Presidência da República por João Goulart, respondia que ‘estava disposto a se sacrificar pelos trabalhadores’ ”.<sup>326</sup> Contudo, a homologação de Vargas como candidato à presidência ocorreu em São Borja, sua cidade natal, no dia 16 de junho de 1950, em discurso irradiado para a convenção nacional do PTB no Rio de Janeiro, partido que Vargas estava filiado desde 1946 quando foi eleito Senador pelo Rio Grande do Sul. Nesse panorama, antes mesmo da homologação da candidatura, o Correio da Manhã se manifestara em crítica à candidatura de Vargas e nesse intuito vamos traçar aqui uma primeira análise sobre a oposição do jornal à Vargas no período pré-campanha eleitoral.

A intensa oposição do Correio da Manhã à Vargas se manifestou em quase todas as edições do jornal, durante o período aqui analisado, 1 de junho de 1950 à 16 de junho de 1950 (pré-campanha eleitoral), e o seu motivo de ser nos traz indício de como o jornal encarava a candidatura de Vargas: uma real como possibilidade de vitória, pois apesar do que diziam, não haver perigo que seja eleito, o periódico não estava convencido de seu próprio discurso, senão seria injustificado emplacar forte oposição a quem não ofereceria perigo eminente de ganhar o pleito.

---

<sup>326</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. Marco Zero: São Paulo. 1989. p.91-92

Em 1º de junho de 1950 o Correio da Manhã publicou uma matéria com o título: “O ministro da Guerra acha desaconselhável a candidatura do sr. Getúlio Vargas”.<sup>327</sup> Nesse texto o jornal traz a entrevista com o ministro da guerra, general Canrobert Pereira da Costa, em que, considerando uma possível candidatura de Vargas, o ministro declara ser “realmente desaconselhável” a candidatura. A escolha da fala do ministro da guerra não foi aleatória, antes ela nos mostra indícios de como o jornal constituiu sua oposição em relação à Vargas, e nesse caso fica claro que a estratégia se pautou em um respaldo de uma “voz” através da qual fosse possível dar credibilidade, ou seja, o jornal se apoiou numa figura pública, constituída de grande autoridade política: o ministro da guerra. Podemos perceber nessa matéria que o jornal teria por objetivo duas principais questões: a primeira seria fazer oposição à candidatura de Vargas, fato esse insistente durante toda a campanha eleitoral e como vimos nesse caso ela se deu antes mesmo da homologação de sua candidatura; a segunda é manifestar uma ideia da qual o jornal corrobora, mas através de outrem, nesse intuito, a opinião do general ganha grande importância e embora a matéria corrobore a posição do jornal, o Correio da Manhã deixa exposto que a declaração é do ministro, que, não é em *stricto sensu* a sua própria opinião, ou seja, uma forma sensata do jornal se preservar e se manter “imparcial” nesse jogo político, embora tomasse partido.

Nessa mesma seção o jornal também publicou o que seria uma “resposta” do Senador do PTB Ernesto Dorneles sobre a fala do ministro da guerra. Em suas declarações Dorneles afirmou ser impossível vetar a candidatura de Vargas dentro das regras constitucionais, isso só se faria por meio de um golpe. A publicação dessa nota, logo após a fala do ministro da guerra, é muito interessante para perceber como o Correio da Manhã construiu sua oposição. Essas duas notas, complementares, porém separadas, são colocadas no mesmo espaço do título, ou seja, os dois títulos, que dizem sobre duas notas diferentes, podem ser lidos como uma frase que remete a um só sentido: “O ministro da Guerra acha desaconselhável a candidatura do sr. Getúlio Vargas: dentro da ordem constitucional, isso não é possível – declarou Dorneles”. Essa opção de *layout* gera um impacto na leitura em que poderia criar o sentido: seria impossível a candidatura de Vargas dentro das regras constitucionais. A meu ver, a resposta de Dorneles também serviu para corroborar a imparcialidade que o jornal pretendia manifestar, embora pode-se perceber a manipulação como se demonstrou nos títulos, mesmo ao publicar a notícia dos “dois lados”. No decorrer das edições posteriores o jornal vai se declarando, de forma mais aberta, a favor da campanha do Brigadeiro e mostrando sua oposição ao “ex-ditador”.

Na edição do dia 2 de junho de 1950 o Correio da Manhã retoma a declaração que havia sido feita pelo ministro da guerra, para colocar em debate e criticar, novamente, a possível candidatura de Getúlio Vargas. Com o título bem sugestivo “Anomalia” o jornal usa esse termo para adjetivar essa candidatura como um fenômeno estranho, indesejado, que não encontraria respaldo da população brasileira, ou seja, um fenômeno anômalo, além de se manifestar como se a candidatura estivesse homologada, e não estava. Nessa matéria o Correio da Manhã acrescenta um elemento de suma importância no interesse democrático e eleitoral: os brasileiros; o periódico tenta criar e compartilhar um sentimento nacional antivargas e nesse sentido estende aos brasileiros, a declaração de reprovação à Vargas emitida pelo ministro da guerra. Segundo o jornal

---

<sup>327</sup> O ministro da Guerra acha desaconselhável a candidatura do sr. Getúlio Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, ano XLIX, nº17548, 1 jun. 1950.

as declarações do general Canrobert Pereira da Costa não foram feitas como ministro da guerra, nem em nome do Exército, mas como um cidadão, e nesse sentido o sentimento do general representou a manifestação da opinião nacional: “(...) milhões de brasileiros julgam igualmente desaconselhável e inoportuna a candidatura do sr. Getúlio Vargas.”<sup>328 329</sup>

Essa matéria, bem como outras que seguirão em análise no decorrer do texto, nos indica a tentativa do Correio da Manhã de criar um sentimento antivargas na campanha eleitoral, intenção que passa pela declaração do ministro da guerra e é estendida aos “milhares de brasileiros”, e como se virá a seguir, atinge a questão partidária. Contudo, devemos avaliar até que ponto esse “sentimento antivargas”, idealizado pelo jornal, encontrou correspondência na sociedade, e também situá-lo dentro do jogo político e partidário das eleições que se seguiram.

Embora o jornal apresente a ideia de um antivarguismo como sentimento “dos brasileiros”, queremos colocar à prova a abrangência dessa oposição partindo de duas questões principais. A primeira é sobre a presença de grandes massas nos comícios de Vargas e Ademar de Barros, e o apoio que essas massas compostas por eleitores e não eleitores<sup>330</sup> davam ao candidato. A segunda é a própria vitória de Vargas na campanha eleitoral com 48,7%<sup>331</sup> dos votos. Ora, com grande presença de eleitores e não eleitores nos comícios, e o resultado de vitória, percebemos que esse sentimento antivargas não pode ser tomado como uma característica “dos brasileiros”, como intencionou o jornal, mas representa e manifesta o interesse do Correio da Manhã e dos partidários do Brigadeiro, que almejava a sua vitória e tinham Vargas como principal concorrente.

Partindo desses indícios podemos então construir mais uma hipótese sobre o Correio da Manhã e o antivarguismo. A veemente campanha do jornal em desqualificar o candidato petebista, mesmo antes da homologação de sua candidatura, revela, a meu ver, o “medo” do jornal sobre a possibilidade da volta de Getúlio, e ao mesmo tempo a percepção de que essa possibilidade era real e não estava distante. Embora o jornal coloque a candidatura de Vargas como uma impossível vitória, a própria razão de ser da oposição se justifica pela possibilidade do adversário ganhar o pleito, do contrário essa oposição não seria pauta, ou então não seria tão forte e aguerrida, afinal o jornal não era apenas participante, mas também constituinte dos interesses partidários.

A oposição que o Correio da Manhã fez à Vargas se deu dentro do limite das regras democráticas, pelo menos em tese, como coloca o próprio jornal, não era de interesse impedir a candidatura de Vargas, mas sua própria consciência lhe bastaria para se sensibilizar à opinião pública que consideraria sua candidatura uma “Anomalia”:

Ninguém cogita de impedir que essa candidatura seja lançada, nem se trata de impulsionar contra ela um movimento de força. Contudo a própria inteligência e o próprio bom senso do sr. Getúlio Vargas é que se devem tornar sensíveis às

<sup>328</sup> Anomalia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, ano XLIX, nº17549, 2 jun. 1950.

<sup>329</sup> Se aqui o Correio da Manhã tenta legitimar suas ideias a partir dos brasileiros, não será diferente com Vargas, que também ira na população brasileira reivindicar sua legitimidade política.

<sup>330</sup> Na constituição de 1946 os analfabetos não tinham direito ao voto, assim, nem todos os apoiadores de Vargas eram necessariamente votantes, afinal, em 1950, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade era 49,4% de alfabetizados e 50,6% de analfabetos. Disponível em: **Tendências demográficas no período de 1950/2000**. IBGE: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf)>.

Acesso em 28 abr. 2015.

<sup>331</sup> DELGADO. *PTB*, p.93

correntes de opinião pública que consideram anômala e perturbadora a sua candidatura.<sup>332</sup>

Essa declaração do jornal é oportuna para que o impresso se legitime dentro das regras democráticas de oposição, ou seja, é importante, principalmente nesse período pós 1945 que o Correio da Manhã se posicione como um jornal democrático e não se disponha a fazer o que vão condenar em Vargas, um golpe contra a democracia.

O apelo do jornal para a valorização da democracia não foi casual, antes teve uma estratégia bem construída, pois, foi a condição de promoção da democracia enquanto um valor indiscutível, o substrato para contrapor esse valor à personalidade de Vargas. Assim o jornal faz uma de suas principais acusações:

No livre e correto jogo das instituições, o sr. Getúlio Vargas violou um dia as regras do jogo para liquidar os seus companheiros da vida política. E aí está exatamente o que torna anômala, como suscetível de tantas desconfianças, a sua candidatura: ele é um parceiro que não respeita as regras do jogo...<sup>333</sup>

Aqui, o jornal trás à tona o passado ditatorial de Vargas (1937-1945), a pecha de “ex-ditador” e em alguns casos “ditador”, será recorrente no Correio da Manhã desde então, e o periódico elege o passado político de Vargas como pauta de acusação, crítica e oposição, e é justamente esse passado ditatorial o pressuposto para sua candidatura ser uma “anomalia”.

Como já havíamos analisado a oposição do Correio da Manhã à candidatura de Vargas se deu primeiramente, através da figura do ministro da guerra. Posteriormente o periódico adicionou junto à opinião do ministro a população brasileira, e agora essa oposição se manifesta na questão partidária-ideológica, por meio dos comunistas. O periódico publicou uma nota intitulada “Violenta campanha dos comunistas contra o sr. Getúlio Vargas”<sup>334</sup> e anuncia que o jornal comunista “A Classe Operária” havia dado início a uma intensa oposição contra a candidatura de Vargas. Essa campanha dos comunistas contra Vargas havia causado estranheza nos meios políticos, pois, na perspectiva do Correio da Manhã, trabalhistas e comunistas participariam de objetivos comuns. Assim, o jornal coloca duas ideias principais, a aproximação de Vargas com o comunismo: “(...) até bem pouco tempo havia certa analogia entre os objetivos dos trabalhistas e comunistas”<sup>335</sup> e a oposição, intensa, dos comunistas contra o Vargas.

O interesse do Correio da Manhã nessa nota pode ser interpretado como um ato antivarguista em tentativa de enfraquecer sua candidatura a ser homologada. A oposição do periódico se manifestou, nessa nota, na relação estabelecida entre Vargas e o comunismo, ideia que deve ser contestada e também entendida dentro do jogo político. O periódico aproxima Vargas do comunismo, o “inimigo nacional”, e ao mesmo tempo coloca este contra a candidatura de Vargas, assim passando a ideia de ser tão negativa essa candidatura que até os comunistas a rejeitou. Contudo, a associação que o jornal faz de Vargas com o comunismo pode ser questionada, a partir de duas questões: a repressão ao comunismo e o golpe de 1937; e o alinhamento de Vargas à ideologia do Estado de Bem-estar Social.

<sup>332</sup> Anomalia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, ano XLIX, n°17549, 2 jun. 1950.

<sup>333</sup> Correio da Manhã. *Anomalia*, p.4

<sup>334</sup> Violenta campanha dos comunistas contra o sr. Getúlio Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, ano XLIX, n°17549, 2 jun. 1950.

<sup>335</sup> Correio da Manhã. *Violenta campanha dos comunistas contra o sr. Getúlio Vargas*, p.1.

Getúlio Vargas teve uma política anticomunista como característica de governo, acentuada em alguns períodos como de 1935-1937. Motta aponta que foi a “ameaça comunista” um argumento decisivo para justificar o golpe tanto em 1937 como em 1964.<sup>336</sup> Além disso, em 1936 Vargas manifestara em pronunciamento a “Necessidade e dever de repressão ao comunismo”.<sup>337</sup> Dessa forma, tendo em vista a repressão de Vargas ao comunismo, o fato do “perigo comunista” ter sido um argumento para a implantação da ditadura do Estado Novo, e bem como uma avaliação de suas pautas políticas na campanha de 1950, pode-se afirmar que associar Vargas aos comunistas foi uma calúnia significativa no período em questão. Essa aproximação a que o jornal recorreu foi também parte do interesse político do periódico em deslegitimar o candidato, e também reforçar a sua postura não democrática, lembrando que a maior experiência comunista do período, a União Soviética, se deu em regime autoritário. Em síntese, essa relação se explica dentro do jogo político, mas em termos objetivos, é uma relação não coerente.<sup>338</sup>

Como se tentou mostrar até aqui, o Correio da Manhã fez forte oposição à Vargas em 1950. Contudo, o contra ponto dessa oposição foi o apoio oferecido ao candidato da UDN, brigadeiro Eduardo Gomes: “Em conflito com Getúlio desde 1932, o periódico se posicionou contra o seu retorno ao Catete na eleição de 1950, fazendo campanha aberta pela candidatura de Eduardo Gomes (UDN)”.<sup>339</sup> O apoio e propaganda política do Correio da Manhã a favor do brigadeiro colocam em questão a imparcialidade do jornal, sendo praticamente unânime nos estudos históricos que utilizam como fontes revistas e jornais, que não há imparcialidade na imprensa. A posição do periódico em apoiar o candidato udenista também se deu através da comparação entre os candidatos, exaltando o brigadeiro e suas virtudes, ao contrário de Vargas, sempre referido como “ex-ditador” e às vezes “ditador”, incapaz de seguir regras democráticas.

Na edição do dia 7 de junho de 1950 o Correio da Manhã publicou uma matéria que é bem elucidativa sobre o apoio ao brigadeiro e oposição à Vargas. Tendo como título bem sugestivo, “Os dois polos: o Brigadeiro e o sr. Getúlio Vargas”, o jornal estabelece a relação antagonica entre Eduardo Gomes e Getúlio Vargas:

No fundo, essa simplificação representa um progresso. Torna-se, com efeito, mais fácil educar o povo, ensiná-lo a distinguir entre demagogia e popularidade, democracia e totalitarismo, líderes democráticos genuínos e messias ou “fuehrers”, quando num lado está um homem como Getúlio Vargas e no outro o brigadeiro Eduardo Gomes. Nessa polarização também os que ficam de permeio empalidecem aos olhos do eleitorado.<sup>340</sup>

---

<sup>336</sup> MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002. p. XXII-XXIV.

<sup>337</sup> VARGA, Getúlio. Necessidade e dever de repressão ao comunismo, resposta à manifestação popular recebida no Rio de Janeiro, a 10 de Maio de 1936. In. VARGAS, Getúlio. **O pensamento político de Getúlio Vargas**. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos. Porto Alegre, 2004, p. 67-69.

<sup>338</sup> O Correio da Manhã ressaltou essa objeção dos comunistas contra Vargas, será que o jornal comunista não se opôs a outros candidatos também? Será que a escolha do Correio da Manhã foi seletiva?

<sup>339</sup> MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Democrático, mas não muito: a percepção do jornal Correio da Manhã sobre a democracia brasileira no Segundo Governo Vargas. Anais da ANPUH – **XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

<sup>340</sup> Os dois polos: o Brigadeiro e o sr. Getúlio Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, ano XLIX, nº17553, 7 jun. 1950.

Ao colocar Eduardo Gomes e Getúlio Vargas em polos de oposição, o jornal usa o recurso da comparação para exaltar o candidato udenista e rebaixar o candidato petebista. Essa comparação é um recurso de grande impacto sobre os leitores e também é didático (exemplo e contraexemplo). Ao usar termos como “democracia e totalitarismo”, “líderes democráticos genuínos e messias ou fuehres”, contrapondo dois extremos, o jornal não só estima a qualidade de um, como também expõe a fraqueza do outro.

Outra comparação entre Vargas e Eduardo Gomes feita pelo Correio da Manhã, e que revela mais uma vez a posição política do jornal na campanha eleitoral, diz sobre a intenção dos candidatos e suas alianças políticas. Em edição do dia 8 de junho de 1950<sup>341</sup> o periódico publica a carta escrita por Vargas ao presidente do PTB, Salgado Filho, sobre a escolha de seu nome para a candidatura à presidência, e coloca em pauta, também, a candidatura do PSD e da UDN. Nesse intuito Vargas sugere um possível “reexame da situação”<sup>342</sup> que diz respeito as alianças políticas e as candidaturas, ou seja, Vargas tenta propor um rearranjo para as candidaturas, que já estavam definidas, embora não homologadas. Diante desse reexame proposto por Vargas seria previsível a reação do Correio da Manhã em se colocar mais uma vez contra o candidato petebista e usar as declarações de Vargas contra ele mesmo, e assim o fez.<sup>343</sup>

Sobre as variadas formas de críticas que o Correio da Manhã fez a Vargas vale destacar a atribuição de “ex-ditador” e “ditador”. Como é sabido, em 1937 o país passou a viver sob a ditadura do “Estado Novo”, em que Vargas fechou todas as instancias do legislativo federal, estadual e municipal, foi um tempo de suspensão dos direitos políticos.<sup>344</sup> Como aponta Queler, em 1950 Vargas procurou se auto-reabilitar para concorrer ao pleito eleitoral, e um dos principais desafios foi se livrar da pecha de ex-ditador.<sup>345</sup> Podemos, ainda, perceber como que essa auto-reabilitação veio como defesa das acusações que o Correio da Manhã, dentre outros jornais, fazia, rememorando e trazendo à tona o passado de Vargas. Com o fim do Estado Novo em 1945, pode-se considerar que as eleições presidenciais de 1950 ocorreram sob um passado viçoso e marcado pela ditadura e autoritarismo, a retomada da democracia no Brasil era recente, e por isso a acusação de ditador nesse contexto é demasiado forte e significativo na luta política.

Firme em sua atribuição de “ex-ditador”, o Correio da Manhã, em sua estratégia de criticar Vargas através de figuras eminentes da sociedade, publica uma matéria do político e diplomata José Thomaz Nabuco, membro de uma família importante de políticos, diplomatas e advogados brasileiros, do qual se destaca seu tio Joaquim Nabuco, grande mentor da campanha abolicionista, e por isso José Nabuco já trazia peso e credibilidade à sua publicação.<sup>346</sup> Tendo como título “A candidatura de Vargas” Nabuco questiona se Vargas teria compromisso de

<sup>341</sup> Pronunciamento do sr. Getúlio Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, ano XLIX, nº17554, 8 jun. 1950.

<sup>342</sup> Correio da Manhã. *Pronunciamento do sr. Getúlio Vargas*, p.1.

<sup>343</sup> Simples manobra estratégica, a carta do sr. Getúlio Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, Ano XLIX, nº17555, 9 jun. 1950.

<sup>344</sup> CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Golpe do Estado Novo**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>>. Acesso em 20 abr. 2015.

<sup>345</sup> QUELER, Jefferson. *Tramas e programas de um político: Getúlio Vargas e o reformismo social na campanha eleitoral de 1950*. In: NAXARA, M.; SEIXAS, J.; CERASOLI, J.. (Org.). **Tramas do político: linguagens, formas, jogos**. Uberlândia: Edufu, 2012, p. 128.

<sup>346</sup> NABUCO, José Tomás. [verbete]. In: PAULA, Christiane Jalles de.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

guardar a constituição de 1946, pois tendo faltado ao juramento prestado à constituição de 1934, poderia novamente prestar idêntico juramento? “Não, é a resposta que podemos dar sem hesitação”.<sup>347</sup> Nabuco retoma o golpe de 1937 e a partir dele reprova Vargas e sua candidatura afirmando que ele não teria credibilidade para guardar a constituição, nesse intuito, o que prevalece sobre Vargas e sua história política, na perspectiva do jornal, é seu passado ditatorial, aqui também corroborado por Nabuco, este passado foi o grande trunfo dos opositores.

Como já se viu o *Correio da Manhã* antecipou a oposição à Vargas antes mesmo dele e do PTB homologar a candidatura e dar início à campanha eleitoral, como sugestão de que a candidatura seria inevitável. Em 4 de junho de 1950 o jornal publica a matéria “O sr. Getúlio Vargas Candidato: seu nome será lançado em São Paulo pelo sr. Ademar de Barros”.<sup>348</sup> Nessa matéria o jornal confirma a candidatura de Vargas e a aliança firmada entre Vargas e Ademar de Barros, informação obtida através da fala de Danton Coelho, um dos principais articuladores da aliança PTB-PSP e que viria a ser presidente interino do PTB a partir de agosto de 1950.<sup>349</sup> A aliança firmada entre Vargas e Ademar de Barros (PTB e PSP) foi fundamental para as eleições de 1950, e também foi condição necessária para a vitória do PTB.

Ao abordar a temática das eleições presidenciais de 1950 e a aliança entre Vargas e Ademar de Barros, Delgado, em uma perspectiva também compartilhada por Maria Celina Soares D’araujo, mostra como os petebistas tinha entendimento que não seria possível sustentar uma vitória, na campanha presidencial, sem uma aliança política, pois embora o partido apresentasse uma tendência real de crescimento, sua dependência ao getulismo e as precárias bases regionais impediam uma consolidação partidária em curto prazo<sup>350</sup>. A escolha por Ademar de Barros na aliança foi estratégica para a inserção de Vargas no Estado de São Paulo, pois após as eleições para vice-governança do Estado de 1947, em que Vargas apoiou Cirillo Junior do PSD e foi derrotado, ele avaliou que sua influência no Estado não era suficiente e se antecipou na aliança com Ademar de Barros em 1948, o então governador de São Paulo.

Estava firmado o acordo entre PTB e PSP, Vargas como candidato à presidência e Café Filho, indicado por Ademar de Barros, candidato à vice-presidência, porém as alianças partidárias do PTB não se restringiu apenas ao PSP. Como Coloca Delgado havia o acordo formal e oficial (PTB-PSP) e o acordo velado (PTB-PSD), no acordo com o PSD Vargas apoiou algumas candidaturas estaduais de candidatos como Juscelino Kubtschek em Minas Gerais, e Ernesto Dornelles no Rio Grande do Sul<sup>351</sup>. Nessa articulação de Vargas foi incluído também até o principal opositor do PTB, a UDN; em Pernambuco, Vargas apoiou a candidatura de João Cleófas ao governo do estado, e após o pleito ele foi nomeado por Vargas como Ministro da Agricultura. As alianças do PTB com esses vários partidos se explica pelo fato de que o PTB não

<sup>347</sup> NABUCO, José Thomaz. A candidatura Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano XLIX, nº17560, 15 jun. 1950. 1º Caderno, p.2.

<sup>348</sup> O sr. Getúlio Vargas Candidato: seu nome será lançado em São Paulo pelo sr. Ademar de Barros. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, Ano XLIX, nº17551, 4 jun. 1950.

<sup>349</sup> COELHO, Danton. [verbete]. In: PAULA, Christiane Jalles de.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Coelho, Danton. [verbete]. In: PAULA, Christiane Jalles de.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

<sup>350</sup> DELGADO. *PTB*, p. 89-94; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas 1951-1954**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982. p. 48-50.

<sup>351</sup> DELGADO, *PTB*, p. 92.

tinha fortes bases regionais, o PSP abrangia apenas São Paulo, e, além disso, o PTB tinha um grupo eleitoral bem específico: os trabalhadores urbanos, assim essas alianças eram necessárias para maior projeção do PTB e conseqüentemente arrecadação de mais votos.

Diante das intensas críticas à Vargas e aprovação ao brigadeiro Eduardo Gomes, o *Correio da Manhã* empreende a tentativa de se mostrar imparcial, justo e democrático, nesse intuito, o periódico publicou uma propagando política a favor de Vargas, porém de maneira muito peculiar e claro, desproporcional ao tamanho das críticas feitas a ele, e elogios tecidos ao brigadeiro Eduardo Gomes e candidatos da UDN para outros pleitos. Embora não imparcial, acreditamos que o jornal foi democrático, no sentido de se declarar contra um golpe, caso Vargas vencesse, postura diferente assumida por Carlos Lacerda que, como já vimos, se declarou a favor de um golpe para que Vargas não assumisse a presidência, caso fosse eleito. A propaganda em questão trata de um soneto que havia sido publicado no mesmo jornal em 1946, com o título “ÊLE” e autor desconhecido, o soneto elenca diversos políticos e a forma como o eleitor se relacionava a eles: “Com Castilho, eu fui positivista (...) Com Washington Luis, protecionista (...)”<sup>352</sup>. Ao fim do soneto o autor diz haver uma lista imensa de políticos, e por fim vem Getúlio Vargas, que sobrepõe toda adjetivação e sua política é personalizada e singular: “Não esgoteis, porem, tamanha lista. Não vos canseis, que, na expressão exata. Eu sou, no fundo, apenas getulista!”<sup>353</sup>.

No soneto publicado também há uma nota da redação em que foi escrito: “Reproduzindo-o agora, queremos (sim, também queremos) cooperar na propaganda política do terceiro candidato à presidência da República.”<sup>354</sup>. Ao analisar essa propaganda a favor de Vargas podemos perceber como que ela na verdade é mais um remendo à imparcialidade do jornal, uma tentativa de se manter idôneo no jogo político, do que realmente uma propaganda pró Vargas ou uma cooperação em sua campanha eleitoral. Isso pode ser verificado através da comparação entre as notícias do brigadeiro Eduardo Gomes e Getúlio Vargas. Em termos de dados, no período de campanha eleitoral aqui analisado, 1 de junho 1950 à 3 de outubro de 1950, esse soneto em questão foi a única propagando pró Vargas, enquanto referente ao brigadeiro houve várias, em quase todas as edições. E ao contrário, os ataques à candidatura de Vargas foram diários, em quase todas as edições, e ao brigadeiro, não houve nenhuma crítica.

Corroborando a ideia de que o soneto publicado a favor de Vargas foi apenas um remendo à imparcialidade do jornal, verificamos as capas dos jornais no dia seguinte à publicação do soneto. O jornal possuía em sua organização mais de uma capa que era organizada em diferentes modos de cada edição, podendo uma mesma edição ter uma capa ou mais. Na edição do dia 21 de jun. é estampada na 1ª capa do jornal a matéria “Após a Convenção, o caminho é um só: a vitória do brigadeiro”<sup>355</sup>. E outra capa, posterior a essa e na mesma edição foi escrita a seguinte matéria: “A candidatura Vargas é uma mentira lançada à nação”<sup>356</sup>. A capa do jornal foi

---

<sup>352</sup> ÊLE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, ano L, nº17564, 20 jun. 1950.

<sup>353</sup> \_\_\_\_\_. *ÊLE*, p.1.

<sup>354</sup> \_\_\_\_\_. *ÊLE*, p.1.

<sup>355</sup> Após a Convenção, o caminho é um só: a vitória do brigadeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, Ano L, nº17565, 21 jun. 1950.

<sup>356</sup> A candidatura Vargas é uma mentira lançada à nação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, Ano L, nº17565, 21 jun. 1950.

estampada primeiramente o elogio a Eduardo Gomes e depois a crítica à Vargas. Como se pode ver nas imagens abaixo, a imparcialidade era retórica, no sentido pejorativo da palavra.

Em síntese tentamos mostrar aqui as principais formas pelas quais o “Correio da Manhã” fez oposição à candidatura de Vargas no período de pré-campanha eleitoral, revelando dessa forma a real possibilidade da vitória que o candidato possuía.

# As abordagens da ditadura militar (1964- 1985) no âmbito do regional e do local – uma breve abordagem

**Ary Albuquerque Cavalcanti Junior**<sup>357</sup>  
Mestrando em História Regional e Local  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
ajunior.ufrb@hotmail.com

**RESUMO:** Após algumas reflexões no trato da historiografia, pretende-se fazer uma breve abordagem em torno da relação história regional e local com a historiografia referente ao período militar brasileiro instaurado em 1964. Sendo assim, a problematização quanto a localização da história regional e local dentro das discussões sobre os anos de Chumbo no Brasil serão o ponto chave desta breve abordagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura; Relações de poder; Região

## Considerações iniciais

O século XX foi marcado por acontecimentos históricos que tiveram inúmeras consequências no avanço da sociedade contemporânea. A exemplo, podemos mencionar as revoluções Russa, Chinesa, e Cubana, além das grandes guerras, do embate ideológico entre capitalistas e comunistas, e das ditaduras que assolaram o mundo, principalmente a América do Sul. Logo, o século XX foi um período de acontecimentos importantes para a História, como atribuiu Hobsbawm (1994), a era dos extremos. Contudo, a historiografia também passou por uma série de mudanças, após a Escola positivista. Já na abordagem da Escola dos Annales, a história passou a ser vista como “problema”, onde os fatos e as verdades deveriam ser problematizadas pelo historiador (Barros, 2012)<sup>358</sup>. Nessa perspectiva, segundo Constantino

---

<sup>357</sup> Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES

<sup>358</sup> BARROS, José D' Assunção. *O lugar da história local na expansão dos campos históricos*. In: *História Regional e Local: discussões e práticas*. Org(s) OLIVEIRA, Ana Maria. REIS, Isabel Cristina. Conferência para o I encontro de História Local/ regional. UNEB. Novembro. 2009

(2004)<sup>359</sup> a Escola dos Annales passou a difundir após a primeira grande guerra uma “História que narrasse o seu próprio passado”. Ainda segundo este estudioso,

(...) o pensamento dos historiadores também dirigiu-se para o local, para o regional. Passaram a considerar elementos do cotidiano como indicadores de uma realidade histórica mais ampla. Encontraram uma rede de conhecimentos que não mais desprezaram; desejaram entender as aldeias, que ficaram sendo definidas como lugares ou espaços como significados<sup>360</sup>.

Sendo assim, o estudo do Regional e do Local merece grande atenção, principalmente dos historiadores, uma vez que esta classificação está estritamente ligada às relações de poder e conseqüentemente com o conhecimento geográfico. Como aponta Neves (2008)<sup>361</sup>, historiadora que vê a abordagem da história regional e local como um método, a construção de uma localidade envolve fatores sociais, culturais e articulações com o tempo, espaço etc. Ou seja, a nomenclatura de espaços como Norte e Nordeste, por exemplo, está ligada a fatores externos e às relações de poder intrínsecas à sua formação, resultado da ação humana. Logo, a delimitação de um espaço, regional ou local, pressupõe a “identidade dos poderes” (Neves, 2008).

Por conseguinte, galgando do pensamento de Barros (2009), “a história local é uma realidade no quadro geral de modalidades historiográficas contemporâneas”. Diferentemente de Neves (2008) como dito anteriormente que vê a abordagem regional e local como metodologia, Barros (2009) deixa claro sua postura, ao defender o regional e o local como um campo da História. Ao passo que o Regional seja um sistema onde ocorrem dinâmicas internas, ligadas a outras localidades, enquanto o Local se apresente como um recorte, a partir de um problema político, cultural, econômico etc.

### **O regional, o local e a micro- história**

Outro debate que chama atenção é a relação entre o regional- local e a micro história. Sendo a interdisciplinaridade e o avanço cronológico as virtudes da história regional e local, ao passo que esta dialoga com outras ciências humanas, desde a geografia à antropologia, bem como se relaciona ao tempo de sua construção (Pereira, 2012)<sup>362</sup>. Segundo Neves (2008), a História Regional e Local parte do recorte de um pequeno mundo de um grupo social historicamente construído num determinado lugar pela

---

<sup>359</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O que a micro- história tem a nos dizer sobre o regional e o local?*. História UNISINOS. Vol. 8. n° 10. Julho/Dezembro. pp. 157-178

<sup>360</sup> CONSTANTINO. *O que a micro- história tem a nos dizer sobre o regional e o local?*, p. 160

<sup>361</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. **Ponta de Lança**, São Cristóvão v.1, n. 2, abr.-out. 2008.

<sup>362</sup> Pereira, Conceição Meireles. *História local e regional - singularidades de uma história plural*. In: [História Regional e Local II: o plural e o singular em debate](#). EDUNEB. 2012

totalidade. Enquanto que a Micro história analisa fragmentos de ocorrências históricas na forma de recorte temático através de uma comunidade, sem recorrer ao espaço onde os fatos ocorreram.

Podemos compreender que enquanto a micro-história faz análises micro-espaciais a partir dos indícios e revela suas proximidades com uma macro-história, o campo da história regional-local, faz um estudo a partir de determinado recorte espacial que fora construído em determinado local. Segundo Neves,

A matriz metodológica da micro-história desenvolveu-se com os estudos de cultura, especificamente na interação entre o popular e o erudito nas ações cotidianas, reveladoras da dinâmica do saber, capaz de transpor a estratificação social. Além de se embasar na idéia de “paradigma indiciário”, fundamenta-se na concepção de “análise intensiva” dos detalhes e na de “redução de escala” do objeto de estudo.

(...) para a história regional e local importa a unidade observada, o espaço socializado, o cotidiano compartilhado, para a micro-história, a escala de observação numa análise intensiva dos indícios, dos detalhes, das ocorrências secundárias<sup>363</sup>.

Montenegro (2012)<sup>364</sup> em *Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar* representa bem a aplicação do método da micro-história. Uma vez que remonta através da memória de Luiz Inocêncio a relação entre suas vivências em anos de ditadura e as representação que os agentes da repressão e da imprensa conservadora realizavam a partir de seus atos, considerados subversivos. Dessa forma, é possível perceber o trabalho com a micro-história e a relação constante com a macro realizada por Montenegro (2012).

Por conseguinte, na obra *A invenção do Nordeste* (2009)<sup>365</sup>, Albuquerque Jr, deixa bem claro, apesar do título, que não busca fazer uma aproximação com a história regional. Uma vez que para este autor, a história regional busca colocar a ideia de região em outro patamar, dando-lhe verdade. “Em vez de questionar a própria ideia de região e a teia de poder que a instituiu, ela questiona apenas determinadas elaborações da região, pretendendo encontrar-se verdadeira”<sup>366</sup>. Além disso, problematiza a ideia de região, uma vez que para ele, definir região é pensá-la como um grupo de imagens, discursos, diferentes estudos e não pensa-la como algo homogêneo.

Segundo Constantino (2004),

---

<sup>363</sup> NEVES. *História e região: tópicos de história regional e local*. p. 32-34

<sup>364</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar*. Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 228-249

<sup>365</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009

<sup>366</sup> \_\_\_\_\_ . **A invenção do Nordeste e outras artes**. p. 39

(...) a História Regional/ Local que se pretende, antes de ser uma história do microespaço regional, local, é uma história produzida em perspectiva diferente e em concepção dialética. (...) História Regional/ Local na perspectiva da micro- história significa revitalização nas formas de produção histórica com reconstrução do que aconteceu perto de nós, buscando respostas a problemas que se impõem no presente, em diferentes esferas e âmbitos<sup>367</sup>.

Ainda no âmbito do regional e do local, Albuquerque Jr (2009) é bem enfático quanto à invenção do Nordeste, ao passo que esta “região”, seria uma elaboração a partir de imagens e discursos de uma elite dominante. Algo que nos remete a ideia inicial de regional ligada às relações de poder. Além disso, Albuquerque Jr (2009) chama atenção que ao se definir uma região, é necessário pensá-la como um grupo de imagens, discursos etc e não algo homogêneo. Além disso, parte do pressuposto que a ideia de região não aglutina culturas semelhantes, mas sim as homogeneiza. Ou seja, ao analisarmos a região Nordestina, por exemplo, ou propriamente a figura do nordestino, surgem inúmeros fatores que não pertencem a determinados locais que atualmente são denominados de Nordeste, contudo, a classificação não leva esses fatores no processo de sua elaboração.

#### **A ditadura militar – um breve debate do regional e do local**

Quando pensamos na abordagem de temáticas como a ditadura militar brasileira, que no ano de 2014 completou 50 anos de sua instauração, pouco se problematiza sobre as implicações do Regional e do local nesta conjuntura. É importante pontuar que o período militar (1964 – 1985) ocorreu após a tomada do Estado pelas forças armadas do país, quando o então presidente João Goulart é deposto e torna vaga a presidência da república, após ser acusado de ter planos socialistas para o Brasil (Skidmore, 1988)<sup>368</sup>.

Com base nos estudos realizados sobre o período em questão, até então não me questionava sobre a existência de relações de poder a partir de uma abordagem do regional e do local. Contudo, passei a refletir sobre onde teriam se desenvolvido os cenários mais simbólicos da Ditadura e suas maiores representações. Quando me refiro a isto, exemplifico com a deposição de Jango, os desdobramentos no Estado do Rio de Janeiro, desde o incêndio da União Nacional dos Estudantes (UNE) à morte do estudante secundarista Edson Luís e o quanto, principalmente os dois últimos fatos, se tornaram símbolos na história nacional e referências para o período.

Após realizar a disciplina História Regional e Local no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia e que leva o mesmo nome da disciplina sob a supervisão da professora Dr<sup>a</sup>. Sara Farias. Comecei a refletir sobre a temática da ditadura militar e sua relação com o regional e local, bem como perceber as relações de poder voltadas à ditadura e o campo do regional- local.

---

<sup>367</sup> CONSTANTINO. *O que a micro- história tem a nos dizer sobre o regional e o local?*. p. 177

<sup>368</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo á Tancredo*. Ed. Paz e terra. São Paulo, 1988

Com isso, fiz um breve levantamento sobre trabalhos que mostram o quanto a ditadura esteve presente em vários estados do país, e não só no eixo Sul-Sudeste.

Por conseguinte, foi possível perceber que existem muitos trabalhos que abordam a ditadura militar e suas mais variadas vertentes, sejam políticas, sociais e culturais em diferentes espaços geográficos. Nos últimos anos, por exemplo, surgiram trabalhos que abordam o período militar e seus desdobramentos em estados e municípios. Alguns exemplos encontrados são *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* organizado por Zachariadhes (2011<sup>369</sup>), e *O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus (1960-1983)*<sup>370</sup> Mota (2013). Estes estudos são apenas alguns que selecionei e que trazem uma abordagem do período em perspectivas regionais e locais. Ou seja, ao passo que ocorriam os decretos e atos militares no Sul, no Sudeste, o Norte e o Nordeste possuíam os mesmos desdobramentos.

Uma vez utilizando a método de análise de Albuquerque Jr (2009) ao qual menciona que os discursos se impõem pela repetição, bem como é difundido pelas imagens e discursos, nos é possível perceber o quanto as imagens voltadas à ditadura são extraídas do Sudeste. Além disso, uma das ferramentas mais utilizadas entre os professores da educação básica e média, o livro didático, são detentores de imagens e discursos que criam uma identidade da história recente do Brasil onde os acontecimentos ficam restritos à localidades. Não estariam as editoras construindo a partir de uma história regional e local, uma história nacional? Segundo problematiza Albuquerque Jr (2009), existe um problema de se pensar na divisão historiográfica em história nacional e história regional. Algo muitas vezes aceito pelos historiadores que trabalham com a história regional. Albuquerque Jr (2009) é bem taxativo quando usa a terminologia “imperialismo” paulista e da região sul na historiografia, ao qual fazem história nacional e as demais regiões história regional. Logo, é necessário problematizar a localização de nosso trabalho, indo muito mais além do Nacional e/ou do regional- Local, mas fazendo uma história sem tantas classificações e ou especializações.

### **Considerações “finais”**

Com base no levantamento realizado até então no projeto que venho desenvolvendo no Programa de Pós- Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, é possível perceber o quanto a Bahia tivera representatividade nos fatos e atos na resistência à ditadura militar. Além disso, perceber o quão há fontes inesgotáveis na relação entre a Ditadura militar e as implicações nos mais variados Estados Brasileiros. Por fim, ao relacionarmos os campos históricos, com

---

<sup>369</sup> ZACHARIADHES, GC., org. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009

<sup>370</sup> MOTA, Cristiane Lopes da. *O Golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus (1960-1983)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia. Programa de pós-graduação., Santo Antônio de Jesus, 2013

os mais variados temas, é possível compreender as inúmeras teias de ligação a que a história está embutida. Cabe ao historiador estar atento e aberto a novas perspectivas metodológicas e campos de abordagem, algo que permitirá ao mesmo obter estudos amplos dentro de sua própria temática, como é o caso da relação ditadura e história regional e local.

## **ST 19: Ditadura e Transição Política no Brasil: sociedade, política e cultura no regime militar brasileiro (1964-1985)**

**Juliana Ventura de Souza Fernandes**

Doutorando (UFMG) /julianavsf@yahoo.com.br

**Gabriel Amato Bruno de Lima**

Mestrando (UFMG) /amatolgabriel@gmail.com

**Natália Batista**

Mestre (UFMG)/ nataliabarud@yahoo.com.br

## “Sou um menino de mentalidade mediana”: MPB, ufanismo e negritude (1960-1970)

**Alexandre Reis**

Mestre em História

SEEDUC/RJ e CULTNA/UFF

[reis.alexandre@gmail.com](mailto:reis.alexandre@gmail.com)

**RESUMO:** Há uma cultura histórica muito forte e uma memória construída que associa a Música Popular Brasileira com a resistência à Ditadura. Entretanto, pouco são lembradas as canções de adesão ao regime. Mais relegadas ainda ao esquecimento são outras demandas políticas da época como a luta pela igualdade racial e a afirmação de identidade negra positiva e orgulhosa presente nas canções do cantor Jorge Ben daquele período.

**PALAVRAS CHAVE:** Negritude; Música popular brasileira; Relações raciais; Ufanismo; Ditadura.

### **Protesto Político e MPB**

A partir de 1964, com o golpe de 31 de Março, o Brasil entra em período ditatorial que dura 21 anos. Um processo longo como esse foi eivado de avanços e recuos, de fases mais repressoras e outros um pouco menos. Em 1968, por exemplo, tem início uma fase das mais opressivas quando ocorre um “golpe dentro do golpe”. Encabeçado por setores militares da chamada linha-dura, tal processo desembocou na publicação do Ato Institucional nº 5. Tal ato dava ao regime o poder de cassar liberdades civis tais como o direito ao habeas corpus, suspender o congresso e limitar os poderes dos governadores – aumentando, desta forma, a centralização política e o poder de repressão do Estado.<sup>371</sup>

A classe artística, em seu esforço de oposição à Ditadura, radicaliza seu discurso. Parte dela busca articular uma estética mais agressiva a fim de “despertar” o público. O pesquisador Gustavo Alonso analisa como esta “estética da violência” foi recorrente entre os músicos caipiras e perpassou a obra de artistas de outros gêneros, como os da MPB.<sup>372</sup> Alonso aponta que Geraldo Vandré, por exemplo, produziu canções com temáticas agressivas: “O terreiro lá de casa/ Não se varre com vassoura/ Varre com ponta de sabre/ Bala de metralhadora”.<sup>373</sup>

Além da estética da violência, um tema que perpassava algumas canções brasileiras da época, sobretudo aquelas compostas pelos artistas de maior renome da MPB, era o da tristeza.

---

<sup>371</sup> Parte das ideias aqui debatidas estão presentes no primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado. Ver REIS, Alexandre. *Eu quero ver quando Zumbi chegar: negritude, política e relações raciais na obra de Jorge Ben (1963-1976)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. pp. 22-39

<sup>372</sup> ALONSO, Gustavo. *Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010, pp. 99-110.

<sup>373</sup> \_\_\_\_\_, *Cowboys do asfalto*, p. 101.

Em meio à conjuntura repressora, alguns artistas tinham temáticas mais soturnas em suas canções. Chico Buarque, por exemplo, compôs *Roda Viva* (1968): “Tem dias que a gente se sente/Como quem partiu ou morreu”; *Deus lhe pague* (1971): “Por mais um dia, agonia, pra suportar e assistir/ Pelo rangido dos dentes, pela cidade a zunir/ E pelo grito demente que nos ajuda a fugir/ Deus lhe pague”. Embora as canções alegres de certa forma espelhassem o Brasil do “Milagre econômico”, uma parcela dos artistas, músicos e dos jornalistas e críticos achavam que não era tempo pra se comemorar. Para estes, aquele era o Brasil dos “anos de chumbo” e as canções alegres eram uma forma de adesão a Ditadura.

O AI-5 se tornou um marco na memória de estudantes, militantes e membros da classe artística, sobretudo os identificados com a MPB. Foi o que demonstrou Paulo César Araújo ao descrever as reações de Chico Buarque e Geraldo Vandré quando da decretação do quinto Ato Institucional em 13 de dezembro de 1968. Araújo cita uma declaração de outro Geraldo, o Azevedo, que na época acompanhava Vandré, em uma turnê de shows pelo Brasil: “Foi uma loucura. Vandré ficou louco; e o medo dele ser preso nos fez cancelar o espetáculo programado”.<sup>374</sup> Mas o que o pesquisador buscou enfatizar em particular é a reação dos artistas ditos “cafons” ao fechamento político do regime, como a reação de Agnaldo Timóteo: “Aquilo não mudou absolutamente nada na minha vida. Em que ano foi mesmo? (...) Nem me lembro disso. (...) Eu não me envolvia com política e os políticos não se envolviam comigo.”<sup>375</sup> Este suposto alheamento, em maior ou menor grau, em relação ao AI-5, também teria sido postura de outros artistas da chamada música “brega”, como Cláudio Fontana, Dom e Ravel, Benito de Paula, Nelson Ned, entre outros. Segundo Araújo, o que há de comum a estes artistas é o lugar social que ocupam, sendo a maioria oriunda de classes populares.

Nesta conjuntura, ganharam muita visibilidade as canções ditas “de protesto”, como *Cálice* de Chico Buarque, que criticava a censura. Embora as canções contestadoras não fossem as únicas produzidas na época, o que se consolidou na memória social sobre o período foi uma visão construída de que a maioria da sociedade brasileira, direta ou indiretamente, resistiu ao regime, e que a chamada MPB foi uma protagonista muito atuante desta resistência. Uma perspectiva importante acerca desta visão é a do pesquisador Daniel Aarão Reis, segundo o qual esta memória cristalizada da resistência foi se construindo principalmente no período da abertura, pela dificuldade da sociedade brasileira, em sua maioria, de lidar com o fato de que esteve durante

---

<sup>374</sup> ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp. 38 – 50.

<sup>375</sup> \_\_\_\_\_, *Eu não sou cachorro, não*, 2004, p. 272.

bastante tempo, apática e consensualmente, sob um regime ditatorial.<sup>376</sup> Penso que esquemas analíticos que apostem no binômio resistência-cooptação tendem a empobrecer nossa compreensão do período. Defendo que devemos explorar mais em nossas investigações os que não estavam “nem aqui nem lá”, como Jorge Ben, para dar um grau de complexidade maior à análise da sociedade no período.

Outra perspectiva importante que tenta dar conta dos comportamentos políticos dos sujeitos no período, mais especificamente daqueles ligados ao campo musical, é a de Gustavo Alonso em sua pesquisa sobre Wilson Simonal.<sup>377</sup> Este pesquisador, ao analisar o período ditatorial, defende que a grande maioria da sociedade brasileira pertencia ao grupo dos indiferentes, que se situava na “zona cinzenta, entre a luta armada e o apoio à ditadura.”<sup>378</sup> A “zona cinzenta” a que Alonso se refere faz parte do aparato conceitual que o pensador francês Pierre Laborie utiliza para pensar a França durante a ocupação nazista. Se distanciando de maniqueísmos que busquem heróis ou traidores, Laborie defende o “pensar-duplo” que busca dar conta das nuances, contradições e ambivalências entre a resistência e a cooptação.<sup>379</sup> Desta forma, é possível dizer que embora grande parte da sociedade brasileira nunca tenha se oposto ao regime, também não é possível dizer que esta parcela o tenha apoiado diretamente. É possível classificar Jorge Ben dentro desta grade teórica da zona cinzenta criada por Pierre Laborie. Dentro deste “cinza” haveria uma infinidade de matizes, de atuações políticas, algumas conservadoras, outras mais libertárias, que os sujeitos lançavam mão de acordo com o contexto. A questão é que tal qual muitos artistas vistos como “resistentes”, Jorge também teve canções censuradas. Ao mesmo tempo em que igualmente aos artistas vistos como “adesistas” também lançou composições que estavam em consonância com o ideário do regime. Para exemplificar uma atuação mais e outra menos “engajada” é possível citar as canções *Mano Caetano* (1971) e *Brasil, eu fico* (1970).

Na primeira, Jorge homenageia Caetano Veloso, à época no exílio:

Lá vem o Lá vem o mano, meu mano Caetano  
Lá vem o mano, meu mano Caetano

---

<sup>376</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta (orgs). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964- 2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. 332 f.

<sup>377</sup> ALONSO, Gustavo Alves. *Quem não tem Swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2007. 237 f.

<sup>378</sup> \_\_\_\_\_, *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga*, 2007, pp. 45-85.

<sup>379</sup> Segundo Laborie, “muito longe dos comportamentos heroicos e das rejeições declaradas, o duplo pensar aparece como uma forma de resposta social a alternativas consideradas insuperáveis (...), como a tentativa de ajustamento entre o desejo e o possível”. (LABORIE, Pierre. “1940-1944: Os franceses do pensar duplo”. In: ROLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010, pp.11-27).

Ele vem sorrindo, ele vem cantando  
Ele vem feliz, pois ele vem voltando  
Lá vem o mano Caetano  
Menino adorado, menino encantado  
É o mano Caetano  
Lá vem o mano, meu mano Caetano (...)  
Lá vem o mano Caetano Vem numa linda estrada verde  
Cheia de sol e rosas amarelas Lá vem o menino de camisolas brancas  
Debaixo de um lindo céu azul  
Verde, amarelo, azul e branco  
Lá vem o mano, meu mano Caetano (...)<sup>380</sup>

Esta é uma canção com a mesma temática de *Debaixo dos caracóis dos seus cabelos* (1970) de Roberto Carlos: uma maneira de prestar solidariedade a Caetano Veloso, exilado na Inglaterra naquele período. A composição não foi lançada por Ben, mas pela irmã do homenageado, Maria Bethânia, em seu álbum de 1971. Em todo caso, Jorge fez um dueto com a cantora na gravação. Em uma entrevista do ano de 1995 à TV Cultura, o artista declarou ter tido alguns problemas com a censura por conta desta canção:

Aí também acharam que a gente estava preparando a volta do Caetano [risos]. Quem foi chamado aí foi o André Midani, que era o responsável pela gravadora. Ele foi chamado pra responder sobre isso.<sup>381</sup>

Esta não foi a única canção que fez Jorge ter problemas com a censura. Olha o balaio dela (1972), composição que elogiava os glúteos femininos, teve de ser alterada. A letra da música passa de “Olha o balaio dela como é grande/Ui ui ui” para “Olha a beleza dela como é cândida/ui ui ui” por conta da preocupação dos órgãos da Ditadura em preservar “a moral e os bons costumes”.<sup>382</sup> O cerceamento moral foi uma constante na época e atingia diversos gêneros musicais. Outras canções de Jorge que lhe causaram problemas com a Censura foram Charles Anjo 45 e País Tropical conforme a entrevista que concedeu nos anos 1990 ao programa Roda Viva:

**Cunha Jr [entrevistador]:** Agora, com relação a essa coisa de sempre ter um final feliz e essa tua alegria, você foi muito patrulhado, numa época, por você fazer esse tipo de música. Patrulhas ideológicas. E, ao mesmo tempo, isso é engraçado, é tragicômico, até: na mesma época que as patrulhas diziam que você não era politicamente correto, vamos dizer assim, a ditadura perseguia você [risos]. A ditadura perseguia você dizendo que Charles, anjo 45 seria uma citação a Lamarca e a não me lembro mais quem, e aquela música, País tropical, seria aquela... No patropi, seria um código [risos]. Então, ao mesmo tempo

<sup>380</sup> Do álbum *A tua presença* (Maria Bethânia). Philips. 1971

<sup>381</sup> Entrevista de Jorge Ben Jor no Programa Roda Viva (18/12/1995). TV Cultura

<sup>382</sup> “Já proibidas cem músicas este ano: Incluindo músicas com títulos estranhos (A Pureza da Borboleta Lambuzada de Amônia), a Censura Federal divulgou a lista das cem músicas já proibidas em 1972, por serem ‘contrárias a moral e os bons costumes’ e por conterem ‘implicações políticas religiosas’. (...) Eis algumas das músicas censuradas: (...) ‘Eu via a cobra’ (Bráulio Sacramento), ‘Olha o balaio dela’(Jorge Ben)”. Folha de S. Paulo. 19/09/1972, p. 37.

“você era perseguido pelas patrulhas e pela ditadura. Que paranoia. Deve ter sido duro”.

**Jorge:** Foi duro, foi duro. Mas, geralmente, quem sofreu mais na época... que eram mais politizados, porque eu sempre fui apolítico, mas eu me lembro que quem sofreu mais com Charles Anjo 45 foi Caetano, porque a gravação... Eu fui chamado [pelos militares] várias vezes, mas ninguém falava nada comigo. Eu ia lá e vinha embora [risos]. Mas eles, não, o Caetano, realmente, no Charles, anjo 45 [música gravada como um compacto, single, em 1969 por Caetano Veloso] ele teve problema.<sup>383</sup>

De acordo com a entrevista, os censores pensaram que Charles fosse uma referência a Carlos Lamarca, capitão do exército que desertou para fazer parte da luta armada contra o regime, vindo a se tornar um dos líderes do grupo guerrilheiro VPR. A canção na verdade seria uma homenagem que Jorge Ben fez a um amigo de infância, Charles Antônio Sodré, que quando adulto se tornou “malandro” e contraventor, conforme o artista declarou em outro ponto desta mesma entrevista. É importante assinalar que as declarações de Jorge da década de 1990, em que afirma não ter tido maiores problemas com a censura, estão em consonância com suas declarações dos anos 1970, quando dizia que não fazia canções “de protesto”.

Quanto às patrulhas ideológicas citadas mais acima, o entrevistador do programa Roda Viva está se referindo a uma expressão do cineasta Cacá Diegues que ganhou muito eco na época. Em 1978, Diegues declara em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo que a criação artística no país sofria certo patrulhamento das esquerdas. Jornalistas e críticos de arte como José Ramos Tinhorão buscavam nas obras de cinema, música ou teatro críticas sociais ou ao regime militar e os artistas que não se enquadravam nestes padrões eram duramente criticados. Foi o que aconteceu com Wilson Simonal na época de lançamento de “País Tropical”, música composta por Jorge Ben.<sup>384</sup> Vejamos a letra: “Moro! Num País Tropical Abençoado por Deus/ E bonito por natureza (Mas que beleza!) /Em fevereiro (Em fevereiro!)/ Tem carnaval (Tem carnaval!) Tenho um fusca e um violão/ Sou Flamengo, tenho uma nega Chamada Tereza...” Esta é uma das canções mais conhecidas de Jorge Ben. Como se percebe, sua letra fala da alegria de ser brasileiro e de morar em um país com belas paisagens naturais e de outras alegrias cotidianas como ver o seu time ganhar um campeonato. Em outro trecho o artista diz: “Sou um menino/ De mentalidade mediana (Pois é!) /Mas assim mesmo feliz da vida/ Pois eu não devo nada a ninguém (Pois é!)/ Pois eu sou feliz Muito feliz, comigo mesmo”.

Nos anos 1970, além de Jorge, outros artistas cantaram a alegria de ser brasileiro evidenciando uma “febre” nacionalista, isto em um período em que a chamada “linha dura” dos

---

<sup>383</sup> Entrevista de Jorge Ben Jor no Programa Roda Viva (18/12/1995). TV Cultura.

<sup>384</sup> ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro, não: música popular caçona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 272.

setores militares atuou de maneira mais efetiva. País Tropical é uma dentre as muitas canções ufanistas do período tais como *Eu te amo, meu Brasil* da dupla Dom & Ravel, *Pra frente Brasil*, tema da seleção brasileira na Copa de 1970 e *Que cada um cumpra o seu dever*, de Wilson Simonal.

É preciso assinalar que enquanto Simonal foi enquadrado pela memória como adeso, a imagem de Jorge Ben ficou ilesa. Houve sim algumas críticas a Jorge, mas nada comparadas com as que sofreu Wilson Simonal. Diferentemente de Jorge Ben, Simonal cultivava uma imagem arrogante, do negro que “botava banca”, o que ajuda a explicar a rejeição a este artista e a aceitação de Jorge, em geral visto como um rapaz bem comportado. “O menino que não virou senhor” é uma das frases que são usadas para descrevê-lo na coleção História da MPB – grandes compositores (1982).<sup>385</sup> Contribuiu também o maior investimento que Simonal fez nas canções ufanistas, a acusação de delação e o preconceito racial. Para Gustavo Alonso, uma das explicações é que o intérprete foi eleito pela sociedade como um “bode expiatório”, para purgar a dificuldade em lidar com a memória da tácita colaboração ou apatia em relação ao regime.<sup>386</sup>

A canção de Jorge Ben, interpretada por Simonal, que talvez seja a mais explícita adesão ao regime é Brasil, Eu fico: “Este é o meu Brasil/ Cheio de riquezas mil/ Este é o meu Brasil/ Futuro e progresso do ano dois mil/ Quem não gostar e for do contra que prá ...”. O último verso é seguido de um *riff* de metais que emulam um xingamento. O próprio Jorge nunca gravou esta canção, mas já a cantou em seus shows, conforme matéria da revista Veja de 1970. O jornalista e crítico musical Tárík de Souza descreve genericamente um show de Jorge com o Trio Mocotó em uma boate e como o público vibra com a letra.<sup>387</sup> Mas não era só o público do show que vibrava; grandes parcelas da sociedade brasileira “vibravam” com o Brasil do Milagre econômico da década de 1970. O país na época tinha um crescimento econômico na faixa de 10% ao ano e o governo empreendia grandes obras de infraestrutura como a Ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu e a rodovia Transamazônica. É deste período também a implantação da zona franca de Manaus, uma iniciativa do governo que instituiu um regime tributário especial na região da Amazônia a fim de estimular a produção industrial e o desenvolvimento econômico naquela região.

Um dos lemas mais usados na época era o “ninguém segura este país”, que foi encampado por inúmeras peças publicitárias da iniciativa privada, como bancos de

---

<sup>385</sup> Coleção *História da Música Popular Brasileira*. Nº08. Abril Cultural. 1972.

<sup>386</sup> ALONSO, Gustavo Alves. Quem não tem Swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os Limites de uma memória tropical. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 36.

<sup>387</sup> O jornalista não identifica a boate. “O momento mágico de Jorge Ben”. Revista Veja nº 90. (27/05/1970), p. 70.

investimento.<sup>388</sup> O presidente-ditador Médici chegou a ser homenageado com uma placa por membros do Clube Rotary estampada com esta frase. Os rotarianos parabenizavam Médici pelo MOBREAL, iniciativa para acabar com o analfabetismo, e pelo Programa de Integração Nacional, um decreto-lei para concessão de terras em áreas desocupadas do interior brasileiro, principalmente as margens da rodovia transamazônica.<sup>389</sup>

O lema “ninguém segura este país” originou-se de uma frase do próprio Médici ao comentar o gol do jogador Jairzinho na final da copa de 1970 entre Brasil e Itália. A frase foi noticiada pela maioria dos órgãos de imprensa e a partir daí se popularizou. Já o lema “Brasil, ame-o ou deixe-o” foi inspirado no “America, love or leave it”, adesivo de carro criado nos Estados Unidos para apoiar o presidente Richard Nixon. Esse lema representava o pensamento do homem médio estadunidense: contrário às agitações estudantis, incomodado com as mobilizações dos negros pelos direitos civis e a favor da ofensiva no Vietnã. A versão brasileira do adesivo foi criada por empresários paulistas em abril de 1970 e distribuída gratuitamente a bancos e instituições públicas. Pouco tempo depois, a campanha passou a se propagar espontaneamente e era grande a procura pelos adesivos, vendidos em bancas de jornal.<sup>390</sup>

No que tange à mobilização – ou a falta dela – em relação à Ditadura, penso que há aspectos em comum entre os posicionamentos políticos de Jorge Ben e dos “bregas”. Também há similitudes em relação a suas trajetórias. Assim como os “cafonas”, Ben também é oriundo das classes populares, sua carreira teve altos e baixos e, mesmo após fazer sucesso, não tinha ainda alcançado uma relativa estabilidade econômica. Por outro lado, há também alguns aspectos que o aproximam do grupo visto como mais intelectualizado da música brasileira: Jorge, ainda que por um período breve de alguns meses, teve acesso à universidade, assim como outros grandes nomes da MPB, como Caetano Veloso e Chico Buarque.<sup>391</sup> Novamente, Jorge “não está aqui nem lá”. Não corresponde de maneira estrita nem ao estereótipo do artista resistente, nem ao do artista supostamente alienado.

Sobre o posicionamento político, quando questionado pelo jornalista Tárík de Souza, em 1970 em entrevista à revista *Veja*, por que não fazia canções de protesto, Ben responde: “Olha, às vezes eu penso, eu queria ser um super-homem, um inatingível, com muitos poderes. Aí eu ia acabar com muita sujeira que eu vejo aí. Mas se eu fosse um super-homem...”.<sup>392</sup> Tal declaração,

---

<sup>388</sup> “Enquanto você espera a hora de pagar, tire proveito do open Market do Banco Halles. Ninguém segura este País”. *Folha de S. Paulo*. 25/08/1970, p.03.

<sup>389</sup> *Folha de S. Paulo* 11/10/1970, p. 03.

<sup>390</sup> Revista *Veja* n°95. 01/07/1970, p.30.

<sup>391</sup> Revista *Compact Disc*. N° 06 (Set/1991). Editora Globo.

<sup>392</sup> “O momento mágico de Jorge Ben”. *Veja* n° 90 (27/05/1970), p. 76.

um tanto quanto vaga e esquiva, dificulta a tentativa de inferir o que o artista considera como sendo “sujeira”. Mas, como a pergunta é em relação às canções consideradas de protesto pela sociedade da época, que no geral contestavam o regime militar e denunciavam as desigualdades sociais, é plausível supor que a “sujeira” se refira também a estas questões. Assim, Jorge demonstra não estar “alheio” à situação política do país, mas pensa ser impotente em relação a esta conjuntura. Para resolver a situação, só tendo super poderes. O próprio Jorge declarou que não gosta de política em entrevista publicada no fascículo *História da Música Popular Brasileira* da Editora Abril, em 1976: “Não me meto em política e nem faço canção de protesto. Não gosto”.<sup>393</sup> A “política”, para o contexto da época, para os críticos, jornalistas, público consumidor e para uma significativa parcela de artistas era “feita” na denúncia da Censura ou na crítica ao regime. Entretanto, como veremos adiante, as canções de Jorge tinham um determinado conteúdo crítico e eram sim políticas.

Como já mencionado anteriormente, normalmente a imprensa traçava um perfil pueril do cantor. Nesta matéria de capa da revista *Veja* de 1970, Jorge é descrito por Tárík de Souza como apolítico e ingênuo: “suas palavras parecem saídas de um mundo encantado, colorido. (...) E se os tempos são duros, mesmo para os cantores, em sua simplicidade ele não se preocupa.” Na edição dedicada ao artista da coleção *História da MPB – Grandes compositores* (1982), o jornalista Maurício Kubrusly também classifica Jorge como infantil: “mas essa espontaneidade – a força da criança pulsa justamente aí. (...) É o que o aproxima da cantiga de roda”. No mesmo fascículo desta coleção, o também jornalista Matinas Suzuki lembra: “suas letras eram tachadas de infantis”. Em outro ponto desta mesma obra, em texto não assinado, Jorge é descrito como o “moleque que venceu na vida” e um “ingênuo menino grande”.<sup>394</sup> Creio que essa imagem infantilizada, alegre tenha contribuído para que Jorge não tivesse maiores problemas com a censura. Interessante notar que as canções do artista que tratam da desigualdade racial não são encaradas como “canções de protesto” como por exemplo a composição *Take easy my brother Charles*, do álbum *Ben* (1969), onde o artista diz: “depois que o primeiro homem maravilhosamente pisou na lua/Eu me senti com **direitos** e princípios e dignidade de me **libertar**”.<sup>395</sup> Não por acaso, na capa deste *Long Play* Jorge é retratado (figura 1) segurando um violão e com correntes quebradas em seus pulsos como se tivesse conquistado sua liberdade. No mesmo ano desta matéria, alguns meses depois, Ben lança no álbum *Força Bruta* a sua canção mais explícita no que tange à denúncia das desigualdades raciais: *Charles Junior*. Nesta composição, o desesperançado personagem suplica

<sup>393</sup> Coleção *História da Música Popular Brasileira* n° 08. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

<sup>394</sup> Coleção *História da Música Popular Brasileira – Grandes compositores*. . São Paulo: Abril Cultural, 1982.

<sup>395</sup> Grifos meus.

de forma pungente: “eu só quero viver em paz e ser tratado de igual pra igual”. Este clamor por igualdade e liberdade tem um viés extremamente político.

**Figura 1 - Capa do Álbum Jorge Ben – 1969** Fonte: [http://www.jorgebenjor.com.br/sec\\_discos.php](http://www.jorgebenjor.com.br/sec_discos.php)

Caetano Veloso, no documentário *Imbatível ao extremo*, de 2010, comenta o posicionamento político Jorge no que tange à ditadura e à questão racial:

É. Ele não gosta de política. É meio apolítico. E é assim que é o negócio dele. E, no entanto essas canções pelo movimento negro são explicitamente políticas. Mas eu acho que tem uma coisa mais profunda. Eu acho que ele representava os sentimentos enraizados na maioria da população brasileira. E que sem esses sentimentos nós não teríamos tido a Ditadura. É um negócio complicado, mas é assim. A Ditadura não caiu de mártir sobre o Brasil. A Ditadura foi criada pelos brasileiros. Pelo que o Brasil é, como ele se comporta, pelo que ele deseja e o Jorge Ben é um para raio, um termômetro, um instrumento de captação do sentimento profundo brasileiro (...). Quando você diz isso você está obviamente cortando de cara a possibilidade de você julgar uma dessas coisas pelo crivo político ideológico, com seus valores eleitos, com qualquer tipo de correção política. É impossível. É errado [julgar]. Isto não dá certo. E tem uma porção de coisa aí, de classe, de raça... Uma porção de coisa que tá se mexendo e que aparece em figuras como Jorge Ben.<sup>396</sup>

De fato, Jorge Ben teve canções ufanistas, duas pelo menos. Em uma cantava a alegria de ser brasileiro e na outra, cantada por Simonal, aderiu ao lema Ame-o ou deixe-o. Em parte, estava afinado com o pensamento e os sentimentos do brasileiro médio. Como o próprio artista diz “sou um menino de mentalidade mediana”. Entretanto, ao mesmo tempo em que louva o “patropi”, se solidariza com o exilado Caetano. Não está com os “dois pés” fincados nem no pólo da resistência nem no da cooptação, caracterizando assim uma postura própria da zona cinzenta, cheia de matizes. Vale ressaltar o modo pelo qual Caetano encara as canções em que Jorge expressa a sua negritude, classificando-as como “canções pelo movimento negro”. Embora não tenha sido filiado oficialmente a grupos militantes, as canções de Ben em que defende a causa

---

<sup>396</sup> *IMBATÍVEL ao extremo: assim é Jorge Ben Jor*. Produção: Paulo da Costa e Silva (Instituto Moreira Sales), 2012 (199 min). Disponível em <<http://ims.uol.com.br/Home-Radio-Batuta-Documentarios-Imbativel-ao-extremo-assim-e-Jorge-Ben-Jor/D1095>>. Consulta em 15 de março de 2013.

negra evidenciam um conteúdo crítico, e por isso é compreensível que o cantor baiano o classifique como pertencente ao “movimento”. É preciso demarcar que esta é uma visão construída a posteriori, uma vez que esta declaração é bastante recente. Por esta ótica, as canções de Jorge eram sim canções “de protesto”, embora não tenham sido encaradas desta forma no período, em que se considerava como canções “de protesto” aquelas contra o regime militar ou contra a censura. Embora visto como apolítico, Jorge tinha um engajamento político: pela igualdade racial. Isso pode ser percebido nas suas performances e em suas canções, onde chama atenção para as desigualdades entre brancos e negros, como na já citada canção *Charles Júnior*, onde aciona uma determinada memória da escravidão ao dizer não é o que foram seus irmãos (escravizados), pois “nasceu em um ventre livre no século XX”.

# Memórias Resgatadas, Infâncias Violadas

Anna Flávia Arruda Lanna Barreto<sup>397</sup>

Pós-doutorado

Universidade Federal de Minas Gerais

[annaflav@prof.una.br](mailto:annaflav@prof.una.br)

**RESUMO:** Este artigo relata alguns casos de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, familiares de desaparecidos políticos, registrados no Fundo Clamor, localizado no Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / SP, entre os anos de 1970-1990, nos documentos da associação das Abuelas de Plaza de Mayo e nos Arquivos do Terror, do Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos (CDyA) da Corte Suprema de Justiça do Paraguai. Através da consulta e análise desses arquivos foram selecionados documentos cujas informações remetiam ao desaparecimento de crianças e à prisão e/ou sequestro de militantes grávidas. O argumento central deste artigo consiste na afirmação de que essa documentação contribui de forma significativa, para o resgate da memória histórica do período ditatorial e para a conquista da cidadania plena nesses países, sendo o Brasil protagonista da implantação da Doutrina de Segurança Nacional na América do Sul.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ditadura Cone Sul; Direitos Humanos; Fundo Clamor.

## Introdução

*Dos niños, (1) Anatole Boris Julien Grisona, nacido en El Uruguay el 22/09/72, y (2) Eva Lucía Julien Grisona, nacida en la Argentina el 07/05/75, secuestradas el 26/09/76 en Buenos Aires, em una operación conjunta de las fuerzas policiales uruguayas y argentinas, fueron encontradas en la ciudad de Valparaíso, Chile. Los niños están bien. Sus padres, Roger Julien Cáceres (uruguayo) y Victoria Grisona (argentina), secuestrados en esa misma operación, continúan desaparecidos. La familia entera fue secuestrada de su residencia em Partido de San Martín, Provincia de Buenos Aires<sup>398</sup>.*

O texto acima se refere a uma denúncia feita pelo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - CLAMOR<sup>399</sup>, em 1979, a respeito do desaparecimento das crianças uruguaias Anatole Boris Julien Grisona (4 anos) e Eva Lucía Victoria Julien Grisona (1 anos e 4 meses) que foram sequestradas no dia 26 de setembro de 1976 junto com seus pais na Argentina e deportadas ilegalmente para o Chile. Durante a operação de sequestro, os pais dessas crianças foram mortos e seus filhos foram levados para centros de interrogatórios.

---

<sup>397</sup> Pós-Doutora em História (FAFICH-UFMG), pesquisadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória / UFMG, Professora Adjunta do Centro Universitário UNA, email: [annaflav@prof.una.br](mailto:annaflav@prof.una.br).

<sup>398</sup> Boletín de Prensa del 31/07/1979. Fundo Clamor, pasta 1, plástico 60. Arquivo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, do Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / SP.

<sup>399</sup> Comitê em Defesa dos Direitos Humanos dos Refugiados dos Países do Cone Sul criado em 1977, apoiado pelo Arcebispo de São Paulo - Cardeal Paulo Evaristo Arns e vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados. Seu objetivo era prestar proteção e assistência aos refugiados dos países do Cone Sul - Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Posteriormente foram abandonados numa praça, na cidade de Valparaíso (Chile) e entregues a um orfanato por uma assistente social que passava no local<sup>400</sup>.

A partir de setembro de 1976 os familiares de Anatole e Eva Lucía iniciaram uma busca desesperada para reencontrar as crianças. Segundo a historiadora Ananda Simões Fernandes, esta prática se trata de uma “modalidade de Terrorismo de Estado das ditaduras de Segurança Nacional”<sup>401</sup>, sobretudo na Argentina, que durante a vigência do regime militar (1976-1983) contou com o alarmante número de aproximadamente de 500 crianças sequestradas<sup>402</sup>.

Ações como essas eram utilizadas em técnicas de interrogatório para obtenção de informações consideradas essenciais para o Estado de Segurança Nacional vigente nos países do Cone Sul e no Brasil.

Nossa atenção se volta para os casos de crianças desaparecidas, sequestradas, presas e torturadas, filhas de militantes políticos e opositores das ditaduras do Cone Sul e do Brasil, registrados no Fundo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul<sup>403</sup> - Clamor, do Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / SP, entre os anos de 1970-1990<sup>404</sup>.

Esta pesquisa utilizou como fonte documental as fontes primárias retrospectivas presentes nos documentos do Fundo Clamor, localizado no Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / SP, entre os anos de 1970-1990, os documentos da associação das Abuelas de Plaza de Mayo e os Arquivos do Terror, do Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos (CDyA) da Corte Suprema de Justiça do Paraguai. O objetivo desse trabalho foi descrever os casos de sequestro, prisão e desaparecimento de crianças, filhas de militantes políticos, durante o período de vigência dos governos ditatoriais nos países do Cone Sul – Argentina, Paraguai, Chile, Uruguai - e no Brasil e a atuação dos integrantes do grupo Clamor e da associação das Abuelas de Plaza de

---

<sup>400</sup> Sobre esse assunto consultar: LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

<sup>401</sup> FERNANDES, Ananda Simões. “*Esta guerra nos es contra los niños*”: o sequestro de crianças durante as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; NUNES, Cármen Lúcia da Silveira; LOPES, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). *Memória, Verdade e Justiça: as marcas das ditaduras do Cone Sul*. Porto Alegre: ALRS, 2011. p. 48.

<sup>402</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura / Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

<sup>403</sup> O fundo Clamor encontra-se distribuído em 106 caixas arquivo, 28 pastas para periódicos e 1 pasta para arquiteto. Reúne documentos textuais, orais e iconográficos. Os documentos foram adquiridos através de doação do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP), em 1993.

<sup>404</sup> Período de documentação dos arquivos do Fundo Clamor.

Mayo na apuração, localização e restituição às famílias originais das crianças e adolescentes presos e sequestrados.

### **Casos de violações de direitos humanos**

O avanço de denúncias de crianças desaparecidas e/ ou torturadas durante as ditaduras militares argentinas e uruguaias, apontou para a prática dessa modalidade de “terrorismo de estado” em outros países do Cone Sul. Dados do relatório da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Brasil apontam como saldos das ditaduras do Cone Sul os seguintes números:

no Brasil foram 50 mil pessoas presas, 20 mil torturados, 356 mortos e desaparecidos, 4 crianças provavelmente sequestradas. No Uruguai foram 166 desaparecidos, 131 mortos, 12 bebês sequestrados, 55 mil detidos. No Paraguai foram de 1 mil a 2 mil mortos e desaparecidos, 1 milhão de exilados. No Chile foram 1.185 desaparecidos, 2.011 mortos (embora estatísticas extraoficiais falem em até 10 mil assassinados), 42.486 presos políticos apenas em 1976. Na Argentina foram 30 mil mortos e desaparecidos<sup>405</sup>.

No caso argentino, muitas crianças sequestradas tiveram suas identidades omitidas e foram posteriormente adotadas ilegalmente por famílias ligadas direta ou indiretamente à repressão. Várias crianças sequestradas junto com seus pais foram adotadas por oficiais da repressão. Exemplo dessa situação é o caso de Mariana Zaffaroni, sequestrada quando tinha dezoito meses de idade, junto com seus pais Jorge Roberto Zaffaroni Castilla e María Emilia Islas de Zaffaroni em Buenos Aires, no dia 27 de setembro de 1976, por forças da repressão argentina e uruguaia. A partir dessa data os familiares de Mariana iniciaram uma busca para encontrá-la. No dia 20 de maio de 1983 o jornal argentino “Clarín” de Buenos Aires publicou um apelo, com a foto da menina, solicitando a quem tivesse qualquer informação de Mariana, que entrasse em contato com as *Abuelas da Plaza de Mayo*<sup>406</sup> ou com o grupo Clamor em São Paulo. Vinte dias após o apelo chegou uma carta anônima da Argentina enviada ao grupo Clamor. A carta informava que Miguel Angel Furci, membro do Serviço de Inteligência do Estado (SIDE), estaria com Mariana em um subúrbio de Buenos Aires. A menina havia sido registrada como filha legítima do casal Furci, sendo registrada dois anos após o seu nascimento. Segundo Mariana Zaffaroni,

*Hasta los 17 años creí que me llamaba Daniela Furci. Después de recuperar mi identidad el proceso de adaptación fue bastante lento, yo no me quería hacer cargo de mi historia. Pero cuando nació mi*

---

<sup>405</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura / Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. p. 101.

<sup>406</sup> Organização de direitos humanos argentina, fundada em 1977, que tem como finalidade localizar e restituir às suas famílias legítimas todos os filhos sequestrados e desaparecidos durante a última ditadura militar argentina (1976-1983).

*hija, todo empezó a fluir con mi familia. Ahora, al ver personas parecidas a mí, tengo la sensación de pertenecer. Esto yo no lo había sentido nunca a pesar de que tuve una infancia feliz.<sup>407</sup>*

Segundo Samantha Viz Quadrat<sup>408</sup>, a tortura de mulheres, militantes políticas, durante e após a gravidez e, posterior sequestro dos bebês, eram práticas comuns exercidas por membros da ditadura militar argentina. As militantes grávidas eram sequestradas e após a realização dos partos, geralmente em centros clandestinos, os bebês eram retirados das mães com a falsa informação de que seriam entregues aos avós. Após a separação, as mães, geralmente, eram executadas. Esta prática tinha como objetivo difundir o terror entre a população, quebrar o silêncio dos pais, educar as crianças com uma ideologia contrária a de seus pais biológicos. Para execução desse plano o exército argentino difundiu instruções de seis manuais específicos. O manual intitulado “*Instrucciones sobre procedimiento a seguir con menores de edad hijos de dirigentes políticos o gremiales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos*” (abril de 1977), ratifica a intenção dos militares de entregar para orfanatos ou famílias de militares crianças com até quatro anos. Acreditava-se que até essa idade, essas crianças estariam livres da influência política de seus pais.

*A raíz de un juicio contencioso-administrativo contra el Estado nacional (...), fue localizada en un organismo militar la prueba de que en su momento existió un documento titulado 'Instrucciones sobre procedimiento a seguir con menores de edad hijos de dirigentes políticos o gremiales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos', proveniente del Ministerio del Interior (abril de 1977). El documento en sí no ha sido hallado, y presumiblemente fue destruido, pero sí se sabe que existió. Esto indica que la sustracción de niños al menos fue representada como probable. Ciertamente, no se sabe cuál era el contenido de tales instrucciones, pero no parece que haya sido el de instar a los ejecutores directos a devolver los niños a sus familias de origen.<sup>409</sup>*

Várias das crianças nascidas em cativeiro continuam desaparecidas. Segundo dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos<sup>410</sup>, na Argentina, cerca de 500 crianças, filhas de militantes políticos, foram sequestradas durante o período da ditadura militar, sobretudo entre os anos de 1976 e 1983. Dessas crianças, somente 109<sup>411</sup> conseguiram recuperar sua identidade biológica, graças ao trabalho da *Abuelas de La Plaza de Mayo*<sup>412</sup>. Desde aquela época até a

<sup>407</sup> Disponível em: [http://plansistemático.blogspot.com.br/2011\\_11\\_01\\_archive.html](http://plansistemático.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html). Acesso em: 18 de abr. 2014.

<sup>408</sup> QUADRAT, Sandra Viz. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. *História (online)*. v. 22. n. 2. p. 167-181. 2003.

<sup>409</sup> SANCINETTI, Marcelo A. y FERRANTE, Marcelo. *El derecho penal en la protección de los derechos Humanos*. Buenos Aires: Editorial Hammurabi, 1999. p. 169.

<sup>410</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura / Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. p. 101

<sup>411</sup> Abuelas de la Plaza de Mayo. Testemonios de Netos. Disponível em: [http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=testimoniosNietos.php&der1=der1\\_mat.php&der2=der2\\_mat.php](http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=testimoniosNietos.php&der1=der1_mat.php&der2=der2_mat.php). Acesso em 19 de abr. 2014.

<sup>412</sup> Associação civil, criada em 1979, por avós de crianças desaparecidas que iniciaram uma luta pela defesa da vida e pelo direito de manter unidos os membros oriundos do mesmo sangue. Essas avós ficaram conhecidas no mundo inteiro como símbolo da luta contra a ditadura em defesa dos direitos humanos e do direito de voltar a ter o convívio com seus netos e netas.

atualidade as Abuelas mantêm um trabalho de busca de informações sobre as crianças desaparecidas durante o regime militar argentino.

A repressão argentina concentrou-se em Buenos Aires, responsável por quase metade dos desaparecimentos políticos. Contudo, outras cidades como Córdoba, La Plata e Mendoza tiveram intensa atuação das forças armadas argentinas nas práticas repressivas. Os principais alvos da repressão eram os sindicalistas, membros do partido peronista, intelectuais, estudantes e jornalistas. Além desses setores sociais, os advogados que defendiam prisioneiros políticos e juízes também eram alvos da repressão argentina. **Segundo Anthony W. Pereira, a ditadura argentina expressou uma “quebra radical com a legalidade anteriormente vigente e um ataque em grande medida extrajudicial aos oponentes do regime”<sup>413</sup>. A nova “constituição” proibia a atividade dos partidos políticos e cancelava quase todos os direitos civis, sociais e políticos dos cidadãos, em função de um constante Estado de Sítio.**

No Paraguai, umas das principais estratégias utilizadas pelas forças repressivas para obtenção de informações consideradas relevantes a respeito das ações praticadas pelos “terroristas”<sup>414</sup> era a prisão e tortura de filhos de presos políticos durante a realização dos interrogatórios.

*Y unas de los golpes eran los que me marco que no se ni donde ni cuando me llevan a arriba con la niña en brazo y también me hacen preguntas, y la niña se pone mal porque me empiezan a pegar estando la niña en mis brazos. Entonces yo para calmarla a niña le doy el pecho. Es más me dolió porque para mí más le torturaron a la niña delante de mí.<sup>415</sup>*

O texto acima se refere ao depoimento de Maria Felicita Gimenez prestado à *Comision de Verdad y Justicia* do Paraguai, no dia 11 de novembro de 2006. Ela foi presa e torturada durante a ditadura militar do general Strossner, junto com sua filha em 1976, quando tinha 24 anos. Filha de paraguaios vivia em Formosa. Em viagem à Assunção por causa da enfermidade de seu sogro, foi detida e presa junto com sua filha Clarisa Carolina Carrillos, que na época tinha três meses. Seu marido Fausto atuava como advogado dos sindicatos dos empregados judiciais e foi sequestrado em Formosa no mesmo ano. Segundo Maria Felicita, em entrevista à *Comision de Verdad y Justicia*, ele não tinha envolvimento com partidos políticos. Ela e sua filha ficaram detidas durante oito meses para investigações.

---

<sup>413</sup> PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 44.

<sup>414</sup> Designação dada pelas militantes aos militantes políticos contrários ao governo de Alfredo Stroessner.

<sup>415</sup> Depoimento de Maria Felicita Gimenez prestado à Comision de Verdad y Justicia do Paraguai, no dia 11 de novembro de 2006. Dossiê da Comision de Verdad y Justicia do Paraguai.

Além dessas práticas, tortura psicológica e física era praticada com as crianças, filhas de militantes políticos, como mecanismo de obtenção de informações. A citação que segue subsidia essa informação:

*... Tenía 11 años, nos subieron llevándonos a todos en el chorro, luego nos llevaron ahí en donde el agua estaba medio estancada y ahí nos sumergieron la cabeza y luego sacaban de nuevo así sucesivamente y nos preguntaban otra vez: “¿en dónde está Victoriano Centurión?”, y le volvimos a decir de nuevo que no sabíamos nada y nos volvieron a meter en el agua, ahí casi me aboqué, al no decirle nada me soltaron y le trajo a otra persona, así sucesivamente a cada alumno le traían allí y les torturaban.(Marciana Cano, Costa Rosado, 1980)<sup>416</sup>.*

A situação dessas crianças estava determinada pelas condições em que se encontravam suas mães. Três situações são identificadas pela *Comisión da Verdad y Justicia* do Paraguai<sup>417</sup>: mulheres que tinham bebês e foram detidas junto com eles; mulheres que estavam grávidas durante sua detenção e que tiveram seus filhos na prisão; mulheres que tiveram que deixar seus filhos com outros familiares devido à situação de sua prisão, mantendo separadas dos mesmos durante anos.

Há ainda casos como de Maria Margarita Baez de Britez, presa em 17 de agosto de 1976, quando estava grávida de quatro meses. Devido às sucessivas torturas sofridas diariamente durante cerca de um mês teve um aborto e foi submetida a um procedimento cirúrgico para retirada do feto. Seu filho teve seu direito de nascer negado pelos agentes da repressão paraguaia. Em dezembro de 1976 Maria Magarita Baez de Britez foi libertada sem responder a processo. Na época não lhe foi entregue sua identidade e ela sofria ameaças de morte constantemente. Em 16 de fevereiro de 1982 foi novamente sequestrada sem conhecer os motivos da sua apreensão. Foi diariamente torturada durante cerca de oitenta dias. As consequências das torturas físicas e psicológicas que sofreu são inúmeras: alucinações visuais e auditivas, transtornos motores, fortes dores de cabeça e na coluna vertebral, adormecimento do corpo, taquicardia, problemas de pressão arterial e outros<sup>418</sup>.

Segundo dados da *Comisión da Verdad y Justicia* do Paraguai, dos 2059 testemunhos recolhidos, 15,7% correspondem a filhos e filhas de militantes políticos que sofreram violações de seus direitos humanos. Desses testemunhos 56% correspondem a homens e 44% a mulheres. Importante destacar a estigmatização dessas meninas, muitas delas vítimas de violência sexual, que até a idade adulta mantiveram um sentimento de culpa e vergonha pelo que passaram. O testemunho abaixo subsidia essa informação:

<sup>416</sup> COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final: Las violaciones de derechos de algunos grupos en situación de vulnerabilidad y riesgo*. Tomo III. Asunción: CVJ, 2008. p. 91.

<sup>417</sup> COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final: La Secuelas de las Violaciones de Derechos Humanos, La Experiencia de las Víctimas*. Tomo V. Asunción: CVJ, 2008.

<sup>418</sup> ARQUIVOS DO TERROR. *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* (CDyA. Corte Suprema de Justiça do Paraguai Relatório de Maria Margarita Baez de Britez.

*...Ya tenía 12 años cuando eso... después a las niñas que sacaron... una es mi prima, y que dicen que fue violada, yo no sabía cuando eso que le sucedió, pero vi que sangraba y vinieron a meterla otra vez con el grupo. C.F., Caaguazú, Costa Rosado, 1980<sup>419</sup>.*

Durante a ditadura paraguaia, foram detidas 577 crianças e adolescentes. Dessas 289 foram torturadas, 39 exiladas, 7 desaparecidas e 3 executadas<sup>420</sup>.

No caso brasileiro, as autoridades militares procuraram manter ações repressivas seletivas, preservando uma “aparente normalidade institucional com focos de ação violenta”<sup>421</sup>. Contudo, violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes, filhas de militantes políticos fizeram parte do cotidiano de muitas famílias brasileiras, amedrontadas pela tortura e do desaparecimento forçado de seus familiares. O caso de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, sequestrada no dia 13 de dezembro de 1968, junto com seus filhos André (3 anos) e a Priscila (2 anos) é um exemplo dessa prática. Seus filhos ficaram quatro meses detidos nas dependências militares e submetidos a situações degradantes e subumanas.

A menina tinha pouco mais de dois anos e o menino três, quando toda a família foi sequestrada em casa, no dia da promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, em Pariconha, no interior do estado de Alagoas. Junto com Maria Auxiliadora, passaram pelo DOPS de Maceió, pela Cadeia Pública, pela Escola de Aprendizes de Marinheiros e pelo Hospital da Polícia Militar, onde ficaram trancados em um quarto destinado aos portadores de doenças infectocontagiosas.<sup>422</sup>

Há ainda os casos de crianças e adolescentes que foram presos e, algumas vezes, torturados junto com seus pais, como é o caso do adolescente Ivan Seixas (16 anos) filho do operário paranaense Joaquim Alencar de Seixas. Ambos foram presos em 16 de abril de 1971 e levados para as dependências da 37ª Delegacia de Polícia e posteriormente para o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP). Ambos militavam no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) quando foram presos. Pai e filho foram torturados juntos e após o assassinato de Joaquim Alencar de Seixas, sua residência foi invadida, sua mulher e filhas foram presas. Ivan passou seis anos preso sem responder a um julgamento.

Levados para a 37ª Delegacia de Polícia e depois para as dependências do Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo – o DOI-CODI – pai e filho foram espancados a ponto de se romperem as algemas que os unia. Depois, os agentes os torturaram juntos. Apesar da dor, o cérebro de Ivan trabalhava sem trégua: “Não posso falar. O meu pai está ouvindo. O que ele

---

<sup>419</sup> COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final: La Secuelas de las Violaciones de Derechos Humanos, La Experiencia de las Víctimas*. p. 93.

<sup>420</sup> COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final: La Secuelas de las Violaciones de Derechos Humanos, La Experiencia de las Víctimas*. p. 93.

<sup>421</sup> TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e Repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 8.

<sup>422</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. p. 30.

*vai pensar de mim?”.* Ao mesmo tempo, seu corpo esgotava os limites. Assim, veio a idéia de mentir. “*Preciso falar, mas não a verdade*”, pensou. E forneceu a informação de um ponto falso.<sup>423</sup>

No dia 30 de setembro de 1969, Virgílio Gomes da Silva Filho foi preso junto com sua mãe e mais dois irmãos. No dia anterior seu pai Virgílio havia caído nas mãos dos agentes da repressão e foi assassinado. Sua mãe e irmãos foram presos quando estavam hospedados em uma casa praiana em São Sebastião / SP. Na época, seu irmão mais velho Vlademir tinha oito anos, Virgílio seis anos e Isabel, sua irmã mais nova tinha somente quatro meses. Todos foram detidos na sede da Operação Bandeirantes (OBAN). As três crianças foram arrancadas de sua mãe Ilda e levadas para o Juizado de Menores, onde permaneceram por dois meses. Antes disso passaram por vários interrogatórios.

“A noite era pior. Tinham umas luzes meio roxas lá para os lados do berçário onde estava a Isa. Meu irmão me levava na cozinha para a gente roubar leite e dar de mamar a ela”, recorda. O furto tinha um propósito: Isabel teve uma grave desidratação enquanto estava no Juizado. O instinto protetor impeliu os dois a dormir embaixo do berço do bebê, para impedir que fosse adotada. A adoção, aliás, pairava no ar. “Eles nos levavam para ver umas casas bonitas e perguntavam se gostaríamos de morar ali”, conta Virgílio. Nessas ocasiões, o menino permanecia mudo, protegido por uma teimosa indiferença.<sup>424</sup>

Ilda ficou presa até o ano de 1979, permanecendo incomunicável a maior parte do tempo. As crianças foram separadas e cada uma delas foi morar com um tio. Às vezes elas se reuniam e ficavam paradas em frente a um poste onde sua mãe, ainda presa, poderia avistá-los. Após ser libertada e reunir sua família, Ilda e seus filhos foram morar em Cuba onde permaneceram até concluírem o curso universitário<sup>425</sup>.

Em 19 de fevereiro de 2013 morreu em São Paulo Carlos Alexandre Azevedo, torturado quando tinha apenas um ano e oito meses de vida no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), em 1974. Carlos era filho do jornalista Dermi Azevedo, militante e um dos fundadores do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MDNH). No dia 14 de janeiro de 1974, Carlos Alexandre e sua mãe foram levados à sede do Deops paulista, onde seu pai estava preso. Durante o interrogatório de Dermi, os policiais jogaram Carlos Alexandre no chão e machucaram sua cabeça. A tortura deixou sequelas em Carlos que viveu toda a sua vida

---

<sup>423</sup> \_\_\_\_\_, *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. p. 44.

<sup>424</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. p. 64.

<sup>425</sup> PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. *Virgílio Gomes da Silva: de retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

submetido a tratamentos com antidepressivos e antipsicóticos. No dia 19 de fevereiro de 2013 Carlos Alexandre pôs fim à sua vida com uma overdose de medicamentos<sup>426</sup>.

Em junho de 1970 quatro crianças - Ernesto (2 anos e 3 meses), Zuleide (4 anos e 10 meses), Luis Carlos (6 anos e 7 meses) e Samuel (9 anos),- presas com a avó e os pais, foram enquadrados como subversivos e banidos do Brasil por decreto do então presidente Emílio Garrastazu Médici. Elas foram embarcadas em um voo rumo a Argel, capital da Argélia. Após presenciarem a tortura de seus pais e avó e de serem torturadas, foram banidas do Brasil com base no Ato Institucional Nº 13 que permitia “banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”<sup>427</sup>.

Nenhuma das crianças que tiveram os pais assassinados, clandestinos ou encarcerados teve o direito de desfrutar da convivência familiar, escolar ou comunitária. Seus relacionamentos eram marcados por restrições e segredos. Os finais de semana eram passados em cadeias, únicas ocasiões que podiam visitar seus pais.

Nossa experiência histórica nos mostra que é possível, apenas de forma figurativa, omitir o passado, evitar discuti-lo e investigá-lo. Todavia, a lembrança deste tempo é como um cheiro que nos acomete quando menos esperamos e que insiste em se fazer sentir, pois, segundo Beatriz Sarlo<sup>428</sup>, o presente é o único tempo apropriado para lembrar. A lembrança não se afirma pelo passado, mas sim pelos seus direitos: direito a justiça, a vida e a subjetividade de quem se recorda. Nesse sentido, o passado guarda um conflito entre a memória e a história, pois “nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança”<sup>429</sup>.

## Considerações Finais

Um Estado ou um governo pode proibir o retrocesso ao passado, mas não pode nunca o eliminar, pois implicaria na eliminação de todos aqueles que se recordam dele. Historicamente, nem mesmo o Holocausto nazista ou a Inquisição medieval, ou os campos e centros clandestinos de detenção e tortura durante as ditaduras militares na América do Sul conseguiram tamanha

---

<sup>426</sup> Morre em São Paulo homem torturado pela ditadura quando tinha um ano. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/,ead367d062fec310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>>. Acesso em 01 mar. 2013.

<sup>427</sup> VILLAMÉA, Luíza. Quando meninos são fichados como terroristas. *Brasileiros*. São Paulo. N. 68. Mar. 2013. p. 54-64.

<sup>428</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 10.

<sup>429</sup> \_\_\_\_\_ . *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. p. 9.

proeza. Ao contrário, ao tentar omitir o passado, seja através da alienação ideológica ou religiosa, seja através do desaparecimento forçado e genocídio de milhões de sujeitos históricos, as lembranças daqueles que o viveram insistem em se fazerem percebidas e vivas a partir das ações voluntárias e involuntárias do tempo presente.

Evitar conhecer e discutir este passado é deixar de perceber os valores que orientavam a sociedade civil e o Estado sobre o qual o regime se sustentava. É apagar lembranças, sentimentos, ações e inações que ainda se fazem presentes e que inviabilizam a conquista da nossa cidadania plena.

Abordar a memória de familiares de mortos, desaparecidos, torturados, presos e detidos políticos é desvendar silêncios e segredos emudecidos pela história oficial. O resgate destes fatos através de testemunhos e registros documentais possibilita a recuperação de histórias de violações de direitos humanos de cidadãos que vislumbravam um futuro mais democrático para seus países. Abordar a memória desses fatos, embora subjetivos e, aparentemente, similares traz à tona a recuperação de modos de ação e repressão das forças armadas que governavam os países do Cone Sul e o Brasil durante o período ditatorial. Retratar esses fatos é revelar as dificuldades enfrentadas pelos parentes e amigos de desaparecidos políticos e de seus filhos e filhas, sequestrados e torturados durante os regimes militares.

As memórias pessoais e testemunhos registrados nos arquivos pesquisados narram fatos históricos presentes ou não na memória coletiva desses países. Nesse sentido, o resgate das memórias pessoais, mesmo que subjetivas, são cruciais para percebermos a política de cooperação adotada entre os países do Cone Sul e o Brasil, bem como o protagonismo brasileiro nas ações de repressão, troca de prisioneiros e treinamento em áreas de inteligência e técnicas de interrogatórios. Segundo Marc Bloch “a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete no presente sua própria ação”<sup>430</sup>.

---

<sup>430</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P. 65.

# Oficina Músicas de Protesto: Enfoque sobre o cantor Zé Ramalho

**Beatriz Küller Negri**

Pós-Graduanda em Saúde para Professores

Universidade Federal do Paraná

[bia\\_kuller@hotmail.com](mailto:bia_kuller@hotmail.com)

**RESUMO:** O tema deste artigo é as músicas de protesto no Brasil a partir principalmente do movimento da MPB (Música Popular Brasileira), que se iniciou em 1960 no Brasil, perpassando por um cenário não só artístico, mas também por um ambiente estudantil e de grandes divergências políticas. Neste contexto, é importante analisar as críticas do cantor Zé Ramalho e o seu olhar sobre as crises do país utilizando duas de suas músicas lançadas em contextos sociais diferentes. A primeira música analisada é de sua autoria *Admirável Gado Novo*, de 1979, do LP *A Peleja do Diabo com o Dono do Céu*. Foi lançada, após a aprovação do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), no programa Fantástico. Teve uma aceitação do público, mas foi somente em 1996, quando foi utilizada como trilha sonora de um casal de sem terras na novela *Rei do Gado* que efetivamente ela teve seu valor reconhecido. A segunda música *O Meu País* de autoria de Livardo Alves, Orlando Tejo e Gilvan Chaves, foi lançada em 2000, no CD *Nação Nordestina*. Neste momento, o país já não vivia a Ditadura Militar, mas a música foi alvo de críticas, e novamente o nome do cantor Zé Ramalho circulava no meio das músicas de protesto. Este trabalho se constitui de três momentos: primeiro uma retomada ao tema músicas de protesto como apresentado acima, o segundo é um relato das experiências da sala de aula e do desempenho dos alunos do Colégio Padre Arnaldo Jansen diante da oficina, muitos dos alunos nunca havia ouvido falar sobre músicas de protesto, durante todo o desenvolvimento da oficina eles conseguiram compreender o tema e fazer as associações das músicas de protesto durante a ditadura com as músicas de protesto atuais e o terceiro uma conclusão sobre a oficina com base nos questionários e na opinião expressa ao final da oficina pelos alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Música de protesto; ditadura militar; censura; Zé Ramalho.

## Introdução

As músicas de protesto no Brasil dominaram o cenário popular a partir de 1960, com a constituição da MPB e a sua filiação aos movimentos estudantis. Os cantores tomavam conta dos espaços públicos, participavam de festivais populares, programas de TV com auditório, circuitos universitários, peças de teatro e suas músicas viravam temas de cinema. Porém, neste momento, eles não tinham a liberdade de expressão como teriam após a Ditadura Militar, pois cada uma de suas músicas passavam pela censura do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). Napolitano (2004, p.105)<sup>431</sup> fala que as táticas da produção da suspeita por parte dos censores eram maiores quando os cantores participavam da MPB, de movimentos estudantis, de entidades de oposição civil, apresentavam um histórico de envolvimento direto com atos subversivos e manifestações contrárias ao governo em entrevistas ou tinham seus nomes citados em depoimentos ou interrogatórios políticos.

---

<sup>431</sup>NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 105.

Devido ao alto índice de analfabetismo e a cultura oral estarem mais presentes na vida das pessoas nesse momento, segundo Ribeiro (2011, p. 181)<sup>432</sup> é graças a essa oralidade que “a canção popular mostrava-se como a obra cultural capaz para se alcançar o objetivo pretendido: fazer-se ouvir e ajudar nas causas sociais”. O povo analfabeto via na música um meio de se integrar a sociedade. Moraes (2000, p. 204)<sup>433</sup> cita um pensamento de Antonio Alcântara Machado que diz: “Toda a gente sabe: verso e música são as expressões de arte mais próximas dos analfabetos. Conjugados, assumem um poder de comunicação que fura a sensibilidade mais dura”. Isso explicaria os números de participantes nos festivais de música, pois a música atingia toda uma massa de classe média, que já vinha descontente com o governo e via na música uma forma de expressar esse descontentamento.

Os cantores expressavam seus descontentamentos e o sofrimento da população em suas canções, em um país em que não se podia expressar sua opinião livremente, sendo que esses questionamentos muitas vezes eram feitos através de metáforas. Raul Seixas falou abertamente sobre a censura da música *Rock das Aranhas* em um show (26 de fevereiro de 1983, São Paulo, Ginásio do Palmeiras) dizendo que todos os cantores recebiam um dicionário do censor de *A até Z* o que poderia ou não ser dito, a aranha não fazia parte do dicionário, mas como ela atentava a moral e os bons costumes agora passaria a fazer parte.

Todas as músicas antes de serem lançadas necessariamente deveriam passar pelo DOPS, a partir disso eram feitos os cortes necessários nas músicas e algumas não chegavam nem a ser lançadas. Os censores não faziam somente a leitura das músicas eles “assistiam posteriormente aos espetáculos para averiguar se os cortes, mudanças ou vetos estavam sendo respeitados” (BERG, 2002, p. 93)<sup>434</sup>. Em um Festival de Música no Maracanzinho (1968), o cantor Geraldo Vandré após as declarações dadas antes de cantar a música “Para não dizer que não falei das flores”, foi retirado do palco enquanto cantava e o povo respondeu continuando a cantar a sua música “somos todos iguais, braços dados ou não”.

Alguns nomes como o de Chico Buarque de Holanda e Geraldo Vandré aparecem em muitos dos relatos de repressão da Ditadura Militar como filo-comunistas, com músicas ideológicas que atentavam a ordem pública. Napolitano (2004, p. 107)<sup>435</sup> diz que os agentes do DOPS sempre participavam de festivais em que se encontrava o nome deles vinculados aos

---

<sup>432</sup> RIBEIRO, Mariângela. Música em cena: A Canção popular como forma de resistência política ou sucesso de mercado? *Temáticas*, Campinas, 19(37/38): 179-200, jan./dez. 2011, p. 181.

<sup>433</sup> MORAES, José Geraldo Vinci de. *História e Música: canção popular e conhecimento histórico*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 20, n° 39, 2000, p. 204.

<sup>434</sup> BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: UFSCar, 2002, p. 93.

<sup>435</sup> NAPOLITANO. A MPB sob suspeita, p. 107.

nomes de Edu Lobo, Nara Leão, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Marília Medalha, Vinícius de Moraes, Sidnei Muller, sendo que uma atenção especial era dada aos festivais em que havia a participação desses cantores, que com músicas jovens davam coragem ao público para lutar contra a dominação política e cultural.

É nesse contexto musical de protesto em que José Ramalho Neto (Zé Ramalho) se insere após abandonar a cidade de João Pessoa e sua faculdade de medicina, se dirigindo à cidade do Rio de Janeiro, no intuito de seguir a vida de cantor. Ele passa fome, vira um sem-teto, e aprende na pele o que significa lutar pela sobrevivência neste país. Com grande influência da Jovem Guarda Nordestina, da MPB e do Rock, Zé Ramalho começa suas composições, sendo a primeira *Avôbai* que seria gravada posteriormente pela cantora Vanusa (1977).

Em 1974 gravou seu primeiro LP *Paêbirú*. Em 1979, sendo um cantor mais influente dentro dos movimentos de protesto, ele gravou o disco *A Peleja do Diabo com o Dono do Céu*. Neste LP, se encontra a música *Admirável Gado Novo*, música questionadora em suas metáforas típicas para os cantores desta época, a qual foi lançada após a aprovação do DOPS. A letra colocava o “povo marcado, povo feliz”, como um povo que aceitava tudo o que o governo articulava, e que vivia uma vida sem se preocupar, que não almejava mudanças na sociedade, continuando suas vidas pacatas, sem mudanças como o andar do gado, que pagavam impostos caríssimos, “E dar muito mais, do que receber”, sem receber benefícios em troca.

Em seu vídeo no lançamento da música pelo programa Fantástico da Rede Globo em (onze de setembro de 1979), ele expõe uma cidade movimentada com pessoas que iam e que vinham, que viviam a vida rotineiramente e que com nada se importavam. Os questionamentos que Zé Ramalho faz nas entrelinhas para que a música fosse aprovada pela censura caiu nas graças do povo. Posteriormente, em 1996, a canção foi tema da novela *Rei do Gado*, e passou a ser ligada ao movimento sem-terra, voltando em um contexto diferente a questionar a sociedade que já não vive o Regime Militar, porém, continua seguindo a rotina como se ainda vivessem as repressões do passado.

Zé Ramalho lançou a música *O Meu País* durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano 2000. A música nos traz questionamentos implícitos, sem uso de metáforas, uma música que certamente não seria lançada durante o regime militar. Coloca o Brasil numa política de pão e circo, um povo que se contenta com feriados, futebol, carnaval, que agora pode ver tudo o que acontece ao seu redor, mas prefere ficar calado, um país que não evolui do terceiro mundo, que não investe em educação, nem na saúde, país preconceituoso, que sepultou o português e a cultura passando a circular em um meio pornográfico, e Zé Ramalho dizia mais -

“aderindo a total vulgaridade”, “Pode ser o país de quem quiser, mas não é com certeza o meu país”.

Mediante o tema das músicas de protesto apresentado e da importância em trabalhá-lo em sala de aula com alunos carentes de temáticas inovadoras, foi desenvolvido um mini-curso com a finalidade de mostrar um dos muitos recursos que o professor pode adotar em sua sala de aula, a música.

Piana (2012, p. 933)<sup>436</sup> diz que devemos pensar a música muito além da sua estrutura percebendo os aspectos políticos e sociais que a envolvem e, nesse sentido trabalhar a realidade do aluno que está inserido dentro de uma sociedade, e como as produções culturais o influenciam no seu dia-a-dia, e constroem sua identidade.

A música se torna, assim, um atrativo ao aluno, que vê a sala de aula, muitas vezes, como um local monótono, onde o professor assume o papel de mero transmissor do conhecimento e o aluno de receptor. O uso da música objetiva atrair a atenção do aluno mesmo que ele não conheça a letra ou o que o autor quis transmitir com ela, porque ela vai ser um recurso com o qual o aluno, a princípio, não está acostumado a trabalhar na escola.

Esta oficina foi elaborada de forma a ser utilizada de diferentes maneiras. Por meio dela podem ser estudados o período da Ditadura Militar, a censura do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), a influência que a música de protesto teve nas formações culturais e sociais desse período ou como essas músicas influenciaram a construção da identidade do povo brasileiro, neste período.

### **Relato da Oficina**

A oficina didática foi realizada no período da manhã no 1º A, do Colégio Arnaldo Jansen, com vinte alunos no total, ministrada pelas acadêmicas Beatriz Küller Negri e Ana Rúbia Pedroso.

A oficina se iniciou com o questionário de sondagem (no qual abordamos questões como: o que é protesto? Músicas de protesto? Censura? Zé Ramalho? E Woodstock?) e por meio das respostas dadas constatamos que muitos dos alunos nunca haviam ouvido falar desses temas.

---

<sup>436</sup> PIANA, Marivone. “*Em cada vereda uma canção*”: a música como estratégia pedagógica na educação básica. São Leopoldo: EST, 2012, p. 933.

Posteriormente passamos a uma breve exposição sobre o tema “Músicas de Protesto” no seu âmbito geral, buscando demonstrar como elas se deram nos Estados Unidos e no Brasil, seus representantes, o que os artistas buscavam com esses movimentos, a importância do movimento *hippie* e seus próprios protestos, relacionando também as recentes manifestações ocorridas no Brasil e junho deste ano.

A Ana Rúbia iniciou sua exposição sobre o tema Festival do Woodstock, fez uma breve explanação sobre o tema, contextualizando a Guerra do Vietnã, e levantou questões bem pertinentes a esse período da história como, por exemplo: como aconteceu o movimento *hippie*, o uso de drogas, a motivação que muitos jovens tiveram para aderir ao movimento, e dos muitos transtornos que o movimento trouxe a população local, onde o festival foi realizado.

Quando se iniciaram as colocações sobre as músicas de protesto no Brasil, tomei o cuidado de expor aos alunos que também houve aqui no país algumas tentativas do movimento *hippie* de se implantar, porém não foram tentativas bem sucedidas.

Contextualizar os alunos sobre a situação política e econômica que o Brasil viveu a partir do Golpe Militar de 1964, foi sem dúvida uma das maiores bases que os alunos poderiam ter pra entender a força que o movimento das músicas de protesto possuiu dentro de todo o âmbito nacional. Deve-se destacar também que não só elas foram importantes, mas também os jornais, as revistas, o cinema e teatro desempenharam seu papel de conscientização da população, e lutaram igualmente pela liberdade de expressão neste momento.

O questionário de sondagem foi aplicado no início e ao término da oficina, sendo que as respostas antes de apresentarmos o tema foram bem diferentes. Dos vinte alunos: dezoito alunos expressaram o que entendiam por protesto; porém só quatorze alunos haviam ouvido falar sobre músicas de protesto; somente nove alunos sabiam o que queria dizer censura militar; treze alunos já haviam ouvido falar do cantor Zé Ramalho, mas nenhum havia escutado suas músicas; e por fim quatro alunos já haviam ouvido falar alguma coisa sobre o movimento *hippie* e o Woodstock.

Esses números nos revelam que o tema era desconhecido pela grande maioria. As respostas dadas por eles ao fim da oficina revelam que dos vinte alunos: dezenove alunos compreenderam o que é um protesto; dezessete alunos compreenderam o que foram e a importância na história das músicas de protesto; dezesseis alunos entenderam como se deu a censura militar; dezoito falaram sobre as novas percepções que adquiriram sobre o cantor Zé Ramalho; e dezesseis alunos viram sobre nova ótica sobre o movimento *hippie*.

Os alunos, em sua maioria, responderam os questionários com respostas curtas, mas deu para perceber que eles entenderam bem o mini-curso. Algumas das respostas que surgiram na primeira pergunta: “O que é protesto?”, foram: “uma maneira que a sociedade encontra para manifestar sua opinião”, “as pessoas se manifestam em favor dos seus direitos”, “luta por justiça”.

Na segunda questão que perguntava aos alunos “Você já ouviu falar sobre músicas de protesto?”, as respostas que foram sim falaram do “RAP” e alguns “já haviam escutado em outras aulas de história”.

Quanto a terceira pergunta “O que é censura militar?” as respostas falavam de “repressão”, “agressão”, “o que o governo fazia para proibir as músicas que poderiam mudar a visão do povo”, “abuso militar”, “polícia proíbe manifestações” e “abuso de poder”.

Na quarta questão, a qual perguntava “Ouvir falar sobre o cantor Zé Ramalho?”, as respostas a princípio foram somente “sim” e “não”, porém ao devolvermos os questionários as respostas foram satisfatórias, ao apontarem que “gostaram das músicas” e da “história de vida do cantor”, e sobre “uma nova percepção do trabalho de Zé Ramalho”.

Na última pergunta “O que você conhece sobre o movimento *hippie*? E o Woodstock?”, as respostas a princípio eram “não sei” e “nada”, depois da oficina ele começaram a falar do “movimento”, “das músicas”, do “estilo de roupa dos *hippies*” e muitos falaram que “queriam ter participado do festival”.

A atividade realizada por eles após o intervalo buscou levá-los a expressar seus sentimentos diante do que vivemos há pouco tempo com as manifestações que se deram em todo o país e aqui na nossa cidade também. Solicitava que dispusessem em palavras as reivindicações que o tema e as músicas escutadas durante a oficina lhes levaram a pensar.

Além do que foi escrito também fizemos uma mesa redonda onde muitos expuseram ao grupo sua opinião sobre os manifestos que ocorreram em Ponta Grossa e o tema do mini-curso. Também agradeceram pela oficina, falaram da importância de se usar outros recursos em sala de aula, e de como a música os levou a pensar em tantas coisas, falaram sobre suas interpretações sobre os protestos, ocorridos no Brasil, da importância do gigante acordar, de como contextualizar o período em que foi escrita as músicas foi importante para que eles se identificassem com elas.

## **Conclusão**

O tema aqui trabalhado, das Músicas de Protesto, passando pela constituição da MPB (Música Popular Brasileira), dos Movimentos Estudantis, da Ditadura Militar, até o pós-ditadura, pretendeu ajudar os alunos a perceberem as mudanças que esse movimento trouxe ao Brasil, a construção da identidade da população dessa época, além da percepção sobre a censura durante o período da ditadura.

Enquanto apresentávamos a oficina pudemos perceber como os alunos dos colégios públicos anseiam pelo conhecimento. Eles se sentem inferiores aos demais alunos de colégios particulares e falam que não tem capacidade para passar num vestibular. Porém, enquanto conversávamos, a todo o tempo pedindo que nos falassem o que pensavam, eles foram se soltando aos poucos, falando das suas próprias mazelas, do que pensavam sobre o ensino que eles recebiam, as melhorias que poderiam ser feitas no seu colégio e quais são suas motivações para estudar.

As dificuldades na aplicação do mini-curso se deram na entrada da sala de aula, porque encontramos uma sala fechada e uma porta sem fechadura e foi difícil abrir a porta. A sala não tinha TV- Pen drive o que dificultou a apresentação das músicas, o dia estava chuvoso e faltou metade da turma, mas apesar disso os alunos colaboraram muito com a oficina participaram e a todo o momento nos interrompiam para fazer pergunta e falar o que pensavam sobre o tema. Eles alcançaram nossas expectativas, tanto no quesito de participação da oficina como nas respostas sempre claras e expressando suas opiniões, uma turma muito boa de lecionar.

Lendo tudo o que eles escreveram podemos chegar a conclusão de como uma aula bem elaborada, preparada para se valer de todos os recursos midiáticos disponíveis permite que os alunos consigam chegar a uma compreensão muito maior sobre os conteúdos e de como esses interferem em suas vidas e principalmente lhes impulsionam a ir mais longe e não desistir dos sonhos.

Percebemos ainda que dentro do ensino de história as músicas podem ser amplamente estudadas para auxiliar o aluno na compreensão das mudanças da sociedade e como os cantores de cada período descrevem suas emoções percepções, as músicas transmitem a alma do povo. Com músicas simples conseguimos dar uma aula bem completa e com uma grande participação de todos os alunos.

Por fim, afirmo a relevância desse trabalho na minha experiência como acadêmica e futura educadora, ao me ensinar a busca por recursos didáticos para auxiliar os alunos na compreensão e no interesse pela disciplina e de como desenvolver em sala de aula esse material para alcançar os objetivos pretendidos.



# A grande imprensa e a ditadura militar brasileira: a legitimação do governo militar nas páginas do jornal *O Globo*

**Camila Barbosa Monção**

Graduada em História (licenciatura)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[camilabmoncao@hotmail.com](mailto:camilabmoncao@hotmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho pretende discutir a relação entre a grande imprensa e a ditadura militar brasileira, especialmente a atuação do jornal *O Globo* durante o período. Para isso, foram analisados editoriais e algumas reportagens do periódico publicados nas décadas de 1960 e 1970. O trabalho busca, portanto, entender *O Globo* enquanto veículo de comunicação que divulga e dissemina valores de uma dada cultura política de acordo com o seu público leitor e com seus interesses particulares, sendo sempre o primeiro dependente do segundo e vice-versa. Ademais, esta análise buscará verificar se o posicionamento da grande imprensa, sobretudo d'*O Globo*, sobre a ditadura militar pode ou não estar relacionado ao apoio de parte da população civil ao golpe em 1964 e à permanência dos militares no poder por mais de 20 anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura militar brasileira; grande imprensa; *O Globo*.

## Introdução

O estudo da ditadura militar brasileira e das ditaduras do Cone Sul tem atraído a atenção dos historiadores com mais frequência nos últimos anos. Pode-se pensar na importância desses momentos políticos passados para a melhor compreensão de diversos elementos do presente dos países que viveram períodos de intensa repressão, autoritarismo e ausência de liberdade política e social.

A reflexão, pelos historiadores, acerca da ditadura militar brasileira pode ter variadas abordagens. Neste trabalho, serão apresentados e brevemente discutidos alguns pontos da relação d'*O Globo*, jornal carioca de grande circulação nacional, com a ditadura militar brasileira. Busca-se identificar o posicionamento do periódico com relação ao regime militar através da análise de seus editoriais e algumas reportagens publicados entre 1964 e 1979. Com isso, é possível perceber a qual cultura política o jornal pertence e, por isso, propaga.

Entende-se aqui como cultura política:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e

fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.<sup>437</sup>

Sendo o conceito de "representações" tido como: "[...]conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário, iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual [...]".<sup>438</sup> Os editoriais do jornal tecem representações acerca do período histórico estudado, buscando legitimar o golpe e a ditadura militar como "Revolução Democrática", algo que seria positivo e único na história brasileira.

### **A metodologia para o estudo da história por meio da imprensa**

O surgimento e a exploração pelos historiadores da chamada história das mentalidades, permite o uso de objetos que vão além da história intelectual literária e da história social e econômica como fontes históricas. Dessa maneira, passa-se a considerar o estudo da imprensa como parte da história das mentalidades, uma vez que se trabalha com representações, imaginário, desejos e a psicologia humana.<sup>439</sup>

O historiador Roger Chartier descreve a história das mentalidades, ou história cultural, como aquela que "(...) tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler"<sup>440</sup>. A imprensa seria, então, uma maneira de moldar essa realidade social, mas também de representá-la, sendo uma forma de percepção do real.<sup>441</sup>

A autora Tania Regina de Luca<sup>442</sup> pontua algumas sugestões para orientar a análise de periódicos: atenção à materialidade dos jornais e revistas (as mudanças de organização, aparência, apresentação, etc. ao longo do tempo), à forma como esses impressos chegavam aos leitores; seu conteúdo; sua relação com o mercado; a publicidade nele veiculada; o seu público leitor; o motivo do destaque dado a este ou aquele assunto; a formatação gráfica; a temática do jornal; a linguagem utilizada; o reconhecimento de seu lugar social e de sua organização interna. No estudo que se segue, houve a tentativa de seguir todas essas sugestões apontadas para a realização da análise.

---

<sup>437</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009, p.21

<sup>438</sup>MOTTA. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.

<sup>439</sup>CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p.17.

<sup>440</sup>\_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 16-17.

<sup>441</sup>Ao dizer "forma de percepção do real" compreende-se que o real é múltiplo. Sendo, portanto, um jornal como parte de um dado extrato social, ele é influenciado e influencia apenas uma parcela da sociedade.

<sup>442</sup>LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

Segundo a autora, até a década de 1970 ainda era raro o uso de jornais como fonte para o conhecimento da história do Brasil. Já havia a preocupação em escrever a história da imprensa, mas não por meio da imprensa. Pode-se dizer que uma das razões para a resistência em utilizar os periódicos como fonte estava ainda atrelada a ideia dominante de fins do século XIX e início do século XX, que propunha a busca pela verdade dos fatos. O historiador deveria se isentar de qualquer envolvimento com o objeto de estudo e também buscar fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade. Dessa forma, os jornais não seriam apropriados, uma vez que eram permeados de subjetividade e parcialidade, sendo, além disso, marcados pelas paixões do tempo presente.

Contudo, sabe-se atualmente que todos os documentos e até mesmo o historiador estão sujeitos às paixões do tempo presente. Tudo que existe é produto de seu tempo. Mesmo os documentos chamados "oficiais" são fruto de uma determinada demanda e de um lugar social próprios que influenciam diretamente em sua forma, conteúdo e modo de publicação. Visto isso, o historiador deve buscar uma representação da verdade, reconhecendo em sua pesquisa o peso das influências exercidas pelo presente em sua escrita e também a parcialidade existente em todo e qualquer documento. Essa nova percepção da história e do método histórico tem ligação direta com a emergência da chamada história das mentalidades, citada acima.

O estudo da história brasileira relativo ao período da Ditadura Militar, exige, ainda, um maior cuidado do historiador devido à linha tênue que divide a história e a memória sobre esse momento. Sendo assim, cuidados são necessários para que seja possível essa distinção na análise dos periódicos.

Visto isso, um jornal não se caracteriza apenas pelo texto que nele é publicado, mas também pelo seu público leitor, sua linha editorial, seus grupos de interesse econômicos e políticos, sua relação com o governo, entre outros aspectos que, inclusive, determinam e influenciam diretamente o texto publicado que é analisado, posteriormente, pelo historiador. Ao fazer uma história por meio dos periódicos, o historiador acaba fazendo também uma história do periódico em si e de seu papel na constituição política, social, cultural e econômica de alguma parcela da sociedade.

O conhecimento, mesmo que superficial, das categorias jornalísticas também pode ser de grande ajuda na compreensão e estudo do jornal. De acordo com José Marques de Melo<sup>443</sup>, são duas as categorias jornalísticas mais tradicionais: jornalismo opinativo e jornalismo informativo. Cabe questionar, segundo o autor, "(...)até que ponto o jornalismo informativo efetivamente

---

<sup>443</sup> MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

limita-se a informar e até que ponto o jornalismo opinativo circunscreve-se ao âmbito da opinião?".<sup>444</sup>

Tal questionamento serve também ao historiador ao analisar o texto jornalístico, uma vez que reportagens consideradas informativas podem também trazer traços opinativos, que não ficam restritos à editoriais e charges, por exemplo.

Ainda segundo o autor, a distinção entre categoria opinativa e informativa é um artifício profissional e político. Profissional porque significa o limite em que o jornalista se move, circulando entre o dever de informar e o poder de opinar; político no sentido histórico: um dia o editor deve burlar a vigilância do Estado, no outro, desviar a vigilância do público leitor em relação às matérias tidas como informativas, mas que na prática possuem vieses ou conotações.

Ademais, o jornalismo é um processo social dotado de profundas implicações políticas e cada procedimento jornalístico possui sua dimensão ideológica própria, independente do artifício narrativo utilizado. Narrar os fatos (jornalismo informativo) e expressar ideias (jornalismo opinativo) não altera fundamentalmente o processo interativo que se estabelece entre a instituição jornalística e a coletividade (público leitor).

Melo ainda aponta para a possibilidade de ser o jornalismo um relato dos fatos como eles se apresentam no momento do registro, não um estudo definitivo de uma situação. Ainda assim, o registro não pode ser considerado em absoluto o relato dos fatos exatamente como eles foram apresentados. A subjetividade do narrador, do jornalista, a forma como ele narra, o que ele prioriza na construção da narrativa, etc. isso já compromete a imparcialidade da informação. Não há formas de ser imparcial, cada um lê e vê de acordo com concepções próprias predefinidas.

Portanto, ao analisar os editoriais d'*O Globo*, suas colunas de opinião ou mesmo as reportagens informativas publicadas, o historiador deve reconhecer o ponto de vista do jornal e compreendê-lo como parte da narrativa e do lugar social por ele ocupado. Neste caso, o posicionamento d'*O Globo* forma e, ao mesmo tempo, é formado pelo seu público leitor, majoritariamente carioca, conservador e, talvez, adepto do discurso desenvolvimentista.

### **A grande imprensa e a ditadura militar**

Os anos 1960 e 1970 vivenciaram um crescimento expressivo da grande imprensa tradicional no Brasil, assim como significaram a consolidação de grandes empresas de comunicação em detrimento da diversidade no meio jornalístico.

---

<sup>444</sup> MELO. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*, p. 15.

É possível verificar o apoio de praticamente toda a grande imprensa ao Golpe militar de 1964, exceto do jornal *Última Hora*<sup>445</sup>.

Entretanto, seu apoio [da grande mídia] não implicava concordância plena com a pauta política da ala extrema-direita do novo regime, que pretendia golpear duramente as instituições liberais em nome da segurança e da ordem [...]. Em sua maioria, os jornais perfilavam com a ala “liberal” dos apoiadores de 1964, que temperavam seu amor pela liberdade com notável transigência a intervenções autoritárias para defesa do *status quo*.<sup>446</sup>

Interessante notar que o apoio da grande imprensa ao golpe militar se insere na discussão historiográfica inaugurada por Daniel Aarão Reis sobre a dimensão da participação civil na implantação e duração da ditadura. Para o autor<sup>447</sup>, a ocorrência do golpe e a extensão do regime militar não seria responsabilidade só dos militares, mas também da população civil, que não pode ser vista, para este autor, apenas como vítima ou parte da resistência.

Mesmo que esta tese seja, muitas vezes, duramente criticada<sup>448</sup>, ela encontra um modelo de apoio no estudo da grande imprensa, composta por civis que externaram seu apoio ao golpe e também ao governo militar. Contudo, diferente da grande maioria da imprensa tradicional que retira gradativamente seu apoio à ditadura na medida em que ela aumenta a restrição das liberdades individuais, *O Globo* mantém seu apoio, considerando decretos como a implantação do AI-5 como arriscados, mas se bem aplicadas poderão significar um avanço para o país:

O Brasil está diante de uma esquina histórica. O 13 de Dezembro poderá representar um passo de gigante – para frente – ou um funesto retrocesso. Tudo depende da condução do processo. Pergunta-se: estaria TODO o Govêrno em condições de carregar tanta responsabilidade sobre os ombros? Ou haveria áreas frágeis incapazes de ajudar a levantar o fardo? [...] não há lugar para gestos pequenos após o 13 de Dezembro. [...] O Govêrno está condenado a não errar. Perdeu esse direito. Um erro agora é como uma pena de morte sem o benefício do indulto. o Ato 5 foi a última instância. [...] Não se por afirmar ainda se foi um erro ou um acerto. Isso depende do uso que dele fizerem. Por isso é prematuro apoiá-lo ou condená-lo (embora algumas providências na órbita econômico-financeira hajam sido felizes). Poderá ser um bem para o Brasil como poderá representar um morte suprema.<sup>449</sup>

### ***O Globo e a ditadura militar***

---

<sup>445</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Revista Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

<sup>446</sup>\_\_\_\_\_. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969, p. 64

<sup>447</sup>REIS FILHO, Daniel Aarão Reis. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

<sup>448</sup>Critica-se a nomenclatura “golpe civil-militar”, pois não há um consenso entre os civis sobre a ditadura, o que tornaria delicada a equivalência destes como protagonistas da mesma forma que os militares ao longo do processo. Contudo, não é possível afirmar, também, que existia dentro das Forças Armadas um total e irrestrito apoio à intervenção militar a ao golpe.

<sup>449</sup>Editorial do jornal *O Globo* do dia 04 de janeiro de 1969.

Como pode ser ilustrado pelo trecho do editorial acima transcrito, o estudo do jornal *O Globo* permitiu analisar a forma como esse veículo apreciou os rumos tomados pela nova ordem vigente após o que eles denominaram de “revolução democrática”. O jornal nunca tratou o início da ditadura militar como um golpe de Estado, mas sempre como uma revolução que tinha o objetivo de afastar o Brasil da crise política trazida pelo que diziam ser uma ameaça comunista, o governo de João Goulart.

Das poucas críticas verificadas nos editoriais voltadas ao governo militar, prevalecem as de caráter econômico, em relação ao intervencionismo estatal abusivo, e algumas sugestões para o aumento do investimento em educação e pesquisa. Contudo, não faltaram julgamentos contrários à oposição, seja democrática, o MDB, ou armada, o que eles denominavam de "terrorismo". A oposição democrática era duramente criticada por não apoiar o suficiente a "revolução", impedindo os "avanços" propostos pelo governo militar. Já a oposição armada ou não institucional era tida como expoente do "perigo vermelho" dentro do Brasil e, por isso, deveria ser combatida a todo custo.

Outro aspecto significativo diz respeito ao alinhamento do conteúdo dos editoriais com as demais reportagens, colunas de opinião, ilustrações, etc. publicados no jornal: em todos os que foram verificados prevalece a tradição anticomunista e a crença no regime militar como a melhor forma de preservar a democracia brasileira. O estudo dos trechos selecionados d'*O Globo* permitiram a percepção da propagação de um discurso que remete às culturas políticas conservadora e liberal e também à tradição anticomunista, que retoma a todo tempo o discurso construído, principalmente, após a Intentona Comunista de 1935, no qual a possibilidade de um governo de esquerda ou com características consideradas da esquerda, poderia ser classificado com todos os inúmeros adjetivos negativos: desorganização, atraso, corrupção, etc<sup>450</sup>.

Além disso, é necessário reconhecer a conjuntura do período altamente influenciada pela disputa ideológica da Guerra Fria. Para aqueles alinhados ao bloco capitalista, normalmente reconhecidos como liberais-conservadores, qualquer evento que pretendesse um avanço dos objetivos considerados socialistas, como diminuição da desigualdade social, intervenção estatal na economia, ameaça à propriedade privada, dentre outros, era visto de forma negativa, perturbadora.

Nesse sentido, talvez possa ser explicada a aversão d'*O Globo* à João Goulart, uma vez que expoentes da direita, como o veículo de comunicação tratado no trabalho, apoiaram atitudes

---

<sup>450</sup>MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

autoritárias não por estarem necessariamente alinhados a ausência de liberdade de expressão e à atitudes repressivas, mas por considerarem esse meio autoritário como o único que poderia suprimir a "ameaça comunista" naquele momento. Dessa forma, elementos da direita que, talvez, em outras circunstâncias não apoiassem atitudes extremistas e autoritárias, veem a eminência de um "perigo vermelho", expressado pelas Reformas de Base propostas por Jango, que só poderia ser combatido com esses regimes repressivos.

Outro aspecto que deve ser abortado neste trabalho e que retoma a discussão feita anteriormente sobre a dimensão da participação da população civil no golpe e no governo militar, é a presença d'*O Globo* e de seu diretor, Roberto Marinho, na lista de "Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES".<sup>451</sup>

O complexo político-militar IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foi detalhadamente pesquisado por René Armand Dreifuss em "1964: a conquista do Estado". Segundo o autor, o objetivo do complexo IPES/IBAD era agir contra o governo nacional-reformista de Jango e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam sua administração, representando principalmente a face política dos interesses empresariais. Assim, a homogeneidade, a consciência e a organização desse grupo teria possibilitado a formação de uma elite orgânica "[...] capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela envolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado".<sup>452</sup> Apesar das muitas críticas recentes ao trabalho de Dreifuss, acredito que o aspecto acima citado não deva ser ignorado.

O IPES foi fundado, oficialmente, em 29 de novembro de 1961. De acordo com Dreifuss, o jornal *O Globo* foi um dos que recebeu favoravelmente seu lançamento. Além disso, é possível perceber a atuação do jornal nos moldes do Grupo de Publicações/Editorial (GPE) do IPES. Esta unidade de trabalho tinha o objetivo de conduzir uma campanha, através de jornais, televisão, propagandas, panfletos, etc., que disseminasse a mensagem ideológica afinada aos interesses da elite orgânica (liberal e conservadora).

### **A importância da imprensa na construção da memória sobre o golpe e sobre o regime militar: o editorial *mea-culpa* d'*O Globo***

Os pontos abordados durante o trabalho tem o objetivo de compreender a grande imprensa, especialmente d'*O Globo*, como potenciais veículos que promoveram a legitimação do

---

<sup>451</sup>DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 504.

<sup>452</sup>\_\_\_\_\_. *1964: a conquista do Estado*, p. 161-162.

golpe e do governo militar, através de um discurso pertencente a uma cultura política liberal-conservadora e com fortes influências da tradição anticomunista.

Por fim, será debatido rapidamente a permanência da importância dos diversos meios de comunicação, inclusive da imprensa escrita, na disseminação de determinados discursos ligados ao golpe e a ditadura militar na atualidade.

Ao longo do primeiro semestre do ano de 2014, falou-se muito dos 50 anos do golpe militar brasileiro. Tanto os meios de comunicação de massa, quanto os eventos e publicações acadêmicas, aproveitaram a ocasião para debater, lembrar e analisar esse período da história do Brasil que tem fortes sentidos para a atualidade. As heranças políticas, econômicas, culturais e sociais da ditadura permeiam o cotidiano de formas, muitas vezes, sequer percebidas.

Para efeito de mera exemplificação, basta checar a biografia dos últimos presidentes brasileiros, inclusive a atual presidente Dilma Rousseff: todos eles diretamente ligados, de diferentes formas, a movimentos de resistência à ditadura; ou verificar a denominação de construções públicas (praças, ruas, viadutos, etc.) que trazem o nome de governantes militares ou, agora, de indivíduos que se mostraram resistentes à eles; ou ler notícias e se deparar com as apurações de depoimentos da Comissão Nacional da Verdade... enfim, os poucos exemplos citados servem apenas para demonstrar a presença, cada vez maior, de debates acerca do golpe e da ditadura militar brasileira no presente.

Assim como foi notado por André Bonsanto Dias,<sup>453</sup> as reflexões relacionadas ao período ditatorial e, especialmente, às articulações do golpe de 1964, estão mais atuais agora do que estiveram há trinta anos. E, como também aponta o autor, a emergência de batalhas de memória nesse momento é uma demanda própria do presente, mais ligada à ele do que ao evento do passado em si. Dessa forma, há uma disputa nos meios acadêmicos e populares pela legitimação de recordações e esquecimentos que articula passado e presente.

Visto isso, a efeméride dos 50 anos do golpe militar intensificou disputas entre memórias individuais e coletivas que tentam recriar narrativas para esse acontecimento de acordo com cada lugar social e sentimento de pertencimento do grupo ou indivíduo. Há, por exemplo, por parte dos militares e setores da extrema direita, o desejo de reafirmar a necessidade e inevitabilidade do golpe de 1964 e o apoio popular à ele, uma vez que o país estaria ameaçado pelo "perigo

---

<sup>453</sup>DIAS, André Bonsanto. A “revolução” não será comemorada: horizonte de expectativa e as políticas de memória da grande imprensa brasileira frente ao contexto dos 50 anos do golpe. In: *Anais eletrônicos do Seminário 1964-2014: um olhar crítico, para não esquecer*, UFMG, Belo Horizonte, 18 a 20 de março de 2014, p.36-47.

comunista"; por outro lado, grupos pertencentes ao espectro político de esquerda lutam para afirmar a repressão e inconstitucionalidade do golpe e do governo militar.

A publicação desse texto e o lançamento de seu acervo online, que conta também com artigos que narram a história do jornal pelo ponto de vista do próprio jornal, tem a clara finalidade, por parte das Organizações Globo, de tomar a rédea de sua própria história, escrevendo e reescrevendo-a da forma mais adequada ao presente, compondo assim as batalhas de memória na atualidade. A emergência de batalhas de memória nesse momento é uma demanda própria do presente, mais ligada à ele do que ao evento do passado em si.

Dessa forma, há uma disputa nos meios acadêmicos e populares pela legitimação de recordações e esquecimentos que articula passado e presente. Visto isso, a efeméride dos 50 anos do golpe militar intensificou disputas entre memórias individuais e coletivas que tentam recriar narrativas para esse acontecimento de acordo com cada lugar social e sentimento de pertencimento do grupo ou indivíduo.

Há, por exemplo, por parte dos militares e setores da extrema direita, o desejo de reafirmar a necessidade e inevitabilidade do golpe de 1964 e o apoio popular à ele, uma vez que o país estaria ameaçado pelo "perigo comunista"; por outro lado, grupos pertencentes ao espectro político de esquerda lutam para recriminar a repressão e afirmar inconstitucionalidade do golpe e do governo militar.

Nesse sentido, é fundamental pensar a imprensa como um dos meios que externam essas batalhas de memória e retomam as discussões acerca do regime militar para além dos limites acadêmicos. Por isso, é relevante acompanhar as diferentes abordagens de revistas e jornais durante publicadas no ano de 2014 e as outras que ainda virão em que está sendo lembrado o evento do golpe militar. Tendo em vista o objeto de pesquisa central do trabalho, vale a pena realçar a atitude do jornal *O Globo* frente a esta ocasião.

Em 31 de agosto de 2013, o periódico publicou um editorial se desculpando pelo apoio ao golpe de 1964.<sup>454</sup> Lembrando as denúncias em relação às Organizações Globo feitas pelos manifestantes nas passeatas de Junho de 2013, o editorial lamenta ser verdade o fato de que O Globo apoiou o golpe militar. Ademais, aproveita a ocasião de lançamento de seu acervo online para frisar que "Governo e instituições têm, de alguma forma, que responder ao clamor das ruas".<sup>455</sup>

---

<sup>454</sup>O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro, 31 de agosto de 2013.

<sup>455</sup>O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro, 31 de agosto de 2013.

Para justificar seu apoio, o jornal se coloca em meio aos debates do período, como o temor aos resultados das mudanças propostas por João Goulart, o discurso anticomunista propagado em tempos de Guerra Fria, etc. Indo além, o editorial exalta o fato de que *O Globo* abrigou jornalistas de esquerda, sem contudo citar a censura interna que certamente ocorria dentro das Organizações para que nenhuma crítica ao governo fosse publicada.

Portanto, o editorial que expressa a mea-culpa do jornal carioca tem sim a intenção de responder a demanda das ruas, contudo, essa resposta não se mostra como um arrependimento, mas como uma explicação que visa absolver o apoio do periódico ao regime autoritário e repressor que perdurou por mais de vinte anos no Brasil.

A publicação desse texto e o lançamento de seu acervo online, que conta também com artigos que narram a história do jornal pelo ponto de vista do próprio jornal, tem a clara finalidade, por parte das Organizações Globo, de tomar as rédeas de sua própria história, escrevendo e reescrevendo-a da forma mais adequada ao presente, compondo assim as batalhas de memória na atualidade.

# Onde estão os comunistas? Um estudo sobre a vigilância ao PCB através das correspondências do DOPS em Minas Gerais (1945-1964)

**Camila Gonçalves Silva Figueiredo**

Mestre e Doutoranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

[cgoncalvesfigueiredo@gmail.com](mailto:cgoncalvesfigueiredo@gmail.com)

**RESUMO:** Apresentaremos os resultados parciais das análises das correspondências provenientes do acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais-DOPS, entre os anos de 1945 a 1964. Esta pesquisa permite identificar as estratégias aplicadas pelos agentes do DOPS no sentido de acompanhar o desenvolvimento das ações do PCB mineiro, suas demandas e objetivos, bem como o processo de monitoramento.

**PALAVRAS CHAVE:** Partido Comunista, Minas Gerais, monitoramento, DOPS.

A presente comunicação é parte integrante das pesquisas desenvolvidas para a tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em se tratando de estudos sobre o Partido Comunista Brasileiro/PCB e sobre a atuação das esquerdas no Brasil, a historiografia possui autores que são referência, dentre os quais o sociólogo Marco Aurélio Santana, os historiadores Carlos Fico, Daniel Araújo Reis Filho, Pedro Moraes e Maria Paula Nascimento Araújo<sup>456</sup>.

---

<sup>456</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. - REIS FILHO, Daniel Araújo; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. - REIS FILHO, Daniel Araújo; MORAES, Pedro de (Org.). *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. (Pensando o Brasil, v. 9). - REIS FILHO, Daniel Araújo. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990. - RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993. - RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução: do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Em "Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil"<sup>457</sup>, Santana analisa a articulação e atuação do Partido Comunista Brasileiro com o movimento sindical no período de 1945 a 1992. Para o desenvolvimento desta pesquisa, o autor contou com uma gama variada de fontes, dentre os quais: jornais, revistas, documentos relativos à atuação do PCB e do movimento sindical, e também, realizou entrevistas com integrantes do partido a partir da metodologia da História Oral.

No transcorrer do seu trabalho Santana afirma que teve dificuldades em relação ao referencial teórico utilizado na pesquisa, pois farta parcela dos estudos converge para análises focadas no desempenho político do PCB ao longo da sua trajetória e, sobretudo, as pesquisas tendem a relativizar ou a minimizar o papel do partido junto ao movimento sindical. A obra "O populismo na política brasileira", do historiador Francisco Weffort, é um significativo exemplo deste viés historiográfico. Neste trabalho, o autor considera o papel do movimento operário e do Partido Comunista Brasileiro, nas décadas de 1930 a 1950, como pouco relevante no cenário político nacional. Segundo o autor, estes segmentos não detinham autonomia nas decisões políticas. A atuação dos sindicatos é tida pelo autor apenas como função de intercessão entre o poder político e empresarial, não tendo, pois um papel forte na consolidação das reivindicações trabalhistas. Ainda conforme Weffort, a longa trajetória de ilegalidade do PCB consolidou a perda de projeção política e social. Para ele, é somente a partir da década de 1960, durante o período do Governo João Goulart, que a atuação das esquerdas emerge de maneira efetiva.<sup>458</sup>

Na contramão desta perspectiva, que podemos considerar como tradicional, a obra "Homens partidos" se destaca pela valorização do papel dos indivíduos e pelo exame da complexidade das interações sociais em um universo coletivo. Trata-se, pois, de um importante referencial para a nossa proposta de pesquisa, pois corroboramos da concepção de que para compreender a dinâmica interna do PCB mineiro junto ao movimento operário é prioritário deslocar o eixo analítico da estrutura para as relações. Deste modo, será possível avaliar a maneira pela qual eram construídas as ações e articulações contíguas à classe trabalhadora, mesmo em meio à ilegalidade política, para, assim, entender a multiplicidade de ações do partido no estado de Minas.

Para compreender como se davam as relações entre os membros do PCB junto a classe trabalhadora em Minas Gerais, temos no uso das correspondências fontes basilares no desenvolvimento desta pesquisa. Nesse sentido, nesta comunicação, apresentaremos alguns resultados das análises das correspondências provenientes do acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais-DOPS, que está sob custódia do Arquivo Público Mineiro-APM, em Belo Horizonte, desde 1998. O DOPS foi instituído em Minas Gerais no ano de 1956, tendo como mote principal a repressão aos crimes político-sociais. Com esse intento, foi gerado um forte aparato policial coercitivo com sede em Belo Horizonte, e, articulado com as várias regiões do estado. Não obstante, o acervo agrega também o

---

<sup>457</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, 2001.

<sup>458</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos Brasileiros)

material produzido pela Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social criada em 1927 na capital, que, assim como o DOPS, possuía como atribuição a manutenção da ordem pública. Para esta exposição incluímos também fontes disponíveis no acervo "Coleção Informante do Regime Militar" que estão sob custódia do Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro.

O trabalho realizado pelos agentes do DOPS resultou numa vasta documentação, que apreende inúmeras correspondências enviadas e recebidas pela polícia. Dentre as tipologias de correspondências consultadas para este exame, estão cartas, telegramas, boletins e informes produzidos pelos militares, oficiais, investigadores e delegados. O intercâmbio destas correspondências apresentava como objetivo central a exposição de inúmeros relatos sobre o andamento das ações da polícia política referente a vigilância aos indivíduos integrantes do Partido Comunista nas distintas regiões do estado de Minas Gerais. A rotina dos comunistas, suas ações e dificuldades são comumente relatadas pelos oficiais designados ao trabalho de vigilância a paisana ou enquanto infiltrados na facção política. Ademais, também eram foco de monitoramento sujeitos que, devido ao envolvimento em ações de cunho político e social eram considerados pelos agentes do DOPS como subversivos. A documentação disponível no DOPS também é resultante da apreensão realizada em sedes e comitês do PCB em várias regiões do estado. Deste modo, as fontes compreendem tanto documentos de autoria do próprio PCB, quanto elaborados pela polícia política.

Nesta comunicação utilizamos das correspondências oficiais do DOPS que, apesar do seu caráter formal, confidenciam a rotina dos profissionais que eram designados às ações de vigilância e repressão ao PCB em Minas Gerais, entre os anos de 1950 a 1970. Trabalhamos com três tipologias documentais, as cartas e telegramas, os informes e boletins de monitoramento.

Esse corpus documental, de igual modo, apresenta os espaços de sociabilidade que os militares frequentavam, bem como a dinâmica do trabalho desenvolvido por eles. Por conseguinte, a realização desta pesquisa permite identificar as estratégias aplicadas pelo DOPS no sentido de acompanhar o desenvolvimento das ações do PCB mineiro, suas demandas e objetivos, o processo de monitoramento, a eficiência e as dificuldades impetradas pela realização deste labor.

Além de algumas conclusões e análises prévias da pesquisa ora em andamento, fazemos menção a alguns procedimentos que utilizamos para o exame das correspondências como fonte para pesquisa histórica. Dentre os procedimentos destacamos:

- A identificação da origem e objetivo,
- A identificação destino,
- A identificação sujeitos mencionados direta ou indiretamente,
- A localização do período e frequência do intercâmbio das correspondências,
- Os anexos.

Um dos motes iniciais do método empregado refere-se a identificação da origem e objetivo destas correspondências, ou seja, o motivo que impulsionou os indivíduos envolvidos a estabelecerem o intercâmbio de informações. A razão de ser das cartas, telegramas ou informes, por exemplo, são elementos definidores para o estabelecimento do tipo de análises que são desenvolvidas a partir das informações apresentadas. Os informes são documentos oficiais que podem conter objetivos como: definição de ordens, pareceres, instruções ou informações sobre as atividades desenvolvidas pelos sujeitos que atuam no processo de monitoramento. Nessa perspectiva, farta parcela dos informes consultados até o momento, referem-se a exposição dos objetivos alcançados no trabalho dos agentes de monitoramento, bem como das ordens determinadas pelos militares de patente superior que comandam as operações.

A partir da compreensão do objetivo que estimula a elaboração das correspondências, localizamos simultaneamente a origem. Em nossa pesquisa, a origem refere-se tanto ao remetente/destino, quanto da instituição que elabora a correspondência. Por utilizamos documentação resultante do trabalho de repressão, é possível identificar quais as instituições estão envolvidas através do uso de timbres oficiais e assinaturas e, por conseguinte, a maneira como desenvolvem o trabalho. Esta ação de igual modo permite localizar os sujeitos envolvidos diretamente, ou seja, os agentes que trabalharam na polícia política, os locais de atuação e o resultado do trabalho realizado. Em contrapartida, elencamos os sujeitos incluídos indiretamente, que são aqueles referenciados ao longo do texto e, conforme o assunto tratado. O uso de pronomes de tratamento e o uso de uma linguagem mais rebuscada ou não, também está relacionado a hierarquia militar. Quanto maior o nível, mais formal tende a ser a correspondência. Também é possível observar o grau de intimidade que os agentes detinham com seus superiores a partir da linguagem utilizada nas cartas.

Como um dos principais objetivos da polícia política consistia em realizar o monitoramento das organizações de esquerda, os boletins e informes apresentam com riqueza de detalhes informações sobre quem eram os membros do Partido Comunista em Minas Gerais, expõe a composição dos comitês e os elementos mais atuantes na organização. Este é o caso do comunista Elson Costa, membro da comissão de organização do Comitê Central do PCB em Belo Horizonte, entre os anos de 1946 e 1947. Elson é citado de modo recorrente tanto em informes, telegramas e nos boletins de monitoramento. Por ser mencionado como militante muito atuante na capital, incitou a pesquisas ulteriores em que foi possível identificar a existência de uma pasta contendo 196 laudas relativas à apreensão de material da organização do partido que estava em sua posse<sup>459</sup>. Além de informações sobre a organização do PCB em Minas Gerais, o acervo apreendido pessoal do comunista Elson Costa possui material de propaganda sobre o comunismo utilizado para divulgação no meio sindical, nos anos de 1950 a 1964.

De igual maneira, através das correspondências foi possível localizar a existência de agentes infiltrados como militantes do PCB que acompanharam de maneira contígua as ações. Estes agentes

---

<sup>459</sup> Pasta 0096. Material apreendido - Elson Costa. 1950 a março de 1964. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0096> > acesso em outubro de 2014.

forneceram através dos relatórios e informes o panorama da atuação do PCB, suas dificuldades operacionais, bem como a disposição organizacional dos membros da organização. Alguns agentes estabeleceram relações próximas com os comunistas, participando de reuniões em células e comitês e, inclusive alguns conseguiram frequentar suas residências. Em um dos informes utilizados em nossas análises o relato do agente, infiltrado como militante comunista, foi feita o relato da composição da estrutura organizacional do Comitê Central do PCB mineiro no ano de 1955, bem como a indicação de uma lista de nomes referente aos responsáveis por realizar a ligação entre as organizações de base e as regiões de Minas Gerais<sup>460</sup>.

Ademais, a importância das correspondências como fonte em nossa pesquisa, se dá, sobretudo, em razão da fragmentação da documentação do PCB em Minas Gerais, que, em função do monitoramento constante ao longo da sua trajetória histórica não possui um acervo unificado. A dispersão da documentação é atenuada em função das ricas descrições que são emitidas através do intercâmbio de correspondências efetuado pelos agentes dos órgãos de repressão. Além das correspondências, há vasto material do PCB que foi apreendido em suas operações.

A partir dos exemplos mencionados, os sujeitos mencionados direta ou indiretamente nas correspondências são fundamentais para que possamos compreender a atuação do PCB e a composição da estrutura orgânica em Minas Gerais. O intercâmbio permite entender a partir dos relatos a multiplicidade de ações e relações que os comunistas realizaram no estado de Minas Gerais. Sendo assim, corroboramos da concepção apresentada pelos pesquisadores Carlos Eduardo Bezerra e Telma Maciel da Silva, segundo o qual o exame de correspondência deve ser feito a partir da compreensão da sua função de partilha entre sujeitos:

É uma partilha não somente porque uma carta pertence a dois sujeitos, mas porque envolve sempre vários correspondentes indiretos, no momento mesmo de sua produção, tanto da produção da carta como do texto literário.<sup>461</sup>

Muito embora a mera identificação do nome dos atores envolvidos seja uma ação básica no que se refere a análise de qualquer fonte histórica, em nossa pesquisa, o nome ostenta o papel de fio condutor, ensejando a abertura de novas possibilidades de identificação de fontes ulteriores, como no exemplo do comunista Elson Costa.

---

<sup>460</sup>Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

<sup>461</sup>BEZERRA, Carlos Eduardo; SILVA, Telma Maciel. Jogo de cartas: a correspondência como fonte de pesquisas. Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p.02- dez. 2009. ISSN – 1808–1967. Disponível em: < <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/163> >

Outros elementos que utilizamos para analisar as correspondências refere-se a percepção do período e da intensidade em que é realizado o intercâmbio das correspondências. Este aspecto é essencial em nossa investigação, haja vista que, o período tende a revelar a ampliação ou redução das ações de monitoramento. No tocante a presente pesquisa, identificamos que após o retorno a ilegalidade política no ano de 1947, ocorre o crescimento das ações repressivas ao PCB em Minas Gerais e, cresce na mesma medida as deliberações e determinações designadas através das correspondências em todo o estado a respeito do tipo de trabalho que deveria ser realizado pelos agentes da polícia política. Tal ampliação repercute na dinâmica interna da agremiação, sobretudo, na supressão e na coerção de muitas das suas ações.

Para desenvolvimento desta tese de doutorado utilizamos cerca de 300 pastas do acervo do DOPS de Minas Gerais, correspondente aos anos de 1950 a 1970. Em quase todas as pastas contém correspondências que nos fornecem informações sobre o trabalho realizado pelo PCB no interior do estado. A análise dessa documentação permite indicar ainda não apenas o crescimento do monitoramento das ações do PCB após o retorno ilegalidade política em 1947, mas também os meios utilizados para exercer a vigilância. Cresce o número de informes com relatos sobre a realização de apreensões em sedes de comitês do PCB e também de materiais de propagandas produzidos em tipografias. A apreensão era realizada tanto na capital como nos comitês de várias cidades em Minas Gerais. Como exemplo desta ação, podemos citar o Informe enviado pelo Delegado Geral de Juiz de Fora, em 06 de maio de 1952 relatando a apreensão de materiais ao Delegado de Ordem Pública de Belo Horizonte:

Senhor Delegado,

Comunico-vos que as solenidades do 1º de Maio do corrente ano se processaram na maior ordem.

Na véspera a turma da Ordem Política conseguiu apreender, em uma tipografia cerca de 500 boletins comunistas assinados por Lindolfo Hill, os quais assim não chegaram a ser distribuídos. Junto, remeto-vos alguns exemplares do aludido documento para vosso conhecimento.

Atenciosas saudações,

Delegado Geral.

Ao Exm. Sr. Dr. José Henrique Soares.

Delegado de Ordem Pública - Belo Horizonte.<sup>462</sup>

---

<sup>462</sup> Departamento de Ordem Política e Social-DOPS. Arquivo Público Mineiro. Pasta 4706, imagem 17, Rolo 068. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706> >.

Lindolfo Hill era comunista ativo na cidade de Juiz de Fora, foi vereador da cidade até o período da cassação dos mandatos dos membros do PCB em 1948, um ano após o partido ser posto na ilegalidade. Além de verificar o tipo de ação repressiva realizada, identificamos que os comunistas pretendiam realizar na ocasião do 1º de maio de 1952 o trabalho de agitação e propaganda.

A localização de anexos nas correspondências identificadas ao longo da realização do trabalho de análise de fontes é igualmente um dos procedimentos utilizados por nós. Neste caso, podemos fazer menção ao intercâmbio de correspondências cujo conteúdo trata da apreensão de documentos pertencentes ao PCB. Embora muitos dos telegramas e informes que comunicam a realização deste tipo de trabalho feito pelos agentes não contenham como anexo a documentação coletada, em função da fragmentação do próprio acervo do DOPS, aquelas que possuem são capazes de fornecer dados sobre as ações desenvolvidas, o funcionamento e cotidiano do partido em várias cidades do estado. Podemos fazer menção as correspondências policiais contidas na pasta 4505, que abarcam documentação sobre a presença do comunismo na cidade de Barbacena, entre os anos de 1935 a 1956. As correspondências versam sobre a apreensão realizada no comitê do PCB em Barbacena e informam sobre as tipologias documentais que foram confiscadas, dentre os quais, localizamos material de propaganda, correspondências pessoais e questionários utilizados pelo PCB.

Durante a década de 1950, período que em Minas Gerais o PCB realizava constante trabalho de expansão das suas ações, o uso dos informes como fonte nos permite identificar as relações que fortaleceram o estabelecimento das ações do Partido no interior do estado. Este é o caso do informe enviado para o serviço de Polícia Política da capital, em dezembro de 1956 informando que um emissário comunista teria sido enviado para a cidade de Montes Claros com o objetivo de estreitar os laços com os dirigentes locais:

Segundo consta teria sido enviado por Prestes, a Montes Claros, um emissário com fim de entender-se com os dirigentes locais, no que respeita a sua ida àquela localidade mineira, onde pretende passar sua data natalícia.

Estão em francos preparativos para receber o líder vermelho indígena, ocasião em que lhe será ofertado um livro de ouro, contendo as assinaturas de todos os comunistas do Norte de Minas Gerais, contendo o histórico de sua vida e um voto de confiança.<sup>463</sup>

Os boletins de monitoramento conforme já salientamos, permitem conhecer as informações coletadas pelos integrantes do serviço estadual de informação. Este indivíduos acompanhavam de perto o trabalho desenvolvido pela agremiação e emitiam através dos boletins as principais informações coletadas. Muitos desses boletins não são assinados, mas permitem conhecer o trabalho de pesquisa que

---

<sup>463</sup> Departamento de Ordem Política e Social-DOPS. Arquivo Público Mineiro. Pasta 3983, imagem 3, Rolo 050. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=3983> >

desenvolviam a respeito da rotina de trabalho e antecedentes dos comunistas. Como exemplo, podemos citar o boletim enviado no dia 30 de janeiro de 1957:

Belo Horizonte, 30/1/57

Pequenas informações:

Adão de Souza Ramos: Aos 28 do mês corrente, esteve na capital o marginado que aqui veio pedir garantia ao deputado Hernani Maia para o funcionamento do sindicato dos trabalhadores agrícolas em Mantena, da qual é presidente.

Segundo soubemos, o delegado foi à residência do Sr. Adão a fim de advertí-lo que não mais continuasse em atividades que pudesse colocá-lo em dificuldades, convidado-o a retirar-se da cidade.

Vida pregressa desse elemento:

É membro da Comissão de Campo do Comitê Regional do Vale do Rio Doce. Veio a esta capital por determinação do secretariado do Partido naquela região. Ainda: recebeu informação para que não guardasse em sua casa material que pudesse comprometer-lo como comunista. Isto aliás foi feito. Hospedou-se à Rua Sapucaí, 441. Pensão.<sup>464</sup>

Através deste boletim identificamos algumas informações relevantes. A primeira refere-se ao fato de que, durante o processo de reestruturação da linha política adotada pelo PCB na década de 1950, foram expressas claras orientações para ampliação do raio de atuação para além do segmento operário. A ampliação da esfera de trabalho para o perímetro rural, através da inserção do trabalhador camponês no partido era um dos objetivos. Este boletim permite identificar que este trabalho, apesar do monitoramento, vinha sendo realizado no interior de Minas. Apesar do foco da nossa pesquisa seja o entendimento das ações do PCB contíguas a classe operária, na documentação consultada, existem vários exemplos que apontam para o crescimento das ações do PCB no meio rural. O documento mencionado faz menção ao Deputado Hernani Maia. O referido deputado é citado em vários documentos do PCB como político com ligações com comunistas de várias regiões de Minas.

Após o retorno a ilegalidade política, o PCB estabeleceu relações com outros partidos, muitas vezes, introduzindo seus elementos em outras legendas partidárias. Esta estratégia também foi utilizada pelos deputados estaduais Oscar Dias Correia, Fabrício Soares, Edgard Godoi Mata Machado, Rodon Pacheco, através da legenda União Democrática Nacional na eleição de 1951. Além dos deputados federais Hidelbrando Brisália e Pedro Gomes de Oliveira pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

---

<sup>464</sup> Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX9ONESIACP1/8. p.01

### **Considerações Finais**

O objetivo da tese de doutorado consiste em compreender as estratégias e articulações do Partido Comunista em Minas Gerais nos anos de 1950 a 1970. Para isso, deslocamos o eixo comumente apreciado pela historiografia tradicional, que aborda a trajetória histórica do partido, para o estudo das estratégias. Ou seja, esta pesquisa propõe o enfoque das relações estabelecidas pelo partido com o segmento operário em Minas Gerais, em detrimento do enfoque que privilegia o exame apenas da estrutura. Nesse sentido, o uso das correspondências como fonte para desenvolvimento das nossas análises é basilar, haja vista que, as informações expressas abarcam dados relativos ao cotidiano e ações impetradas pelo PCB, aos espaços de sociabilidade e para as relações construídas pelo partido. A metodologia utilizada consiste na identificação e exame de elementos primários presentes em correspondências, ou seja, objetivos, frequência, elementos citados direta e indiretamente, anexos e período. O uso das correspondências do acervo do DOPS vem permitindo localizar fontes ulteriores viabilizando dessa forma o estudo das relações dos comunistas mineiras no recorte temporal delineado. Em função do PCB não possuir um acervo completo e unificado, este tipo de documentação contribuiu para a viabilidade da pesquisa.

# As relações entre história e memória no contexto da Ditadura Militar brasileira

**Gisele Gonçalves Dias Pinto**

Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[giselediaspinto@gmail.com](mailto:giselediaspinto@gmail.com)

**Marcos Vinícios Corrêa**

Graduado em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[marcos\\_vinicios\\_bm\\_ma@yahoo.com.br](mailto:marcos_vinicios_bm_ma@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Dentre as diversas temáticas discutidas pela historiografia está a questão da memória. As discussões sobre a mesma dificilmente produzem conclusões, sobretudo quando se busca a relação da memória com a história. No entanto, é importante compreender o papel que ela assume nos eventos históricos, como no caso da Ditadura Militar brasileira – evento este que deve ser tratado com muita cautela devido sua proximidade com nossa época e, por consequência, suas feridas ainda manterem-se abertas na sociedade. Buscar-se-á analisar a conturbada relação existente em discursos sobre a memória e a história (sobretudo o período supracitado) ressaltando a relação de proximidade que possuem e a importância da narrativa para o historiador, sendo essa tratada com muito cuidado, pois, por mais que seja tecida com base metodológica sólida, jamais consegue alcançar a verdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Memória; Historiografia; Ditadura Militar

Rememorar é um ato político. Nos fragmentos da memória encontramos atravessamentos históricos e culturais, fios e franjas que compõem o tecido social, o que nos permite ressignificar o trabalho com a memória como uma prática de resistência. (...) São nas ausências, vazios e silêncios, produzidos pelas múltiplas formas de dominação, que se produzem as múltiplas formas de resistência (...) que, fundadas no inconformismo e na indignação perante o que

existe, expressam as lutas dos diferentes agentes (pessoas e grupos) pela superação e transformação de suas condições de existência.<sup>465</sup>

## **Introdução**

Dentre os mais diversos assuntos no campo da história, a memória é um dos mais discutidos, sem, contudo, chegarmos a uma análise conclusiva acerca da relação entre elas. No entanto, é importante compreender o papel da memória sobre diversos acontecimentos dentro da história e da historiografia, como no caso da Ditadura Militar brasileira.

Buscar-se-á apontar qual a relação da história com a memória e qual a importância da preservação desta frente aos acontecimentos ocorridos de 1964 a 1985. Para isso, buscou-se analisar a relação, conturbada, existente em discursos sobre a memória e a história, ressaltando a relação de proximidade que possuem e a importância da narrativa para o historiador - que por mais que seja tecida com base metodológica sólida, jamais consegue alcançar a verdade.

Assim, entende-se que é preciso compreender este evento do passado que nos atingiu de forma violenta, e que a memória, por meio de relatos orais ou escritos, é de suma importância para tal. Ressalta-se sua importância posto que seja por meio dela que rememoramos o ocorrido, que perpetuamos a crítica a tal evento e que reforçamos a discurso de seu não retorno.

## **Memória e História**

A memória é um campo ainda conflituoso e delicado dentro da historiografia (tomada como objeto e como método). Por muito tempo a memória era entendida por alguns teóricos como algo artificial, como algo que se mostra repetitivo e que não possui uma origem clara, sendo coletiva e espontânea. Essa visão era partilhada por muitos, como no caso de Halbwachs – sociólogo do século XIX –, que também afirmava que a memória, por ser social, não era objeto do historiador, e sim do sociólogo, cabendo ao primeiro a história documentada, e não oral. Maurice Halbwachs, inserido na escola durkheimiana de base Positivista, compreendia que a história deveria ser dissociada da memória, sendo que esta era cabível à sociologia, uma vez que os campos sociais são diversos, assim como as memórias são coletivas – que são vivas –, em oposição à história, que seria una e seu objeto sucumbido<sup>466</sup>.

---

<sup>465</sup> PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. *O lugar da memória e a memória do lugar na formação de professores: a reinvenção da escola como uma comunidade investigativa*. In: Reunião Anual da Anped, 26, 2003, p.5.

<sup>466</sup> Ver: CATROGA, Fernando. A representificação do ausente: memória e historiografia. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça*. – N. 2 (jul. / dez; 2009). – Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

Essa concepção de memória como sendo oposta à história se modificou com a terceira geração da Escola dos Annales, quando Pierre Nora defendeu a ideia de que a história e a memória não eram opostas, e sim que era possível se valer de ambas para um produzir historiográfico. Além de Nora, Paul Ricoeur também defendeu tal visão, afirmando que ambas possuem uma relação, na qual a memória é a matriz da história, e que

la mémoire n'est pas seulement la visée d'un événement passé dans sa trace laissée en nous, ni recherche récompensée parfois et par bonheur par le petit miracle de la reconnaissance, elle est aussi auto-désignation de son propre sujet; nous disons en français que nous nous souvenons.<sup>467</sup>

Assim, lembrar pode ser considerado um ato histórico e coletivo, uma vez que nossa memória e nossa história estão entrelaçadas, fazendo-nos participantes singulares e ao mesmo tempo coletivos; é reconhecimento, auto-designação e coletividade em sincronismo. Nesse ponto, Ricoeur e Halbwachs se encontram, pois para este “a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito”<sup>468</sup>.

Em meio às discussões sobre memória e história novos rumos foram sendo tomados e novas teorias em relação às duas foram sendo desenvolvidas, como a busca por um estreitamento de laços entre elas. Essa busca tomou direção mais delineada a partir da segunda metade do século XX, quando as teorias sobre a sacralização das recordações pela memória começaram a ser questionadas. Alguns teóricos como Lucien Febvre viam na memória esse aspecto, enquanto notavam na historiografia um fazer intelectual desmistificador de representações.

Teorias como essas começaram a ser questionadas e em seu lugar buscou-se compreender que memória e historiografia possuem características comuns, mas cada uma mantendo sua especificidade. A historiografia é considerada um instrumento importante pelo qual o ato de se “fazer a história” ganha narratividade, o que auxilia no não esquecimento dos fatos existentes na trajetória dos homens. Contudo, “memória e historiografia não são necessariamente convergentes”<sup>469</sup>, ao ponto de uma se igualar a outra.

---

<sup>467</sup> Tradução: “Memória não é apenas algo concernente a evento passado que deixou seu rastro em nós, nem a procura por vezes recompensado a felicidade através do pequeno milagre de reconhecimento, ela é também é auto-designação de seu próprio sujeito; nós dizemos em francês que nós nos lembramos.” RICOEUR, Paul. *La mémoire saisie par l'histoire*. In : *Rev. Let., São Paulo, v.46, n.1*, p.245-258, jan./jun. 2006, p.248.

<sup>468</sup> MAHFOUD, Miguel. SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. *Halbwachs: memória coletiva e experiência*. Psicologia USP, S. Paulo, 4(1/2), 1993, p.288.

<sup>469</sup> GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 178.

Por mais que a historiografia possa ser considerada “um gênero literário que tem, entre outras, a finalidade de registrar e conservar as notícias sobre os acontecimentos dignos da memória”<sup>470</sup>, ela baseia-se em fontes (sejam escritas ou orais), entendidas aqui como rastro. Walter Benjamin define rastro como “a aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja daquilo que o deixou”<sup>471</sup>. Ele seria o fragmento de algo que existiu, algo que pertencente ao passado e que se exhibe no presente, devendo ser notado e analisado para que aquilo que ele carrega do evento passado não se apague.

É através do rastro que a escrita da história trabalha a rememoração e a transformação de presente<sup>472</sup>. O rastro é algo passível de compreensão, contudo, por ser fragmento, não possui o todo do que foi. Assim, a análise que dele pode-se fazer é uma interpretação, mas não a verdade sobre passado. Desta forma, o relato é um fragmento do evento, que deve ser analisado tendo em mente essa premissa, ou seja, não deve ser visto como a verdade. Assim deve ser nosso proceder ao trabalhar com a memória concernente à Ditadura Militar, tal como com qualquer outra fonte.

Com o rompimento da ideia de que a memória e historiografia são incomunicáveis, viu-se que esta está ligada à prática de recordação, é a responsável por preservar a memória e tornar perpétua a história. Por outro lado, há autores que criticam a produção de documentos, alegando que essa pode levar à diminuição do ato de narrar, na perda de transmissão cultural e compartilhamento de memória num meio social, uma vez que se diminui o hábito de se falar e ouvir.

No entanto, o ato de narrar não é tão facilmente perdido, pois a narrativa é imprescindível para que a escrita possa se concretizar, e ao narrar, transformam-se as experiências em algo sólido, há uma troca entre narrador e ouvinte, sendo que as experiências são compartilhadas e a forma artesanal de comunicação é estabelecida, por meio da narrativa<sup>473</sup>. Porém, tal comunicação “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’, da coisa narrada como uma informação ou um relatório”<sup>474</sup>, e sim fazer uma ligação entre a narrativa e o narrador, sendo que este marca-a com sua subjetividade.

O conflito imposto entre a memória e história também possui outros vieses: a confiabilidade – ou não – que a história tem da memória e na desconfiança que a memória possui em relação à história, que muitas vezes coloca de lado os direitos de lembrança. No entanto, é visível a necessidade que se tem acerca da memória social ou individual para presentificar determinados acontecimentos. A lembrança

---

<sup>470</sup> \_\_\_\_\_, *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, p.179.

<sup>471</sup> BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.490.

<sup>472</sup> Ver: BUSSOLETTI, Denise. Representações da Memória: A Escrita da História para Além do Princípio do Prazer. In: História e-história, 10 de agosto de 2010. Captado em: [http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=121#\\_ftn1](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=121#_ftn1). Consultado em: 22/06/2015.

<sup>473</sup> Ver: BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, 2. ed., Brasiliense, 1986.

<sup>474</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, 2. ed., Brasiliense, 1986, p.205.

acaba por levar o indivíduo para o caminho da “perseguição, pois nunca está completa”<sup>475</sup>, e assim o passado se faz presente - que é o tempo próprio da lembrança.

As relações entre memória e história ainda são delicadas, sendo tal relação ainda discutida e reformulada por teóricos. Porém, é visível que a relação não está pautada mais na dissociação como se pensava em meados do século XX, mas sim na associação plena entre ambas, sendo discutidos os melhores meios de se apropriar da memória para um discurso histórico. Mas, o que se vê, é que recordar está ligado ao resgate de um passado, e logo é manter vivo um passado. Associado à memória temos a reminiscência, que é a “capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido”<sup>476</sup>, sendo ela uma seleção de imagens com referencial de tempo, que possibilita silogismos, esquadrinhando a lembrança no passado.

### **A Ditadura Militar no Brasil**

O Regime Militar instaurado no país, em 31 de março de 1964, e sucumbindo em 15 de março de 1985, marcou a história do país de forma drástica, sendo considerados os 21 anos de maior repressão do país, na qual os desaparecimentos e as torturas foram as características mais fortes do aparato repressivo. O golpe iniciou-se com a tomada de poder de João Goulart pelas Forças Armadas, apoiada por setores civis temerosos por um golpe de esquerda – temor este aventado devido às reformas propostas por João Goulart que propunham mudanças que incluíam: reforma agrária, fiscal e bancária, voltadas para a redistribuição das riquezas nacionais; direito de voto aos praças, sargentos e analfabetos; e lei de remessa de lucros para defender a economia nacional.

A chegada dos militares ao poder tinha, inicialmente, a proposta de devolverem o poder aos civis. No entanto, logo nos primeiros anos do governo de Castelo Branco os Atos Institucionais 1 e 2 foram criados, suspendendo direitos políticos de cidadãos, cassando mandatos parlamentares, dissolvendo partidos políticos, transformando as eleições em indiretas e estabelecendo sanções para às pessoas com os direitos políticos cassados e que se manifestassem contrários ao governo, iniciando assim, o sistema de censura. Tal sistema se mostrou configurado em 1968, ano que foi criado o AI-5, que, em resumo:

Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das

---

<sup>475</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.10. Captado em: <http://goo.gl/r9ij0p>. Acesso em: 15 abr. 2015.

<sup>476</sup> ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.15.

Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.<sup>477</sup>

O AI-5 foi a representação do endurecimento do governo militar, instaurado por Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968, ano em que cem mil pessoas foram às ruas protestar contra as arbitrariedades do regime, sendo o AI-5 uma resposta às tais manifestações.

Nesse cenário, há a importante presença do Movimento Estudantil, que estava na luta por direitos antes da implantação dos Atos Institucionais, e que desde 1965 agia na clandestinidade, período em que “a UNE fica proibida também de funcionar como associação civil, proibição que se torna extensiva a todas as entidades estudantis e ao conjunto de suas atividades”<sup>478</sup>. Mesmo em tais condições, os protestos estudantis não cessaram, e a luta contra a política educacional do governo e por subsídios para a reforma universitária foi retomada em 1967, sendo recebida pelo governo de forma repressiva e os estudantes passaram a ser tratados, no âmbito da segurança, como uma questão militar. Em março de 1968 a repressão policial atingiu seu apogeu com a repressão ao Movimento Estudantil, no Rio de Janeiro. O episódio marcou a história do Movimento, pois as consequências foram o claro aumento do aparato repressivo da polícia.

A perseguição aos contrários ao governo se tornou cada vez mais forte e embasada num discurso de legitimação do uso do aparato repressivo. Tal repressão

esteve concentrada em duas fases: a primeira, entre 1964 e 1966, coincidindo com o governo Castelo Branco, quando somam-se 2.127 nomes de cidadãos processados. A segunda fase corresponde quase por completo ao mandato de Garrastazu Médici: registram-se 4.460 denunciados entre 1969 e 1974, na avalanche repressiva que se seguiu à decretação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.<sup>479</sup>

A segunda fase do regime, de acordo com Dom Paulo Evaristo Arns, foi a mais violenta do período de 21 anos, uma vez que prisões arbitrárias, torturas e assassinatos ocorreram de forma sistêmica, sendo a tortura “umas das linhas mestras da repressão política”<sup>480</sup>. Entre os modos de repressão utilizados pelos militares compreende-se:

---

<sup>477</sup> Sítio Planalto: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>.

<sup>478</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2008, p. 34.

<sup>479</sup> ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p.85.

<sup>480</sup> JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTE, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.165.

a aplicação de sofrimento físico ou a ameaça de aplicá-lo imediatamente, com o propósito de se obterem, ou como decorrência de medidas adotadas para se obterem, informações secretas ou provas forenses de interesse militar, civil ou eclesiástico.<sup>481</sup>

Nesse período, os métodos de tortura para conseguir informações para minar grupos contrários ao regime eram diversos como: pau de arara, choque elétrico, pimentinha, afogamento, cadeira de dragão, geladeira, uso de insetos, animais, produtos químicos e agressões físicas. Geralmente, os que eram pressionados, buscavam se calar, pois os “que contam a verdade tiveram consciência dos riscos de sua atividade;”<sup>482</sup>, que no caso era colocar a vida de outros companheiros em risco, levando-os também a serem presos, torturados e alguns até mortos.

As torturas eram realizadas por militares das forças armadas, no entanto haviam também alguns civis que cumpriam as ordens emanadas por aqueles. Um dos torturadores mais conhecido foi Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS de São Paulo, que envolveu-se em diversos casos de perseguição aos opositores do governo. As torturas ocorriam em lugares distintos, em delegacias, colégios militares, casas e fazendas, mantendo os torturados sob cárcere privado, após sequestros.

As vítimas de tais métodos eram diversas: estudantes, militantes de esquerda, grupos de resistência no geral. Estas eram presas, interrogadas e torturadas, ficando na prisão por meses ou anos, sendo que muitos morreram durante tal processo ou desapareceram. Nesse cenário, qualquer tentativa de recriminar tais atitudes do governo era vetada por meio da censura - seja na música, na arte ou na mídia – pois, o regime se valia dela para manter sua posição e inibir quaisquer forma de expressão contrária a seus métodos de governar.

As implicações da tortura sobre as vítimas são diversas, deixando marcas físicas e psicológicas e implicações físicas ou mentais irreversíveis, sendo assim, uma violação dos direitos humanos que requer justiça.

A ditadura no Brasil encerrou-se por meio de uma anistia de mão dupla imposta pelos ditadores, que foi aceita por falta de opção e como uma forma de encerrar o ciclo de violência que estava instaurado naquele período.

### **A Memória, a História e a Ditadura**

---

<sup>481</sup> PETERS, Edward. *Tortura*. São Paulo: Ática, 1989, p.8.

<sup>482</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972, p.285.

O tema da memória e da história é um tema bastante complicado quando situado na esfera social, uma vez que age no cerne de questões materiais, imateriais, simbólicas, morais e de valores particulares, impactando diretamente nas três temporalidades: passado, presente e futuro. Assim, é preciso ter cautela ao trabalhá-la, sobretudo quando em relação a determinados acontecimentos, como no caso da Ditadura Militar no Brasil. Neste caso, o tema deve ser tratado no âmbito público, para que seja encarado como uma aprendizagem de cidadania e república, no intuito de formar opinião pública em favor de práticas sociais democráticas.

A memória e a reminiscência são um direito, e a articulação desses com a história é mais que plausível e conexa, é necessária, frente a determinados acontecimentos. A memória no cenário da Ditadura Militar brasileira é um dever, uma vez que por meio de testemunhos é possível uma condenação das atrocidades cometidas por este regime, além da possibilidade de compreensão ampla de um jogo de poder, pois esse também pode ser analisado através de relatos embasados na memória dos atores sociais. O debate acerca dela apresenta-se primordial, posto que pode se tornar uma disputa da qual a reconstrução do passado se mostra legítima ou não, de acordo com o grupo social que a descreve. Por isso a importância de tratá-la num cenário público, no qual o discurso de quem cometeu crimes e de quem os sofreu sejam colocados para que a sociedade compreenda a narrativa dos envolvidos, vislumbrando atos escondidos que marcaram a sociedade, como no caso das torturas, e condenado-os com base numa legislação democrática – oposta àquela vigente no período em que a Ditadura ocorreu.

A narração é fundamental para inscrever a experiência em uma temporalidade<sup>483</sup>, sendo o ato de narrar também o de atualizar, presentificando o passado, impedindo que seja levado ao esquecimento. Apesar de pensadores como Benjamim acreditarem que a experiência já foi perdida, que o relato do vivido não leva consigo o experimento, ele transmite o vivido para aqueles que não o viveram, e a memória é a principal reconstituidora do passado, ela também é um rastro.

A narrativa oral ou textual sobre o regime ditatorial brasileiro tem de fazer parte da historiografia, sobretudo a narrativa dos presos políticos torturados, uma vez que se não fossem os relatos destes, o conhecimento a respeito do aparato repressivo seria mínimo, e a justiça para com esses atingidos poderia nem existir. Nesse panorama se localiza a importância da Comissão Nacional da Verdade<sup>484</sup>, que visa investigar tais violações de Direitos Humanos e efetivar o direito à memória, contribuindo também para prestar assistência às vítimas do regime.

A memória, nesse caso, é fundamental para uma escrita da história que visa fazer justiça e reafirmar uma democracia, por este motivo tem de ser trabalhada e reafirmada, para que se possa surgir

---

<sup>483</sup> Beatriz Sarlo mostra que “a narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar” SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.25. Captado em: <http://goo.gl/r9ij0p>. Acesso em: 15 abr. 2015.

<sup>484</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei N° 12.528, de 18 de Novembro de 2011, pela Presidenta da República, Dilma Rousseff.

movimentos renovados de luta pela democracia e para que se possa, a cada geração, interpretar o ocorrido de forma clara, evitando-se, assim, o retorno das atrocidades vivenciadas pela sociedade brasileira durante a segunda metade do século XX.

### **Considerações Finais**

Pode-se compreender que os discursos acerca da memória são ainda bastante complexos, cabendo uma maior reflexão sobre a mesma, buscando sempre a conciliação entre a memória e a história. Aquela muitas vezes foi vista como matriz desta, no entanto é preciso cautela ao se trabalhar com a associação entre ambas, para não se correr o risco de fazer da memória uma verdade. Pois, por se tratar de narrativas orais ou escritas, a memória está contagiada por aquele que a relata e a vivenciou, assim, as emoções são reavivadas e a imparcialidade é de difícil alcance.

Sobre essa temática (memória e história) para o assunto referente à Ditadura Militar brasileira, é de extrema importância a discussão sobre os usos das mesmas, posto que a memória se torna um alibi na luta contra o regime. Os relatos, sobretudo dos que sofreram diretamente com tal governo, servem-nos para a divulgação das atrocidades cometidas contra os que lutavam por democracia, auxiliando-nos a não esconder esse período obscuro da história do país, e sendo um suporte para a luta para que tal período não retorne.

É tarefa do historiador, sobretudo, trabalhar com a memória, e em específico da Ditadura, buscando analisar narrativa dos que impuseram tal governo, e dos que sofreram com ele, entendendo-os em seu lugar devido, qual seja o da experiência subjetiva, encarando-os com discursos que são elementos de disputas de poder. Assim é preciso mostrar, especialmente, que a memória produzida pelo governo vigente no regime é importante, discutindo como seus relatos visavam corroborar suas atitudes, pois buscava a adesão dos governados ocultando as atrocidades cometidas.

Tal tarefa torna-se ainda mais relevante em períodos onde um conservadorismo forte tende a tentar construir uma história pública que aponta o regime militar como um período de paz, segurança e prosperidade, focando na história oficial do período, ou seja, do regime militar e descreditando os relatos daqueles que sofreram durante a ditadura.

Dessa forma, dentro das discussões sobre esse campo, é possível vislumbrar sua utilidade para a sociedade, relembrar para os que conhecem e mostrar aos que desconhecem os efeitos e consequências de um regime ditatorial militar, no qual a sociedade é fortemente atingida, mesmo que indiretamente. Assim, reafirma-se novamente a necessidade de se trabalhar com a memória na história, visando reafirmar a necessidade da democracia e a condenação das injustiças cometidas pelo regime militar. Vê-se assim, a importância da Comissão Nacional da Verdade, que com o intuito de condenar a violação dos direitos

humanos, acaba por mostrar à sociedade o que ocorreu durante os 21 anos de repressão no Brasil, acentuando a necessidade de se recordar o mal gerado e de não o comemorar.

# Comentando o golpe militar: os editoriais do Estado de Minas em 1964

**Guilherme Alonso Alves**

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

[Guilhermealonso77@gmail.com](mailto:Guilhermealonso77@gmail.com)

**RESUMO:** Esse trabalho tem por intuito analisar os editoriais do periódico *Estado de Minas* entre Abril e Dezembro de 1964. Tem-se como ponto de partida o entendimento que o “editorial” é o espaço por excelência do discurso político nos meios de comunicação. Assim sendo, a análise detalhada da argumentação dos editoriais pode nos dar um rico entendimento sobre as argumentações empregadas na ocasião do golpe e as posições políticas defendidas no momento de instauração da ditadura. Sem amenizar o papel das forças armadas no momento e na posterioridade do golpe, esse estudo visa a pluralidade explicativa para os atores desse episódio político, frisando o apoio de parte da sociedade civil por meio da abordagem do principal veículo de imprensa de Minas Gerais na época.

**PALAVRA CHAVE:** Golpe-militar; Imprensa; Ditadura.

Esse trabalho tem por intuito compreender a ação de grupos pró-golpistas como a mídia impressa, no sentido de pensar suas justificativas para o golpe e suas projeções de futuro. De maneira geral, parto da premissa que a mídia constrói sua informação a partir de um ponto de vista, isto é, seu lugar social de fala. Assim sendo, nossa intenção seria deslocar o estudo do campo da história dos meios de comunicação para o campo da história social. Pois a imprensa se configuraria como uma força social que trabalha na criação de uma hegemonia através de uma construção que articula as relações entre passado e presente visando um projeto para o futuro<sup>485</sup>.

O recorte documental foi escolhido tendo-se em vista compreender a opinião dos proprietários desses veículos de comunicação que para além de suas funções jornalísticas também eram empresários. O dia-a-dia de um jornal reflete constantemente a vida política de um país a partir de um ponto de vista, é claro<sup>486</sup>. Dito isso, entendemos que os editoriais são uma fonte importante para entender a posição da classe empresarial brasileira. Como colocado por Juremir Silva, os jornais no momento do golpe serviram como “intelectuais orgânicos” da classe empresarial<sup>487</sup>. Nas palavras de Gramsci o significado de intelectual orgânico é,

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e

---

1 CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007, p. 258 -259.

<sup>486</sup> JEANNENEY, Jean-Pierre. A mídia. In: REMOND, René (org). *Por uma história Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 225.

<sup>487</sup>SILVA, Juremir Machado da. *1964: O Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre. Sulina, 2014 p. 10.

consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc e etc.<sup>488</sup>

Partindo desse princípio, podemos entender que os editoriais expressam opiniões próprias dos interesses da classe empresarial, como por exemplo: o combate ao comunismo, a defesa do livre mercado e da propriedade privada. Todavia, é necessário não se deter em uma visão estritamente economicista do processo social, isto é, a classe empresarial não funcionava de maneira monolítica, tendo suas segmentações e flexibilidades internas. Importante fazer esse contraponto reflexivo para que não detenhamos em uma análise engessada que não consegue dar conta da complexidade da realidade. No caso específico que será estudado aqui, as opiniões próprias do interesse empresarial são expressas em conjunto com outras tópicas argumentativas próprias do momento e da formação social individual tais como a exaltação aos militares, a defesa de posturas autoritárias perante os comportamentos políticos desviantes, a defesa de interesses estaduais e etc. Portanto, apesar do estudo editorial constituir uma ótima fonte para compreensão da posição empresarial, esse trabalho só poderá ser frutífero se for pensando de maneira densa atentando-se para uma formação de consciência que não se detêm apenas nos contornos classistas, existindo espaço para a junção de outros diversos interesses naquilo que pode ser entendido com uma opinião de classe.

É importante evidenciar que o papel de intelectual orgânico não necessariamente embutia ideologias da classe empresarial de uma maneira maniqueísta em outras classes sociais. O anticomunismo na década de 1960 já era algo há muito interiorizado no pensamento social brasileiro<sup>489</sup>. Os editoriais da linha golpista não estavam colocando pautas completamente novas no cenário político e não estavam controlando, como uma espécie de marionete, a opinião pública, embora sua influência existisse e fosse grande. O que estava sendo feito era um diálogo e uma reprodução de valores que estavam alastrados em determinados setores da sociedade civil desde os anos 1930<sup>490</sup>. É preciso se atentar para a complexidade desse evento, no sentido de haver uma relação em que os editoriais disseminam valores, mas também dialogam com conceitos já enraizados na sociedade, evidenciando que não se tratava de um movimento acima dessa. É condição essencial para o entendimento do complexo cenário que havia se articulado em 1964 compreender a contingência de fatores que se intercalam, se comunicam, mas não necessariamente se determinam. O que pode ser observado é uma relação dialética entre diversos fatores e grupos que compartilhavam, de maneira esparsa, de um núcleo de valores comum, em especial o anticomunismo.

Importante fazer a relação da fonte com sua historicidade e a relação com o seu meio social. É necessário pensar como aquele veículo de comunicação constrói sua identidade e quem

---

<sup>488</sup>GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 03.

<sup>489</sup>\_\_\_\_\_. *A formação dos intelectuais*. p. 03.

<sup>490</sup>\_\_\_\_\_. *A formação dos intelectuais*. p. 03.

são seus articuladores<sup>491</sup>. O *Estado de Minas* era propriedade do empresário do ramo midiático Assis Chateaubriand. O jornal foi comprado em 1929 de um grupo<sup>492</sup> que o fundou um ano antes e então passou a integrar o *Diários Associados*<sup>493</sup>, um conglomerado midiático que contava com vários jornais e rádios<sup>494</sup>.

Chateaubriand desde 1930 sempre foi categórico nas defesas da livre iniciativa, tendo em 1951 manifestando-se contra a Lei do Petróleo, que visava à criação da empresa estatal *Petrobras*<sup>495</sup>. Segundo Carrato, o proprietário do jornal era contrário ao nacionalismo econômico e era veemente na defesa da ação empresarial internacional. Segundo a autora, isso se explica pelo antigo vínculo empregatício de Chateaubriand. Assis havia trabalhado como advogado da *Light and Power* e essa empresa financiou a compra de seu primeiro veículo de mídia - *O Jornal*. A autora ainda coloca que esse mesmo grupo canadense estava por trás do financiamento de diversos empreendimentos dos *Diários Associados*. Essa posição o colocava em oposição aos getulistas, aos trabalhistas e outros defensores do nacionalismo econômico<sup>496</sup>. Sobre a boa relação que o jornal mantinha com a política liberal, é emblemático o caso de Milton Campos. O jornal apoiou a candidatura e o governo de Campos no estado de Minas Gerais em 1947, deixando clara a aproximação de Chateaubriand com os políticos da UDN<sup>497</sup>. O jornal iria volta a tomar uma posição de defesa de Milton Campos em 1964. Ainda sobre os contatos de Assis com empresários e políticos da UDN, podemos citar o financiamento concedido pelo banqueiro Benjamim Guimarães à Chateaubriand para a compra de um canal de televisão a ser colocado em Minas, na década de 1950 esse já era o terceiro canal do empresário. Nessa mesma década, o governador Juscelino Kubitschek – PSD facilitou a instalação em Minas Gerais de uma fábrica de equipamentos eletrônicos chamada RCS, os produtos dessa fábrica seriam importantes para a montagem da *Tv Itacolomi*<sup>498</sup>. O conglomerado midiático de Chateaubriand distanciava em muito de um jornal amador. Durante as décadas de 50 e 60 os *Associados* contavam, só em Minas, com as rádios *Guarani* e *Mineiras*, os canais de televisão *Itacolomi* e *Alterosa* e também os periódicos *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*. Portanto já estava encaminhada uma profissionalização empresarial dos meios de comunicação.<sup>499</sup> Werneck Sodré<sup>500</sup> defende que, de maneira geral, o

---

<sup>491</sup> CRUZ; PEIXOTO. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. p. 260.

<sup>492</sup> Pedro Aleixo, Juscelino Barbosa e Álvaro Mendes Pimentel.

<sup>493</sup> CARRATO, Ângela. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Brasília, 1996. p. 52

<sup>494</sup> \_\_\_\_\_. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 60.

<sup>495</sup> \_\_\_\_\_. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 64.

<sup>496</sup> \_\_\_\_\_. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 61

<sup>497</sup> \_\_\_\_\_. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 65

<sup>498</sup> \_\_\_\_\_. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 66

<sup>499</sup> CARRATO. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 71

desenvolvimento dos jornais acompanha o desenvolvimento técnico do capitalismo, portanto à medida que avançava o capitalismo brasileiro a imprensa também se modernizava. Essa ligação mercadológica, a modernização do maquinário que possibilitava uma maior circulação dos jornais e a intrínseca ligação entre a profissionalização dos jornais e os fluxos financeiros geravam reflexos nas notícias e nas opiniões dos jornais. Essa opinião parece também ser compartilhada por Carrato.

As grandes agências de publicidade e propaganda do país também abrem ou expandem suas sucursais em Minas. É o caso da Denisson, Northon, Grant, Alcântara Machado, McCann Erickson, que passam a disputar clientela (...). A presença das agências de porte nacional em Minas servia, ainda, para trazer os principais veículos locais (Estado de Minas à frente) campanhas das grandes firmas nacionais e internacionais.

Não deixou de ser extremamente significativo, do ponto de vista do Estado de Minas ter como seu chefe de publicidade o representante regional da McCann Erickson, José de Oliveira Vaz, depois superintendente da Tv Itacolomi, Num período em que as decisões sobre onde veicular estavam longe de ser redigida por critérios técnicos, o que contava era ter a pessoa certa no local certo. Nisso, a competência dos Associados sempre foi indiscutível.<sup>501</sup>

Devido a essa ocorrência a opinião pública estava diretamente influenciada pelos ideários da elite. Importante dizer que existe a questão da recepção da informação. Como evidenciado por Motta<sup>502</sup>, uma matéria ou uma charge posicionada podem gerar reações de apoio ou de crítica por parte da população, sendo assim não é tão direta a determinação da opinião pública.

O *Estado de Minas* se orgulhava em figurar entre os “revolucionários de primeira hora”, e também adotavam uma peculiar posição de exaltação ao governador Magalhães Pinto, identificado nos editoriais como líder da revolução. Os elogios ao governador podem ser explicados pelo livre acesso que os diretores dos *Associados* tinham com o político, em especial Geraldo Teixeira Costa<sup>503</sup>, diretor dos *Diários Associados* em Minas Gerais e editorialista do *Estado de Minas* em 1964.<sup>504</sup>

Podemos observar que o jornal tomou um posicionamento de defesa do liberalismo – livre iniciativa e não intervencionismo estatal <sup>505</sup> – e também posições autoritárias como as cassações de líderes

---

<sup>500</sup> SODRÉ, Nelson Werneck, 1911-1999. *História da imprensa no Brasil* – 4. ed. [atualizada]. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>501</sup> CARRATO. *A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60*. p. 73

<sup>502</sup> MOTTA, Rodrigo Patto. *Jango e o golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006 p. 13

<sup>503</sup> CARRATO. *A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60* p. 91.

<sup>504</sup> \_\_\_\_\_. *A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60* p. 87.

<sup>505</sup> Preservação dos Direitos humanos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 09 de abr.1964. Caderno 1 ,p. 04. Os “déficits” calamitosos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 de abri. 1964. Caderno 1 ,p.04. O Custo da Vida. *Estado de Minas*, Belo Horizonte,19 de mai. 1964. Caderno 1, p.04. Inútil resistência. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04. Chuva no mar.. *Estado de Minas*, Belo Horizonte,28 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

políticos e sindicais devido à orientação política<sup>506</sup>. O periódico se posicionou politicamente apoiando o golpe, pois entendia que o Brasil estava passando por um processo de “bolchevização”<sup>507</sup>, expressão constantemente utilizada por eles para caracterizar a política do governo federal e seus aliados. Era supostamente necessária uma intervenção para salvar o Brasil do comunismo e restaurar a ordem democrática<sup>508</sup>. No vocabulário da época, era necessário uma “intervenção saneadora”<sup>509</sup>.

O *Estado de Minas* expressa as três principais matrizes anticomunistas apontadas por Motta, as matrizes nacionalista, católica e liberal<sup>510</sup>. Essa três matrizes aparecem algumas vezes de maneira imbricada, por exemplo: “[Minas] Partiu para a luta, certa de que teria o apoio de todos os democratas do Brasil, de todos os cristãos, de todos os verdadeiros patriotas, que não desejavam transformar-se em lacaios dos comunistas.”<sup>511</sup>. Todavia, o modo mais comum era uma junção entre as matrizes nacionalista e liberal. Nessa argumentação, a questão da soberania e da unidade nacional<sup>512</sup> também era frequentemente colocada junto à luta pela “democracia”, de modo que essas duas matrizes do anticomunismo – nacionalismo e liberalismo - fornecem a chave teórica para o entendimento da posição do jornal no que se refere à justificativa golpista.

De maneira geral, nos idos de 1964, o discurso democrático foi muito explorado pelos anticomunistas, que pretendiam criar uma contraposição entre democracia versus comunismo. Um bom exemplo de posicionamento democrático é a argumentação desenvolvida jornal no dia 25 de julho no editorial intitulado, “Coincidência, tese popular”<sup>513</sup>. O jornal demonstra o seu entendimento de como deveria ser o funcionamento democrático normal do país, afirmando ter sido um erro os pleitos de dois em dois anos instituídos na constituição de 1946, um verdadeiro crime contra a nação. Afirmavam que no Brasil os pleitos eram maléficos à administração pública, contudo ponderam que não se poderia suprimi-los por completo em vista da democracia. Como solução mediadora, fazem a proposição de espaça-los a fim de o inconveniente ser menos sensível. Interessante que o posicionamento democrático do jornal se torna muito fragilizado nesse tipo de discurso, se entende democracia como boa administração e estabilidade, e não como soberania popular.

---

<sup>506</sup> Governicho, não. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 04 de abr. 1964. Caderno 1, p.04. O dever dos militares. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 de abr.1964. Caderno 1, p.04 - Desarmamento e espírito?. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 07 de abr. 1964. Caderno 1,p.04. Assembleia admirável. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 de abr. 1964. Caderno 1, p.04. O aviltamento dos sindicatos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 de abri.1964. Caderno 1, p. 04. O expurgo continuara. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 09 de jul. 1964. Caderno 1,p.04. Peça de Museu. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 de julho 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>507</sup> Governicho, não. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 04 de abr. 1964. Caderno 1, p. 04 Duas vezes insolente. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 08 de abr. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>508</sup> O dever dos militares. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 de abr. 1964. Caderno 1,p.04. Campanha idiota. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 06 de mai, 1964. Caderno 1,p. 04

<sup>509</sup>O dever dos militares. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 de abr. 1964. Caderno 1,p.04. Campanha idiota. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 06 de mai, 1964. Caderno 1,p.04. MOTTA, Rodrigo Patto. Revista Topoi, Rio de Janeiro. v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 70

<sup>510</sup> MOTTA. Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: editora perspectiva, FAPESP, 2002.

<sup>511</sup> Minas fiel a si mesma. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02 de abr.1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>512</sup> MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*. p. 29

<sup>513</sup> Coincidência, tese popular. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

O adjetivo “democrático” era também uma manobra de alinhamento internacional visto que o Bloco Ocidental na Guerra Fria era identificado como os defensores dos valores democráticos e do mundo “livre, ocidental e cristão”<sup>514</sup>. Sobre essa visão global é interessante as posições adotadas pelo jornal sobre o combate a inflação. Os editoriais dos dias 26<sup>515</sup> e 28<sup>516</sup> de julho comentam sobre o alinhamento internacional, é recomendado ao Brasil que ativasse sua diplomacia junto aos países do bloco ocidental a fim de angariar um forte fluxo de investimento internacional para o Brasil, para que país pudesse combater o déficit financeiro do país.

Somada a argumentação de atrelamento internacional com o Bloco Ocidental, os comunistas eram colocados como traidores e antipatriotas, portanto o expurgo era justificado por não se tratar do interesse de um grupo ou classe, mas sim do bem-estar de toda a Nação. Inclusive, muitos jornais como o *Estado de Minas*, argumentaram durante a intentona de 1935 que não se tratava de uma subversão interna, mas um ataque de uma nação estrangeira ao Brasil visto que os comunistas eram vistos mais como cidadãos da URSS do que brasileiros<sup>517</sup>.

Embora as matrizes nacionalista e liberal sejam mais preponderantes, a matriz católica também encontra o seu lugar. Mas de maneira geral, o anticomunismo católico se expressa de maneira diminuta, às vezes se contendo apenas na utilização de expressões bíblicas, como por exemplo, a utilização de “fariseus”<sup>518</sup> para se referirem aos supostos traidores da pátria, também colocando o Brasil pós-golpe como uma espécie de terra prometida, uma nova “Canaã<sup>519</sup>” e com louvores a Deus<sup>520</sup> pela ação golpista das Forças Armadas.

A questão da corrupção também era muito abordada. Esse problema talvez fosse até um elemento paralelo em importância ao comunismo, se não é com certeza o segundo elemento da argumentação editorial. Em outro editorial, de 21 de abril de 1964, intitulado “A sombra de Tiradentes”<sup>521</sup>, o jornal faz um jogo de palavras interessante para exemplificar essa ligação que se imaginava entre corrupção e comunismo: “Batista corrupto gerou Castro comunista”.

A situação exposta até aqui se refere à argumentação que visava a disseminação do anticomunismo e dos valores liberais autoritários como uma justificativa para ação golpista e quebra da ordem constitucional. Porém, era necessário não só justificar o golpe, mas também debater como se daria a vida pública brasileira em diante. O conceito de intelectual orgânico da classe empresarial funciona como uma base para o entendimento da argumentação editorial no

---

<sup>514</sup> MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*. p. 41.

<sup>515</sup> Fretes e Desemprego. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>516</sup> Chuva no Mar. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 de julho de 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>517</sup> MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*. p. 35.

<sup>518</sup> A que se reduz o “escândalo”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>519</sup> Peça de Museus. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>520</sup> Uma data de Minas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04. Um outro Brasil. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>521</sup> A sombra de Tiradentes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 de abr. 1964. Caderno 1, p. 04.

tocando as justificativas do golpe. Isto é, como colocado por Juremir Machado, o papel da “intelectualidade orgânica” seria transformar o golpe em contragolpe e a ilegalidade em legalidade<sup>522</sup>. E sem dúvidas o jornal trabalha nesse sentido quanto aos comentários sobre o Golpe de Estado. Entretanto, quando falamos de proposições de projetos de futuro encontramos as subdivisões dentro da classe empresarial. O *Estado de Minas* tomou diversas posições sobre como deveria suceder a vida política brasileira, muitas vezes entrando em confronto com outros empresários da mídia, também liberais conservadores como o Governador da Guanabara Carlos Lacerda<sup>523</sup>, sobre como proceder depois do golpe. Nesse sentido, o periódico iria desenvolver argumentações próprias como uma espécie de “regionalismo”, a defesa da prorrogação de mandatos e não realização de eleições de 1965. Também entrariam em divergências com o governo militar no que tange a economia e algumas propostas de reformas, como o voto do analfabeto e a reforma agrária. Porém, por outras vezes iria defender econômica e politicamente o governo e seus representantes, podemos até mesmo adiantar que o jornal tinha um apoio-crítico ao governo, não tomando posições de aberta oposição e nem tão pouco contrariando seus interesses de classe, limitando suas críticas ao governo quando esse não favorecia a oligarquia empresarial brasileira.

Sobre os projetos políticos do jornal gostaríamos de destacar aquele que parece ser seu carro chefe, a posição de defesa de Minas como um grande protagonista na vida pública brasileira, tanto no que diz respeito ao seu povo de maneira abstrata quanto a seus políticos. Tomamos a liberdade de chamar essa posição como “regionalista” no sentido de fortalecimento político de uma unidade federativa frente às demais. Um interessante editorial sobre o governador mineiro é do dia 28 de julho. O texto que tem por título “Uma data de Minas”<sup>524</sup> é dedicado a comentar o aniversário do governador Magalhães Pinto e a exaltar a figura deste com um grande homem público detentor de altas virtudes cívicas. Além do elogio pessoal ao governador, se caracteriza Minas como estado que guia a nação. O político mineiro é descrito como articulador e catalizador do movimento que expulsou Jango. Colocam que o próprio Assis Chateaubriand conclamou que o governador “entrou de corpo inteiro na história”. Outras figuras da política mineira seriam muito elogiadas por diversas vezes no jornal, como é o caso de Milton Campos e Jose Maria Alkimim.

A questão do prolongamento dos mandatos e a realização ou não de eleições em 1965 também era um tema sensível ao jornal. Mais de uma vez o jornal sairia em defesa da tese da prorrogação, primeiro em defesa de Castelo Branco e depois de Magalhães Pinto. O editorial publicado no dia 12 de julho<sup>525</sup> foi

---

<sup>522</sup> SILVA. 1964: O Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre. p. 51.

<sup>523</sup> Juremir Silva no livro supracitado destaca na página vinte a utilização política do periódico de Carlos Lacerda, *Tribuna da Imprensa*.

<sup>524</sup> Uma data de Minas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 de jul.1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>525</sup> Tese do bom senso. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

dedicado a defender a tese de não existência de pleito direto em 1965 e a extensão do mandato de Castelo Branco por mais um ano. O jornal chega até mesmo afirmar que se fosse consultar o povo do interior, poderia se dar até cinco anos a Castelo Branco e que apensar de certa, essa prerrogativa poderia ferir a sensibilidade de políticos mais formalistas. Assim sendo, defendem a extensão do mandato do presidente por mais um ano, visto que eleições em 1965 ainda estariam contaminadas pelo espírito da subversão e sendo contraproducente para a “revolução”.

O jornal também ira tomar posições de defesa política do governo, no dia 18 de julho<sup>526</sup>. Afirmavam que a postura serena de Castelo Branco poderia incomodar alguns, todavia ressaltam que os “jacobinos” eram necessários na hora da demolição e não na hora da reconstrução. O editorial é dedicado à defesa da postura de Castelo Branco frente aqueles que acreditavam uma postura mais firme no combate ao comunismo.

O jornal também tomaria posições de apoio a algumas políticas econômicas do governo. No que tange a Minas Gerais, no dia 08 de julho<sup>527</sup> o editorial é dedicado a elogiar o Documento da extração mineral, redigido pelo Ministro de Minas e Energia, Mauro Thibau. O documento basicamente fixava a diretriz de abrir a exploração do recurso mineral brasileiro ao capital privado e internacional, tendo como objetivo arrecadar moeda de troca para obtenção de bens tecnológicos ainda não produzidos no país. O editorial tem um forte tom de comemoração, pois três dias antes<sup>528</sup> haviam feito um editorial dedicado a comentar a lei de remessa de lucros, que segundo eles teria sido inadvertidamente votada pelo Congresso no Governo JK. Segundo o jornal a lei teria sido fruto da infiltração do comunismo no ISEB que disseminou por anos a “ideologia comunista”, portanto a aprovação do novo documento seria um contraponto importante às posições estatistas e nacionalista.

Apesar de forte apoiador, o jornal também divergia do governo e suas políticas, em especial no que se refere à reforma agrária e ao voto do analfabeto. Sobre a delicada questão da reforma agrária, o jornal agiu no sentido de dar destaque a proposta do Governador Magalhães Pinto para o projeto de reforma em mais um exemplo dessa busca por uma preponderância mineira no cenário nacional. Em ocasião do dia 01 de julho o periódico publicou o texto, “Um novo conceito de reforma agrária”, dedicado a comentar a sugestão de reforma agrária enviada por Magalhães Pinto ao presidente.

Ainda sobre os posicionamentos divergentes tomados pelo jornal frente ao governo militar podemos destacar o combate à inflação. No dia 19 de maio<sup>529</sup> o jornal publicou um editorial onde comentou sobre a necessidade de se estabilizar o custo de vida combatendo a inflação. Identificava como principal problema o desequilíbrio orçamentário do governo, como por exemplo, os encargos do transporte terrestre e marítimo que o governo tomou para si. Para solucionar esse déficit se propôs

---

<sup>526</sup> Não há motivos para decepção. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>527</sup> Um documento extraordinário. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 08 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>528</sup> Inútil resistência. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>529</sup> O Custo da Vida. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 de mai. 1964. Caderno 1, p. 04.

recorrer a empréstimos externos se sugerindo nominalmente os Estados Unidos, mas deixaram em aberto a todas as nações amigas.

Apesar de não tomar um posicionamento de completa concordância com o governo, o jornal tende mais para o lado governista do que para a oposição. Podemos conjecturar que apesar das críticas o jornal enxergava no governo golpista uma forte oportunidade de moralização e reconstrução. A argumentação sobre a necessidade um renovação de valores era muito cara ao jornal. No dia 21 de julho<sup>530</sup> foi feito um elogio a Castelo e seus ministros, onde todos são tidos como os homens mais dignos do país. Diziam que por isso a principal reforma do país já estava pleno curso, isto é, a “reforma moral”.

O que se pode observar é que o jornal sustentava uma posição política de cunho liberal/conservador que tem como eixo central argumentativo o anticomunismo no tocando as justificativas do golpe. Em alguma medida, as três grandes matrizes anticomunistas são mobilizadas pelo jornal, todavia, as linhas liberal e nacionalista tem preponderância. A crítica à corrupção era feita de maneira interlaçada ao comunismo, os dois fatores são identificados como comprometidos. A luta contra o comunismo e a corrupção era o pano de fundo da argumentação editorial do periódico<sup>531</sup>. Junto à justificativa do golpe também eram esboçados projetos de futuro para o Brasil, como uma radical abertura ao capital externo, a manutenção do latifúndio, a construção de uma democracia menos participativa e a prorrogação da ditadura além do determinado no AI-1.

Sendo o jornal um dos poucos ramos do empresariado que tinha como objetivo a venda de notícia e a manipulação da opinião pública, esse tipo de empresa tinha uma condição especial na influência do cenário político e no diálogo com a opinião pública. A produção de uma linha liberal autoritária funcionou como uma espécie de “intelectual orgânico” que dava certa coesão e consciência à classe empresarial no momento do golpe de estado, mas não se detinha somente nisso. O jornal também cumpria um papel de propagador do ideário liberal conservador para outros círculos sociais além do empresariado. O jornal também era propositivo quanto ao futuro político do país, nesse sentido encontramos o espaço para junção de metas próprias desse jornal que não necessariamente eram compartilhadas por toda classe empresarial, mas sem nunca contrariar suas premissas básicas de interesse de sua classe. A ligação entre Chateaubriand e de seus assessores com o político Magalhaes Pinto contribuiu para que o jornal tomasse posições que divergiam de outros empresários-jornalistas, como por exemplo, Carlos Lacerda, e também podemos dizer que a formação empresarial de Assis o colocava em consonância com a abertura do país ao capital internacional. Dito isso, entendemos que a imprensa serviu como uma espécie de porta-voz da classe empresarial, expondo publicamente as posições desta classe quanto ao golpe de Estado e sendo uma ótima fonte para compreensão geral dos posicionamentos desta classe. Todavia, temos de nos manter atentos às singularidades e subjetividades de cada veículo comunicativo e dos seus empresários. Ressaltamos que cada veículo possuía margem de manobra para

---

<sup>530</sup> A prorrogação se impõe. . *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>531</sup> MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*. p. 70.

acoplar interesses próprios, visando a construção de uma situação política em uma visão geral de classe, que pretendia defender uma visão estrutural da sociedade. Assim sendo, concluímos que a influência desse jornal sobre o senso comum foi utilizada para justificar o golpe e para a propagação dos valores do liberalismo econômico, do nacionalismo autoritário e do anticomunismo.

# Abertura Política e Música Popular Brasileira: um estudo sobre três canções do *Clube da Esquina*

Hudson Leonardo Lima Públio

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[hudsonpublico@hotmail.com](mailto:hudsonpublico@hotmail.com)

**RESUMO:** O Clube da Esquina como mediador dos anseios da população à época da Abertura Política no Brasil (1974-1985) através das canções *Credo* (Milton & Brant, EMI, 1978), *Sol de Primavera* (Guedes & Bastos, EMI, 1979), e *Todo Prazer* (Borges & Bastos, EMI, 1981) é o tema deste artigo. Dialogarei as letras e melodias das canções com o contexto que o país estava vivenciando à época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abertura Política; Canção; *Clube da Esquina*; Composição.

## **Apresentação: o *Clube da Esquina***

O *Clube da Esquina* é uma “Formação Cultural” surgida em Belo Horizonte na primeira metade da década de 1960, cujo termo foi cunhado por Raymond Willians para se referir às formas de organizações que fogem de padrões ou regras impostas por determinada instituição e que se aproximam das produções culturais<sup>532</sup>. Ao tratar das organizações internas de certa Formação, Willians as dividiu em três tipos<sup>533</sup>. O terceiro, que interessa pra estudar o Clube, está ligado a uma não formalidade entre os membros, que estariam juntos através de “associação consciente” ou “identificação grupal”<sup>534</sup>. Muitas vezes os trabalhos dentro das formações se limitam ao “trabalho conjunto e a relações de caráter mais geral”<sup>535</sup>.

Luiz Henrique Assis García utiliza deste conceito para se referir ao Clube da Esquina, pois o Clube seria uma reunião de amigos sem um compromisso com um manifesto ou delimitações de grupo.<sup>536</sup> O que une os participantes do Clube são mais laços familiares e de amizade que estão ligados à rua, bairro e cidade que residem.<sup>537</sup> Para García, o Clube apresenta “ausência de comprometimentos sistemáticos, de disposições de cunho institucional ou

---

<sup>532</sup> WILLIANS, Raymond. *Cultura*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 57-85.

<sup>533</sup> \_\_\_\_\_. *Cultura* p.68-69.

<sup>534</sup> \_\_\_\_\_. *Cultura* p.68-69.

<sup>535</sup> \_\_\_\_\_. *Cultura* p.68-69

<sup>536</sup> GARCÍA, Luiz Henrique Assis. “De novo na esquina os homens estão”: O Clube da Esquina como Formação Cultural na cidade de Belo Horizonte. In: *Coisas que ficaram muito tempo por dizer: O Clube da Esquina como Formação Cultural*. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2000, p. 18-47.

<sup>537</sup> \_\_\_\_\_. “De novo na esquina os homens estão”. p. 26-27.

profissional e a independência em relação aos movimentos significativos de sua época, como a bossa nova e a canção de protesto”<sup>538</sup>. Como também ocorre no caso do Tropicalismo.

Surgido das reuniões entre Milton Nascimento e os irmãos Borges, o clube teve como participantes essenciais Lô Borges, Beto Guedes, Toninho Horta e os letristas Márcio Borges, Fernando Brant e Ronaldo Bastos, entre outros. A esquina que se tornou célebre através do Clube se encontra no bairro Santa Tereza e é simplesmente uma calçada onde se cruzam as ruas Divinópolis e Paraisópolis. Esta informalidade através da rua caracterizava bastantes as reuniões do Clube. E o espaço, apesar de não estar disposto a propor nada, funciona como um ponto de encontro democrático. O Clube, apesar de ter suas raízes em Minas, é cosmopolita e não exclui nenhum gênero ou músico de outras regiões do Brasil ou internacionais. Fernando Brant, em entrevista ao repórter Sérgio Carvalho da revista *Veja*, afirmou em 1978:

Não era na verdade um clube. O Clube da Esquina é apenas uma questão de virtude. Uma agremiação a favor da anistia, das liberdades democráticas. É uma agremiação que está ao lado das pessoas que ficam sentadas nas esquinas.<sup>539</sup>

Milton Nascimento gravaria com figuras célebres da música internacional, como Mercedes Sosa, Herbie Hancock e Wayne Shorter. Além dos nacionais, como Chico Buarque, Elis Regina e Gal Costa. Todos esses músicos exploram gêneros bastante variados, como a Bossa Nova, o Samba, o Jazz e a música latina folclórica. Apesar do Clube não ter uma proposta definida, o que ele como Formação Cultural sempre buscou era a reunião de diferentes gêneros com instrumentos variados e arranjos para se alcançar a música desejada. Uma espécie de mistura sem uma proposta clara e definida, o que o diferencia do Tropicalismo<sup>540</sup>. Os movimentos geralmente lançavam discos como manifestos, como no caso do tropicalismo ao gravar o disco “Tropicalia ou Panis et circenses” e da Bossa Nova com “Chega de Saudade”. Além das próprias músicas, cujos exemplos são “Tropicália” e “Desafinado”.<sup>541</sup>

O álbum mais emblemático do Clube foi o próprio “Clube da Esquina”, lançado em 1972 e creditado a Milton e Lô, mas com a participação de vários outros músicos próximos. O que salienta a ideia de amizade sem um compromisso formal.

Os próprios participantes constantes do Clube tem formação em gêneros variados. Enquanto Milton e Toninho foram fortemente influenciados pelo Jazz e Bossa Nova, outros

---

<sup>538</sup> \_\_\_\_\_, “De novo na esquina os homens estão”. p.27.

<sup>539</sup> BRANT, Fernando (entrevistado). Uma longa travessia. *Revista Veja*, São Paulo, ano XI, n. 530, p. 48-52, set. 1978. p. 49.

<sup>540</sup> GARCÍA, Luiz Henrique Assis. “O que foi feito de Vera”: O debate cultural no cenário musical pós-64. In: *Coisas que ficaram muito tempo por dizer: O Clube da Esquina como Formação Cultural*. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2000, p. 72.

<sup>541</sup> \_\_\_\_\_, “O que foi feito de Vera”. p. 23.

como Beto e Lô experimentaram muito em sua formação o Rock trazido ao Brasil através das audições de músicas dos Beatles, Yes, e outras bandas. Além disso, Lô quando mais novo teve um contato bastante influenciador com o Choro e a Bossa nova, enquanto Beto recebeu influência do seu pai seresteiro<sup>542</sup>. O diálogo entre esses variados gêneros é visto nos álbuns tanto coletivos quanto nos solos dos membros do Clube.

### As Canções

Escolhi as três canções por acreditar que tanto elas quanto outras que estão inseridas no contexto de abertura são menos estudadas, pois geralmente se dá preferência nos trabalhos acadêmicos para as produzidas durante os “Anos de Chumbo”. Quando se fala em canções da Ditadura, geralmente, a maioria do público comum se recorda de “Apesar de você”, “Cálice”, “Pra não dizer que não falei das flores”, “Alegria, alegria”, “É proibido proibir”, “Ponteio”, “Aquele abraço”, entre outras. A explicação pra isso passa mais pelo engajamento dos músicos, gerando fascínio no ouvinte, do que na própria divulgação na época. Até porque a censura prejudicou a divulgação das canções, pois muitas delas eram proibidas de serem vendidas e tocadas nas rádios.

Como qualquer manifestação artística ou cultural, as músicas e canções dialogam com o seu próprio tempo e apesar de não haver um engajamento claro no período pós-Médici (1974-1985), como ocorreu anteriormente, os músicos não deixaram de utilizar suas letras e melodias para retratarem os anseios da sociedade brasileira no caso específico. Além disso, no caso das canções do Clube, geralmente elas não possuem uma mensagem bastante clara quanto a realidade ditatorial de sua própria época nos anos de chumbo, sendo talvez a exceção mais célebre a canção *Nada Será como Antes* com seu verso “Resistindo na boca da noite um gosto de sol”.<sup>543</sup>

As produções do Clube são carregadas de improvisações tanto nas melodias quanto na elaboração das letras e essas últimas tentam passar uma mensagem utilizando de uma realidade micro em consonância com o universo específico nacional. Como *Beco do Mota*, onde “Diamantina é o Beco do Mota, Minas é o Beco do Mota, Brasil é o Beco do Mota”<sup>544</sup>. Outro exemplo é a canção “Ao que vai nascer”, onde Brant ao escrever novamente trechos que foram

---

<sup>542</sup> Beto Guedes fechava seus primeiros álbuns com regravações de canções de Godofredo Guedes, seu pai.

<sup>543</sup> “Nada será como antes”. BASTOS, Ronaldo, NASCIMENTO, Milton (compositores). Álbum: *Clube da Esquina*. EMI, 1972.

<sup>544</sup> “Beco do Mota”. BRANT, Fernando, NASCIMENTO, Milton (compositores). Álbum: *Milton Nascimento*. EMI, 1969.

censurados utilizou de sutilezas que denunciavam não só a realidade repressiva vivida pela sociedade como também a própria censura sofrida por seus versos:

O Brasil é um país do futuro, meus filhos, meus netos/Futuro está aqui/Pintaram os fatos de todas as cores/Nessa eu não/Acaba a festa, guardo a voz e o violão/E saio por aí/E encerro o canto só se o corpo adormecer.<sup>545</sup> (versão censurada)

Queria falar de uma terra com praias no norte/e vinhos no sul/a praia era suja e o vinho vermelho,/vermelho, secou/acabo a festa, guardo a voz e o violão/ou saio por aí/raspando as cores para o mofo aparecer.<sup>546</sup> (versão reescrita e liberada)

Não podemos esquecer que a censura das letras contribuía para essa sutileza ou omissão nos versos, fazendo com que os letristas improvisassem em suas produções. Para isso aparecem elementos do interior, referências à localidade fictícias ou não em regiões latino-americanas, metáforas, uso de instrumentos a princípio não nacionais, entre outras características. As três canções específicas apresentam todos esses exemplos citados. Além disso, a mensagem contida nelas é mais clara, diferente do que mencionei nas outras produzidas anteriormente. Isso é claro, se o ouvinte atual e o pesquisador levarem em conta e terem conhecimento do contexto em que ela foi produzida, como afirma o historiador Marcos Napolitano<sup>547</sup>. Uma entrevista de Milton Nascimento à Revista Veja é indicativo disto:

Eu já chorei muitas noites no meu íntimo, pelas coisas que vejo – nas ruas, nas pessoas que sofrem na carne e por elas, eu meus amigos cantamos nossas esperanças, nossa amizade e buscas. Aos trancos e barrancos, como exige um país como o nosso e com a “desajuda” da minoria massacrante.<sup>548</sup>

### **Análise das canções**

*Credo*, *Sol de Primavera* e *Todo Prazer* têm três minutos de duração aproximadamente, o que denota um objetivo de se divulgar e vender mais as obras para o público. Esse formato de duração das músicas pela indústria fonográfica remete à suas origens, pois os primeiros formatos de áudio comportavam no máximo 3 minutos de registro. Com o passar do tempo essa duração acabou sendo padronizada, pois mesmo hoje a maioria das canções e músicas que emplacam sucesso seguem essa faixa.

---

<sup>545</sup> BRANT, Fernando (letrista). Obtido na página <http://memoriasdocotiano.blogspot.com.br/2015/01/milton-nascimento-ao-que-vai-nascer.html>. Acesso em 28/06/15, 12:51.

<sup>546</sup> “Ao que vai nascer”. BRANT, Fernando, NASCIMENTO, Milton (compositores). Álbum: *Clube da Esquina*. EMI, 1972.

<sup>547</sup> NAPOLITANO, Marcos. Capítulo III: Para uma história cultural da música popular. In: *História & Música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. p. 77-107.

<sup>548</sup> Texto sem assinatura. “É preciso gritar”. Revista Veja, São Paulo, ano XI, n. 530, p. 52-55, nov. 1978. p. 52.

Outro aspecto importante de salientar é que elas abrem seus respectivos álbuns<sup>549</sup>. A partir da década de 1960, principalmente através do pioneirismo dos Beatles, os álbuns de músicas e canções eram enxergados como uma obra de arte onde cada faixa deveria dialogar uma com a outra. Não é diferente no caso do Clube, pois ao se pretender passar uma mensagem que contextualizaria com a Abertura Política era necessário uma canção marcante que abrisse o disco.

Importante destacar também que as três apresentam interpretações contundentes e emotivas. Característica essencial da MPB, as interpretações completavam as melodias de forma a causar sentimentos diversos nos seus ouvintes. Como canções que estão bastante ligadas ao contexto da época, servem como uma chamada e convocação para mobilizações por parte da sociedade. Milton Nascimento reforça isso em entrevista à jornalista Vivian Wyler para o *Jornal do Brasil*:

[minha música] É latina, brasileira. Mas não americana [...]. Com a música latina, a coisa é outra. É afinidade, saber o que eles sentem é também o que sentimos<sup>550</sup>.

A minha música hoje reflete o que vivo. Tem influência da política, dos tempos de sufoco e transtornos por que estamos passando. Mas tem relação também com o tempo de abertura que tem de chegar.<sup>551</sup>

A música para mim é o que vejo aqui, o que sinto ali, me desperta, se transforma numa espécie de filme que vai passando na minha cabeça e aí sai. Nada nela é gratuito, tudo tem sentido, razão de ser. Por isso *Ponta de Areia* (canção de Milton & Brant), não era só ponta de areia, a saudade dos bons tempos, era relativa a tudo o que deixamos de ter. A música é o tempo. E num momento de aperto, é claro, ela grita mais.<sup>552</sup>

Analisarei cada canção em separado para um melhor entendimento das três.

## Credo

Caminhando pela noite de nossa cidade/Acendendo a esperança e apagando a escuridão/Vamos, caminhando pelas ruas de nossa cidade/Viver derramando a juventude pelos corações/Tenha fé no nosso povo que ele resiste/Tenha fé no nosso povo que ele insiste/E acorda novo, forte, alegre, cheio de paixão/Vamos, caminhando de mãos dadas com a alma nova/Viver semeando a liberdade em cada coração/Tenha fé no nosso povo que ele acorda/Tenha fé em nosso povo que ele assusta/Caminhando e vivendo com a alma aberta/Aquecidos pelo sol que vem depois do temporal/Vamos, companheiros pelas ruas de nossa cidade/Cantar semeando um sonho que vai ter de ser

---

<sup>549</sup> NASCIMENTO, Milton. *Clube da Esquina 2*. EMI, 1978. GUEDES, Beto. *Sol de Primavera*. EMI, 1979. BORGES, Lô. *A Via-Láctea*. EMI, 1981.

<sup>550</sup> WYLER, Vivian Milton Nascimento – Os Mitos também se queixam. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de out. 1978. Caderno B, p. 4.

<sup>551</sup> \_\_\_\_\_. WYLER, Vivian. p. 4

<sup>552</sup> \_\_\_\_\_. WYLER, Vivian. p. 4

real/Caminhemos pela noite com a esperança /Caminhemos pela noite com a juventude.<sup>553</sup>

A canção foi inicialmente proibida pelos órgãos de censura, como salienta uma nota no *Jornal do Brasil*<sup>554</sup>. Em seu início e final nota-se a presença de trechos da canção “San Vicente”. A ideia é comparar o contexto de produção das duas canções (1972 e 1978, respectivamente). A escolha em dialogar ambas é explicada por Milton Nascimento em uma entrevista à *Revista Veja*, em 1978:

Essa música (San Vicente) se tornou uma espécie de hino. E o ‘Credo’ também tem a mesma ideia – que é ‘vamos pra frente, todo mundo’. Nesse caso, usei o ‘San Vicente’, dando a ideia do povo, cruzado com o ‘Credo’... No fundo, é como se eu estivesse fazendo um flash-back, jogando o passado para o presente e para o que vem.<sup>555</sup>

Contribuem ainda para isso as escolhas técnicas da música. Marcos Sargedine Araújo, músico com formação na UFMG, salienta:

Tanto *San Vicente* como *Credo* estão em ritmos ternários, a primeira em 6/8 e a segunda em 3/4, ritmo que acentua essa musicalidade andina nas canções de Milton Nascimento. O coro em *San Vicente*, que inicia e finaliza a canção *Credo*, também acentua um caráter popular para as canções. Os coros, que nas óperas e tragédias tem a função de trazer o ponto de vista do povo, daqueles que não estão acompanhando a trama pelo ponto de vista do protagonista, aos conflitos que cada obra levanta.<sup>556</sup>

Analisando a letra da canção, o seu início já é uma resposta do presente que Milton Nascimento dá ao passado ao se dialogar o contexto de 1972 e o de 1978, pois em contraposição à “A espera na fila imensa/E o corpo negro se esqueceu”, que dá a ideia de uma imobilização, estagnação, medo, obscuridade, sentimentos que estavam em voga na fase mais violenta da Ditadura, a canção “Credo” começa com “Caminhando pela noite de nossa cidade/Acendendo a esperança e apagando a escuridão”, trazendo consigo o clima do início da abertura política do Regime, onde o movimento, esperança do retorno dos exilados e libertação dos presos políticos que ocorreria um ano depois estavam ligados à redescoberta do espaço urbano que antes estava restrito pela repressão. E essa caminhada promove o fim do silêncio, da obscuridade, do medo. Trazendo com isso o renascer de esperanças simbolizadas em uma juventude renovada no povo.

Pra trazer ares mais latinos a música, remetendo assim também a “San Vicente”, *Credo* teve a presença na sua gravação da banda “Grupo Tacuabé”, auxiliando Milton nas vozes e instrumentos. São eles: Eduardo Marquez no baixo, Pato Rovés na guitarra e no violão, e Pipo

<sup>553</sup> NASCIMENTO, Milton, BRANT, Fernando (compositores). *Credo*. Álbum: Clube da Esquina 2. EMI, 1978.

<sup>554</sup> Texto sem assinatura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 de set. 1978. Caderno B, p. 5.

<sup>555</sup> Texto sem assinatura. “É preciso gritar”. *Revista Veja*, São Paulo, ano XI, n. 530, p. 52-55, nov. 1978. p. 54.

<sup>556</sup> ARAÚJO, Marcos Sargedine. Análise de apreciação das canções *Credo* (Milton & Brant, EMI, 1978), *Sol de Primavera* (Guedes & Bastos, EMI, 1979), e *Todo Prazer* (Borges & Bastos, EMI, 1981). Trabalho não publicado.

Spera no charango e na zampona. Esse último se destaca por ser um italiano que aderiu aos sons latino-americanos. Além disso, os dois instrumentos que toca na canção, remetem a tradições folclóricas sul-americanas. O Charango é um pequeno instrumento de corda, proporcionalmente a um cavaquinho utilizado no samba. O outro é a Zampona, instrumento de sopro semelhante à flauta-de-pã. Ambos estão ligados à música produzida por camadas populares da população andina. A melodia que se inicia no final do trecho de San Vicente presente no início de Credo e que separa ambas as canções foi construída utilizando os dois instrumentos, dando esse ar de música sul-americana a Credo.

Os músicos do grupo são formados inicialmente na música clássica, mas resolveram trabalhar na folclórica exatamente pelo significado para os povos que a produziam. Vale ressaltar também que o nome do conjunto é uma homenagem ao índio sul-americano Tacuabé, que foi aprisionado por europeus e levado para ser exposto em solo francês no século XVI. A banda é, portanto, uma tentativa de resgate de tradições e memória dos povos sul-americanos. A escolha do Clube da Esquina de incluir o grupo nas gravações está ligada à essa efervescência presente no clima do Brasil durante a fase de abertura, levando a uma construção de elementos que evocava os vários povos da América do Sul que se ligavam a essa identidade pretendida pelos músicos brasileiros do Clube no final da década de 1970.<sup>557</sup>

Muitas outras músicas do álbum remetem a isso, e em especial com letras que estão mais ligadas ao contexto não só brasileiro. Inclusive o instrumentista Novelli toca bombo leguero, instrumento argentino típico que também era muito utilizado por Mercedes Sosa.

### **Sol de Primavera**

Quando entrar setembro/E a boa nova andar nos campos/Quero ver brotar o perdão/Onde a gente plantou/Juntos outra vez/Já sonhamos juntos/Semeando as canções no vento/Quero ver crescer nossa voz/No que falta sonhar/Já choramos muito/Muitos se perderam no caminho/Mesmo assim não custa inventar/Uma nova canção/Que venha nos trazer/Sol de primavera/Abre as janelas do meu peito/A lição sabemos de cor/Só nos resta aprender.<sup>558</sup>

Tanto no título quanto nos versos da canção percebemos o processo de florescimento das flores sendo visto como renovação e renascimento. A canção dialoga com “Nada será como

---

<sup>557</sup> MILLARCH, Aramis. Grupo Tacuabé. <http://www.millarch.org/artigo/grupo-tacuabe>. Acesso em 30 jun. 2015.

<sup>558</sup> GUEDES, Beto, BASTOS, Ronaldo (compositores). *Sol de Primavera*. Álbum: *Sol de Primavera*. EMI, 1979.

antes”, pois “enaltece a comunhão amistosa como meio de resistência e resgate da liberdade”<sup>559</sup>. Enquanto “Nada será como antes” denuncia o exílio, “Sol de primavera” é um canto do retorno para casa. A expectativa da volta dos exilados através da Anistia estava muito presente em 1979, ano de composição e gravação da canção.

Ao cantar “Quero ver brotar o perdão” fica clara a referência ao debate relacionado à Anistia que estava sendo perpetuado em vários setores da sociedade brasileira a partir da segunda metade da década de 1970. Complementando o trecho anterior, Guedes canta “Onde a gente plantou (Juntos outra vez)” e salienta que esse processo foi construído por todos em maneira conjunta, celebrando assim o sentimento de amizade que existia no Clube que outrora estava reunido para combater com as canções a Ditadura em sua fase mais dura e nesse momento celebra a consagração dessa luta através do momento de Abertura Política no Brasil.

O sonho aparece aqui como um ideal que não estava presente na fase mais violenta da Ditadura. Entretanto, os músicos não se mostraram passivos e impotentes quanto ao contexto em que viviam e fazendo da sua formação musical um instrumento de resistência às arbitrariedades do aparato ditatorial. Além disso, o vento aparece na canção como algo que ajudaria a espalhar esse ideal para todos os cantos do país. E essas canções que foram plantadas na sociedade agora ganham um significado diferente.

Apesar das conquistas aparentemente celebradas por vários setores da sociedade da qual o pessoal do Clube se sente pertencendo, ainda se fez necessário não se satisfazer com estas conquistas e continuar lutando pelo ideal a ser alcançado. Para isso, a “voz” jamais poderia se calar. Ao escrever “Já choramos muito/Muitos se perderam no caminho”, novamente Bastos remete ao período mais fechado da Ditadura, mostrando o sentimento de tristeza e abandono frente àquele tempo. No segundo verso é mostrada a realidade dos mortos e desaparecidos pelo aparato repressor, assim como os exilados ou então os que se sentindo impotentes abandonaram a luta ou desistiram dos ideais que acreditavam quando do Golpe de 64.

O fato de parte de a sociedade ter sofrido com a Ditadura não significa que a luta tenha sido abandonada, muito menos que a produção do Clube tenha diminuído sua militância. Os versos “Mesmo assim não custa inventar/Uma nova canção/Que venha nos trazer/Sol de primavera” podem dar margem à outra interpretação, onde a canção extrapola o seu sentido somente musical e vira uma espécie de panfleto visando à convocação da população para resistir a esses anos de luta. O “Sol”, que tantas vezes aparece nas canções do Clube, toma novamente o

---

<sup>559</sup> MARTINS, Bruno Viveiros. Capítulo III: Canção Amiga – encontros e despedidas nas esquinas da cidade. In: Som Imaginário: a reinvenção da cidade nas canções do Clube da Esquina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

sentido de renovação e esperança, além do simbolismo da luz como algo que contrapõem a obscuridade dos anos anteriores. Assim como Bastos escrevera em “Nada Será Como Antes”.

Marcos Sarriddine Araújo reforça a análise do sentido de esperança da letra de Ronaldo Bastos através dos aspectos técnicos da música. Para ele, o “tom romântico [da canção] revelado tanto pela melodia/harmonia [quanto] pelo arranjo, onde podemos destacar especialmente a participação de uma trompa e de um quarteto de cordas”<sup>560</sup>, objetivaram alcançar uma parcela maior da população que ansiava por reformas políticas na sociedade. Além disso, o músico salienta a importância da parte instrumental da canção onde “a trompa, que traz um contra-ponto melódico a melodia vocal e as cordas que entram com toda a força no momento instrumental da canção”<sup>561</sup> contribuem para a maior absorção e simpatia por parte do ouvinte.

Nos versos da canção “janela” retoma esse sentido de clareza, lembrando a canção “Paisagem da Janela”<sup>562</sup>. Novamente esse objeto carregado de metáforas é algo que revela a libertação da visão para o que estava ocorrendo fora do próprio “eu” interior. Assim como salienta que tudo isso já fora anteriormente dito, basta agora não parar no caminho e retomar a luta.

### **Todo Prazer**

Todo prazer/Que bom te ver/Desejar tudo de bom/Ir com tudo em cima/É não tem nada melhor/Todo prazer/De conhecer/E sentir a vibração/Ai, ai, ai, ai/Meu amor/Não há nada/Que se possa fazer/Melhor que sonhar/De tudo querer/Todo vapor/Ninguém parou/De andar a luz do sol/Firme no meu caminho/Junto de quem já sonhou/Não chore mais/Meu amor/Vamos juntos/O pior já passou/Viver é melhor/Todo prazer/De conhecer/E sentir a vibração/Inventa o caos/Meu amor/Vamos juntos/Não se pode impedir/Ninguém de sonhar/De tudo viver/Todo o prazer...<sup>563</sup>.

A canção foi composta e gravada quando da já conquista da anistia e do fim do AI-5, em 1981. Importante salientar que das três canções, ela é a que menos remete ao passado da repressão. Agora com os novos ares que o Brasil estava respirando o que interessava para os músicos que vivenciaram os “Anos de Chumbo” era apagar o passado e somente preparar para o futuro que estava batendo nas portas, pois “o pior já passou”. Assim como em *Credo*, também

---

<sup>560</sup> ARAÚJO. Análise de apreciação das canções *Credo* (Milton & Brant, EMI, 1978), *Sol de Primavera* (Guedes & Bastos, EMI, 1979), e *Todo Prazer* (Borges & Bastos, EMI, 1981). Trabalho não publicado.

<sup>561</sup> ARAÚJO. Análise de apreciação das canções

<sup>562</sup> BORGES, Lô, BRANT, Fernando (compositores). *Paisagem da Janela*. Álbum: Clube da Esquina. EMI, 1972.

<sup>563</sup> BORGES, Lô, BASTOS, Ronaldo (compositores). *Todo Prazer*. Álbum: A Via-Láctea. EMI, 1981.

possui um sentido de convocação da juventude para as ruas. Além de ser possível constatar isso através de trechos da letra, como “Todo vapor/Ninguém parou/De andar a luz do sol/Firme no meu caminho/Junto de quem já sonhou”, os produtores do álbum optaram por adaptar a melodia de Lô Borges através de “arranjos tradicionais da música *pop*”<sup>564</sup> fazendo uso de instrumentação que se aproximam do gênero.<sup>565</sup>

Mas o que se nota nessa canção é a importância de vivenciar o presente mais do que ficar retomando o passado ditatorial mais repressivo, pois a construção do futuro parte dessa valorização. Lô Borges através de seu canto e Ronaldo Bastos de seus versos retomam “Cais”, onde os versos “Todo prazer/De conhecer/E sentir a vibração/Inventa o cais/ Meu amor/Vamos juntos/Não se pode impedir/Ninguém de sonhar/De tudo viver/Todo o prazer...”<sup>566</sup> dialogam com a letra da canção anterior:

Para quem quer se soltar/Invento o cais/Invento mais que a solidão me dá/Invento lua nova a clarear/Invento o amor/E sei a dor de encontrar/Eu queria ser feliz/Invento o mar/Invento em mim o sonhador/ Para quem quer me seguir/Eu quero mais/Tenho o caminho do que sempre quis/E um saveiro pronto pra partir/Invento o cais/E sei a vez de me lançar.<sup>567</sup>

O sonhador agora é buscado de maneira diferente do que foi em “Cais”. O sonho pretendido já havia sido em parte alcançado. Ao afirmar “melhor que sonhar/de tudo querer”, Bastos afirma o desejo de vivenciar a realidade, em uma contraposição ao desejo de escape metaforizado no “saveiro pronto pra partir”. Mas aquele que outrora sonhou deve ser também contemplado “firme no meu caminho/junto de quem já sonhou”.

---

<sup>564</sup> \_\_\_\_\_. Análise de apreciação das canções

<sup>565</sup> \_\_\_\_\_. Análise de apreciação das canções

<sup>566</sup> BORGES, Lô, BASTOS, Ronaldo (compositores). *Todo Prazer*. Álbum: A Via-Láctea. EMI, 1981.

<sup>567</sup> NASCIMENTO, Milton, BASTOS, Ronaldo (compositores). *Cais*. Álbum: Clube da Esquina. EMI, 1972.

# Dramaturgia brasileira nos anos 1970: reorganização e resistência

Mariana Rosell

Mestranda em História Social

Universidade de São Paulo

[rosell.mariana@gmail.com](mailto:rosell.mariana@gmail.com)

**RESUMO:** Esse texto visa compreender o papel da dramaturgia comunista no contexto de resistência ao regime militar. Queremos observar como um projeto cultural próximo ao projeto político do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocupou um importante espaço no teatro, mesmo diante do fracasso do partido em formular uma política cultural durante esse período e investigar como o teatro político se reorganizou de acordo com as novas demandas surgidas na década de 1970.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regime militar brasileiro; Resistência cultural; História do teatro brasileiro; Dramaturgia comunista; Partido Comunista Brasileiro

A partir de meados da década de 1950, podemos observar uma inquietante busca por renovação na cultura brasileira, que desencadeou uma movimentação dos artistas engajados que buscavam o desenvolvimento de uma arte política, preocupada em discutir questões nacionais e temáticas relevantes para as classes populares brasileiras. Movimentos que se tornariam referência nas décadas seguintes, como o Cinema Novo e a Bossa Nova, iniciaram nesse período, assim como a atuação de importantes artistas intelectuais, cuja maioria teria papel de destaque nos anos do regime militar. Obras como *Rio, 40 graus* (1955), filme de Nelson Pereira dos Santos, e o LP *Chega de Saudade* (1959), de João Gilberto, são as primeiras manifestações dessa busca por renovação. O teatro também passou por um processo de renovação e politização, que seria fundamental para a organização deste setor durante o regime militar e para sua condição pioneira na resistência<sup>568</sup>; a partir da encenação de *Eles não usam black-tie* (Gianfrancesco Guarnieri, 1958), pelo Teatro de Arena de São Paulo, muitos dramaturgos trabalhariam no sentido de trazer o povo brasileiro para os palcos.

Entre 1958 e 1964, o clima de efervescência cultural estimulou os debates e as tentativas desses artistas de se aproximarem das classes populares e fazerem da arte instrumento de politização e transformação social. A realização dos Seminários de Dramaturgia pelo Teatro de Arena, a partir de 1958, e a criação do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC/UNE), em 1962, se dão nesse contexto, na tentativa de pensar o lugar do intelectual engajado nesse processo de politização e, no caso do CPC, também constituir um núcleo de discussão e produção cultural.

Nesse contexto, despontariam muitos dos dramaturgos de atuação destacada na resistência empreendida nas décadas seguintes, como Oduvaldo Vianna Filho, Augusto Boal, Paulo Pontes e

---

<sup>568</sup> Cf. FARIA, João Roberto (dir.). *História do teatro brasileiro: volume II*. São Paulo: Perspectiva, 2013, pp. 175-215; GARCIA, Miliandre. Teatro e resistência cultural: o Grupo Opinião. *Temáticas*, Campinas, ano 19, N° 37/38, pp. 165-182, 2011.

Gianfrancesco Guarnieri. Peças como *Chapetuba Futebol Clube* (Oduvaldo Vianna Filho, 1959), *A mais-valia vai acabar, seu Edgar* (Oduvaldo Vianna Filho/Chico de Assis, 1960), *Revolução na América do Sul* (Augusto Boal, 1960) e *A semente* (Gianfrancesco Guarnieri, 1961), ao lado de outras produções culturais, como os filmes *Cinco Vezes Favela* (Cacá Diegues/Joaquim Pedro de Andrade/Leon Hirszman/Marcos Farias/Miguel Borges, 1960), *Vidas Secas* (Nelson Pereira dos Santos, 1963) e *Deus e o diabo na terra do sol* (Glauber Rocha, 1963), além do LP *O povo canta* (1963), produzido pelo CPC/UNE, são importantes referências para a compreensão do que significou essa movimentação para a cultura brasileira.

Após o golpe, que rompeu os laços de ligação entre a intelectualidade engajada e as camadas populares constituídos no período anterior, a reorganização da esquerda teatral proveniente do CPC/UNE foi relativamente rápida, resultando no show *Opinião*, que estreou em 11 de dezembro de 1964, no Rio de Janeiro, e acabou por se constituir numa espécie de modelo de militância cultural engajada, sendo considerado a primeira manifestação cultural de resistência ao regime implantado<sup>569</sup>. Outras peças importantes seriam encenadas nos anos seguintes buscando encontrar a melhor forma de utilizar o teatro não só como espaço de fruição artística, mas também de conscientização política. Dentre essas peças, destacamos *Liberdade Liberdade* (Millôr Fernandes/Flávio Rangel, 1965) e *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come* (Oduvaldo Vianna Filho/Ferreira Gullar, 1966), encenadas pelo Grupo Opinião, e *Arena conta Zumbi* (Augusto Boal/Gianfrancesco Guarnieri, 1965) e *Arena conta Tiradentes* (Augusto Boal/Gianfrancesco Guarnieri, 1967), encenadas pelo Teatro de Arena de São Paulo.

A partir de 1967, o teatro brasileiro assistiu à ascensão de um novo segmento dramático: o teatro de agressão. Conceituado por Anatol Rosenfeld, esse gênero consiste numa vertente do campo teatral em que, como o próprio nome sugere, os realizadores buscam uma relação agressiva com o público diretamente e/ou com a sociedade e seus valores.<sup>570</sup> No tocante ao teatro brasileiro desse período, o maior expoente do teatro de agressão foi o Teatro Oficina, sob a direção de José Celso Martinez Correa, destacando-se a encenação das peças *O rei da vela* (Oswald de Andrade, 1967) e *Roda Viva* (Chico Buarque e Ruy Guerra, 1968). Segundo o diretor, o objetivo principal do grupo era atingir ao público regular do teatro à época, constituído, especialmente, pela classe média burguesa. Para isso, eram utilizados recursos invasivos que buscavam violar o espaço individual do público – como atirar pedaços de fígado ensangüentado na platéia ou atrizes que se sentavam no colo dos homens que assistiam às apresentações –

---

<sup>569</sup> O show *Opinião* já seria pautado pela noção de frentismo cultural, orientação do PCB que daria as bases para a resistência democrática fundada na aliança de classes. Ao nos referirmos ao show como um modelo, não queremos dizer que a forma utilizada nele tenha sido única no teatro de resistência ao regime militar, mas sim que as discussões colocadas por ele, em termos de temas e formas, foram retomadas, de diferentes maneiras, ao longo dos anos que se seguiram. Cf. PATRIOTA, Rosângela. A escrita da história do teatro no Brasil: questões temáticas e aspectos metodológicos. *História*, São Paulo, v. 24, pp. 79 – 110, 2005.

<sup>570</sup> Cf. GUINSBURG, J.; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariângela Alves de (coords.). *Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos*. São Paulo: Perspectiva; Edições SESC SP, 2009, pp. 18-20.

ou questionar, provocar e desrespeitar os valores morais cristãos-ocidentais considerados característicos da burguesia – através do recurso à nudez, à encenação sexual, entre outros.<sup>571</sup>

Durante a década de 1970, é possível observar uma retomada dos palcos brasileiros pelos dramaturgos de inspiração marxista, que buscavam construir uma expressão cultural do Partido Comunista Brasileiro (PCB), reafirmando as propostas da resistência democrática orientada pelo partido e por em discussão a atuação das esquerdas sob o regime.<sup>572</sup> Especialmente entre os anos 1973 e 1979, observamos uma atuação mais enfática dessa dramaturgia no sentido de: 1) trazer o público de volta ao teatro que, a seu ver, havia sido afastado pela agressão; 2) intensificar a luta pela liberdade de expressão e contra o autoritarismo; 3) desenvolver peças em que a relação entre estética e política se apresentasse de maneira mais clara, tendo um eixo estético-ideológico bem definido. Os anos de 1973 e 1974 também marcam a diluição do teatro de agressão, com a diminuição da atuação do Teatro Oficina e o exílio de seu principal nome, Zé Celso (1974).

Além disso, esses dramaturgos buscaram refletir sobre as críticas sofridas pela militância aliada à tradição pecebista e responder a elas. Segundo Maria Paula Araújo, especialmente entre 1973 e 1975, a concepção de resistência democrática se fortaleceu no Brasil, muito em função da autocritica da esquerda armada e da promessa de distensão do regime.<sup>573</sup> Através da estética realista, a dramaturgia comunista buscava se reorganizar e responder ao “irracionalismo”<sup>574</sup> do teatro de agressão com a palavra e o pensamento. Muitas peças escritas e encenadas na década de 1970 apontam a existência de uma atuação convergente de alguns dramaturgos nesse sentido como, por exemplo, *O Último Carro* (1967/1976), de João das Neves; *Um grito parado no ar* (1973), de Gianfrancesco Guarnieri; *Rasga Coração* (1974/1979), de Oduvaldo Vianna Filho e *Gota D'Água* (1975), de Paulo Pontes e Chico Buarque. Outras peças traziam temáticas relevantes para a cultura política comunista, como é o caso de *Ponto de Partida* (Gianfrancesco Guarnieri, 1976) e *Patética* (João Ribeiro Chaves Neto, 1976), que abordaram metaforicamente o emblemático assassinato de Vladimir Herzog, conhecido jornalista comunista que foi morto sob tortura em 1975, e tantas outras.

Segundo Miriam Hermeto, o prefácio de *Gota d'água* foi “escrito sob a forma de um ensaio sobre a realidade brasileira de então [...] e] pode ser compreendido como uma forma de autolegitimação

---

<sup>571</sup> Cf. \_\_\_\_\_. *Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos*. Outros exemplos do teatro de agressão no Brasil são as peças *Tom Paine* (Paul Foster, 1970) e *Missa Leiga* (Chico de Assis, 1972), dirigidas por Ademar Guerra; *A vida escrachada de Joana Martini e Baby Stompanato* (Bráulio Pedroso, 1970); *Apareceu a Margarida* (Roberto Athayde, 1973), *Maria Manchete, Navalhada e Ketchup* (Ísis Baião, 1975), entre outras.

<sup>572</sup> Cf. NAPOLITANO Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar*. Tese (Livro Docência em História do Brasil Independente) - Universidade de São Paulo. São Paulo 2011; HERMETO, Miriam. *"Olha a Gota que falta"*. Um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975 - 1980). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

<sup>573</sup> ARAUJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

<sup>574</sup> O termo “irracionalismo” referindo-se ao teatro de agressão cunhou-se em oposição à ideia de “racionalismo” que caberia à dramaturgia realista, na medida em que esta prima pela palavra, reflexão e pensamento e aquele, pelo apelo aos sentidos, performance e corpo.

dos autores do texto no campo artístico-intelectual [...] e uma preparação da recepção do público leitor para os sentidos da obra, direcionando-a para a avaliação crítica da sociedade”.<sup>575</sup> Nele, Paulo Pontes e Chico Buarque refletem sobre a importância da palavra para o contexto no qual se inseriam e apontam uma “crise expressiva” pela qual o teatro brasileiro passava, crise essa que colocara a palavra em segundo plano. Os autores afirmam que

a palavra deixou de ser o centro do acontecimento dramático. O corpo do ator, a cenografia, adereços, luz ganharam proeminência, e o diretor assumiu o primeiríssimo plano na hierarquia da criação teatral. [...] ao lado de todas as pressões amesquinhadoras, que tornaram impossível a encenação do discurso dramático claro sobre a realidade brasileira, uma fobia pela razão ia tomando conta de nossa criação teatral.<sup>576</sup>

Essas peças nos permitem compreender o diálogo do teatro com o projeto de frentismo cultural que pautou a resistência democrática defendida pelo PCB. Segundo Marcos Napolitano, “o frentismo cultural se construiu sobre três pilares: a) ocupação dos circuitos mercantilizados e institucionais da cultura; b) busca de uma estética nacional-popular; c) afirmação do intelectual como arauto da sociedade civil e da nação.”<sup>577</sup> O historiador também alerta que a atuação frentista foi marcada por tensões que tiveram relevantes implicações na área teatral. Ele diz que

Se o frentismo apontava para a eleição de plataformas mínimas de luta em nome da liberdade, as demandas específicas empurravam os setores mais comprometidos com o mercado para uma negociação crítica com o regime, evitando assim o colapso artístico e profissional da área. Em outras palavras, o setor teatral foi um dos primeiros que conheceu o impasse entre radicalizar a luta ou atuar como resistência negociada e moderada, prenúncio das grandes lutas culturais que dividiram a área nos anos 1970.<sup>578</sup>

Isso pode ser observado a partir das grandes contradições que marcaram as relações entre os artistas de teatro e os órgãos do regime militar – e também dos órgãos entre si –, bem exemplificados pelas várias peças premiadas pelo Serviço Nacional de Teatro (SNT), mas proibidas de serem encenadas, publicadas e até mesmo lidas pelo Departamento de Censura.<sup>579</sup>

A partir desse quadro, Reinaldo Cardenuto formulou o conceito de *dramaturgia de avaliação*, que se apresenta como uma das principais referências para o estudo que aqui se propõe. A dramaturgia de

---

<sup>575</sup> HERMETO, Miriam. O prefácio de *Gota d'água*: as bases de um projeto cultural de interface entre intelectuais e artistas na ditadura militar brasileira. *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, v.7, p. 81-102, 2012, p. 82.

<sup>576</sup> BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. *Gota d'água*. São Paulo: Circulo do Livro, 1975, p. 14.

<sup>577</sup> NAPOLITANO. *Coração civil*: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar, p. 2.

<sup>578</sup> \_\_\_\_\_ . *Coração civil*: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar, p. 67.

<sup>579</sup> Sobre a censura ao teatro durante o regime militar brasileiro, cf. GARCIA, Miliandre. *Ou vocês mudam ou acabam*: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

avaliação consiste naquela desenvolvida pelos dramaturgos comunistas que, no início dos anos 1970, buscaram articular duas questões principais: “qual seria, afinal, o lugar reservado ao militante tradicional de esquerda no Brasil pós-1968 e, dentre as possíveis formas dramáticas, qual permitiria, em tempos sombrios, uma aproximação crítica mais eficaz com os espectadores.”<sup>580</sup> Ainda segundo o autor, esses dramaturgos estavam tentando manter o teatro como um espaço para o debate público das questões nacionais. Para eles, segundo a concepção marxista da arte, “cabia à arte politizada oferecer um foco de resistência à chamada ‘modernização conservadora’ e realizar uma *revisão* da dramaturgia anterior com a finalidade de conservar, no teatro, uma prática pulsante de reflexão crítica sobre o país.”<sup>581</sup>

A peça acontece no interior de um trem que viaja pelos subúrbios cariocas e nos dá a ver os dramas particulares de mendigos, operários e demais representantes de estratos sociais marginalizados. O universo de *O último carro* “é o dos subúrbios cariocas [...] dos ‘emparedados’ pelos vagões da central [...] É um universo trágico [...] num mundo que não produz mais herói porque o heroísmo está encravado na luta cotidiana pela sobrevivência de toda a população.”<sup>582</sup> O que vemos em nessa peça é um denominador comum entre todos os dramas particulares representados, uma condição social que une a todos os passageiros do trem e os condena a um destino de sofrimento.

Já em *Gota d’água*, Paulo Pontes e Chico Buarque reconduzem o popular ao palco, atualizando os seus dilemas no contexto dos anos 1970, denunciando o controle sócio-político-econômico do país por uma elite que cala a esquerda e consegue assimilar as expressões de rebeldia das classes populares. O mote da peça é a relação entre Joana e Jasão, ambientada num conjunto habitacional no Rio de Janeiro, chamado Vila do Meio-Dia. Em *Gota d’água*, “O fundo social [é] uma dura crítica ao milagre econômico então em curso [e] surge através da mobilização da população do morro contra os preços extorsivos das unidades postas à venda.”<sup>583</sup> O palco dá lugar aos dilemas próprios do segmento popular urbano periférico, que estão perpassados pelo conflito amoroso do casal protagonista. Antigo companheiro de Joana, com quem tem dois filhos, Jasão abandona a família para relacionar-se com Alma, a filha do dono do conjunto habitacional. Divide-se, então, entre o conforto e a estabilidade econômica e as antigas relações afetivas, com a família e os amigos da Vila do Meio-Dia.

Mas a preocupação desses dramaturgos em repensar sua atuação política também incluiu demandas mais específicas relativas à resistência ao regime militar. Daí, por exemplo, a discussão central de *Rasga Coração* (1974), que refletia sobre a atuação das esquerdas durante a década anterior. Através do enfrentamento entre pai e filho, Oduvaldo Vianna Filho recupera mais de

---

<sup>580</sup> CARDENUTO, Reinaldo. Dramaturgia de avaliação: o teatro político dos anos 1970. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 76, pp. 311-332, 2012, p. 317.

<sup>581</sup> \_\_\_\_\_ . Dramaturgia de avaliação: o teatro político dos anos 1970, p. 312. Grifo nosso.

<sup>582</sup> NEVES, João das. *O último carro*. Rio de Janeiro: Opinião, 1976, p. 5.

<sup>583</sup> GOTA d’água. In: *Enciclopedia Itaú Cultural de Teatro*. São Paulo: Itaú Cultural, 2009. Link indisponível. Acesso em 01.abr.2014.

quarenta anos da história política brasileira, colocando numa perspectiva de longa duração a militância de Manguari Pistolão, o “autêntico” militante do PCB. O drama familiar nos lança o conflito latente nas oposições ao regime militar. O embate entre a perspectiva da luta armada/ação direta e a da chamada resistência democrática se coloca como parte do eixo constituinte da peça-síntese do projeto dramaturgico de Vianinha, que sempre se pautou pela concepção da arte como instrumento de transformação social.<sup>584</sup> Segundo Rosângela Patriota, seu trabalho “permitiu o registro de discussões fundamentais, no âmbito político e teórico, na década de 60 e início da de 70, *sob a égide do Partido Comunista Brasileiro*.”<sup>585</sup>

Já *Um grito parado no ar* iniciava uma fase em que Guarnieri recorreria a uma linguagem metafórica de modo a facilitar a liberação de seus textos. Segundo o verbete da Enciclopédia Itaú Cultural de Teatro, essa peça “reflete o momento difícil que a dramaturgia atravessa[va], desejosa de discutir problemas sociais, mas obrigada a evitar alusões explícitas que pudessem levar ao veto da Censura”.<sup>586</sup> O cotidiano retratado é o de um grupo de teatro que enfrenta inúmeras dificuldades de atuação, tanto de ordem política quanto de ordem econômica. Em constante luta contra um ambiente repressivo e contra as dificuldades econômicas impostas pela modernização capitalista, a mercantilização da arte e o aprimoramento da indústria cultural brasileira, o pequeno grupo de teatro representado em *Um grito parado no ar* grita e resiste. A peça burlou a censura e estreou ainda em 05 de julho de 1973, comprovando que a investida de seu autor tinha sido bem sucedida.

Esse recurso metafórico seria novamente utilizado pelo autor três anos depois, em *Ponto de partida* que, como já foi dito, referia-se ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Ambientada numa pequena aldeia medieval, a peça gira em torno da investigação da morte do jovem Birdo, que é encontrado enforcado na praça central, sendo que a grande questão a se averiguar é se o ocorrido se tratava de assassinato ou suicídio – já colocada aqui a referência ao caso Vlado. As demais personagens são, como chamou Fernando Peixoto, personagens-símbolos<sup>587</sup> que representam as diferentes posições tomadas diante da situação de conflito: há quem se cale por medo, há quem se cale por conformismo, há quem faça de tudo para que a verdade venha à tona e há quem faça de tudo para ocultá-la. Ainda segundo Peixoto, *Ponto de partida* se trata de “uma parábola que se destina aos que desejam, buscam e são capazes de abrir os olhos com emoção, dúvida e reflexão. E assim, Guarnieri continua fiel ao mais possível e vigoroso realismo.”<sup>588</sup> Ora, com essa afirmação, o ator, diretor e crítico nos reitera que, apesar do recurso à

---

<sup>584</sup> Cf. PATRIOTA, Rosângela. *Papa Highbirte*: reflexões sobre a militância de esquerda frente ao autoritarismo latino-americano. In: DAYRELL, Eliane; IOKOI, Zilda (orgs.). *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.

<sup>585</sup> \_\_\_\_\_. *Papa Highbirte*: reflexões sobre a militância de esquerda frente ao autoritarismo latino-americano, p. 389. Grifo nosso.

<sup>586</sup> *Um grito parado no ar*. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Teatro. São Paulo: Itaú Cultural, 2010. Link indisponível. Acesso em 01.abr.2014.

<sup>587</sup> PEIXOTO, Fernando. A parábola e a verdade In: *Teatro em pedaços*. São Paulo: Hucitec, 1989.

<sup>588</sup> \_\_\_\_\_. A parábola e a verdade, p. 192.

parábola e à metáfora, Guarnieri trabalhou na perspectiva realista, que estava entre as pautas da dramaturgia de avaliação.

O deslocamento no tempo como meio para discutir acontecimentos do período já havia sido utilizado por Chico Buarque e Ruy Guerra na dramaturgia de *Calabar – O elogio da traição* (1973). Recuperando o episódio da ocupação holandesa no nordeste brasileiro no século XVII e a figura de Domingos Fernandes Calabar, os autores buscaram refletir, em pleno Brasil do “Ame-o ou deixe-o”, sobre o que de fato poderia ser considerada traição à pátria, em que situações seria legítimo se levantar contra ela, quais os motivos que levariam a isso. Assim, a metáfora da traição de Calabar servia como mote para a discussão da atuação das oposições ao regime militar, consideradas pelo governo e seus apoiadores, como traidores da pátria, especialmente os militantes da luta armada, que no ano de 1973 já haviam sofrido derrotas definitivas. Como afirmou Fernando Peixoto, diretor da primeira montagem da peça, nela

a História é utilizada como matéria para uma reflexão que ultrapassa os limites de determinadas circunstâncias político-econômicas já superadas. [...] O passado é revisto com a lucidez de quem vive o presente: com a consciência de quem mergulha na História em busca de uma compreensão do mundo de hoje.<sup>589</sup>

Protagonista de um dos casos mais emblemáticos de censura, *Calabar – o elogio da traição* seria vetada integralmente poucos dias antes de sua estréia, causando um prejuízo aos produtores se precedentes no teatro brasileiro. Assim como outras peças proibidas durante desde finais dos anos 1960 e 1970, como *Papa Highirte* (1968) e *Rasga Coração* (1974), *Calabar* estreou na virada de 1979 para 1980.

A peça que, talvez, seja a última inserida nessa espécie de projeto é *Ópera do malandro*, novamente de Chico Buarque. Escrita e estreada em 1978, é baseada na *Ópera dos mendigos* (John Gay, 1728) e na *Ópera dos três vinténs* (Bertolt Brecht/Kurt Weill, 1928), além de ser dedicada pelo autor à memória de Paulo Pontes, seu parceiro em *Gota d'água*, falecido dois anos antes. Ambientada nos anos 1940, a peça põe em cena os meandros que regem a vida dos personagens que são, em sua maioria, representantes do lumpem: prostitutas, travestis, contrabandistas; todos buscando sobreviver sob o jugo do poder econômico e do controle que Duran, o cafetão, tenta exercer sobre todos e todas. Crítico ao deslumbramento com o americanismo, o musical ainda expõe a falácia da ideia de que o progresso e a modernização acarretam numa melhoria na vida de todos. Temos aqui um ponto de diálogo não só com o momento que retrata – o surto desenvolvimentista estimulado pelo varguismo –, mas também com o contexto em que foi escrita, já

---

<sup>589</sup> PEIXOTO, Fernando. Uma reflexão sobre a traição. In: *Teatro em pedaços*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 153.

que nesse período as consequências do fim do chamado milagre econômico já se mostravam nefastas, em especial para a população mais pobre.

A crítica ao sistema econômico, ao americanismo e ao desenvolvimento capitalista já apontava para uma afinidade com a cultura política comunista<sup>590</sup>, mas é interessante observar uma crítica especial bastante dura à moral burguesa<sup>591</sup>, característica de uma classe decadente e hipócrita. Tal questão permeia toda a peça, podendo ser observada em diversas canções que compõem a trilha sonora e também no próprio texto. Um dos grandes exemplos que temos é a canção *O casamento dos pequenos burgueses*<sup>592</sup> (Chico Buarque, 1977/1978), na qual o autor expõe e critica, a partir da perspectiva comunista, a indissolubilidade do casamento burguês, que mantém unidos um homem e uma mulher que parecem cumprir o papel social que deles se espera e viverão juntos “até que a morte os una”, mas, na realidade, desejam matar um ao outro: “Ele é o funcionário completo/E ela aprende a fazer suspiros/Vão viver sob o mesmo teto/Até trocarem tiros/Até trocarem tiros [...] Ele fala em cianureto/Ela sonha com formicida/Vão viver sob o mesmo teto/Até que alguém decida/Até que alguém decida”.<sup>593</sup>

As peças aqui comentadas expressam uma proposta política vinculada à retomada dos palcos pelo teatro realista pautado na palavra e, ainda que o façam de maneiras variáveis, são paradigmáticas no que tange à manifestação do projeto político do Partido Comunista Brasileiro na dramaturgia brasileira, que se realizou ainda que o partido tenha falhado na tentativa de formular uma política cultural durante todo o regime militar. Marcos Napolitano afirma que, no campo teatral, “os dramaturgos constituíam uma espécie de núcleo duro da política cultural que mais se aproximava das posições do PCB: defendiam a unidade e o frentismo (artístico e classista); pautavam-se pela busca do “homem brasileiro” e suas contradições específicas; filiavam-se ao drama realista.”<sup>594</sup> Assim, como pudemos ver, temas e abordagens característicos do projeto e da cultura política comunista internacional e brasileira marcaram boa parte da dramaturgia de esquerda nos anos 1970, fazendo do teatro um espaço privilegiado de militância e reflexão.

---

<sup>590</sup> Para maior compreensão sobre a cultura política comunista e suas características, cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. Alguns apontamentos. IN: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

<sup>591</sup> Para melhor entendimento da crítica do PCB à moral burguesa, cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a moral comunista. *Lócus Revista de História*, Juiz de Fora, v. 3, nº1, 1997, pp. 69-83. É importante observar, contudo, que tanto em *A ópera do malandro* quanto em *Calabar*, Chico Buarque coloca em pauta a homossexualidade, criticada tanto pela moral burguesa quanto pela comunista.

<sup>592</sup> Para a letra completa da canção, cf. HOLLANDA, Chico Buarque de. *Tantas palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 257-258.

<sup>593</sup> \_\_\_\_\_, *Tantas palavras*, pp. 257 - 258.

<sup>594</sup> NAPOLITANO. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar*, p. 166.

# Estado de exceção e necessidade poética: o “Jornal da Poesia” no *JB* de 1973

Moniquele Silva de Araújo

Mestranda em História Política

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

[moniquelearaujo@yahoo.com.br](mailto:moniquelearaujo@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma articulação entre poesia e estado de exceção, entre a ditadura civil-militar brasileira e a necessidade poética, que chama atenção no Brasil da década de 1970, com a publicação do “Jornal da Poesia” dentro do caderno B do *Jornal do Brasil*. As questões abordadas aqui colocam em perspectiva a compreensão de um estado de exceção em permanência a partir da construção de um modelo de estado moderno que está em desenvolvimento nos dias de hoje. Trata-se de um paralelo entre o desenvolvimento do poder estatal, da alienação política e cultural (processo de individualização, “destruição da realidade”) e da arte a partir da modernidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** poesia; estado de exceção; ditadura civil-militar; necessidade; magia.

Um estudo da estrutura e do significado do estado de exceção permite uma análise do conceito jurídico de necessidade: “tornar lícito o ilícito, a necessidade age aqui como justificativa para uma transgressão em caso específico por meio de uma exceção.”<sup>595</sup> O estado de exceção, terminologia alemã, ou mesmo estado de sítio – terminologia francesa -, é uma resposta do poder estatal aos conflitos internos e externos. Trata-se de uma suspensão dos artigos da constituição relativos às liberdades individuais, ampliando os poderes governamentais e atribuindo ao executivo a força de lei, sem a distinção dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Assim, o estado de exceção permite a eliminação física aos não integráveis ao sistema político que o institui, sendo a tortura oficializada pelo estado.

[O estado de exceção é um] regime jurídico excepcional a que uma comunidade política é temporariamente submetida, por motivo de ameaça à ordem pública e durante o qual se conferem poderes extraordinários às autoridades governamentais, ao mesmo tempo em que restringem ou suspendem as liberdades públicas e certas garantias constitucionais.<sup>596</sup>

Paulo Arantes compreende o estado de exceção como uma “legalização da suspensão da legalidade”. Um estado de “necessidade” pela defesa da ordem social e “democrática” então instável, sendo assim instaurada uma ditadura constitucional. De acordo com Giorgio Agamben, “toda a teoria da ditadura constitucional se prende ao círculo vicioso segundo o qual as medidas excepcionais, que se justificam como sendo para a defesa da constituição democrática são aquelas que levam à sua ruína.”<sup>3</sup>

Levam à ruína da democracia porque, como acentuou Bruno Groppo, em *La imposibilidad del olvido*, os estados de exceções ocorridos no Cone Sul podem ser comparados ao nazismo e ao estalinismo,

<sup>595</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 40-41.

<sup>596</sup> ARANTES, Paulo. Estado de sítio. In: *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.153-154.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *Estado de exceção*, p. 20.

pois houve “uma ruptura de civilização”. O estado tornou-se terrorista utilizando-se de seu instrumento - a “Doutrina de Segurança Nacional” - contra a oposição, cometendo então diversos crimes contra a humanidade.

Em seu estudo da história dos estados de exceção, Agamben percebe uma transformação dos regimes democráticos em consequência da progressiva expansão dos poderes executivos durante as duas guerras mundiais. Para ele, o estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária, sendo introduzido pela primeira vez na constituição de 22 Frimário, da primeira república francesa, em 1792. Ainda que apostando na modernidade, diferente de Agamben, Paulo Arantes cita a constituição da Filadélfia de 1787 que sancionava - segundo ele - um verdadeiro golpe de Estado, para abordar uma história do estado de exceção. A constituição norte-americana teria sido concebida tendo em mente o estado de exceção. Arantes chama atenção, portanto, para a invenção norte-americana do estado de exceção em que, mesmo em tempos de aparente normalidade, o presidente pode converter-se em um ditador. Em *O novo tempo do mundo*, Paulo Arantes explicita que em meados do século XIX, a violação aos direitos individuais por parte do Estado tornou-se a razão de ser da própria constituição garantidora da ordem mercantil emergente, ameaçada pela desordem das novas classes trabalhadoras tidas como perigosas. Sendo assim, o estado de exceção não é algo que começa em 1964 no Brasil com o golpe, mas algo que tem suas origens numa modernidade, baseado nas relações de desenvolvimento econômico que se constituíram ao longo da história, que propicia ao mesmo todo um aparato jurídico para que exista.

Proponho pensar aqui a relação que a obra de arte, a poesia nesse caso, tem com o estado de exceção. Para isso faz-se necessária a compreensão do que é a obra de arte na sociedade, em correspondência, na história. Com base nos artigos publicados no *Jornal do Brasil* – evidenciados mais em frente - em 1973, advertindo para a necessidade da poesia, a questão pode ser: que sociedade era essa que reclamava a poesia, que indicava a necessidade da circulação poética? Por que outras figuras, formas? Por que a ficção importa no momento tão extremo como é o caso do estado de exceção?

Alfredo Bosi em *Entre a literatura e a história* discorre sobre a poesia num tempo que isso se tornou necessário. No seu capítulo “a poesia é necessária?” compreende que num bom tempo não se fala sobre a necessidade da poesia. Ou seja, o tema proposto pelos críticos literários da época da ditadura civil-militar talvez seja mais um sinal dos tempos: “quem pergunta sobre a necessidade da poesia poderá estar experimentando uma falta e provavelmente um sentimento misto de saudade do que é ainda enigma.”<sup>597</sup> Ele aposta que é na arte que está a magia do mundo desencantando de Max Weber: “a poesia torna próximo e singular o que a desmemória cotidiana vai deixando remoto e indistinto.”<sup>598</sup>

O “Jornal da Poesia” publicado dentro do caderno B do *Jornal do Brasil* em 1973 - nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, organizado por Affonso Romano de Sant’Anna por recomendação do jornalista Alberto Dines – foi um dos importantes focos do surto poético brasileiro na década de 1970. Do contexto político de ditadura civil-militar e do “milagre econômico” surgiu o que foi chamado de “a

---

<sup>597</sup> BOSI, Alfredo. *Entre a Literatura e a história*. São Paulo: Ed. 34, 2013, p. 9.

<sup>598</sup> \_\_\_\_\_. *Entre a Literatura e a história*, p12.

necessária poesia”, conforme o texto de abertura do primeiro número do jornal, que chamava atenção para o período de efervescência poética e dizia ter por objetivo “fornecer um panorama da poesia brasileira” daquele tempo.

Affonso Romano de Sant’Anna, editor e responsável pela seleção das poesias para a publicação do jornal procurou mesclar e reconhecer a poesia produzida no momento, que andava solta pelas ruas, pelos botecos, pelas cabeças das pessoas, nas “estruturas de sentimentos” ou sentidos<sup>599</sup> dos brasileiros.

Depois da efervescência poética - dos movimentos de vanguarda das décadas de 1950 e 1960 - a poesia parecia ter-se silenciado ou vivido às expensas da MPB. O país teria vivido, para muitos autores, o chamado “vazio cultural”<sup>600</sup> causado pelo Ato Institucional nº5, que significou o endurecimento do regime de exceção então vivido. No entanto, a década de 1970 foi de um momento de alta produção poética. Como dizia no primeiro número do “Jornal da Poesia”: “a poesia voltou, voltou antes mesmo da primavera.” O *Jornal do Brasil* passou a publicar o “Jornal da Poesia” em Setembro de 1973, recebendo centenas de poemas e também críticas ao que estava ocorrendo no momento como, por exemplo, a opinião do crítico literário Anatol Rosenfeld sobre a publicação das poesias.

É sumamente importante que, numa hora em que há uma forte tendência neofascista no sentido de minimizar a pertinência da palavra como formassem rival de comunicação entre os homens, um órgão sério e respeitável da imprensa como o *Jornal do Brasil* retome o diálogo com a literatura, ao instituir, ainda que mensalmente, o seu “Jornal da Poesia”. [...] a abertura das páginas do JB para o fenômeno da criação poética vem de encontro a uma necessidade urgente e inadiável, porque, queiram ou não queiram os mal avisados, a poesia é como se fosse o coração do fato literário, aliás o seu centro mesmo de gravidade. [...] o homem só se distingue dos outros animais porque usa a palavra. E é a palavra como *modus vivendi* da criatividade poética, aquilo que, agora, determinados setores antidemocráticos e desumanos gostariam de ver exterminado da existência mesma da condição humana.<sup>601</sup>

Já o crítico Oscar Mendes adverte para a marginalidade da nova poesia então produzida no país, ressaltando ainda sua necessidade de existência e publicação.

[...] hoje a publicidade de poesia no Brasil é, fora de dúvida, marginal. O jornal da poesia veio suprir uma das deficiências com referência à divulgação de poesia. E, quando a veiculação se faz por um órgão do porte do JB podemos dizer que algo de muito importante está acontecendo.<sup>602</sup>

<sup>599</sup> “Estrutura de sentimento” enquanto sentimento social, vivido e sentido numa determinada época: “A ideia de uma estrutura de sentimento pode ser especificamente relacionada à evidência de formas e convenções, figuras semânticas, que na arte e na literatura estão quase sempre entre as primeiras indicações que tal estrutura está se formando” WILLIAMS, Raymond. *Estruturas de sentimento*. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.13.

<sup>600</sup> Termo utilizado por intelectuais da época, como o jornalista Zuenir Ventura, que escreveu artigos com esse título.

<sup>601</sup> ROSENFELD, Anatol. *Opinião do Crítico Anatol Rosenfeld*. JB, RJ, 04 de Setembro de 1973, cad. 1, p. 10. (O crítico nasceu em Berlim em 1912, veio para o Brasil em 1937 fugido da barbárie nazista, tendo sido uma das mais significativas expressões como ensaísta e doutrinador.)

<sup>602</sup> MENDES, Oscar. Oscar Mendes acha que o “Jornal da Poesia” completa obra do Suplemento “livro”. JB, RJ, 5 de Setembro de 1973, cad. 1, p.18.

O poeta Mário Chamie chama atenção para a importância do “Jornal da Poesia” definindo-o como “[...] espaço certo para o uso da palavra não corrompida, capaz de traduzir e interpretar a nossa realidade acima das ilusões convenientes ou das mistificações programadas.”<sup>603</sup> Já para o diretor do Suplemento literário de Minas, Angelo Osvaldo

nos meios editoriais, persiste o preconceito de que a poesia não vende e, portanto, não deve ser publicada. Desaparecem dos jornais os espaços para a poesia e tudo mais que é literatura. Os concursos, chegando até a exigir ‘o número de versos’, restauram a lírica da chamada geração 45 e a oficializam.<sup>11</sup>

Importa ainda salientar a opinião de Fabio Lucas sobre o “Jornal da Poesia”, que compreende a volta da poesia como “um tempero à insensibilidade” e que “os processos sociais envolventes tentaram desloca-la do seu eixo, mas ela resiste sempre e floresce em campo de esperança.”<sup>604</sup> Todos os críticos, poetas e escritores chamam atenção, portanto, para a escassez da arte poética e que os jornais fechavam suas páginas para a literatura naquele momento, advertindo uma carência dos órgãos de divulgação. O “Jornal da Poesia” sanaria esse problema. Sendo assim, tais críticos nos fazem compreender que a poesia não circulava até então e que vigorava a força do desenvolvimento de um modelo econômico que diminuiu o valor artístico e o seu sentido para a vida, excluindo e paradoxalmente florescendo a necessidade da arte, da poesia.

Ernst Fischer escreveu sobre *A necessidade da arte*, publicada em 1959, correlacionando o mundo artístico-poético à necessidade de humanidade. A arte tem função? e no estado de exceção qual seria a sua função caso se pudesse falar de uma, é infável a função da arte? Como movimento criado na sociedade, diz respeito a mesma e também a orienta. Fischer traz algumas reflexões a respeito da obra de arte visualizando-a a partir de um pensamento marxista, apesar disso e por causa disso, não se limita ao superficial de uma análise sobre a arte, ainda que possa haver muito a se pensar sobre, a se aprofundar. O autor não compreende tudo como “culpa do capitalismo”, segundo ele, o artista expressa a “angústia permanente”, ainda que muito do que está em jogo no campo do capital inspire a criação da realidade (outra), ou seja o desenvolvimento artístico-poético.

A arte é compreendida pelo filósofo como meio indispensável para a união do indivíduo ao todo, sendo derivada da experiência, é uma objetificação dela, do meio social do momento criado e do todo também da humanidade, como uma permanência. Finito que é infinito. Histórico que é a-histórico. “[...] Marx enxergou que, na arte historicamente condicionada por um estágio social não desenvolvido, perdurava um momento de humanidade; e nisso Marx reconheceu o poder da arte de sobrepor ao momento histórico e exercer um fascínio permanente.”<sup>605</sup>

---

<sup>603</sup> CHAMIE, Mário. Chamie louva “Jornal da Poesia”. *JB*, RJ, 08 de Setembro de 1973, cad.1, p. 10.

(Crítico e poeta, professor de teoria da comunicação, fundador da Revista de Vanguarda Práxis.) <sup>11</sup> SANTOS, Ângelo Osvaldo de Araújo. Mineiro acha a publicação do “Jornal da Poesia” uma iniciativa importante. *JB*, RJ, 11 de Outubro de 1973, cad.1, p.15. (Diretor do suplemento literário de Minas na época).

<sup>604</sup> LUCAS, Fabio. Crítico acha bom o “Jornal da Poesia”. *JB*, 12 de setembro de 1973, cad. 1, p.19.

<sup>605</sup> FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 9º ed., 1983, p.17.

Há em sua obra pontos de confronto com a compreensão da obra de arte do sociólogo Pierre Bourdieu, que a compreende como convenção socialmente aceita dentro do campo artístico histórico e socialmente construído, defendendo a busca pela gênese dos conceitos que atuam nas relações de forças sociais e criando os conceitos operatórios de *campo* e *habitus* para, como em *As Regras da Arte*, buscar a gênese e estrutura do campo literário ou artístico. O sociólogo compreende a experiência da obra de arte como imediatamente dotada de sentido e de valor, sendo um efeito da concordância entre as duas faces da mesma instituição histórica, o *habitus* e o *campo* artístico, que se fundiriam mutuamente.

Ambos discorrem sobre a magia da obra de arte, mas de forma oposta. Para Bourdieu, a magia da obra de arte estaria dentro do que conceituou como *illusio*. De acordo com o sociólogo, há um jogo social que cria a *illusio*, a magia, porque o círculo do jogo social seria o círculo da crença, que envolveria às relações de força na sociedade, reproduzindo os poderes e as dominações sociais. Ou seja, o campo da arte compartilha com as regras sociais, inclusive na própria construção do que seria arte para o jogo social.

Já Fischer, na busca pela origem da arte, encontra nela um sentido mágico, pelo qual o homem se servia para a dominação da natureza e para desenvolver suas relações sociais. Para o filósofo a arte é a ligação do indivíduo com o todo temporal e social porque surge dos estímulos sociais, nesse sentido que ela é magia, ligando o indivíduo ao grupo social. No entanto, numa sociedade de classes, diferenciada, ela se desenvolve fora da magia, como resultado da alienação. Sobre a poesia: “o desejo de retornar à fonte da linguagem é inerente à poesia [...] Em todo poeta existe certa nostalgia de uma linguagem “mágica”, original”.<sup>606</sup>

Assim Fischer apresenta a arte como produtora-criadora de coletividade. Além disso, compreende a arte como sobreposta ao momento histórico e como superação desse momento histórico. Sua tese é a de que “dentro do momento histórico, cria-se também um momento de humanidade que promete constância no desenvolvimento”<sup>607</sup>. Ele, enfatiza, portanto, os elementos contínuos e comuns da arte ao longo da história. Ou seja, ao mesmo tempo que acentua sua historicidade, considera o universal.

Já Bourdieu demonstra que o campo artístico não é um campo autônomo tal como a filosofia, a literatura e a própria arte defendem. Ou seja, a aparente anarquia da produção artística é colocada em questão. Para ele, os campos sociais estão e são ordenados e os indivíduos figuram nesse espaço, por isso é tão importante decifrar essas regras que compõem o jogo social, as disputas envolvidas na definição das classificações nos campos, a construção do cânone e as hierarquizações que presidem essas classificações.

Fischer apela para uma função que a arte deveria ter, a arte teria uma finalidade de ação de acordo com a experiência histórica, justamente para sair dessa historicidade sempre limitada e se traspor ao infinito. Ele reconhece que “a arte jamais é uma descrição clínica do real”<sup>608</sup>, ela seria o “modo mais fácil de existência” ou mesmo sua busca. No entanto, o filósofo adverte que numa sociedade dividida em classes, as classes procuram recrutar a arte, que é voz da coletividade, a serviço de seus propósitos

---

<sup>606</sup> FISCHER. *A necessidade da arte*, p.35.

<sup>607</sup> \_\_\_\_\_. *A necessidade da arte*, p.17.

<sup>608</sup> \_\_\_\_\_. *A necessidade da arte*, p.19.

particulares, e assim: “não há porque temer que uma sociedade próspera e altamente diferenciada acarrete um empobrecimento das artes.”<sup>609</sup>

Bourdieu se preocupa mais com a possibilidade de se trabalhar cientificamente a obra de arte, defendendo que sua análise sociológica permite o conhecimento da estrutura do espaço social. Em sua concepção, há possibilidade de construção do espaço social da obra, das práticas sociais e, dessa forma, visualiza a possibilidade de compreensão do campo de poder a partir de tal análise. Ou seja, adverte para a possibilidade de análise da obra e observação dos seus campos de poderes onde se exercem forças sociais:

mais uma vez, somos obrigados a supor que é através da elaboração de uma história, e graças a ela, que o autor é levado a trazer à luz a estrutura mais profundamente enterrada, mais obscura, porque a mais diretamente ligada aos seus investimentos primários, que está no próprio princípio de suas estruturas mentais e de suas estratégias literárias.<sup>610</sup>

Na verdade, Bourdieu se preocupa em objetivar a ilusão do romance, da literatura, pois a ilusão é universalmente partilhada – *illusio*. Sua observação maior é que o campo literário é um campo social que é também um campo de poder. Sugere, assim, a possibilidade de análise sociológica da obra de arte e seu mundo social: “Reconstruir o ponto de vista de Flaubert, ou seja, o ponto do espaço social, é dar a possibilidade real de situar-se nas origens de um mundo cujo funcionamento se nos tornou tão familiar que as regularidades e as regras às quais obedece escapam-nos”<sup>611</sup>. O autor chama atenção para a invenção do olhar puro para a arte, da produção do sagrado, da eficácia da magia ou melhor, da *illusio*. Se fosse selecionar uma frase para definir melhor suas obras seria esta: “[existe] todo um universo social no interior do qual se elabora e se exerce a magia”<sup>612</sup>, por isso o estudo da história do campo é tão fundamental para a compreensão da lógica do campo.

Já Fischer compreende a arte como magia no tempo histórico que consegue alcançar outro tempo, através também da união indivíduo-coletivo. O autor compreende a função da arte e tem um momento de fala de 1956, usando denominações que tenderiam preconceituosamente a dizer que são ultrapassadas, mas suas análises são profundas e espirituosas. Com relação à arte contemporânea e à necessidade, ressalta que a arte foi recrutada a serviço dos propósitos particulares, que a alienação não é apenas do mundo e da realidade social, da natureza, é de si mesmo, pelo processo de individualização que se vive a partir da modernidade. De acordo com o autor, houve uma perda da realidade sentida na época dos românticos, os acontecimentos já não acontecem, são os clichês que operam espontaneamente. Houve um processo de destruição da realidade.

Sendo assim, o desenvolvimento de um modelo político de estado, o estado de exceção se dá paralelamente ao modelo de produção artística a partir da modernidade e encontra-se na década de 1970 no Brasil, país que começava seu processo de industrialização, urbanização – deixava de ser majoritariamente rural para se tornar urbano - com todos os problemas sociais que acarretam dessa

<sup>609</sup> \_\_\_\_\_ . *A necessidade da arte*, p. 249.

<sup>610</sup> BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte – gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 40.

<sup>611</sup> \_\_\_\_\_ . *As regras da arte*. p. 64.

<sup>612</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 287.

modernização acelerada. Nesse caso, a arte comportaria uma função específica, uma necessidade: a de criação da realidade (outra).

“Numa sociedade em decadência, a arte, para ser verdadeira, precisa refletir também a decadência. Mas, a menos que ela queira ser infiel à sua função social, a arte precisa mostrar o mundo como possível de ser mudado. E ajudar a mudá-lo”<sup>613</sup>.

Relacionando de maneira mais interessante a arte à necessidade-função dela, Fischer discorre que “uma das grandes funções da arte numa época de imenso poder mecânico é a de mostrar que existem decisões livres, que o homem é capaz de criar as situações que precisa, as situações para as quais se inclina a sua vontade”<sup>614</sup>

A necessidade da arte é então a de representar a nova realidade num mundo decadente onde sua tendência é se divorciar do social e encerrar-se com o indivíduo na sua desesperada alienação. A arte é necessária pra que o homem se torne capaz de conhecer e mudar o mundo. Mas a arte também é necessária em virtude da magia que lhe parece inerente, no sentido de ser uma possibilidade de transformação da realidade, partindo aqui de uma concepção hegeliana de realidade, em que apenas o que é compreendido chega a ser real.

Assim como Walter Benjamin também defendeu que “tem sido sempre uma das mais importantes funções da arte a de criar uma demanda para cuja plena satisfação ainda não soou a hora”<sup>615</sup>, Antônio Callado coloca também na introdução da obra de Fischer que

a medida que a vida do homem se torna mais complexa e mecanizada, mais dividida em interesses e classes, mais “independente” da vida dos outros homens e portanto esquecida do espírito coletivo que completa uns homens nos outros, a função da arte é refundir esse homem, torná-lo de novo são e incitá-lo à permanente escalada de si mesmo.<sup>616</sup>

A função da arte é, portanto, recriar para a experiência de cada indivíduo a plenitude daquilo que ele não é, isto é, a experiência da humanidade em geral. A magia da arte está em que, nesse processo de recriação, ela mostra a realidade como possível de ser transformada, dominada, “tornada brinquedo”.

---

<sup>613</sup> FISCHER. *A necessidade da arte*, p. 58.

<sup>614</sup> \_\_\_\_\_. *A necessidade da arte*, p. 231.

<sup>615</sup> \_\_\_\_\_. *A necessidade da arte*, p. 233.

<sup>616</sup> CALLADO. *A necessidade da arte*, introdução.

# Movimentos de bairros e luta pelo direito à cidade durante o Regime Militar<sup>617</sup> em Belo Horizonte.

Philippe Urvoy

Doutorando em história

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
[ph.urvoy@gmail.com](mailto:ph.urvoy@gmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho pretende desenvolver uma reflexão acerca dos movimentos de bairros que eclodiram em Belo Horizonte durante o período do Regime Militar, tendo como pauta principal a luta pelo direito à moradia, em um contexto de forte repressão à moradia informal desempenhado pelo regime.

Após uma forte mobilização ocorrida nos bairros populares, entre os anos 1950 e o início dos anos 1960 a favor da reforma urbana e do direito à moradia, o Golpe de 1964 inaugura um período de repressão sistemática aos movimentos sociais e de erradicação das favelas nas grandes cidades brasileiras. Com a criação do Banco Nacional de Habitação, inicia-se uma política que visa substituir o urbanismo informal pelos conjuntos habitacionais recentemente construídos, removendo as populações de diversas favelas para moradias construídas em áreas desvalorizadas, nas periferias dos centros urbanos. Em Belo Horizonte, apesar da forte repressão sofrida pelos movimentos organizados de favelados no princípio do regime militar, alguns movimentos continuam a atuar de forma clandestina no decorrer dos anos 1960. Nos anos 1970, diversos movimentos de bairros passam a se organizar de forma mais concreta, não somente nas favelas mas também em bairros de classe média baixa. Além da questão da moradia, emergem outras pautas, ligadas à necessidade de infra-estruturas básicas e ao direito à cidade em geral.

**PALAVRAS CHAVES:** Regime Militar; Política urbana; Movimento social; Bairros.

## Introdução:

Tema pouco estudado pela historiografia, em detrimento de outras áreas de conhecimento, os diversos movimentos de bairros que surgiram ou atuaram nas grandes cidades brasileiras nas décadas de 1960 e 1970 apontam para um caminho interessante para apreender a realidade das transformações urbanas e sociais durante o Regime Militar. Ressalte-se que existem sobre esse tema, no Brasil, diversos trabalhos feitos por sociólogos, geógrafos e urbanistas, enquanto que poucos foram os trabalhos feitos

---

617 Apesar de usarmos a expressão Regime Militar ao longo desse trabalho, consideramos essa expressão redutora tendo em vista que, como demonstrado pelo Daniel Aarão Reis em seu trabalho, o termo correto seria Regime Civil-Militar, devido à colaboração de entidades civis e militares dentro do governo. Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à constituição de 1988*, Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

por historiadores. Com a exceção de alguns trabalhos muito recentes, no caso de Belo Horizonte, podemos citar o trabalho de Samuel Silva de Oliveira Rodrigues<sup>618</sup>, existe uma lacuna muito grande de trabalhos sobre essa parte da história social urbana no período que segue a Segunda Guerra e durante o período do Regime Militar. Como se, como diz o geógrafo Andreelino Campos, até hoje ou pelo menos até pouco tempo atrás, o papel histórico de setores populares, dos movimentos de periferia e moradores de favelas, dentro do processo de construção e transformação da cidade tenha sido negado ou silenciado<sup>619</sup>.

O presente trabalho não pretende fazer um panorama exaustivo dos movimentos de bairros que existiram na cidade de Belo Horizonte durante este período. Pretendemos apenas explorar algumas pistas de reflexões que poderiam servir para pensar esse assunto levantando a seguinte pergunta: De que forma a questão dos movimentos por moradia e dos movimentos urbanos poderia ser uma chave, uma porta de entrada para entender a relação da Ditadura com a questão da habitação e com a questão urbana e, mais amplamente, para explorar a história social urbana do período, especialmente no que concerne às áreas periféricas?

Para começarmos uma reflexão acerca desta problemática, nós nos deteremos, num primeiro momento, no discurso do Regime Militar em relação às favelas e movimentos de favelados em Belo Horizonte. Em seguida, refletiremos sobre a política habitacional do Regime Militar para populações de baixa renda. Enfim, nós apresentaremos alguns exemplos dos movimentos de bairros existentes na cidade entre os anos 1960 e 1970, dividindo esta apresentação em duas fases cronológicas distintas.

Em relação ao nosso objeto de estudo, utilizamos o conceito de *movimento de bairros*, aceitando a definição de *movimento* cunhada por Manuel Castells, que entende os movimentos sociais urbanos como sistemas de práticas sociais que questionam a legitimidade da ordem estabelecida dentro do contexto especificamente urbano<sup>620</sup>.

### **O Regime Militar e as favelas: do discurso à repressão**

O silêncio da historiografia sobre o assunto no período do Regime Militar, elucidado em nossa introdução, não reflete a realidade do discurso e das ações do próprio Regime que, pelo contrário, mostram que a Ditadura não somente enxergava os chamados *movimentos de favelas*, mas ainda se preocupava seriamente com eles e com a questão urbana de modo mais geral.

---

618 OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *O movimento de favelas em Belo Horizonte (1959-1964)*, Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

619 CAMPOS, Andreelino. *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 68

620 CASTELLS, Manuel. *Lattes urbaines et pouvoir politique*, Paris: Maspéro, 1975. p.12

Essa constatação seria possivelmente, a nosso ver, mais nítida em Belo Horizonte, onde já no primeiro ano da Ditadura, a repressão se voltou muito duramente para os movimentos de favelas existentes, de forma mais facilmente verificável do que em outras cidades ou para outros tipos de movimentos<sup>621</sup>.

Em 1964, logo após o Golpe, as principais entidades nas quais os moradores das favelas de Belo Horizonte se organizavam até então são fechadas, enquanto que suas lideranças são presas<sup>622</sup>. Os inúmeros relatos do DOPS, somente no ano de 1964, sobre favelas e movimento de favelados já denotam obviamente que o Regime se interessava de perto por esses movimentos, que ele considerava como um perigo para ordem social:

Elementos conhecidos nos núcleos favelados nesta Capital vêm [...] organizando invasões de terrenos criando novas favelas com propósitos ainda de todo não esclarecidos, porquanto, segundo suspeita, este movimento se integraria no plano de subversão de ordem e comunização do país<sup>623</sup>.

No discurso dos representantes do Regime, notadamente os agentes do DOPS, os membros de movimentos de favelados se dividiam em dois tipos, o primeiro tipo, a maioria, é o “favelado”, que pode ser comparado a uma: “malta de marginais e desocupados” praticando “atos de vandalismo e pilhagem” e que geralmente é apresentado como manipulado por uma minoria de “comunistas”, “agitadores” e “insufladores de invasões”<sup>624</sup>.

Nesses relatos do DOPS, aparecem ainda rumores de que ocupações de terrenos realizadas pelo movimento de favelados poderiam servir para esconder armas e munições e servir de locais de treinamento para focos de guerrilha urbana<sup>625</sup>.

Esse primeiro momento da repressão, logo após o Golpe, vai ser acompanhado por uma outra ofensiva – tanto no discurso como nos atos – contra as favelas e a moradia informal.

### **A criação do BNH: “Demolir para construir”**

---

621 BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. *O Social em Questão*, Ano XVI, n. 29, p.179-208, 2013. p. 181 Neste texto, o historiador Mario Brum aponta que no Rio de Janeiro a repressão recai realmente sobre os movimentos comunitários de favelas a partir de 1968, com a instituição do Ato Institucional nº5 / O sociólogo Celso Frederico, ele, observa que as organizações operárias serão mais duramente reprimidas ou proibidas também a partir do AI-5, em FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário*, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

622 OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *O movimento de favelas em Belo Horizonte (1959-1964)*, p.150

623[Favelas]. Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS. Pasta 3932. Folha 10.

624 [Favelas]. Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS. Pasta 3932. Folha 19.

625 [Favelas]. Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS. Pasta 3932. Folha 12.

Um outro aspecto importante para se compreender a relação da Ditadura com esses bairros, é o fato que no discurso do Regime, a favela é uma realidade que há de ser apagada da cidade, tanto por questões estéticas, morais, de higiene, que pelo perigo potencial que o espaço da favela representa para a ordem social que o Regime pretende preservar e defender. Como se a favela fosse um desdobramento errado da história urbana.

Um vídeo de propaganda da época divulgado no Rio no princípio dos anos 1970 resumia o projeto urbano da Ditadura para as favelas carioca desta forma: “O lema é demolir para construir”<sup>626</sup>. Essa expressão resume bem as concepções do urbanismo modernista pós-segunda guerra sobre a necessidade de fazer tábua rasa da cidade antiga para construir a cidade moderna. Essas teorias inspiraram a política de construção dos grandes conjuntos habitacionais que se espalharam pelo mundo a partir dos anos 1950, e que foram vistos como a solução para resolver a crise habitacional no Brasil<sup>627</sup>.

A ideia de remover moradores de favelas para conjuntos habitacionais recém-construídos é anterior ao Regime Militar no Brasil, mas é a partir de 1964 que essa política passa a ser oficialmente adotada ao nível federal com a criação do Banco Nacional de Habitação. Começa uma política sistemática de remoção das favelas situadas nas áreas centrais das cidades e o deslocamento das populações para conjuntos construídos em áreas desvalorizadas, nas periferias. Ao mesmo tempo, como foi demonstrado pela urbanista Cynthia de Souza Santos em seu trabalho, medidas governamentais facilitam a apropriação de áreas urbanas valorizadas pelo setor privado, alimentando a especulação fundiária e aprofundando a crise urbana. No caso de Belo Horizonte, segundo essa autora, entre 1967 e 1979, cerca de 2500 famílias são removidas para conjuntos habitacionais muito distantes do centro urbano, construídos com recursos do Banco Nacional de Habitação<sup>628</sup>.

Desta forma, ao mesmo tempo que a moradia social passa a ser construída numa escala quase que industrial, a moradia se torna, a partir da criação do BNH, um mercado muito lucrativo através de parcerias entre o Estado e o setor privado, prática que vem prevalecendo até hoje, como foi demonstrado pela Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP<sup>629</sup>.

Portanto, a realidade da questão habitacional ao longo dos anos 1960 continua problemática, e a crise urbana se aprofunda cada vez mais. A situação no início da Ditadura já era crítica: segundo o censo de 1965, cerca de 120 000 pessoas moravam em favelas em Belo Horizonte para uma população total de

---

626 Vídeo “Vida nova sem favela” Fotografia: Walmor Ribeiro e Paulo Brandão / Texto: Hilson C. Waehneltd / Montagem: Pery Santos / Laboratório: Lide Cinematográfica. Acervo: Cinema Nosso – RJ.

627 PERISSINOTTO BARON, Cristina Maria. A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos institutos de aposentadorias e pensões – IAPs, *TÓPOS*, v. 5, n. 2, p.102-127, 2011. p. 113

628 SANTOS, Cynthia de Souza. *A política habitacional para população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990*. 331 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Habitat.) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP, São Paulo, 2006. p. 50

629 ROLNIK, Raquel. “Segregação urbana aceita na ditadura segue sendo o prado”, entrevista realizada por Luiz Carlos Azenha para *Viomundo*. Publicada em 04/04/2014. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/raquel-rolnik-segregacao-urbana-adotada-na-ditadura-militar-segue-sendo-o-prado-no-brasil.html> . Acesso em 11/05/2015.

800 000<sup>630</sup>. Ou seja, 15 por cento da população. Segundo uma outra fonte, por consequência da política salarial do Regime, cerca de 10 por cento da população de Minas Gerais teria se deslocado de sua cidade à procura de um trabalho somente no ano de 1968<sup>631</sup>. A intensificação das migrações do interior para a capital tem por resultado o crescimento das favelas, o surgimento de outras, alimentando cada vez mais anseios para movimentos políticos e reivindicatórios ligados à moradia ou à melhoria urbana.

### **Anos 1960: Lutar apesar da repressão**

Com a repressão inaugurada em 64, parte do movimento em Belo Horizonte se desmobiliza temporariamente, mas uma parte dele continua ativo de diversas formas, desenvolvendo suas próprias estratégias para evitar a repressão do regime.

Enquanto alguns grupos continuam a se reunir na clandestinidade<sup>632</sup>, muitos outros continuam a atuar, ou emergem neste momento, voltados mais pelas necessidades locais e sem tentar pressionar o poder público, como era o caso nos anos 1950. Uma parte desses movimentos se reorganiza graças ao apoio de membros da Igreja católica.

É o caso da Vila 31 de Março<sup>633</sup>, na Gameleira, onde diversos movimentos se organizam, na época, em prol das melhorias e da solidariedade local, com o apoio de alguns seminaristas tais como o Padre Piggi, um de nossos entrevistados e preciosa fonte oral sobre essa época. Ele lembra até hoje como, jovem seminarista, ele fugia do seminário assim que podia para ir à Vila 31 de Março, participar dos mutirões do movimento, das reuniões, ajudar a pensar como montar a cooperativa das lavadeiras do bairro etc. Como ele diz, nas suas próprias palavras, era um engajamento social onde eles queriam sobre tudo “colocar a mão na massa, mudar a realidade social que estava ali, na frente”<sup>634</sup>.

Em alguns bairros também, os movimentos de bairros acabavam entrando em contato com o movimento de luta armada da esquerda guerrilheira. Padre Piggi também se lembra ainda como no bairro Primeiro de Maio, onde ele morra até hoje, havia tanto movimentos clandestinos, compostos por moradores do bairro, estudantes, militantes, focados sobre a luta contra a ditadura e ligados com grupos de guerrilha, tanto movimentos focados especificamente sobre as lutas locais e as necessidades próprias ao bairro<sup>635</sup>.

---

630 Censo consultado em: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *O movimento de favelas em Belo Horizonte*, p. 26

631 “Os gerais contra os trabalhadores” Movimento de Unidade e Libertação Sindical (PC do B) – 1972. Texto publicado em: FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário*, p. 29

632 SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984. p. 62

633 O nome da Vila 31 de Março não tem relação com a data do Golpe de 1964 mas foi dado em razão da proximidade da Vila com uma avenida batizada avenida 31 de março em razão da data que deu início à construção do conjunto vizinho Dom Cabral.

634 Entrevista realizada com o Padre Piggi em 11/11/2014.

635 Entrevista realizada com o Padre Piggi em 11/11/2014.

Essas diferenças, esse contraste entre as duas formas de movimentos distintos nos traz uma outra chave de possível leitura dos movimentos de bairros enquanto experiência cultural e política particular durante um Regime autoritário. Esta visão voltada antes de tudo pela mudança local é uma singularidade destes movimentos, empenhados em realizar em seus próprios territórios uma outra proposta social enquanto, como apontado por David Harvey, a maioria dos movimentos marxistas da época tinham dificuldade em enxergar uma possibilidade de transformação social que não necessitasse da conquista do Estado, seja pelas urnas ou pelas armas<sup>636</sup>.

### **Anos 1970: Desenvolvimentismo e novas lutas urbanas**

No início dos anos 1970 o período do Regime militar, vai corresponder com o auge do chamado “Ciclo Desenvolvimentista” no Brasil, o que vai ter uma série de consequências sobre a realidade urbana no país. Durante o governo Médici, em 1972, é lançado o Primeiro Plano de Desenvolvimento que prevê uma série de grandes obras estruturais para atender as demandas dos setores privados: hidrelétricas, vias rápidas nas cidades, rodovias etc. O sociólogo Celso Frederico se lembra como a euforia Desenvolvimentista se traduzia claramente na paisagem de uma cidade como São Paulo: o centro transformado em um gigantesco canteiro de obras, a construção do metrô, de viadutos e elevados, o alargamento de avenidas, a verticalização dos imóveis etc.<sup>637</sup> Efetivamente, esse período vai contribuir para remodelar radicalmente as estruturas urbanas das grandes cidades, segundo os interesses da indústria e do setor privado. Mas, como lembra Daniel Aarão Reis, muitos são os excluídos desse chamado “milagre econômico”<sup>638</sup>.

Essa situação vai ter consequências diretas sobre a moradia e o caso da Cidade Industrial de Contagem é um exemplo emblemático nesse aspecto. Esta última nasceu nos anos 1940, criada como um “polo industrial” que tinha como papel ajudar a relançar a economia mineira, que estava em declínio desde a crise de 1929. Enquanto a Cidade Industrial vai conhecer uma grande fase de crescimento, entre os anos 50 e 60, no fim dos anos 60 considera-se que a sua capacidade de expansão

---

636 HARVEY, David. *Capitalisme contre le droit à la ville*, Paris: Amsterdam, 2011, p. 85.

637 FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário*, p. 21.

638 REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 90.

já está quase esgotada<sup>639</sup>. Porém é justamente neste momento de grandes investimentos e expansão industrial que as empresas e grandes indústrias instaladas na região vão procurar novos espaços para se expandir. De repente, ocupações em terrenos ociosos feitas nos anos 1950 e 60, principalmente por trabalhadores das fábricas vindos do interior, instalados perto do seu local de trabalho, vão passar a ser vistos como problemas a ser eliminados após esses terrenos terem sido subitamente valorizados pela sede de novos espaços a serem conquistados pela indústria.

Ao longo dos anos 1970, é realizada uma série de remoções na Cidade Industrial justificadas pela expansão das fábricas já existentes. Diversas remoções são também realizadas, no mesmo momento, para permitir a construção da Via Expressa, ao longo da avenida Tereza Cristina, que liga justamente a Cidade Industrial ao centro da cidade. Na maioria dos casos, os despejos são violentos e não existe proposta de realocação dos moradores em conjuntos habitacionais<sup>640</sup>.

Diante dessa violência, os moradores de aglomerados e dos bairros vizinhos vão se organizar cada vez mais para tentar impedir esses despejos ou ainda para construir laços de solidariedade e organizar mutirões para melhorar a situação das áreas mais precárias. A criação do *Jornal dos bairros*, em 1976, é o fruto dessa dinâmica e da articulação de diversas assembleias de moradores que beneficiam do apoio de alguns militantes de esquerda<sup>641</sup>. Esse jornal constitui, inclusive, uma fonte muito rica para acompanhar esse processo vivido pela Cidade Industrial nos anos 1970.

Este momento corresponde também à rearticulação dos movimentos de bairros que culmina em 1978, com a criação da Pastoral de Favelas e da União dos Trabalhadores da Periferia que reúne

---

639 GRANBEL - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. História de Contagem/MG. Disponível em: <http://granbel.com.br/index.php/municipios-metropolitanos/85-municipio-de-contagemmg-municipio-de-contagemmg/148-historia-de-contagemmg.html>. Acesso em: 18/04/ 2015.

640 “Prefeitura quer expulsar milhares de moradores” *Jornal dos Bairros*, nº17, 29 de maio a 11 de junho 1977. p. 6.

641 SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*, p. 49

representantes de diversos movimentos e associações de bairros.<sup>642</sup> As assembleias de moradores ou ainda o *Jornal dos Bairros*, enquanto espaços de discussão e de organização política, vão permitir que a pauta da luta por moradia passe a se articular com diversas outras demandas: a precariedade do transporte público, a falta de creches e escolas públicas, a falta de infraestruturas básicas de forma geral ou ainda questões ambientais, tal como a forte poluição causada pelas fábricas na Cidade Industrial. Em suma, aparece no seio dos movimentos um conceito expandido de luta por moradia, a moradia sendo então considerada não somente como quatro paredes e um teto, mas abrangendo uma definição ampla do direito à moradia que inclui a necessidade de infraestruturas, o desejo de se beneficiar de um quadro de vida sadio e digno onde morar, criar seus filhos etc. A luta por moradia vai evoluir para uma luta mais ampla pelo direito à cidade, que tem por problemática não somente: “Onde nós vamos morar?” mas: “Qual é a cidade que queremos?”.

### Conclusão

Nosso recorte cronológico termina justamente no princípio dos anos 1980, que corresponde ao fim da política federal de moradia popular instaurada pela Ditadura e com o início em Belo Horizonte, ao nosso ver, de um outro capítulo da história dos movimentos de luta por moradia com a criação de programas municipais que pretendem atender as demandas de uma parte dos movimentos.

Como tentamos demonstrar ao longo deste artigo, o Regime Militar inaugurou uma gestão da cidade, inspirada em parte pelas teorias urbanas modernistas, cujos principais objetivos são: erradicação das favelas e do urbanismo informal, industrialização da construção da moradia popular ao nível federal, reestruturação da malha urbana para atender as demandas dos setores privados e da indústria em detrimento das demandas sociais. Dentro dos efeitos causados por essas políticas, ressaltaríamos um aprofundamento da crise habitacional e da segregação urbana e social entre centro e periferia.

A violência social promovida por essa gestão poderia ser um dos motivos que incentiva a emergência de diversos movimentos nos bairros populares e nas favelas, organizados em torno de pautas ligadas à questão urbana em geral, indo do direito à moradia para a ideia mais ampla do direito à cidade. Segundo nossa hipótese, dentro de um contexto de forte repressão e de “derrota” da estratégia esquerdista guerrilheira, esses movimentos de bairros vão desenvolver uma outra gramática de organização política no

---

<sup>642</sup> Entrevista realizada com o Padre Piggi em 11/11/2014.

meio urbano, voltada para a transformação social ao nível local, que apontam uma perspectiva de mudança sócio-política que não passe necessariamente pela tomada ou pela mediação do Estado.

# Ação Democrática Mato-Grossense: prelúdios do golpe civil-militar de 1964 em Campo Grande (MT)

**Thaís Fleck Olegário**

Graduanda de História / Licenciatura  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
[fleckolegario@gmail.com](mailto:fleckolegario@gmail.com)

**RESUMO:** A Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) foi uma organização civil, criada em abril de 1963, composta por latifundiários mato-grossenses. A Ação estava vinculada ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e o representava no plano regional. Esta pesquisa tem por objetivo, uma análise inicial da ADEMAT como instituição, destacando seu caráter de organização de classe, explorando sua formação, e o perfil dos seus integrantes, bem como, a abordagem do conteúdo ideológico anticomunista, pautado na doutrina de Segurança Nacional, divulgado pela Ação, nas publicações semanais de sua coluna no Jornal *O Matogrossense*, entre os anos de 1963 e 1964. Através do complexo: ação democrática e imprensa, a ADEMAT tornou-se a voz dos latifundiários e atuando sob a bandeira de defesa da democracia, conspirou para a derrubada do regime democrático. Em linhas gerais, este estudo trata da participação civil no golpe de 1964 no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura civil militar; Ação democrática; Imprensa.

## Introdução

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) tem sido objeto de debates acadêmicos<sup>643</sup>, pesquisas e de atividades institucionais que buscam esclarecimentos a respeito do terrorismo de estado e dos crimes de lesa-humanidade, ocorridos neste período. Apesar da extensa produção historiográfica sobre esta temática, a maioria dos trabalhos se restringe a análise da conjuntura nacional, concentrando-se no eixo Rio-São Paulo, deixando-se de lado os demais estados.

No estado de Mato Grosso do Sul, em relação à produção sobre este período, devem ser destacadas as obras: *Dourados: memórias e representações de 1964* da autora Suzana Arakaki, e *Aquidauana: A Baioneta, a Toga e a Utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução*, do autor Eudes Fernandes Leite.

Neste sentido, visando à realização de novos debates e abordagens inéditas, sobre a participação civil no golpe de 1964 no Brasil, esta pesquisa pretende abordar como se construíram e se institucionalizaram as ações ideológicas da elite campo-grandense, e sua contribuição para a desestabilização do governo de João Goulart, tendo como objeto a Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT). A Ação foi uma organização civil, criada em abril de

---

<sup>643</sup>No ano de 2014, completaram-se cinquenta anos do golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Em atividades de (des)comemoração do golpe, foram realizados diversos encontros acadêmicos, visando a exposição de pesquisas sobre esta temática.

1963, composta por latifundiários do sul de Mato Grosso, vinculada ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

A abordagem da ADEMAT será realizada, a partir dos questionamentos: quais eram seu objetivo e sua orientação ideológica; como se formou; quem eram seus integrantes; e quais foram os desdobramentos de sua criação.

### **Matrizes ideológicas da Ação Democrática Mato-Grossense**

A partir da segunda metade do século XX, no contexto da Guerra Fria, houve a estruturação da doutrina de Segurança Nacional, formulada pelos Estados Unidos, a partir da doutrina Truman, em 1947<sup>644</sup>, a ideologia de Segurança Nacional consistia em um elaborado corpo teórico doutrinário, que fundamentava a necessidade de segurança interna das nações, frente à ameaça comunista.

A doutrina esteve presente na formulação ideológica, que levou ao estabelecimento de regimes autoritários, repressivos e de longa duração, no cone sul, a partir da década de 1960. Esses regimes ditatoriais foram favoráveis a uma nova e prolongada expansão econômica capitalista nos países latino-americanos<sup>645</sup>.

O comunismo era denominado pela doutrina de Segurança Nacional como “perigo vermelho”, visto como uma ameaça à democracia, que rondava as nações livres do ocidente. A fundamentação da doutrina fornecia a URSS um campo de influência e ação, superior a aquele que esta realmente possuía, como apontado por Hobsbawm:

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime.<sup>646</sup>

---

<sup>644</sup>COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. 2. ed. Trad. A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 39.

<sup>645</sup>WASSERMAN, Cláudia. O império da Segurança Nacional: o golpe de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César A. B. (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.p.27.

<sup>646</sup>HOBBSBAWM, Eric J. . *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.230.

Na América Latina, os teóricos da doutrina focavam a segurança interna frente à “ação indireta” do comunismo, possibilitando, desta maneira, a construção da ideia de um “inimigo interno”, eles estavam voltados ao:

Crescimento de movimentos sociais de classe trabalhadora, enfatizavam a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa.<sup>647</sup>

A doutrina de Segurança Nacional forneceu o suporte teórico e ideológico aos grupos das elites civis brasileiras, que associados às elites estrangeiras, conspiraram para derrubada do governo de João Goulart em 1964. Em linhas gerais, são entendidos como integrantes da elite civil interna, os setores brasileiros do empresariado e industriais, associados às multinacionais e ao capital estrangeiro; os setores proprietários de grande porte rurais; e os tecnocratas urbanos<sup>648</sup>, que representavam os interesses das multinacionais. Incluem-se aqui membros de instituições como Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Em relação às elites civis externas são compreendidos os grupos, que dirigiam, ou que possuíam ligação direta ou indireta, com os complexos multinacionais presentes no Brasil. Além destes complexos, a *Atlantic Community Development* (ADELA), formada em 1962, e o *International Fiance Corporation* (IFC), fundado em 1956, como apontado por Dreifuss, “estariam à frente da campanha contra o governo de João Goulart, dando apoio financeiro e agindo através de seus diretores que operariam como ativistas políticos”<sup>649</sup>, ambas as organizações atuariam em benefício das corporações multinacionais<sup>650</sup>. Também são considerados os grupos políticos multinacionais com interesses econômicos na América Latina.

A ligação entre os grupos civis interno-externos estava relacionada à cooperação entre eles em torno de um objetivo em comum, o desenvolvimento do sistema econômico vigente, com a redução de medidas políticas voltadas a sociedade e ampliação do poder político das elites.

**Neste sentido, Alves aponta que, a presença dos interesses estrangeiros nas propostas das elites locais, estava relacionada aos vínculos estruturais entre esses grupos, e a dependência entre eles levaria ao desenvolvimento de “classes**

---

<sup>647</sup>ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*. 5. Ed. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes. 1989, p. 33.

<sup>648</sup>Formados em escolas técnicas, como o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre outras instituições, a partir da década de 1950.

<sup>649</sup>DREIFUSS, René Armand. *1964 A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes. Trad. Laboratório de Tradução da faculdade de Letras da UFMG. 1981, p. 62.

<sup>650</sup>Para maiores esclarecimentos ver: DREIFUSS. *1964 A conquista do Estado*, p. 49-70.

**clientelísticas”<sup>651</sup>. Neste processo, as elites externas seriam responsáveis por criar ou favorecer a formação de elites locais, atenuando a ligação entre elas por meio de correlações entre padrões de vida, aspirações profissionais, entre outros aspectos que fomentavam uma ideia de objetivo em comum, em relação à economia e a política.**

Durante a década de 1950, com o fortalecimento dos laços entre estes grupos empresariais multinacionais e associados, foram criadas novas associações de classe, que tinham por objetivo, agir em função dos interesses destes grupos, como apontado por Dreifuss:

As novas condições de desenvolvimento durante a década de cinquenta e o fato de os empresários multinacionais e associados haverem percebido seus interesses comuns na modernização do país, assim como a necessidade do estabelecimento de canais apropriados para sua crescente penetração, estimularam a rápida expansão da estrutura associativa e a procura de novas formas de organizações de interesses. A recém-descoberta solidariedade de interesses no interior do bloco econômico multinacional e associado expressou-se através de novas ou renovadas associações de classe que orientavam os empresários sobre assuntos referentes à produção e a administração.<sup>652</sup>

Posteriormente estas associações de classe, dariam origem a grupos de ação, de orientação teórica pautada na Doutrina de Segurança Nacional, destinados à divulgação e formação ideológica, tais como: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Movimento Anticomunista (MAC), e a Gente da Juventude Democrática<sup>653</sup>. Todas essas instituições estavam ligadas intrinsecamente, inclusive compartilhando integrantes.

### **A criação da Ação Democrática Mato-Grossense**

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi fundado no final da década de 1950, surgido como uma instituição de classe cuja finalidade era ampliar a influência do empresariado multinacional e associado, e ao mesmo tempo, servir como canal de militância política destes grupos. O IBAD atuou como uma instituição aglutinadora, agrupando, por exemplo, a ESG e o IPES, e estreitando os laços do empresariado/industrial, nacional e multinacional, com os militares, como exposto por Dreifuss: “Através do IBAD, os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com

---

<sup>651</sup> ALVES. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*, p. 20-21.

<sup>652</sup> DREIFUSS. *1964 A conquista do Estado*, p. 93.

<sup>653</sup> WASSERMAN. *O império da Segurança Nacional*, p. 32.

empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como mobilizar o público em geral”.<sup>654</sup>

Além disso, o IBAD deu origem a diversos grupos regionais de ação, que agindo como filiais, atuavam no mesmo sentido do instituto. As seções regionais faziam as divulgações na imprensa local, do conteúdo ideológico disseminado pelo complexo IPES/IBAD/ESG, adequado às pautas regionais. Estes grupos, também eram responsáveis pela orientação e organização das elites locais.

Em Campo Grande, no antigo estado de Mato Grosso, em abril de 1963, fora criada a Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT). A ação representava o IBAD no estado de Mato Grosso, e era composta principalmente por latifundiários, do sul do estado.

A organização, como descrita por um de seus integrantes, foi criada para: “combater a ação comunizante do Presidente João Goulart, inclusive no campo da luta armada”<sup>655</sup>. Além do propósito de divulgação ideológica, a Ação, também era responsável por orientar as elites locais, e uni-las, em prol de um interesse de classe em comum.

Neste sentido, a criação da ADEMAT estava relacionada ao atendimento a uma demanda de classe, e não a um partido específico. Pode-se apontar, por exemplo, a variedade partidária dos membros iniciais da Ação, analisando a notícia sobre a da criação da ADEMAT, publicada no dia 09 de abril de 1963, no Jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, assinado pela Asapress:<sup>656</sup>

Fundação da Ação Democrática, CAMPO GRANDE, 9 (Asapress) – Concentram-se aqui elementos de todos os partidos, desta cidade, para os trabalhos de fundação da Ação Democrática Mato-Grossense. Destacaram-se entre os presentes, os Srs. Cícero Castro Farias, representante do PSP, Cláudio Fragelli (UDN), Alcindo de Figueiredo, Arnaldo Figueiredo (PSD), Assis Brasil Correia (PTB), Artur Dávila Filho (PTB), cujos partidos fizeram parte da mesa.

A diretoria foi assim constituída. Presidente, Assis Brasil Correia; Primeiro Vice-Presidente, Cláudio Fragelli; terceiro Vice-Presidente, Abel Freire de Aragão, Primeiro secretário, Adauto Ferreira; Segundo Secretário, Eduardo Nabuco; terceiro Secretário, Adolfo Andrade e quarto Secretário Agostinho

---

<sup>654</sup> DREIFUSS. 1964 *A conquista do Estado*, p. 102.

<sup>655</sup> MARTINS, Demóstenes. *A poeira da jornada*: memórias. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1980, p. 250.

<sup>656</sup> Agência de notícias, que distribuía matérias de jornais a jornais de todas as regiões do país.

Barcelá; Primeiro Tesoureiro Anísio de Barros, e Segundo Tesoureiro, Alcino de Figueiredo e Terceiro Tesoureiro, Antônio Cerra.<sup>657</sup>

A presença da ideologia de Segurança Nacional na formulação da posição política da ADEMAT pode ser evidenciada, através de da análise de dois pontos principais, em primeiro lugar, do posicionamento dos membros da ADEMAT em relação à situação política do país, e em segundo lugar, das publicações na imprensa local, destinadas a divulgação de seus posicionamentos e a atração de novos integrantes.

A partir de sua coluna no jornal *O Matogrossense*, a ADEMAT, passou a expressar sua visão anticomunista, na imprensa campo-grandense. O foco das publicações estava em relacionar o comunismo como antagônico a democracia, como um regime que representava a extinção da liberdade e dos direitos individuais, e que representava a violência e a ditadura.

A representação do comunismo, como, um perigo aos direitos democráticos estava ligada a ideologia de Segurança Nacional, e buscava criar um imaginário de oposição entre socialismo e democracia, como exposto por Padrós: “Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a idéia (sic.) de que socialismo e democracia eram incompatíveis”.<sup>658</sup>

No mesmo mês de sua criação, a ADEMAT, começou a publicar uma coluna no Jornal *O Matogrossense*. A coluna possuía publicações semanais, preferencialmente às segundas-feiras. Os artigos possuíam textos extensos, que se estendiam em duas páginas, normalmente iniciavam na primeira e terminavam na quarta página. As publicações da coluna eram assinadas em nome da ADEMAT, sendo poucas vezes, nominal a integrantes isolados. A coluna ficava localizada abaixo do cabeçalho do jornal, na primeira página, apresentada como manchete, o que demonstra sua importância dentro do periódico.

O Jornal *O Matogrossense* foi fundado em 26 de agosto de 1949<sup>659</sup>, em comemoração ao aniversário da cidade de Campo Grande, no antigo estado de Mato Grosso. O jornal pertencia a Gráfica Editora Matogrossense Ltda. e possuía edições matutinas, com uma circulação de aproximadamente três mil cópias diárias, com quatro páginas cada, em formato *standart*.

---

<sup>657</sup>ASAPRESS. Fundação da Ação Democrática. *A Noite*, Rio de Janeiro, 09 abr. de 1963.

<sup>658</sup>PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César A. B. (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 46.

<sup>659</sup>JORNAL O MATOGROSSENSE. *Cabeçalho*. 16 de abril de 1963. Edição 3.449, Campo Grande, MT. p. 1.

A utilização do periódico pela ADEMAT visava atrair simpatias aos objetivos da Ação, bem como captar novos integrantes. A utilização do jornal como veículo para este fim é possível, a partir do entendimento de que os jornais podem vir a se tornar uma “arma de poder”, pois, o conteúdo veiculado, está relacionado aos interesses dos proprietários dos jornais, como exposto por Capelato:

Nos Estados liberais, a Constituição garante a todos a liberdade de expressar sua opinião e de obter informações. A imprensa é o veículo apropriado para esses fins. Todos são livres e iguais perante a lei, mas na prática uns são mais livres e mais iguais. Ocorre então que, neste mundo desigual a informação, direito de todos, transforma-se numa arma de poder manipulada pelos poderosos [...] Nesta situação onde se mesclam o público e o privado, os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal.<sup>660</sup>

Neste sentido serão abordadas as construções teóricas e políticas, expostas pela ADEMAT em sua coluna no Jornal *O Matogrossense*, estabelecendo relações com os padrões doutrinários da ideologia de Segurança Nacional, bem como, com a conjuntura política e econômica do período.

### **A construção do anticomunismo nas páginas de *O Matogrossense***

Dentre as publicações de conteúdo anticomunista, realizadas pela ADEMAT, a temática que recebia maior destaque era a Revolução Cubana, diversas edições sequenciais foram dedicadas exclusivamente à discussão da situação da ilha caribenha.<sup>661</sup>

A caracterização de Cuba, realizada pela Ação, ignorava todo o processo histórico da Revolução Cubana, e enfatizava que o caráter revolucionário do movimento estava relacionado ao comunismo. Desta forma, deixavam-se de lado, todas as lutas por independência pelas quais Cuba passou, desde 1868, bem como, todos os regimes ditatoriais oligárquicos, aos quais, fora submetida antes da Revolução. Além disso, omitia-se a dominação exercida pelos Estados Unidos, na era pré-revolucionária, sobre Cuba e negava-se a ampla participação popular na Revolução Cubana.

---

<sup>660</sup>CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na história do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 18.

<sup>661</sup>As publicações da coluna da ADEMAT de 13 de maio a 10 de junho de 1963 tiveram como conteúdo exclusivo reflexões a respeito da revolução cubana.

A situação política e econômica cubana é retratada pelo periódico, de uma forma distorcida, minimizando questões sociais e destacando a tirania do regime: “O regime comunista em Cuba fuzilou oficialmente 974 cubanos e vários milhares mais, sem julgamento e em segredo, ao mesmo em que mantém encarcerados mais de 80.000 presos políticos”.<sup>662</sup>

Porém, os dados trazidos pelo periódico, possuem alguns apontamentos tendenciosos e descontextualizados, como por exemplo, descrever os fuzilamentos em Cuba como práticas arbitrárias e em segredo, quando estes, haviam sido determinados em uma espécie de justiça popular, por meio de julgamento público, no qual, a pena de morte somente era aplicada em casos de acusados diretamente envolvidos em assassinatos e massacres contra o povo, Como exposto por Emir Sader:

Em vários lugares o povo prendeu muitos deles, e a ira popular chegou inclusive a fazer justiça com as próprias mãos contra membros mais conhecidos como disseminadores do terror em centenas de famílias cubanas. Para evitar que isso se propagasse, o governo instituiu tribunais de justiça com participação direta do povo, para o reconhecimento dos acusados e para a prática dum tipo de justiça popular. [...] A pena de morte – o famoso paredón – recaiu sobre cerca de quatrocentas pessoas, diretamente envolvidas em assassinatos e massacres contra o povo.<sup>663</sup>

As publicações da ADEMAT, de abril a novembro de 1963, visavam: divulgar visões anticomunistas; exaltar o capitalismo como solução para qualquer problema de ordem social; e, demonstrar seu caráter de classe, expondo seu posicionamento contrário a Reforma Agrária proposta pelo governo Goulart.

### **A Reforma Agrária e os latifundiários do sul de Mato Grosso**

Após a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e da aprovação, do Estatuto do Trabalhador Rural, era necessária a aprovação, da desapropriação de terras, para institucionalizar a reforma agrária. Porém, a desapropriação esbarrava no texto do artigo constitucional da garantia do direito a propriedade<sup>664</sup>, que previa indenização diante de desapropriação por parte do governo. Sem condições viáveis, para indenizar as desapropriações, nos valores exigidos pelos proprietários, e diante da necessidade de votação e aprovação, via

---

<sup>662</sup>MATOGROSSENSE, Ação Democrática. Eis o Fidelismo que a UNE, Brizoletas e ‘Nacionalistas’ querem para o Brasil. *O Matogrossense*, Campo Grande, 13 mai. 1963. Edição 3.471, p. 1.

<sup>663</sup>SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. Moderna, 1985, p. 42-43.

<sup>664</sup>Para maiores esclarecimentos ver: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964 O Golpe que derrubou um presidente*, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2014, p. 161-175.

Congresso, Goulart propôs três alternativas para indenizações, que consistiam: no valor declarado em imposto de renda ou imposto territorial dos imóveis, ou por avaliação judicial<sup>665</sup>.

A proposta de reforma agrária de Goulart sofria rejeição, principalmente, por parte das elites da sociedade civil. Neste ponto, destaca-se, por exemplo, o posicionamento da ADEMAT, que em 20 de julho de 1963, realizou uma palestra, na noite de gala oferecida aos participantes da XXV Exposição Agropecuária e Feira de mostras de Mato Grosso, destacando qual era o tipo de reforma agrária pretendida pela Ação. Em exposição o Deputado Federal Armando Falcão, propôs:

A reforma agrária que os brasileiros querem é a reforma agrária cristã, é a reforma agrária democrática, é a reforma agrária da Igreja Católica, e não a reforma agrária do Dr. Leonel Brizzola, e muito menos a reforma agrária do cunhado do Dr. Leonel Brizzola.<sup>666</sup>

O discurso foi transmitido via rádio, sendo posteriormente transcrito pela revista *Brasil Oeste*. Nota-se a proposição de uma reforma agrária “cristã” e “democrática”, em contraposição ao projeto de Goulart. Em outro trecho da publicação, podemos notar o papel da ADEMAT, como divulgadora dos propósitos de seus membros:

[...] Ressaltou, outrossim, que o próprio Governo intenta impor uma reforma agrária que não corresponde a realidade nacional, nem consubstancia os mais sentidos anseios do homem do campo. Intenta-se promover uma distribuição de terras, que virá favorecer os apaniguados do Governo, em detrimento dos homens que realmente se devotam as lides agropastoris. [...] os mentores do Governo procuram agradar aos comuno-nacionalistas, propiciando-lhes o pasto para uma demagogia desenfreada, até mesmo violenta, que poderá arrastar o país para a desordem e o caos. A terra, simplesmente, de nada valerá se seu proprietário não dispuser dos meios para lavrá-la e torna-la produtiva. Ademais, é extensa e até mesmo desconhecida em seu verdadeiro tamanho, a área de terras devolutas existentes no Brasil. É desaconselhável, portanto, que se intente desorganizar o que já está organizado – embora em termos rotineiros – com a mera intenção de satisfazer a uma pregação dos esquerdistas, sem nenhuma base na realidade brasileira. Na verdade, sublinhou o Deputado Armando Falcão, o que se verifica no país é que uma minoria atuante, de tendência marcante comunista, está liderando as reformas de base – inclusive a reforma agrária – e tenciona impor soluções “revolucionárias”, ditadas pela demagogia desenfreada, que não equacionam com os verdadeiros rumos do progresso de nossa Pátria. Nosso esforço, e conosco da Ação Democrática Mato-Grossense, é justamente esclarecer o povo, para que ele não se iluda com as pregações demagógicas, não impressione com as promessas ilusórias, com os sonhos de um paraíso que jamais será atingido. Devemos orientar-nos pelo bom-senso, pela voz da Igreja Católica, pelo ensinamento dos nossos homens democratas, porque estes, sim, conhecem o assunto, conhecem a realidade nacional, conhecem as necessidades do homem do campo e objetivam dar ao

<sup>665</sup>FERREIRA. 1964 *O Golpe que derrubou um presidente*, p. 163-164.

<sup>666</sup>CAMARGO, Francisco. Ação Democrática Matogrossense. *Brasil Oeste*. São Paulo, n. 83, jul. 1963, p. 41.

homem do campo um estatuto legal capaz de garantir-lhe uma atividade pacífica e produtiva e uma prosperidade racional e perene.<sup>667</sup>

A maior parte dos membros da ADEMAT eram latifundiários do sul do antigo estado de Mato Grosso, e a reforma agrária, representava de longe, o tema de maior intocabilidade para eles. Na palestra citada, A ADEMAT é destacada como instrumento destinado a “esclarecer” o povo, a respeito dos “objetivos comunistas” por trás das reformas de base de Goulart.

Na realidade construída pela ADEMAT era necessário destacar que a Reforma Agrária apenas afetaria o “produtor de pequeno e médio porte”, mesmo que tal reforma, constituísse uma ameaça real aos latifundiários. Utilizando uma linguagem com fins educativos, a ADEMAT conseguia, ao longo de suas publicações, estabelecer um imaginário social profundamente anticomunista, e, além disso, reacionário a qualquer mudança.

### **Considerações finais**

Buscou-se realizar uma abordagem inicial sobre a Ação Democrática Mato-Grossense, ressaltando, as ligações de seu posicionamento anticomunista, com as matrizes ideológicas internacionais, bem como, o papel desta instituição na desestabilização do governo Goulart, que culminou no golpe civil-militar de 1964.

A ADEMAT apresentava-se como uma verdadeira instituição de classe, que unia interesses de diversos grupos da elite campo-grandense, e, direcionava-os, em prol do anticomunismo. Em 1963 a Ação atuava na divulgação ideológica, por meio de publicações no jornal *O Matogrossense*.

Após o golpe de 1964, a ADEMAT tornou-se o principal grupo de repressão paramilitar em Campo Grande. O terrorismo de estado praticado pelos integrantes da Ação, durante a ditadura civil-militar, ainda não foi amplamente investigado, e pesquisas a este respeito são indispensáveis a tal investigação. A memória sobre este período fora forçadamente apagada, mas ainda ressurgue nebulosamente através de vestígios.

---

<sup>667</sup>CAMARGO. *Ação Democrática Matogrossense*, p. 42.

## **ST 20: Cultura Intelectual Brasileira**

**Valdeci da Silva Cunha**

Doutorando (UFMG) /valdeci.cunha@gmail.com

**Tiago Lenine**

Doutorando (UFMG)

**Raul Lanari**

Doutorando (UFMG)

# Cultura pontagrossense nos Cine-Teatros

**Beatriz Küller Negri**

Pós-Graduanda em Saúde para Professores  
UFPR

[bia\\_kuller@hotmail.com](mailto:bia_kuller@hotmail.com)

**RESUMO:** Os Cine-Teatros desde seu início vem sendo uma das melhores formas de lazer, trazendo na sua diversidade a diversão de todas as idades, exibiam filmes abrilhantados ao som de pianos e orquestras, peças teatrais e musicais. Em Ponta Grossa, no ano de 1906 surge a primeira casa cinematográfica Cine Recreio, para enriquecer a sessão do cinema mudo, Manoel Cirilo Ferreira fazia o acompanhamento musical. Posteriormente em 1911, era a vez de o Teatro Renascença abrir suas portas. Desde sua abertura até o ano em que ele fechou suas portas em 1964, foi um dos mais procurados Cine-Teatros de Ponta Grossa. Ele trazia para abrilhantar as sessões Jorge Holzmann e a Banda Lyra dos Campos. Mesmo quando em 1950 inaugura o Cine Ópera que vem para ser o grande inovador, o “Rena” continua sendo um dos preferidos, principalmente nas matines de domingo, além de ter sido o primeiro cinema no Paraná a exibir em 1931 filmes com áudio. Os cinemas vão surgindo e se ampliando a partir das necessidades da população. Durante a década de 60, Ponta Grossa vivia em um momento econômico favorável, sendo uma cidade do interior do Paraná bem desenvolvida, terra de entroncamentos rodoferroviário, e grande produtora de soja. Para atender a demanda cultural das pessoas que vinham para a “Princesa dos Campos” em busca de melhores trabalhos e condição de vida, Ponta Grossa contava com cinco cinemas: Caribe, Pax, Inajá, Ópera e Império. O cinema era muito mais do que somente o filme, o espetáculo ou o espaço, era o convívio da sociedade, e se estendia muito além do fim da sessão. As matines do “Rena” se iniciavam na Rua XV de Novembro com o passear das moças e os grupinhos de rapazes, aos poucos todos se reuniam para a sessão, e após o término os adultos se reuniam para conversar e os jovens para as paqueras. Com o fechamento do Cine Inajá em 2001, e a abertura das salas de cinema no Cinesystem Shopping Total em 2000, Ponta Grossa perde um dos melhores espaços culturais da cidade, o shopping limitou muito seu público, as famílias que tinham como lazer ir ao cinema agora necessitam de novas maneiras de lazer, que as salas de cinema modernas não supriram.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cine-Teatros; cultura; história; Ponta Grossa.

Os Cine-Teatros desempenhavam a principal forma de lazer nas cidades interioranas no início do século XX, suas salas fixas ou improvisadas promoviam a socialização da comunidade. As peças de teatro, ópera, orquestra e cinematográfica atraíam no princípio somente a população rica, porém ao passar do tempo passou a atrair também a população de classe média. Os Cine-Teatros exibiam atrações para toda a família: filmes ao som de pianos e orquestras, peças teatrais e musicais.

As apresentações cinematográficas foram conhecidas como cinema mudo, isso porque a tecnologia de adaptação da gravação de sons e imagens ainda não havia se desenvolvido, as expressões no rosto dos personagens, posição das mãos e em poucos casos legendas auxiliavam

os expectadores a compreender a trama do filme. Alguns sons passaram a ser produzido aos poucos no local de exibição do filme, recursos como orquestras e pianistas também eram utilizados como trilha sonora para o cinema mudo.

Com a expansão no Brasil das estradas de ferro, muitos trabalhadores migravam para cidades interioranas em busca de trabalho e melhores condições de vida. Devido à chegada desses migrantes e de imigrantes as cidades precisaram se adequar a nova população, e um meio de garantir lazer a esses novos moradores foi à abertura de Cine-Teatro, que contavam com entretenimentos semanais ou mensais e que atraíam toda a cidade. Além de lazer os Cine-Teatros foram locais propícios para relações sociais, relações comerciais e construção de amizades.

Silva Junior (2008, p.14)<sup>668</sup>, nos lembra que:

Os cinemas fizeram parte da formação da identidade da cidade, pois durante muitos anos foram a principal forma de entretenimento e diversão, reunindo, muitas vezes, num único final de semana, milhares de pessoas para assistirem a um determinado filme.

A partir da declaração de Silva Junior (2008) compreendemos que os cinemas foram muito mais do que o próprio lazer, sendo de grande importância para a formação de identidade da população, sendo possível constatar que algumas cidades de interior, como é o caso da cidade de Ponta Grossa, vem a receber o cinema com áudio antes que a capital do estado à cidade de Curitiba.

A cidade de Ponta Grossa localizada no interior do estado do Paraná surgiu a partir do caminho das tropas de Viamão- RS à Sorocaba- SP, em 1823 foi elevada a freguesia passando a receber novos moradores. Porém foi somente com a chegada da estrada de ferro Ponta Grossa – Curitiba em 1894 e dois anos depois com a chegada da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, é que Ponta Grossa começa efetivamente a receber diversos imigrantes e migrantes, que são atraídos para a cidade pelas ofertas de emprego na ferrovia.

Juntamente com a estrada de ferro e a vinda em massa de trabalhadores para a cidade aparece também a modernidade, a abertura do hospital 26 de Outubro que atendia os operários ferroviários, e a abertura dos primeiros Cine-Teatros da cidade.

Em 1906, surge a primeira casa cinematográfica de Ponta Grossa: Cine Recreio instalado primeiramente na Rua 7 de Setembro, ao lado do Hotel Canto (atual Hotel Planalto), e em 1908

---

<sup>668</sup> SILVA JUNIOR, Nelson. *O fechamento dos cinemas em Ponta Grossa: particularidades de um processo histórico-cultural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008, p. 14.

mudou para a Rua XV de Novembro (atual Rádio Difusora). Para enriquecer a sessão, Manoel Cirilo Ferreira fazia o acompanhamento musical.

O Teatro Renascença abria suas portas em 1911, situado na esquina das Ruas XV de Novembro com a Sete de Setembro. Desde sua abertura até o ano que fechou em 1964, foi um dos mais procurados Cine-Teatros de Ponta Grossa, ainda que o Cine Recreio e o Teatro Sant'Ana, também exibissem filmes. Ele trazia para abrilhantar as sessões Jorge Holzmann e a Banda Lyra dos Campos. Mesmo quando em 1950, inaugura o Cine Ópera que deveria ser o “grande inovador”, o “Rena” continua tendo a preferência, principalmente nas matinês de domingo, além de ser o primeiro cinema no Paraná a exibir filmes com áudio em 1931.

O Cine Império abre as portas em 1939, estando localizado na Praça Barão do Rio Branco, se tornou o “queridinho” dos alunos do Colégio Regente Feijó pela sua proximidade, esse possuía sessões semanais com diversas promoções e distribuição de brindes como gibis e guloseimas. Suas promoções contavam com o desagrado da direção e professores do colégio que não conseguiam conter os alunos na sala de aula, esses perdiam aula para assistir as matinês.

O Cine-Teatro Pax ou Teatro Municipal Álvaro Augusto Cunha Rocha, foi construído por iniciativa de Frei Elias, Ordem Terceira dos Franciscanos, e as famílias de ferroviários que residiam na Vila Ferroviária. Tendo sido abandonado por vários anos, em 2008 foi doado a UEPG, que após restaura-lo utiliza para eventos da instituição.

Os cinemas sempre se ampliam a partir das necessidades da população. Em 1960, Ponta Grossa vivia em um momento econômico favorável, sendo terra de entroncamento rodod-ferroviário e grande produtora de soja, busca atender a demanda cultural das pessoas que vinham em busca de melhores trabalhos e condição de vida, contava então com cinco cinemas: Caribe, Pax, Inajá, Ópera e Império.

A rua XV de Novembro foi construída com as calçadas alargadas e bancos de praça em toda a sua extensão para oferecer melhor conforto as pessoas que se dirigiam ai para assistir as sessões de cinema.

O cinema era muito mais do que somente o filme, o espetáculo ou o espaço, era o convívio da sociedade, e se estendia muito além do fim. As matines do “Rena” se iniciavam na Rua XV de Novembro com o passear das moças e os grupinhos de rapazes, aos poucos todos se reuniam para a sessão, e após o término os adultos se reuniam para conversar, trocar experiências, os jovens para as paqueras, para fazer amigos.

Com o fechamento do último Cine-Teatro o Cine Inajá em 2001 e a abertura das salas de cinema nos Shoppings, Ponta Grossa passa a ter um novo espaço cultural, que possui a necessidade de abranger um público mais diversificado.

A modernidade expressa na abertura dessas novas salas de cinema é inegável, a chegada do 3D conquistou muitos jovens, porém a população que frequentava as salas de cinema nos Cine-Teatros perdeu seu momento lugar de lazer, onde durante anos construíram sua identidade e a de sua família, hoje alguns não gostam de frequentar os shoppings, outros não tem condições financeiras para ir aos novos cinemas.

Pensando nisso o Cine Ópera nos últimos dez anos promove projetos como Cine Arte e Tela Alternativa, projetos que resgatam filmes antigos e novos exibidos gratuitamente, trazendo debates ao final das seções onde participam pessoas de todas as idades compartilhando experiências e histórias de vida.

Concluimos que o cinema e os Cine-Teatros continuam atraindo o público e formando a identidade das pessoas que frequentam as suas salas.

# “Le théâtre brésilien”: (auto)representações do teatro brasileiro

Henrique Brener Vertchenko

Mestrando

Universidade Federal de Minas Gerais

[henriquevertchenko@yahoo.com.br](mailto:henriquevertchenko@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é a análise de algumas representações do teatro brasileiro no exterior, sobretudo na França, nas décadas de 1930 e 1940, por meio de escritos de agentes do meio teatral. O período é crucial pelo que historiograficamente ficou conhecido como a “modernização” do nosso teatro e pela conformação de políticas culturais oficiais para o setor no governo Vargas, principalmente com a criação do *Serviço Nacional de Teatro* em 1937, assim como a maior integração de associações de classe teatrais. Para tanto, tratarei de três fontes-objetos: o relatório intitulado “Le Théâtre Brésilien” apresentado no *Xme. Congrès International de Théâtre à Paris* em 1937, pelo delegado oficial do Brasil Raul Pedroza; correspondências endereçadas a Paschoal Carlos Magno - agitador cultural e teatrólogo, fundador do Teatro do Estudante do Brasil em 1938 - no sentido de divulgação do teatro nacional; e cartas trocadas entre o crítico teatral Brício de Abreu e figuras como Luiz Iglésias, em temporada teatral na Europa, o encenador Louis Jouvet, presidente da *Société d’Histoire Du Théâtre* e Léon Chancerel, presidente do *Centre Dramatique de Paris*. Esses fragmentos de diálogos dispersos entre intelectuais ligados ao campo artístico podem revelar aspectos da construção de uma identidade do teatro nacional, por meio da exposição e difusão de auto-imagens e pelos trânsitos que envolvem a discussão de idéias, panoramas nacionais, associações, textos teatrais e traduções.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teatro brasileiro; X Congresso Internacional de Teatro; Paschoal Carlos Magno; Brício de Abreu.

## Esteios da modernização teatral no Brasil

O estudo que aborda a história do teatro brasileiro no século XX esbarra, invariavelmente, no tema de sua modernização, o que é pauta direta ou indireta nos discursos dos agentes da atividade teatral ou do Estado, nos dilemas da prática em si e na conformação de uma historiografia. Nessa perspectiva, há, no imaginário nacional, um acontecimento fundador para a modernização de nossas artes cênicas: o espetáculo *Vestido de Noiva*, escrito por Nelson Rodrigues e dirigido pelo polonês Zbigniew Ziembinski, estreado no Theatro Municipal do Rio de Janeiro na noite de 28 de dezembro de 1943 pelo grupo amador

Os *Comediantes*<sup>669</sup>. No entanto, apesar de configurado como marco cronológico a definir uma ruptura no teatro brasileiro, não foi unanimidade no período, pelo contrário, foi motor de amplos debates e lutas pela recepção da obra que envolveram as associações teatrais, o *Serviço Nacional de Teatro*, companhias profissionais e amadoras, críticos e literatos.

Esses sujeitos se constituíram em meio a batalhas simbólicas que colocavam em jogo projetos de teatro para a nação - muitos advindos de uma tradição crítica modernista -, assim como o papel do Estado na gerência desses projetos. Obviamente, se tratam de projetos teatrais que estão envolvidos em projetos estéticos, literários e políticos, muitos deles se pautando nos dilemas da formação e consolidação da imagem do Brasil como um país produtor de um teatro moderno. A consolidação dessa imagem foi um longo processo constituído por práticas e discursos que se deram durante quase toda a segunda metade do século XX. Entretanto, as décadas de 1930 e 1940 se apresentam como cruciais dentro desse processo uma vez que se acirram os embates, e se delineiam valorizações e canonizações que influenciaram as formas de representação do teatro na história e na memória coletiva.

Desde a segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, o cenário da cultura teatral no Rio de Janeiro era marcado pela grande força dos gêneros denominados “ligeiros”, característicos de uma expansão de indústrias de diversão de massa para um mercado crescente: as revistas de ano, o teatro de revista, as comédias de costumes, operetas, burletas e chanchadas. É em oposição a esses gêneros que se ergue grande parte dos discursos em prol de uma renovação, apesar de notório o sucesso de público, principalmente entre camadas médias e baixas da população. Até os anos 1940, a grande tônica dos críticos teatrais que se pretendiam mais questionadores era o descompasso entre grande parte da produção teatral brasileira e o que dela exigiam certos intelectuais, baseados no exemplo europeu. Apontavam o “atraso” do nosso teatro, opondo, muitas vezes, o que chamavam de “teatro para rir” ao “teatro sério”. Constituiu-se assim um duplo movimento que se caracterizou, por um lado, em apontar o “atraso” do teatro brasileiro, e, por outro, em um discurso que poderia até mesmo ser chamado de uma militância que tentava impulsionar um percurso moderno, influenciado pelas tendências européias.

Um questionamento válido gira em torno de quais seriam as bases dessa propalada renovação, ou de um teatro moderno, inicialmente europeu, e em seguida, especificamente brasileiro. Em outras palavras, quais são os princípios que norteiam a conformação de um teatro moderno? Em primeiro lugar, o que está no cerne da ideia de “teatro moderno” seria o princípio da encenação, ou da *mise-en-scène*. Segundo Patrice Pavis, em seu *Dicionário de Teatro*, “A noção de encenação é recente; ela data apenas da segunda metade do século XIX e o emprego da palavra remonta a 1820”.<sup>670</sup> Por volta de 1880 na França, com André Antoine e o *Théâtre Libre*, emerge potencialmente a ideia de encenação, tida como um ato de reflexão que leva a uma consciência da unidade da representação. Opera-se uma mudança da execução cênica para a criação teatral, agregando diversos agentes na conformação de uma única obra. Outros

---

<sup>669</sup> O espetáculo ainda seria reapresentado em, ao menos, 1944, 1945, 1946 e 1947, com alterações no elenco.

<sup>670</sup> PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. Tradução para a língua portuguesa sob a direção de de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 122.

aspectos estão envolvidos nessa mudança da forma de se encarar a arte dramática, tais como inovações técnicas e dramatúrgicas que interferem nos modos de atuação, no espaço cênico, na relação com a platéia, nas temáticas e narrativas<sup>671</sup>. Os debates acerca da encenação moderna e de seu caráter coletivo são questão fundamental para as estéticas teatrais ao longo dos séculos XIX e XX, apresentando temas como a autonomia da arte teatral, a crise do texto e o olhar interpretativo do encenador, que passa a ocupar posição capital.

### **Teatro, Estado e associações**

Considerando o período aqui proposto, se impõe a força do Estado varguista nos rumos tomados pela modernização, no empreendimento de burocratização da cultura por meio de um projeto político-cultural, na construção de um sentido de nacionalidade, e na participação de intelectuais no direcionamento desses caminhos. O teatro também se tornaria alvo desses anseios oficiais, cabendo, portanto, uma definição do que deveria ser o teatro brasileiro e qual a sua função, o que não se daria sem conflitos. O debate sobre os rumos e a modernização do teatro no Brasil se acirra com a atuação de intelectuais, muitos egressos das fileiras modernistas, vinculados ou não ao *Ministério da Educação e Saúde* (MES), assim como de membros das organizações profissionais. Entre elas podemos incluir, principalmente, a *Casa dos Artistas* (fundada em 1918), a *Sociedade Brasileira de Autores Teatrais* (SBAT, fundada em 1917) e a *Associação Brasileira de Críticos Teatrais* (ABCT, criada em 1938), que irão se empenhar na construção de políticas para o desenvolvimento do teatro e para a proteção das classes.

A criação do *Serviço Nacional do Teatro* (SNT)<sup>672</sup>, em 1937, coloca o poder público como mais uma força atuante nesses debates e, mais do que isso, como receptáculo significativo dos anseios do setor. Como bem nos lembra Cristophe Charle<sup>673</sup>, vários teatros têm relação privilegiada com as instâncias de poder, o que resvala em pelo menos duas consequências: a redução de risco financeiro e a orientação da programação. Considerando que a cultura foi área estratégica do Estado no governo Vargas, a construção de um teatro brasileiro moderno não se deu sem legitimações discursivas por parte de intelectuais e práticas de apoio e subvenção exercidas pelo MES, mais especificamente pelo SNT. Como outros órgãos criados no período, este se empenhou na construção de uma cultura nacional e de uma imagem da nação que se criava, exercendo certo controle sobre o campo teatral, demonstrando caráter centralizador, e, de certa forma, clientelista, principalmente em um primeiro momento quando suas políticas ainda não são tão claras. As subvenções concedidas, por vezes obedecendo a editais e por vezes levando em consideração laços de amizade, levariam a uma série de polêmicas no setor, que se lançou em um debate envolvendo “profissionais” e “intelectuais”, os primeiros defendendo o caráter comercial, a autonomia, o mercado, o gosto do público, e acusando os segundos de defensores da produção tutelada pelo Estado Novo. O

---

<sup>671</sup> São inúmeros os representantes e as formas sob as quais se desenvolverá o chamado “teatro moderno”. Podemos citar, inicialmente, os trabalhos de Ibsen, Strindberg, Chekhov, Brecht.

<sup>672</sup> Sobre o SNT, assim como sobre as organizações de classe teatrais, é fundamental o trabalho de CAMARGO, Angélica R. *A política dos palcos: teatro no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

<sup>673</sup> CHARLE, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

grupo de *Vestido de Noiva* foi amplamente inserido nesses embates, que muitas vezes eram apresentados como uma oposição entre artistas “amadores” e “profissionais”.

O grupo *Os Comediantes* nasceu dentro das atividades desenvolvidas pela *Associação de Artistas Brasileiros* (AAB) e como seu “braço” teatral. A AAB, criada em 1929, se organizava principalmente em torno das artes plásticas, mas também promovia concertos musicais, concursos, conferências literárias e cursos. No seu anuário de 1936 pode-se ler que a associação “[...] representa ao mesmo tempo um club em que se reúnem, em convívio freqüente, numerosos artistas, professores, intelectuaes em geral e amigos das artes, aí incluídas figuras de grande projeção social [...]”<sup>674</sup>. Reunia nomes como Celso Kelly, C. Portinari, Oswaldo Goeldi, Oduvaldo Vianna, Andrade Muricy, Raul Pederneiras, Tarsila do Amaral, Raul Pedrosa, Laura Alvim e Santa Rosa. Segundo relato de Gustavo Dória, “A sede da Associação ficava estrategicamente localizada no antigo Palace Hotel, na Avenida Rio Branco esquina da Almirante Barroso [...]. E o Palace Hotel era um lugar de encontro das elites do Rio.”<sup>675</sup> Apesar da presença de artistas de variadas vertentes estilísticas, havia um apelo comum de fusão deles em uma ação cultural orgânica que se empenhasse em uma renovação cultural e artística da cidade, opondo-se, principalmente, ao tradicionalismo da *Escola Nacional de Belas Artes*. A subvenção concedida pelo SNT, por intermédio de Carlos Drummond de Andrade, a *Os Comediantes* para temporada que incluía a montagem de *Vestido de Noiva*, assim como as manifestações críticas fortemente favoráveis ao empreendimento, representaram ponto de acirramento nas tensões entre aqueles que defendiam diferentes projetos de teatro.

### **(Auto)representações: imagens em debates epistolares e divulgação**

É sintomático que o grupo tenha adotado a sugestão do diretor francês Louis Jouvet, quando da excursão de sua companhia ao Brasil no início dos anos 1940<sup>676</sup>. O termo *mise-en-scène* era, até então, quase desconhecido por aqui. A temporada pela América do Sul, iniciada em 1941 e prolongada em quase quatro anos devido ao bloqueio do Atlântico, fez com que o diretor travasse contato com *Os Comediantes* a quem teria sugerido a montagem de um autor nacional, perspectiva também endossada por Ziembinski. Segundo Gustavo Dória, membro dos *Comediantes*, Jouvet gostava de receber atores amadores em seu apartamento no Rio de Janeiro, onde morou por sete meses. Depois de uma dessas visitas, o grupo teria chegado com

[...] a verdade estarrecedora: qualquer iniciativa que pretendesse fixar no Brasil um teatro de qualidade, um teatro que atingisse verdadeiramente a uma platéia, não estaria realmente realizando nada enquanto não prestigiasse e incrementasse a literatura nacional! Não havia autores brasileiros, no momento? Estimulássemos os possíveis para que escrevessem alguma coisa, porque numa terra de tamanha luminosidade, onde a natureza era tão pródiga debaixo de um céu tão acirradamente azul, onde o povo possuía uma exuberância própria, que se traduzia principalmente através de uma festa de carnaval, verdadeiramente fascinante, o teatro brotava de todos os cantos, em todas as ruas. Molière ou

<sup>674</sup> *Anuário AAB*. Rio de Janeiro, 1936. p. 5.

<sup>675</sup> DÓRIA, Gustavo. *Os Comediantes*. *Dionysos*, Órgão oficial do SNT, Nº 22, 1975, p. 5-30. p. 5.

<sup>676</sup> Jouvet já havia se apresentado no Theatro Municipal do Rio de Janeiro em 1939 e retorna ao Brasil em 1941.

Shakespeare seriam experiências futuras. O ponto de partida era o autor brasileiro.<sup>677</sup>

Além de denotar a força das literaturas nacionais nos processos afirmativos nos campos das artes, essa concepção representa a penetração na formação de nosso teatro moderno de uma tradição francesa, representada principalmente pelos preceitos de Jacques Copeau e Louis Jouvet, que conferem soberania ao autor a partir de uma valorização do texto e da crença na força da palavra, cabendo ao diretor dar vida a ele e garantir a unidade da encenação. A tournée de Jouvet havia sido patrocinada pelo governo de Vichy, fato silenciado pelo empresário judeu Marcel Karsenty e pelo próprio Jouvet, que transformaram as temporadas em símbolos da resistência a anunciar a persistência e vitalidade da cultura francesa clássica por meio da representação de autores como Molière, La Fontaine, Musset, Paul Claudel e Giraudoux<sup>678</sup>.

Essas condições da temporada de Jouvet, onde imaginários sobre teatro e cultura nacional se associam e até mesmo se fundem, podem ser porta de entrada para a abordagem de três grupos de fontes que revelam aspectos de representações do teatro brasileiro no exterior por meio de escritos de agentes do meio teatral. Em primeiro lugar, destaco correspondências endereçadas a dois sujeitos fortemente atuantes no período: Paschoal Carlos Magno e Brício de Abreu. O primeiro, crítico, agitador cultural e teatrólogo, fundador do *Teatro do Estudante do Brasil* (TEB) em 1938, sócio da ABCT, diplomata entre o ano de 1933 e meados da década de 1940 principalmente na Inglaterra, trocou correspondências com a *Associação Brasileira de Críticos Teatrais*, com jornalistas e outros críticos, como Daniel da Silva Rocha e Guilherme Figueiredo, e com artistas, como Jayme Costa, Henriette Morineau, Bibi Ferreira e Renato Vianna. O segundo, Brício de Abreu, crítico teatral, fundador das revistas *Dom Casmurro* e *Comoedia*, membro da ABCT, tendo migrado posteriormente para o *Círculo Independente de Críticos Teatrais* (CICT), próximo das instituições e cultura francesas, na realidade, francófilo convicto, teve como alguns de seus missivistas o diretor teatral e empresário Luiz Iglésias, o encenador Louis Jouvet, presidente da *Société d'Histoire Du Théâtre*, Léon Chancerel, presidente do *Centre Dramatique de Paris*, e o escritor Julien Benda.

A ambivalente categoria “crítica”, exercida por ambos, pode ser apreendida, nessas cartas, como um macro espaço de sociabilidade que extravasa as páginas dos jornais. Apesar de se tratarem de fragmentos esparsos e de narrativas parciais, essas correspondências podem significar recortes privados de temas públicos relacionados à construção de uma identidade para o teatro nacional, por meio da apresentação de auto-imagens e pelos trânsitos que envolvem a discussão de idéias teatrais, estéticas e políticas. Há nelas a recorrência de temas ligados à disputa pelo discurso do fazer teatral, que se traduz na concorrência, na busca por modelos e na definição de sentidos e valores em uma batalha que envolve o delineamento de projetos para o teatro nacional. Cito trecho da carta do antigo ator do TEB, Antonio di Monti, endereçada a Paschoal Carlos Magno em nove de dezembro de 1946:

---

<sup>677</sup> DÓRIA, Gustavo. Os Comediantes, p. 16-17.

<sup>678</sup> PONTES, Heloísa. *Intérpretes da metrópole: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2010.

Saiba o amigo que, em 43, quando fazia reportagens sobre o nosso teatro [...] entrevistei o Sr. Jayme Costa, a quem aprecio bastante, mas que me causou desgosto por atacar “Os Comediantes”. [...] o nosso grande comediante opinava que ainda existia, em nosso ambiente, aqueles que faziam teatro só por vaidade. [...] E foi essa, se não me engano, a minha última reportagem, tal o desgosto que me deu ao comprovar a má vontade existente entre os nossos artistas. [...] Pelo que senti, os amadores [...] são antipatizados pelos profissionais, exceção feita a Dulcina, Bibi Ferreira e outros. Eu mesmo confesso que não me animei logo por êsse conjunto até que compreendesse e avaliasse o trabalho técnico de Ziembinsky em “Vestido de Noiva” [...] “Os Comediantes”, conjunto de que todos os brasileiros (mormente os que trabalham nesse setor) deveriam orgulhar-se, pois a vitória dêes também é a nossa vitória, o levantamento do grau de cultura nacional! [...].<sup>679</sup>

Ao mesmo tempo, as cartas de correspondentes estrangeiros carregam o interesse e a curiosidade pela dramaturgia brasileira. Reproduzo trecho enviado pelo Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC):

Num desejo de aperfeiçoamento de processos de trabalho e alargamento da sua ação cultural, procurando conhecer os trabalhos de coletividades congêneres do estrangeiro e dar-se, por sua vez, a conhecer, o “Teatro dos Estudantes” propôs-se entabular relações com o “Teatro do Estudante do Brasil” enunciando o seu desejo de conhecer a existência dos seus amigos de Além-Atlântico, propondo-se á permuta de publicações e comunicações sobre a sua atividade presente e futura. [...] queremos com o nosso “Teatro” erguer uma obra análoga àquela que V. Excelencia, com o seu “Teatro” sonhou erguer no Brasil; desejamos que, sonhos gerados no mesmo ano e desconhecendo-se, passem agora a conheceras suas próprias realizações, se consultem, estimulem e completem, na compreensão do que pode vir a ser uma verdadeira cultura luso-brasileira [...].<sup>680</sup>

No mesmo sentido, o missivista inglês Edward Stirling, funcionário da *Radiodifusion Française* desde a formação dos teatros aliados na capital parisiense em 1944, em novembro de 1947 pede a Paschoal livros e peças que possam ser transmitidos na rádio para o público francês.

Já o crítico Brício de Abreu, em cartas trocadas com o encenador Louis Jouvet, negocia as condições para a adesão de membros à *Société d'Histoire Du Théâtre*. Os aderentes poderiam se valer dos serviços de documentação da instituição, assim como receber uma revista de história do teatro e obter tarifas especiais para as obras publicadas pela sociedade. Brício consegue fazer com que 25 “homens de teatro” brasileiros entrem para a instituição francesa. Ao mesmo tempo, ele envia a Leon Chancelerel

---

<sup>679</sup> Acervo PCM. Cedoc-Funarte.

<sup>680</sup> Acervo PCM. Cedoc-Funarte.

presidente do *Centre Dramatique de Paris* e vice-presidente da *Société d'Histoire Du Théâtre* exemplares da revista *Comoedia*, por ele editada. A revista debate temas do teatro brasileiro, mas reserva espaço especial ao teatro francês.

Nessas correspondências há claramente um sentido de divulgação do teatro nacional, bem como a apresentação de um panorama teatral tensionado pelo desejo de modernização, pela expectativa e pela crítica do teatro presente, evidenciando um processo histórico em que é fundamental o trânsito de ideias e práticas teatrais entre “homens de teatro” e intelectuais ciosos pela inserção do Brasil em um espectro artístico internacional.

Por fim, tomo o relatório intitulado *Le Théâtre Brésilien* apresentado no *Xme. Congrès International de Théâtre à Paris* em 1937, pelo delegado oficial do Brasil Raul Pedroza, autor, diretor da *Associação dos Artistas Brasileiros* e secretário do *P.E.N. Clube do Brasil* <sup>681</sup>. Esse relatório foi publicado em francês como separata do *Anuário da Casa dos Artistas* em 1939, e abrange “[...] de forma sintética a história do nosso teatro – desde os “autos” de Anchieta até os nossos dias – de maneira a interessar os estudiosos, provocando pesquisas mais detalhadas.” <sup>682</sup>. A justificativa para a sua publicação em francês pela *Casa dos Artistas* é feita na crença de que seu anuário já teria ultrapassado as fronteiras do Brasil e assim, se contribuiria para um melhor intercâmbio cultural. São destacados atores, críticos, autores teatrais, companhias, espetáculos, associações de classe, e leis para o setor, frisando os feitos do ministro Gustavo Capanema.

Esses três *corpus* documentais apresentam dilemas de profissionais do campo teatral (com suas práticas e transformações), articulados pela dinamicidade do mundo intelectual (com suas tradições, espaços, trânsitos, debates) e afetados pela relação com as políticas culturais do Estado. O teatro é, assim, inserido em um horizonte de diagnóstico dos problemas da nação. Para tanto, é necessário que sua história seja afirmada, como feito no relatório de Raul Pedroza. São fragmentos de textos e diálogos dispersos entre intelectuais ligados ao campo artístico que podem revelar aspectos da construção de uma identidade do teatro nacional, por meio da exposição e difusão de auto-imagens e pelos trânsitos que envolvem a discussão de ideias, panoramas nacionais, associações, textos teatrais. Dessa maneira, a noção desses sujeitos de modernização e de um desenvolvimento e progresso teatrais em curso aponta para a configuração de uma consciência histórica para o teatro.

---

<sup>681</sup> Clube internacional cuja sigla significa “Poets, Essayists and Novelists”, fundado na Inglaterra em 1921 e no Brasil em 1936.

<sup>682</sup> Pedroza, Raul. *Le Théâtre Brésilien*. Separata do “Anuário da Casa dos Artistas”. Rio de Janeiro, 1939, p. 6.

# ***O Suplemento Literário do jornal Minas Gerais e a ditadura militar***

Valdeci da Silva Cunha  
Doutorando em História Social  
Departamento de História da UFMG  
[valdeci.cunha@gmail.com](mailto:valdeci.cunha@gmail.com)

**Resumo:** A comunicação propõe-se a analisar o surgimento e apresentar alguns fragmentos da trajetória do *Suplemento Literário* do jornal *Minas Gerais*, com um recorte situado nas décadas de 1960 e 70, no contexto da Ditadura Militar no Brasil.

**Palavras-chave:** *Suplemento Literário*; História da imprensa em Minas; Ditadura Militar

## **1. Breve apresentação**

Surgido em Belo Horizonte no ano de 1966, período que Minas Gerais foi governado por Israel Pinheiro, eleito em oposição ao regime militar, o *Suplemento Literário* configurou-se em um importante espaço para a expressão de escritores, artistas, cronistas, poetas, ensaístas, historiadores, dentre outros, em um projeto editorial que conseguiu ligar a capital do Estado tanto com as cidades do interior de Minas Gerais como com outras regiões do país e para além dele. Destacou-se a importância da constituição de um grupo de intelectuais e a elaboração e difusão de uma rede de saberes. Ao ter a frente do grupo o escritor Murilo Rubião, que viria ocupar um importante lugar como intelectual e articular entre o projeto institucional de criação do impresso e os seus colaboradores, o projeto congregou nomes como Affonso Ávila, Laís Corrêa de Araújo, Aires da Mata Machado Filho, Márcio Sampaio, dentre tantos outros.

O interesse do estudo situa-se em entender, entre outras questões, como o impresso lidou com o período em questão no que diz respeito à censura, às práticas e formas de ser intelectual, às negociações, resistências e/ou adesões políticas, às estratégias discursivas elaboradas, os temas elaborados (e os não explicitados), enfim, que nos deem substratos para pensar o próprio itinerário de um impresso situado nos “anos de chumbo”.

## **2. Características do Suplemento**

O primeiro número do *Suplemento Literário* veio a público no ano de 1966, no dia 03 de setembro de 1966, um sábado. Composto de 12 páginas (primeiro número; os demais, a partir de sua inauguração, mantiveram-se com 8 páginas, exceto os fascículos, ou edições, especiais, que variaram a quantidade de página trazendo, geralmente, 12 páginas), em formato tabloide,<sup>683</sup> foi organizado em colunas e ilustrado com algumas fotografias e desenhos.

Trouxe, já em sua primeira página, com o título de “Apresentação”, produzida pela Comissão de Redação, um programa de intenções, algo como uma carta de princípios, quase um manifesto.

[...] cumprindo mais uma etapa de seu atual programa de renovação, o [jornal] “Minas Gerais” lança hoje o Suplemento Literário, de publicação semanal e que circulará regularmente com a edição de sábado. [...] se insere na presente fase renovadora o lançamento de um suplemento dedicado à literatura e à arte em geral, providência que se compreende também no plano cultural do governo. Deliberamos reivindicar a importância da literatura, frequentemente negada ou discutida. Para começar, tomamos o termo na acepção mais ampla. Nessa ordem de ideias, o Suplemento Literário vai inserir não só poesia, ensaio e ficção em prosa, mas também crítica literária, a de artes plásticas, a de música. Sem negligenciarmos os aspectos universais da cultura, queremos imprimir a estas colunas feição predominantemente mineira, assim no estilo de julgar e escrever, como na escolha da matéria publicável.<sup>684</sup>

Seria objetivo do *Suplemento* reviver a significativa tradição do jornal,<sup>685</sup> que a história das letras em Minas não deixou de registrar. Alguns dos influentes escritores mineiros manifestaram-se, pela primeira vez, no *Minas Gerais*, como é o caso do poeta Carlos Drummond de Andrade. Esses escritores, afirmava ainda o texto de apresentação, ombrearam-se com autores já consagrados pela crítica e público. De maneira idêntica, o *Suplemento* procederia daquele momento em diante em relação aos novos escritores e colaboradores.

O anseio de atingir a esquiwa perfeição configura a chamada “mineiridade”, na opinião de alguns, mas ponto em que estariam conscientes dos “lados negativo e positivo” de semelhante intenção. Entretanto, esse tipo de “apresentação” não se configurou como uma característica editorial do *Suplemento*. Ela resurgiu em suas páginas ocasiões específicas, quando da comemoração de aniversário do impresso ou de mudanças no secretariado ou de

---

<sup>683</sup>Formato popularizado no Reino Unido, em meados do século XX, suas dimensões medem aproximadamente 43 x 28 cm e foram adotados por jornais de maior circulação.

<sup>684</sup>Apresentação. *Suplemento Literário*. Belo Horizonte, ano I, v. 1, n. 1, 03 set. 1966, p. 1.

<sup>685</sup>O jornal *Minas Gerais* foi criado no final do século XIX, no ano de 1892.

algum membro da Comissão de Redação ou mesmo em função de algum tipo de balanço ou consideração digna de nota ou explicação.

### 3. Recepção do Suplemento

Em uma mesa montada em solenidade ao lançamento do *Suplemento*, ocorrida nas dependências da Imprensa Oficial, em Belo Horizonte, e noticiada em uma página inteira do segundo número do impresso, vemos que suas edições sairão todos os sábados acompanhando o *Minas Gerais*. “Atingirá assim todos os recantos do Estado, onde, em muitos deles, só chega o órgão oficial. Em Belo Horizonte, o Suplemento será vendido avulsamente nas bancas de revistas e jornais”.<sup>686</sup>

No coquetel de lançamento do novo caderno literário, estiveram presentes nomes representativos do mundo intelectual e artístico mineiros, administração pública e funcionários da Imprensa Oficial. A lista é um pouco extensa, mas vale ressaltar a presença do General Dióscoro do Vale (4ª Infantaria Divisória (ID/4), hoje 4ª Região Militar, responsável por estabelecer a criação de um Núcleo-CODI/BH) e o Capitão Ilson Luís Vale.

Em setembro de 1969, em solenidade de lançamento do número especial em homenagem a Aires da Mata Machado Filho, em uma fotografia que registrava o momento em que falava Raul Bernardo Nelson de Senna, diretor da Imprensa Oficial, esteve presente o General Gentil Marcondes Filho<sup>687</sup> e um ajudante de ordens (não mencionado na legenda). Na fotografia da mesa montada para o evento, nota-se a presença de ambos militares sentados junto à mesa.

Como complemento da matéria jornalística de cobertura ao evento, foi criada uma seção intitulada “Escritores falam do Suplemento” onde foram publicadas algumas impressões de intelectuais que ali estiveram presentes, dentre eles,

Rubem Braga – É sensível a falta de publicações em que os problemas da cultura possam ser debatidos, e que sirvam para a revelação dos valores novos. A ideia do Suplemento foi excelente e a qualidade do primeiro número mostra que sua execução foi entregue a gente capaz.

<sup>686</sup>“Minas lança o seu Suplemento”. *Suplemento Literário*. Belo Horizonte, ano I, v. 1, n. 2, p. 8, 10 set. 1966.

<sup>687</sup>Comandante da ID/4 (Infantaria Divisória) e da SADI (Subárea de Defesa Interna)/BH general Gentil Marcondes Filho, que dez anos mais tarde comandaria o I Exército e ficaria conhecido nacionalmente depois do caso Riocentro, em 1981.

Mário Matos – O “Minas Gerais” é o jornal mais difundido em nosso Estado e é, também, o que tem leitores individualmente interessados e restritos. Mas, de hoje em diante, vai ser, aos sábados, leitura educativa, deleitosa e enlevadora, graças à eficiência de Murilo Rubião, o mágico, e de seus companheiros, que instituíram seu suplemento literário.

Eduardo Frieiro – Está muito bom o Suplemento, não só pelo texto como pela apresentação. Felicito o corpo de colaboradores, que merecem toda a simpatia de todos os intelectuais.<sup>688</sup>

#### 4. Recepção do Suplemento na imprensa e algumas polêmicas

Vindo de diversas regiões do país, é possível constatar e averiguar a recepção positiva do *Suplemento*. Separamos algumas que, de uma forma geral, ilustram satisfatoriamente as manifestações de apoio ao lançamento e continuidade do mesmo.

Das páginas do *Minas Gerais*, em vários momentos podemos verificar a publicização de respostas ou comentários de intelectuais e escritores sobre a importância do *Suplemento*. De uma matéria intitulada “Continua alcançando repercussão nacional o Suplemento Literário”, é relatado que inúmeras manifestações de aplauso pelo seu êxito chegam diariamente à Direção da Imprensa Oficial. Das mensagens recebidas, afirma o jornal, “destaca-se o reconhecimento do alto nível da publicação que desfruta, atualmente, de invejável conceito não só no Brasil como no exterior”.<sup>689</sup> Dentre os nomes, destacam-se Milton Campos, Guilherme de Almeida, Dalton Trevisan, Lygia Fagundes Telles, Mário da Silva Brito, Gustavo Capanema, José Carlos Lisboa.<sup>690</sup>

Do jornal belorizontino *Diário da Tarde*, podemos ler que

A penetração do suplemento é tão boa que, dentro em breve, março parece, estará se fazendo um número inteiro dedicado à literatura atual portuguesa - número que será lançado em Portugal principalmente. Um detalhe curioso: como o suplemento é editado por jornal do governo, Murilo teve que exercer completa censura e muitos artigos de escritores portugueses deixarão de ser publicados porque juntavam tudo num saco só: política e letras (e toda política, não precisa de se dizer, era contra Salazar e o espírito salazarista).<sup>691</sup>

Em um jornal de São Paulo intitulado *Shopping News*, afirma que o *Suplemento*

---

<sup>688</sup>“Escritos falam do Suplemento”. *Minas Gerais*, 1968.

<sup>689</sup>“Continua alcançando repercussão nacional o Suplemento Literário”. *Minas Gerais*, 12 jan. 1968.

<sup>690</sup>Idem.

<sup>691</sup>Ana Marina, “Cidade vazia”, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 31/12/1968. Em 1967, Murilo Rubião recebeu uma carta em apoio a sua permanência como secretário do *Suplemento Literário*, em meio às várias pressões que sofreu durante a sua participação à frente do impresso.

É, sem dúvida alguma, dos mais completos e mais cuidados suplementos no gênero que se publicam no Brasil. Reduzido, praticamente a zero, em matéria de redação, suas páginas são abertas, contudo, sem discriminação regionalista, aos escritores que nele desejem colaborar, nos diversos planos em que se multiplica a atividade artística e literária, numa constante e vigilância seletiva, como é de rigor, a fim de que se mantenha alto e brilhante o nível de dos trabalhos que veicula, no setor da crítica, da ficção, da poesia etc.<sup>692</sup>

A revista *Veja*, em dezembro de 1973, relatou a prisão do tesoureiro da Imprensa Oficial e as denúncias que esse teria feito envolvendo funcionário e também o seu diretor (Murilo Rubião, que se aposentaria em 1975). Segundo a revista, o *Suplemento* estava salvo das acusações de corrupção mas, na opinião de alguns funcionários de outros setores da casa, ela, a Imprensa Oficial, seria “um antro de comunistas e homossexuais”; nenhum dos colaboradores permanentes ou eventuais tinham sido acusados formalmente de uma coisa nem de outra, e “a devassa parece ter parado nos seus limites”.<sup>693</sup> A revista também noticiou que “os dois números especiais sobre ficção brasileira contemporânea já estavam com sua composição gráfica pronta quando, inesperadamente, desapareceram do edifício da Imprensa Oficial”.<sup>694</sup> Os dois números teriam ido fazer uma “visita ao Palácio da Liberdade” e voltaram “mais magros, porém vivos”.

Sobreviveram especialmente artigos e textos de Rubem Fonseca, Osman Lins, Lígia Fagundes Telles, José J. Veiga e Oswaldo França Júnior. Mas um texto experimental do baiano Gramiro de Matos cumpriu sua missão de forma radical e sumiu. O do baiano Eudoro Augusto, sobre a morte de um cinegrafista sueco no Chile, faleceu diante das circunstâncias. O mineiro Sérgio Sant’Anna foi aceito em parte e Caio Fernando Abreu foi considerado erótico ao dar vida a um manequim.<sup>695</sup>

Ainda sobre a revista, tudo indicaria que o *Suplemento Literário* teria sido vítima de sua vizinhança e parentesco com o jornal oficial do governo mineiro, pois, nas palavras da mesma, “jamais sofreu qualquer censura que limitasse suas manifestações culturais e de vanguarda”.<sup>696</sup>

## 5. Depoimentos posteriores de alguns integrantes do *Suplemento Literário*

---

<sup>692</sup>Livros em desfile. *Shopping News*, São Paulo, 1969.

<sup>693</sup>Letras suspeitas. *Veja*, 19 de 1973, p. 21.

<sup>694</sup>Idem.

<sup>695</sup>Idem.

<sup>696</sup>Idem.

Da investigação no próprio *Suplemento*, em arquivos pessoais, fontes da imprensa, biografias, dentre outras, alguns depoimentos, frutos principalmente de entrevistas, tem sido muito úteis para compor um primeiro mapeamento tanto das memórias construídas quanto dos relatos prestados sobre e durante o período do surgimento da publicação e os anos seguintes.

Já em 1969, em uma matéria feita pelo jornal *O Estado de Minas*, Murilo Rubião nos relata que

Nos dois primeiros anos as dificuldades foram vencer a descrença de muitos, quanto ao êxito da publicação, e conseguir colaboradores estáveis, que possibilitassem a permanência da orientação adotada. [...] Nesse tempo trabalhei 14 horas por dia, sem contar os sábados e domingos, em que trabalhava em casa. Mas de um ano para cá, a publicação tornou-se vitoriosa a ponto de ter sempre em estoque, colaborações de primeira classe. Atualmente, estão aguardando publicação 12 contos, 32 artigos e 40 poemas já lidos e aprovados pela comissão de redação, formada por Murilo Rubião, Rui Mourão e Laís Corrêa de Araújo. Sem contar um número normal já diagramado, dois já compostos e dois especiais – dedicados às comemorações dos 40 anos de atividades literárias do professor Ayres da Mata Machado Filho.<sup>697</sup>

Márcio Sampaio, em relato posterior ao de Rubião, nos informa que

[...] nos meados da década de 1960, o ambiente artístico de Minas Gerais encontrava-se em plena ebulição, com uma série de iniciativas que estimulavam artistas a trabalhar na contramão da orientação da política nacional, a qual estabeleceu um programa de censura à liberdade de criação e de expressão.<sup>698</sup>

Segundo Affonso Ávila,

[...] o *Suplemento* surge num momento político em que Minas Gerais reage ao golpe de 64 e os grupos progressistas conseguem eleger, com maioria esmagadora, o governador Israel Pinheiro, derrotando o candidato dos militares. [...] Israel Pinheiro era um homem muito aberto e inteligente, mas de temperamento um pouco explosivo, apoiou a ideia de se fazer um suplemento voltado para a divulgação da cultura em Minas. [...] Fui a algumas reuniões preliminares, mas o meu trabalho foi redigir a lei que criava o suplemento.<sup>699</sup>

---

<sup>697</sup>“Festa comemora 3 anos do Suplemento Literário”. *Estado de Minas*, 07 set. 1969.

<sup>698</sup>SAMPAIO, Márcio. Um testemunho sobre o Suplemento Literário, p. 4.

<sup>699</sup>ÁVILA, Affonso. Entrevista. Cf. RIBEIRO, Marília Andrés. Suplemento Literário Minas Gerais. *Neovanguardas, anos 60*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997, p. 136.

Por sua vez, Laís Corrêa de Araújo, foi árduo o trabalho “para a valorização profissional do artista”, tanto no que diz respeito à sua remuneração quanto à “criação de um espaço onde fosse possível a liberdade de expressão”.

Trabalhei efetivamente com a colaboração de pessoas importantes, fazendo leituras críticas de tudo o que recebia. [...] O trabalho foi uma válvula de escape para os intelectuais brasileiros [...]. O curioso em Minas é essa posição contraditória do intelectual, que ao mesmo tempo se liga a um órgão oficial e mantém uma posição política revolucionária.[...] Existia uma ligação com a coisa oficial, e nós intelectuais não tínhamos muito campo para exercer nossas atividades, então servíamos-nos desses espaço para agir.<sup>700</sup>

Vários aspectos desses depoimentos nos chamam a atenção, dentre eles, aqueles que dizem em respeito ao momento político vivido pelo país, e em especial por Minas Gerais, pós Golpe Civil-Militar de 1964; a “descrença” em um projeto que mesclava a participação de intelectuais em um empreendimento mantido e promovido por um órgão oficial do governo do Estado e, ao mesmo tempo, uma “ebulição cultural” presenciada e reconhecida por aqueles que, de alguma forma, também dela fizeram parte. Nesse ponto, as declarações de Laís contribuem com mais um dado curioso e instigante, na medida em que tenta reabilizar um pouco os possíveis limites ou margens de atuação dos intelectuais no contexto em destaque. De uma forma geral, eles não teriam, por um lado, se adequado completamente ao trabalho orgânico como funcionários do poder constituído, angariando os benefícios concedidos como parte de sua adesão incondicional às orientações oficiais, nem por outro exercido um ativismo independente, autônomo ou mesmo revolucionário em suas posições políticas. A “posição contraditória do intelectual”, como afirmada pela poeta, também nos orienta, e nos serve de indício, para uma discussão em que as formas de ser e agir dos sujeitos não se ancorem em princípios ou definições ontológicas, mas sejam capazes de criar matizes e clivagens sobre a atuações.

Em sentido próximo ao deposto por Laís Corrêa, Murilo Rubião, em uma entrevista no ano de 1987, comenta, quando perguntado sobre a sua fase como “jovem socialista”, nos anos 1940, que, em meio ao processo de redemocratização, pós-45, que acreditava ser um socialista. “– E por que não comunista?”, pergunta a entrevistadora, e ele responde

Nós mantínhamos amizades com os comunistas, mas nos simpatizávamos mesmo era com o socialismo. Um pouco por moda, talvez. E havia uma

---

<sup>700</sup>ARAÚJO, Laís Corrêa de. Entrevista. Cf. RIBEIRO, Marília Andrés. Suplemento Literário Minas Gerais. *Neovanguardas, anos 60*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997, p. 137.

preocupação com a liberdade, com o povo. Tudo muito romântico, meio lírico. Depois veio a polarização entre UDN e PSD e então “não deu para se entusiasmar mais”. E a política, daí pra frente, se já não tinha sido algo prioritário, muito por causa da “falta de ideologia dos partidos”, nunca mais ocupou lugar relevante em sua vida.<sup>701</sup>

No arquivo do DOPS, na pasta “antecedentes políticos e sociais”, consta que

[...] em 31 de outubro de 1953, conforme Boletim MG, entre as pessoas que aderiram à organização de Delegação de MG ao Congresso Brasileiro de Escritores, a realizar-se em Goiânia, figura em primeiro lugar: Murilo Rubião, diretor da Rádio Inconfidência de Minas Gerais, segundo pelo Deputado Edgar da Mata Machado, Eduardo Frieiro, Fritz Teixeira Sales, Caio Libânio, Edmur Fonseca, José Aparecido de Oliveira, elementos conhecidos como esquerdistas ou comunistas, e outros (29 de setembro de 1970).

Mesmo com a saída de Murilo Rubião da função de Chefe de Redação, no início de 1970,<sup>702</sup> e com o fim do governo de Israel Pinheiro, em 1971, o *Suplemento Literário* continuou sendo publicado e manteve-se, mesmo com várias mudanças em seu corpo editorial, a sua periodicidade durante toda a década de 1960 e 70. Em que pese algumas polêmicas em que esteve envolvido, que não serão analisadas no momento, pode se dizer que o caderno de cultura foi um empreendimento de sucesso e manteve-se, ao longo desse período, como centro das atenções a aplausos de seu amplo público leitor.

---

<sup>701</sup>“O importante é viver”, entrevista com Murilo Rubião a Mirian Chrystus para o *Suplemento* número 1062, de 21 fevereiro de 1987.

<sup>702</sup>A partir de janeiro de 1970, Murilo Rubião passa a assumir a função de Chefe do Departamento do “Minas Gerais”, não voltando a fazer parte do *Suplemento Literário*.